



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
TESE DE DOUTORADO

**Modelagem de Equações Estruturais:
uma Contribuição Metodológica
para o Estudo da Pobreza**

Ana Luiza Machado de Codes Lima

Salvador – Bahia

Maio de 2005

Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza

Ana Luiza Machado de Codes Lima
Mestre em Administração
Escola de Administração da UFBA, 1999

Tese de doutorado submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Bahia, para obtenção
do Grau de Doutor em Ciências Sociais

Orientadora: Inaiá Carvalho
Co-Orientador: Robert E. Verhine

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS
Salvador – Bahia – 2005

A Antônio e Lígia,
Vera e Liana.

“Todas as vezes em que eu tive algo a dizer, eu disse da maneira que senti ser a boa. Motivos diferentes exigem métodos diferentes. Isso não implica nem em evolução, nem em progresso, mas num consenso entre a idéia que se deseja expressar e os meios de expressá-la.”

Pablo Picasso

Agradecimentos

À minha orientadora, Profa. Inaiá Maria Moreira de Carvalho, pelos ensinamentos, pelo acompanhamento cuidadoso e pela construção da nossa amizade ao longo dessa jornada;

Ao meu co-orientador, Prof. Robert Evan Verhine, por ter me iniciado no mundo dos métodos quantitativos, por todo entusiasmo, cumplicidade e amizade que sempre marcaram a nossa relação, desde antes do doutorado;

Ao Prof. Amiram Vinokur, meu supervisor de estágio no *University of Michigan Institute for Social Research*, por tudo que aprendi sobre a metodologia de Modelagem de Equações Estruturais;

À Profa. Maria do Carmo Lessa Guimarães, que teve uma participação decisiva ao discutir comigo a estrutura argumentativa deste trabalho durante suas etapas iniciais;

À Profa. Elyana Barbosa, que me apresentou novos horizontes de compreensão sobre as relações entre teoria e método nas Ciências Sociais;

À Profa. Anete Brito Leal Ivo, de quem recebi grande estímulo ao longo desta pesquisa;

A José Ribeiro Soares Guimarães, pela interlocução durante a fase de extração da amostra;

Ao CNPq, pela bolsa que recebi durante os quatro anos do curso de doutorado, a qual me permitiu ter dedicação exclusiva ao projeto;

À CAPES e à Fundação Fulbright que, conjuntamente, me concederam o apoio financeiro que viabilizou o meu estágio de pesquisa no exterior;

À Fundação Ford, que financiou a minha participação no Curso de Metodologia Quantitativa de Ciências Humanas na UFMG, no ano de 2001, experiência fundamental na minha trajetória acadêmica;

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Centro de Recursos Humanos da UFBA, pelo incondicional apoio que recebi ao longo de todo o processo;

A meus pais, Lígia e Antonio Codes, por todo apoio e estímulo que sempre me deram, fundamentais para que eu pudesse seguir adiante nas escolhas que fiz durante a vida e, particularmente, durante o desenvolvimento deste projeto, quando compartilharam comigo as alegrias e dificuldades envolvidas no processo de doutoramento;

Às minhas irmãs, Liana e Vera Codes, por terem me acompanhado com carinho e compreensão durante essa etapa do meu desenvolvimento profissional;

A Guillaume Foulon, por generosamente ter contribuído para este trabalho com seu talento para design;

A Arlete Cerqueira Lima, pelo entusiasmo com que tratou o meu trabalho e, especialmente, pela revisão ortográfica e gramatical deste texto;

A Marcos Cerqueira Lima, que esteve comigo ao longo dessa caminhada, apoiando-me de todas as maneiras com seu companheirismo e sua competência;

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a viabilização desta pesquisa, meu reconhecimento, minha gratidão.

Resumo

Este trabalho se propõe a contribuir para o estudo da pobreza ao avaliar o potencial da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) como método de análise “relacional” dessa questão social. Considerando que a evolução do pensamento científico sobre a pobreza tem convergido para a noção de que se trata de um problema multidimensional e complexo, em que vários fatores socioeconômicos relacionam-se entre si, reforçando-se mutuamente, coloca-se a necessidade de que tal complexidade seja refletida nas pesquisas empíricas sobre o tema. Dentro dessa perspectiva, os principais métodos utilizados nos estudos sobre pobreza – a dizer, os índices sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão – mostram-se insuficientes para abordarem o fenômeno “relacionalmente”. A MEE, por sua vez, destaca-se em meio ao estado da arte das metodologias quantitativas de pesquisa como um método promissor para ajudar a pensar objetos sociais relacionalmente. Ela é considerada como a técnica mais avançada do ponto de vista da capacidade de articulação de variáveis sociais, uma vez que permite calcular simultaneamente todas as relações entre os fatores associados a um fenômeno. Neste trabalho, a contemplação das potencialidades analíticas oferecidas pela MEE enquanto método de análise relacional acontece tanto em nível conceitual – em que se discutem também os potenciais dos outros métodos, de modo a se detectarem teoricamente as limitações e o alcance de cada um deles – quanto empiricamente, através da sua aplicação ao contexto da pobreza na Bahia; para isso, são utilizados os dados Censo IBGE 2000. Os resultados da pesquisa apontam que, de fato, a MEE apresenta-se como um instrumento mais propício à abordagem relacional da pobreza do que os métodos quantitativos tradicionais, uma vez que é capaz de refletir, na esfera das investigações empíricas, a complexidade do fenômeno, em afinidade com as formulações teóricas mais recentes. Entretanto, sendo a MEE uma metodologia fortemente dependente da variação dos elementos considerados, observou-se que a relativa homogeneidade do fenômeno da pobreza na Bahia ofuscou a contemplação de todo o potencial analítico oferecido por tal instrumento.

Abstract

The present research aims to contribute to the area of poverty studies by appraising the potentiality of Structural Equation Modeling (SEM) as a proper method for analyzing poverty situations according to a “relational” perspective. The scientific concepts of poverty have gradually developed towards the idea that it is a complex and multidimensional problem, which involves interrelated social and economic factors. Empirical research methods about the subject, however, do not appear to reflect such complexity. Under this point of view, one can say that the main methodologies usually supporting poverty studies – such as synthetic indices, social-indicator systems and regression analysis – are not satisfactory ways of treating the phenomenon “relationally”. Considering the state of the art of quantitative methodologies for social research, SEM is regarded as an innovative method that can provide helpful ways of approaching social phenomena relationally. SEM is seen as the most advanced technique in terms of its ability to articulate social variables, as it allows for a simultaneous estimation of the relationships among all factors associated with a phenomenon. This thesis examines SEM’s analytical features as a relational method by using two different approaches: the conceptual, in which the traditional methods are also discussed, in order to theoretically appraise their limitations and potentialities as relational methodologies; and the empirical approach, which consists of the construction of structural equation models, using data about poverty in the Brazilian state of Bahia, collected during the IBGE 2000 Census. The findings show that, indeed, SEM is a more powerful instrument for carrying out a relational analysis of poverty than the traditional quantitative methodologies, since unlike those, SEM is able to empirically reflect the articulate complexity of recent conceptual formulations. Nevertheless, since SEM is based upon the degree of data variability, the relative homogeneity inherent to phenomenon of poverty in Bahia did not allow the analytical potentialities of that tool to be fully contemplated.

Sumário

Capítulo 1. Problematização e Contextualização	1
1.1 Objetivos e Justificativa	10
1.2 Estrutura do trabalho	12
Capítulo 2. Pobreza: um fenômeno multidimensional e complexo	17
2.1 A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa	19
2.1.1 Subsistência.....	21
2.1.2 Necessidades básicas.....	23
2.1.3 Privação relativa.....	27
2.1.4 Pobreza como privação de capacidades	32
2.1.5 A perspectiva da multidimensionalidade.....	37
2.1.6 Considerações sobre a evolução do conceito de pobreza	42
2.2 Mensuração e operacionalização dos conceitos de pobreza	45
2.3 Discussão atual no Brasil	55
Capítulo 3. Fatores socioeconômicos associados à pobreza.....	59
3.1 Inserção do indivíduo no mercado de trabalho.....	60
3.2 Características Demográficas	70
3.2.1 Sexo.....	74
3.2.2 Contexto Rural / Urbano	80
3.2.3 Educação	87
3.2.4 Idade.....	95
3.2.5 Raça.....	100
3.3 Composição da família.....	106
3.4 Rumo a uma abordagem articulada dos fatores associados à pobreza	112
Capítulo 4. Teoria e método no estudo da pobreza:	
as duas instâncias de construção do objeto de pesquisa social.....	116
4.1 Características desejáveis em um método de abordagem relacional da pobreza.....	116
4.2 Metodologias tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre pobreza	123
4.2.1 Índices Sintéticos.....	127
4.2.2 Sistemas de indicadores sociais.....	137
4.2.3 Análises de regressão	143
4.2.4 As metodologias tradicionais e as características desejáveis para o estudo relacional da pobreza.....	157
4.3 A MEE como método para a análise relacional da pobreza	164
4.4 Modelo hipotético sobre a articulação dos fatores associados à pobreza	186
Capítulo 5. Uma análise articulada dos fatores associados à pobreza na Bahia	192
5.1 O contexto baiano	192
5.1.1 Panorama socioeconômico	192
5.1.2 Considerações sobre procedimentos amostrais	201
5.1.3 Descrição das variáveis da amostra	209
5.2 Análises dos modelos empíricos	213
5.2.1 Municípios com menos de 100.000 habitantes.....	214
5.2.2 Municípios com populações entre 100.000 e 500.000 habitantes	224
5.2.3 Salvador, município com mais de 500.000 habitantes	230
5.2.4 Análise comparativa entre os três contextos baianos	236
Capítulo 6. Conclusões.....	242
Bibliografia	260
Anexo 1. Sistema de equações que corresponde às relações postuladas no modelo hipotético	267
a. Variáveis observáveis:	267
b. Variáveis latentes:.....	267
c. Equações estruturais:.....	267
Anexo 2. Estatísticas Descritivas das Variáveis Utilizadas.....	269
a. Municípios com menos de 100 mil habitantes, variáveis contínuas.....	269
b. Municípios com menos de 100 mil habitantes, variáveis categóricas.....	269
c. Municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, variáveis contínuas.....	270
d. Municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, variáveis categóricas	270

e. Salvador, variáveis contínuas.....	271
f. Salvador, variáveis categóricas.....	271
Anexo 3. Análise de variância das médias da variável "Anos completos de estudo" nos três contextos baianos estudados	272
Estatísticas descritivas	272
ANOVA.....	272
Anexo 4. Modelos de Equações Estruturais Estimados com Base na Renda Total do Chefe do Domicílio	273
Modelo para municípios com menos de 100 mil habitantes	273
Modelo para municípios com menos de 100 mil habitantes, com a variável “aposentado”	274
Modelo para municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes	275
Modelo para municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, com a variável “aposentado”	276
Modelo referente a Salvador.....	277
Modelo referente a Salvador, com a variável “aposentado”	278
Anexo 5. Sistemas de Equações Estruturais dos Modelos Estimados.....	279
Modelos com renda per capita:	280
Modelos com renda total do chefe	283

Índice de Figuras

Figura 2.1. Evolução dos conceitos de pobreza.....	43
Figura 4.1. Exemplo de regressão linear simples	145
Figura 4.2. Exemplo de representação gráfica dos resíduos em uma reta de regressão.....	147
Figura 4.3. Estrutura das relações entre variáveis, assumida pela análise de regressão	155
Figura 4.4. Esquema ilustrativo sobre relações estabelecidas em um Modelo de Equações Estruturais	166
Figura 4.5. Etapas a serem percorridas para a construção de um modelo de equações estruturais.....	183
Figura 4.6. Modelo hipotético sobre a articulação dos fatores associados à pobreza	191
Figura 5.1. Municípios com menos de 100 mil habitantes selecionados aleatoriamente para compor a amostra	205
Figura 5.2. Municípios baianos com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes	207
Figura 5.3. Ilustração de uma variável $Y1$ com três categorias e dois pontos de transição observáveis (<i>thresholds</i>) e uma variável subjacente $Y1^*$	213
Figura 5.4. Modelo de equações estruturais para os municípios com menos de 100 mil habitantes	215
Figura 5.5. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para os municípios com menos de 100 mil habitantes	220
Figura 5.6. Modelo de equações estruturais para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes	225
Figura 5.7. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes	227
Figura 5.8. Modelo de equações estruturais para Salvador	231
Figura 5.9. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para o município de Salvador.....	233

Índice de Tabelas

Tabela 4.1. Comparação entre os métodos tradicionais de análise da pobreza e características desejáveis em método de análise relacional.....	163
Tabela 4.2. Variáveis latentes e observáveis utilizadas nos modelos de equações estruturais	188
Tabela 4.3: Referências bibliográficas selecionadas para sustentação das relações hipotéticas entre fatores socioeconômicos envolvidos no fenômeno da pobreza.....	190
Tabela 5.1. Crescimento Populacional de Salvador, 1940-2000.....	196
Tabela 5.2. Distribuição percentual dos ocupados por setor de atividade econômica na Região Metropolitana de Salvador – Bahia 1996-2000.....	197
Tabela 5.3. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar <i>per capita</i> nos municípios com menos de 100 mil habitantes.....	222
Tabela 5.4. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar <i>per capita</i> nos municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes	229
Tabela 5.5. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar <i>per capita</i> em Salvador	235

Capítulo 1. Problematização e Contextualização

O estudo da pobreza mostra-se extremamente relevante no mundo atual. A questão coloca-se no centro de discussões nos meios acadêmicos e sociais, fazendo parte da agenda social dos governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, constituindo-se também em alvo de ações internacionais (Ivo, 2002; Lima, 2002). A preocupação sobre como se deve compreender tal fenômeno e lidar com a parcela da população que se insere de modo precário nas estruturas sociais de organização do trabalho vem adquirindo novas facetas nas últimas décadas, em decorrência das modificações acontecidas no sistema capitalista. Os processos recentes ligados à crise do fordismo, ao esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar e à globalização vêm trazendo impactos ao mundo do trabalho de todos os países. Tem se multiplicado o número de pessoas que vivem em condições de precariedade, de vulnerabilidade social, de desemprego e de pobreza em todo o mundo.

Segundo Castel (1998), a preocupação sobre como lidar com os pobres é um antigo problema, que remonta ao início do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. Desde então, as discussões sobre o tema têm evoluído, atraindo as atenções de intelectuais e de governos, no sentido de que se definam as necessidades dos pobres e de que sejam delineados modos de abordar essa questão social. Inicialmente, nos primórdios do capitalismo europeu, as preocupações convergiam para noção de “caça aos vagabundos”, pois se entendia que o equilíbrio do todo social não deveria ser abalado pela presença daqueles que, sendo sãos de corpo, não se inseriam na organização social do trabalho. Na maioria das vezes, o tratamento da questão ficava a cargo de instituições isoladas, que desenvolviam formas de alívio aos necessitados que viviam em suas proximidades.

Foi apenas em tempos posteriores, com o advento da revolução industrial, que a pobreza passou a se constituir em objeto de investigação científica. Emergiu então a preocupação de se medir sua dimensão e de se entenderem as suas causas. Naquele contexto, eram classificadas como pobres as famílias cuja renda não fosse suficiente para a aquisição dos alimentos que assegurassem sua reprodução física. As ações anti-pobreza e as investigações empíricas então desenvolvidas balizavam-se nessa noção.

A partir de meados do século XX, a concepção de pobreza tornou-se mais ampla. Aquela noção unidimensional, calcada exclusivamente na renda, foi estendida a uma perspectiva multidimensional; a questão veio a ser definida como a carência de diversos bens considerados básicos, tanto na esfera do consumo privado (roupas, alimentos, abrigo, etc.) como na do consumo coletivo (serviços sanitários, saúde, educação, etc). Tal formulação veio a enfatizar não apenas o caráter multidimensional da pobreza, mas também o reconhecimento da inter-relação entre os diversos tipos de carências. Dentro desse entendimento, passou então a ser necessária a utilização de uma pletera de indicadores, referentes às diversas dimensões do problema, para que situações de pobreza pudessem ser aferidas na realidade (Rocha, 2003: 20).

Tal ampliação do conceito acabou por abrir espaço para que o debate sobre a questão ganhasse maior aprofundamento, já que a definição de necessidades básicas individuais e coletivas não prescinde da consideração do ambiente social em que se inserem as pessoas. Nesse sentido, colocam-se as controvérsias sobre quais necessidades devem ser consideradas absolutas ou essenciais – aquelas que são compartilhadas por pessoas de distintas culturas e civilizações – e quais devem ser tomadas como relativas – aquelas que se definem por comparação, uma vez que se constituem em necessidades a serem supridas apenas quando se considera o padrão de vida vigente em uma dada realidade socioeconômica (Salama e Destremau, 2001; Rocha, 2003).

A acepção da pobreza enquanto privação relativa propicia que o fenômeno venha a ser identificado com a denegação dos direitos de cidadania. Sob esse prisma, ele é definido como uma realidade em que não se possuem os recursos necessários para garantir e promover uma existência digna e integral (Townsend, 1993). Assim, uma pessoa é considerada pobre se suas

... circunstâncias materiais e os contextos políticos em que vive a impedem de desenvolver certas capacidades essenciais que lhe permitam ser membro de uma comunidade social, econômica e política. Ser pobre, portanto, significa não somente carecer das condições mínimas de vida, mas sobretudo carecer dos recursos indispensáveis para exercer os direitos elementares e constitutivos de cidadania social (Salles e Tuirán, 2002:67).

As formulações conceituais sobre o fenômeno avançam ainda mais com base nas contribuições dadas pelo economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998. Em seus estudos da década de 80, Sen inaugurou a perspectiva da pobreza como “privação de capacidades”. De modo sucinto, as capacidades básicas descritas por Sen (1988) referem-se à saúde, à reprodução, à vida social e política; conjuntamente, são elas que conferem a uma pessoa a condição de membro de uma comunidade social, econômica e política, encontrando correspondência nos direitos de cidadania (Salles e Tuirán, 2002). Assim, sem menosprezar fatores econômicos, essas reflexões remetem a questão da pobreza aos campos da justiça social, das igualdades e desigualdades. Dentro dessa perspectiva, a

pobreza passa a ter ressaltadas as suas conotações legais, suas implicações políticas e a sua pertinência social (Sen, 1988; 1997). Como tal formulação calca-se em aspectos de difícil operacionalização empírica, já que consiste em uma discussão de natureza mais “filosófica” sobre o problema, sua contribuição para esse campo do conhecimento se reporta e se limita praticamente à esfera teórico-conceitual.

Pelo exposto, pode-se notar que a evolução do pensamento sobre pobreza tem caminhado em direção ao aumento da complexidade do conceito. Atualmente, as discussões sobre o tema constituem um campo difícil e controverso, aberto a múltiplos entendimentos e concepções. Observa-se que coexistem as diversas maneiras de se compreender a questão, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos e investigações empíricas, como ao desenvolvimento de ações anti-pobreza.

Com relação à diversidade de conceituações, Spicker (apud Guimarães, 2002b: 98) identifica a existência de pelo menos onze modos de interpretar o termo “pobreza”: necessidade, padrão de vida, insuficiência de recursos, carência de segurança básica, falta de direitos de acesso a recursos (*entitlements*), privação múltipla, exclusão, desigualdade, classe, dependência e padecimento inaceitável. Pode-se perceber que os pontos de vista variam desde uma perspectiva de natureza mais econômica e passível de operacionalização empírica – que identifica a pobreza com as noções de “necessidade”, “padrão de vida” ou “insuficiência de recursos” para denotar a privação de meios e ativos tangíveis ou intangíveis (Pereira, 2001: 2), até as idéias de caráter mais abstrato, como as noções de “exclusão” e “desigualdade”, que denotam que o problema consiste na violação dos direitos de cidadania, visão essa que pressupõe a atribuição de direitos básicos a todos os cidadãos (Telles, 1999a; 1999b).

De modo geral, é notório que os avanços recentes neste campo de estudos convergem para a compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo, concernente a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados. A questão da multidimensionalidade da pobreza é proeminente no debate atual, constituindo-se no foco de discussão de diversos autores (Salama e Destremau, 2001; White e Killick, 2001; Rocha, 2003; Schawartzman, 2004, dentre outros). Tal destaque liga-se ao entendimento de que, além de se manifestarem de modos diversos e de assumirem muitas formas, as diferentes dimensões da pobreza interagem de várias maneiras, reforçando-se mutuamente.

Esse modo atual de se compreender o fenômeno encontra-se em consonância com as reflexões de Bourdieu (1998: 27-28) acerca da abordagem científica de um objeto social. Em sua discussão, o autor propõe que se trabalhe com a noção de “campo”, defendendo a idéia de

que as realidades sociais devem ser pensadas sob a “forma de um espaço de relações”. Em suas palavras,

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente*. Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional* (Bourdieu, 1998: 27-8, grifos no original).

Seguindo adiante em sua argumentação, o autor define que “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (Bourdieu, 1998: 31). Sob essa ótica, enfatiza a necessidade de um objeto social seja analisado como um espaço de conectividades, ou seja, “relacionalmente”. Ele entende que a desconsideração do caráter relacional inerente ao objeto social pode por em questão a validade dos resultados alcançados por uma pesquisa:

... se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo. (...) O proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo interior se isolou o objecto estudado (...) e que se deve tentar apreender, mesmo grosseiramente, ou ainda, à falta de melhor, com dados de segunda mão, consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se abstraiu um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado (um pouco à maneira dos arquitectos do século XIX, que faziam admiráveis esboços a carvão do conjunto do edifício no interior do qual estava situada a parte que eles queriam figurar em pormenor). E, sobretudo, não se corre o risco de procurar (e de “encontrar”) no fragmento estudado mecanismos ou princípios que, de facto, lhe são exteriores, nas suas relações com outros objectos (Bourdieu, 1998: 31-32).

Bourdieu (1998: 29-30) entende que a construção de um objeto através de dados empíricos é uma parte inerente à maioria das pesquisas sociais. Ele afirma que, para se desenvolver uma análise relacional, é necessário que o pesquisador assuma uma atitude ativa e sistemática diante dos fatos. Assim, defende a idéia de que se deve “romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum”. Segundo o autor, tal rompimento não se dá mediante a proposição de “grandes construções teóricas vazias”, mas pela abordagem de

...um caso empírico com a intenção de construir um modelo – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso –, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas: em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova *como tal*. Trata-se de interrogar sistematicamente o caso particular, constituído em “caso particular do possível”, como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (Bourdieu, 1998: 32).

Tendo em vista essas considerações de Bourdieu (1998) sobre a natureza do objeto de pesquisa social, reforça-se a importância de se compreender a pobreza enquanto fenômeno

multidimensional e complexo, em que vários fatores estão articulados, assim como têm apontado as discussões recentes sobre o tema. Em afinidade a essa linha de pensamento, diversos esforços vêm sendo empreendidos para que a concepção multidimensional da pobreza seja levada ao âmbito dos estudos empíricos. Tais análises caracterizam-se pelo fato de que levam em conta vários fatores associados à pobreza¹ (como por exemplo renda, acesso a bens duráveis e a saneamento básico, educação, saúde, posição na ocupação no mercado de trabalho, etc.); são eles que caracterizam a complexidade e a multiplicidade do fenômeno.

No âmbito brasileiro, alguns trabalhos recentes vêm se destacando nessa linha. São estudos que consistem na criação de índices sintéticos, que intentam captar a multidimensionalidade do fenômeno a partir da aglutinação das diversas facetas que o compõem (Sposati et al., 2000; FGV, 2001; Pochmann et al., 2003). Trabalhos dessa natureza evidenciam uma tendência de avanço na elaboração de indicadores que sejam mais complexos, já que envolvem diversos fatores, em sintonia com os aprofundamentos atingidos na área conceitual.

Além dessas abordagens que se calcam na elaboração de novos indicadores sintéticos de pobreza, há trabalhos que se baseiam em sistemas de indicadores sociais. Eles consistem na listagem ou mesmo no cruzamento de diversos indicadores tradicionalmente utilizados nas pesquisas sobre pobreza. A intenção de incorporar na análise os vários fatores associados ao fenômeno concretiza-se através da utilização de uma multiplicidade de indicadores, referentes às várias dimensões que compõem essa questão. Nesse grupo de trabalhos, sobressaem-se Rocha (2003), Schwartzman (2004), Ferreira, Lanjouw e Neri (2001), Neri (2000).

Dentre os trabalhos que investigam as relações entre fatores socioeconômicos e pobreza no Brasil, podem ser mencionados também aqueles feitos com base na técnica de Análise de Regressão. De modo geral, tais estudos primam pela investigação da relação existente entre fatores socioeconômicos e a renda das pessoas pobres, a exemplo de Neri et al.(2004; Menezes-Filho e Vasconcellos, 2004; CPS/FGV, 2004), ou entre aqueles fatores e a condição de ocupação do indivíduo no mercado de trabalho (Pinto e Neri, 2000).

Tais pesquisas ilustram uma tendência que vem se delineando entre os pesquisadores brasileiros: em consonância com a evolução do campo teórico-conceitual, as investigações

¹ Embora se saiba que renda, sexo, idade, educação, raça, etc, são características socioeconômicas inerentes a todos os indivíduos de uma população (não sendo atributos associados apenas às camadas pobres), para efeito de síntese e fluência, elas são designadas neste trabalho como “fatores associados à pobreza”, uma vez que incidem na literatura como aquelas que mais diretamente influenciam as condições de vida das pessoas pobres.

empíricas buscam captar a complexidade e a multidimensionalidade da pobreza. Essa tendência pode ser percebida nos esforços de se entenderem as situações de pobreza através da elaboração de novos indicadores sintéticos, do cruzamento de diversos indicadores tradicionais ou ainda do estabelecimento de relações entre fatores socioeconômicos e medidas de pobreza.

Contudo, a maioria dessas investigações não reflete, de modo satisfatório, a natureza complexa e multidimensional do problema, caracterizada pela articulação dos diversos fatores associados ao fenômeno. Mais especificamente, elas não se mostram suficientes para que se possa pensar essa questão social “relacionalmente” ou como “um espaço de relações”, nos moldes propostos por Bourdieu (1998:28). Isso se deve ao fato de que aqueles trabalhos pautam-se em técnicas de abordagem que possuem potencial limitado de captar a referida articulação. Tal limitação pode ser notada, por exemplo, na utilização de indicadores sintéticos como modo de analisar a pobreza. Ao sintetizarem a informação social, tais indicadores exprimem um fenômeno multidimensional através de um número ou coeficiente, incorrendo assim em perda de transparência sobre a complexidade do processo. Com relação ao procedimento de cruzar distintos indicadores sociais, observa-se que só é possível articular, no máximo, indicadores relativos a três dimensões do problema. Essa restrição está atrelada ao fato de que esse tipo de cruzamento só se faz inteligível até os limites da exposição dos resultados numa tabela de três entradas. As Análises de Regressão, por sua vez, atêm-se à abordagem das relações entre os fatores associados ao fenômeno e as medidas de pobreza, não contemplando o modo como ocorre a articulação entre aqueles fatores.

Neste ponto incidem as reflexões de Bourdieu (1998: 24) acerca da natureza do trabalho de pesquisa social. O autor ressalta a importância de que todas as instâncias da investigação sejam pensadas como componentes interligados de um conjunto, sendo que os elementos “teoria” e “metodologia” – usualmente colocados em oposição na perspectiva da “tradição dominante” nas ciências sociais – não devem ser pensados como se fossem duas instâncias separadas, uma vez que “não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações” (Bourdieu, 1998: 23-24). Dessa forma, dentro do trabalho de pesquisa, “as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objecto” (Bourdieu, 1998: 24). Segundo o autor, a escolha de métodos e técnicas de análise de dados é condicionada a uma certa construção teórica do objeto, de maneira que “é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como *evidence*” (Bourdieu, 1998: 24). Partindo do ponto de vista que a construção do objeto é a

operação mais importante dentro do trabalho a ser desempenhado pelo cientista social, o autor afirma que o método escolhido para ajudar a pensar o objeto tem a eficácia condicionada à sua capacidade de reconstruir esse objeto cientificamente, apreendendo-o a partir de um ângulo “imprevisto” e afim às escolhas teóricas que guiam a pesquisa (Bourdieu, 1998: 20).

Ante essa perspectiva de Bourdieu, os métodos tradicionais aqui mencionados apresentam potenciais limitados para que se possa pensar a pobreza “relacionalmente”, a partir da realização de estudos empíricos que intentem refletir a complexidade das formulações teóricas recentes. Faz-se então necessário buscar, em meio ao estado da arte dos métodos quantitativos de pesquisa social, técnicas de análise que correspondam a essa demanda.

Nesse sentido, uma técnica denominada “Modelagem de Equações Estruturais” (MEE) destaca-se como o método mais avançado do ponto de vista da sua capacidade de articulação de variáveis sociais (Boomsma, 2000; Edwards e Bagozzi 2000; Klem, 2000; McDonald e Ringo Ho, 2002; Vinokur e Schul, 1997; 2002). Em linhas gerais, essa técnica de análise quantitativa multivariada consiste em testar a plausibilidade de um modelo construído com base em uma teoria que sustenta o fenômeno estudado. Como tal metodologia caracteriza-se por permitir que diversas variáveis sejam correlacionadas simultaneamente, de modo que as múltiplas relações possíveis sejam apreciadas, ela coloca-se como alternativa promissora, capaz de delinear como se articulam os conceitos sociais envolvidos no fenômeno da pobreza. O método pode propiciar uma visão da forma como os fatores associados à pobreza interligam-se, indicando quais são os seus impactos sobre as condições de vida dos indivíduos pobres, tanto direta quanto indiretamente², e ponderando a relevância de cada uma das inter-relações sob análise (Kline, 1998; Bentler e Wu, 2002).

Assim, o presente trabalho se propõe a contribuir para o estudo da pobreza ao avaliar o potencial da MEE como método de análise relacional dessa questão social. Em outras palavras, elegeu-se como problema central desta tese o exame da metodologia³ de Modelagem de Equações Estruturais como instrumento capaz de refletir, na esfera das investigações

² Os efeitos diretos que uma variável exerce sobre a outra são aqueles não mediados por nenhum outro elemento; os indiretos operam através de, pelo menos, uma variável interveniente. Além disso, a técnica da MEE estima também os efeitos totais, que são a soma dos indiretos com os diretos (Bollen, 1989: 5).

³ Ao longo deste trabalho, optou-se por utilizar os termos “técnica”, “método” e “metodologia” de forma intercambiável para designar não apenas a Modelagem de Equações Estruturais, mas também outros procedimentos de análise quantitativa. Conquanto se esteja ciente para distinções semânticas freqüentemente atribuídas a esses termos em manuais de pesquisa, essa decisão conceitual foi mantida por seguir uma tendência encontrada na literatura sobre abordagens quantitativas de investigação empírica.

empíricas, a concepção relacional da pobreza, em afinidade com as formulações teóricas mais recentes.

A fim de compreender o que pode ser considerado um método quantitativo relacional, é proposta uma compilação de oito critérios, chamados “atributos desejáveis”, a partir de uma revisão da literatura sobre o assunto (Sliwiany, 1997; McGee e Brock, 2001, Betti, D’Agostino e Neri, 2000; Székely, 1996; Wilber, 1975). Com base nessa compilação, podem ser listados os seguintes atributos que tornam um método quantitativo capaz de apreender a natureza relacional de um objeto social complexo: a) superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à questão estudada; b) estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema; c) oferecer uma representação gráfica do fenômeno; d) determinar que fatores se mostram mais influentes na análise; e) valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente; f) explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno; g) incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável; e h) avaliar erros de mensuração das variáveis.

A avaliação de um método, em termos de sua capacidade de apreender relacionalmente a pobreza, passa então a ser indicada pelo fato dele possuir esses atributos. Assim, defende-se aqui a hipótese de que a MEE é mais adequada ao estudo da pobreza enquanto fenômeno social complexo do que os métodos quantitativos tradicionais, uma vez que satisfaz simultaneamente às oito características desejáveis em uma metodologia relacional.

De fato, ao contrário dos métodos tradicionalmente aplicados em Ciências Sociais, a MEE permite calcular concomitantemente as correlações entre todas as variáveis consideradas no estudo e apresentar essas relações de modo gráfico. Além disso, ela propicia que conceitos abstratos sejam incluídos na análise por meio de construtos ou variáveis latentes, sendo capaz também de estimar os erros de mensuração das variáveis, já que seus cálculos levam em consideração a confiabilidade de tais informações. Essas propriedades conferem à MEE o potencial de abordar objetos sociais complexos relacionalmente, da forma como recomenda Bourdieu (1998:32), ligando os dados pertinentes “de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas (...), [ou seja, construindo] um sistema coerente de relações que deve ser posto à prova *como tal*”.

A investigação da hipótese será feita em dois planos: conceitual e empírico. A discussão no nível conceitual corresponde à avaliação dos métodos quantitativos tradicionais e da MEE frente às oito características desejáveis, de modo a detectar teoricamente as limitações e o alcance de cada abordagem. Com relação à parte empírica, considera-se que os métodos

tradicionais já foram amplamente utilizados e testados em outros trabalhos como instrumento de investigação da pobreza (Sposati et al., 2000; World Bank, 2004; Menezes-Filho e Vasconcellos, 2004). Por isso, a investigação empírica de situações de carências e privações restringe-se aqui à aplicação da Modelagem de Equações Estruturais, objeto central deste estudo. Espera-se observar, nesta segunda parte, como o método ajuda a compreender a articulação entre os fatores associados ao fenômeno.

A pobreza na Bahia é escolhida como pano de fundo para a contemplação da MEE como objeto deste estudo. Tal escolha se deve ao destaque que o estado assume no panorama nacional, uma vez que exhibe altos níveis de pobreza e desigualdades. Ao se analisarem dados sobre a situação baiana, nota-se que os seus indicadores de condições de vida pioraram nas duas últimas décadas. Sinaliza-se assim que o estado manteve, “no final da década de 1990, a mesma proporção de pobres de 20 anos antes, porém apresentando uma pobreza mais intensa” (Osório e Medeiros, 2002: 263).

Diversas razões confluíram para que se chegasse a tal situação. Dentre elas, podem-se mencionar os condicionantes históricos e sociais da pobreza – tais como o padrão de desenvolvimento brasileiro, que inclui determinantes como a escravidão e sua herança produtora de pobreza, principalmente nas zonas rurais, e, mais recentemente, os processos desordenados de urbanização – e a existência de desigualdades regionais, que acentuaram ainda mais as dificuldades a serem enfrentadas pela população baiana. Como resultado de tais processos, a pobreza revela-se hoje um traço marcante do panorama socioeconômico do estado, conforme é abordado em maior profundidade no capítulo 5.

Entendendo-se que os determinantes da pobreza na Bahia estão ligados ao tipo de inserção do país na economia mundial e às raízes históricas e culturais da sociedade (Salama e Valier, 1997: 12), o estudo investiga os fatores socioeconômicos apontados na literatura como aqueles que estão mais diretamente associados a tal condição, tais como tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, composição da família, localização residencial urbana ou rural, sexo, raça, idade e nível de educação (Schwartzman; 1997; Néri, Nascimento e Pinto, 1999; White e Killick, 2001; Ziccardi, 2002; Rocha; 2003). Tais fatores relacionam-se à questão da desigualdade que, por sua vez, é um condicionante fundamental das situações de carência. Pretende-se compreender a relevância desses fatores na realidade baiana, como eles se inter-relacionam e se configuram e qual a influência de cada um deles sobre as condições de vida dos indivíduos. Para aferir as condições de vida das pessoas pobres, são utilizados indicadores sobre a renda domiciliar *per capita*, provisão de saneamento básico no domicílio

e conforto no lar, sendo este último apontado através do acesso a bens duráveis e da presença de banheiro nas dependências domésticas.

Dessa forma, a fim de subsidiar o desenvolvimento empírico do estudo, são elaborados modelos de equações estruturais com base nos microdados da amostra do Censo IBGE 2000, referentes à população baiana que vivia em estado de pobreza naquele período. Como critério de delimitação dessa camada da população, adotou-se o mesmo parâmetro utilizado pelas diversas esferas de governo no Brasil: a linha de pobreza, estabelecida no patamar da renda domiciliar *per capita* mensal menor ou igual a meio salário mínimo.

No período do Censo IBGE 2000, a Bahia compreendia 415 municípios de diferentes portes e graus de desenvolvimento econômico. Considerando que as situações de pobreza poderiam exibir manifestações distintas entre cidades heterogêneas em termos de tamanho e desenvolvimento, assim como poderia haver homogeneidade entre as situações encontradas naquelas cidades de porte similar, optou-se por analisar as situações de pobreza em três conjuntos de municípios separadamente. Primeiro, foram agrupadas as 403 cidades pequenas, de base econômica eminentemente rural, com populações de até 100.000 habitantes. Em seguida, formou-se o grupo daqueles 11 municípios de porte médio, relativamente mais urbanizados, com populações na faixa de 100.000 a 500.000 habitantes, cujas dinâmicas econômicas lhes conferem a condição de pólos regionais. Por fim, estudou-se a pobreza em Salvador, a metrópole que detém 23,4% do PIB baiano e cuja população situa-se em torno dos 2,5 milhões de habitantes.

1.1 Objetivos e Justificativa

Como visto, este trabalho debruça-se sobre a técnica de Modelagem de Equações Estruturais, MEE, como instrumento de análise articulada dos fatores associados à pobreza na Bahia. Argumenta-se que essa técnica tem a propriedade de capturar a complexidade de objetos sociais de forma relacional, permitindo inferir sobre as nuances das articulações entre as variáveis envolvidas. Para orientar a análise, compara-se a MEE com índices sintéticos, sistemas de indicadores sociais e análise de regressão, métodos tradicionais de pesquisa quantitativa que não detêm o mesmo potencial de refletir a articulação entre os fatores associados a fenômenos sociais multifacetados. Em seguida, as potencialidades e limitações da MEE são também averiguadas empiricamente no contexto escolhido.

Com isso, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com a avaliação de um método inovador para o estudo da pobreza, o qual se mostra promissor enquanto instrumento capaz de apreender a complexidade do fenômeno. Além disso, o trabalho se propõe a:

- a) explicitar limitações para a análise relacional da pobreza por parte de métodos quantitativos tradicionalmente utilizados nas investigações sobre o tema. Como abordado no capítulo 4, as maiores restrições dos índices sintéticos e dos sistemas indicadores sociais estão relacionadas ao fato de eles estarem calcados no procedimento de agregação de dados, que acarreta perda de informações sobre as nuances do fenômeno estudado. A análise de regressão, por seu turno, apresenta como principal limitação a não contemplação das associações que se estabelecem entre os diversos fatores incluídos no estudo.
- b) confrontar modelos empíricos sobre a realidade das condições de vida dos pobres na Bahia com um modelo hipotético que traduz as postulações teóricas encontradas na literatura, a fim de detectar particularidades locais do fenômeno e estabelecer conjecturas explicativas. O capítulo 5 coloca que, apesar de os modelos estimados sobre a pobreza na Bahia mostrarem convergências com as antecipações teóricas, são constatadas também algumas discrepâncias. As potencialidades analíticas oferecidas pela MEE, tais como a contemplação dos efeitos diretos e indiretos que se manifestam entre as variáveis, possibilitam a proposição de explicações conjecturais sobre tais discrepâncias.

Como a necessidade de reduzir a pobreza representa hoje um consenso nos meios acadêmicos, governamentais, sociais e na comunidade internacional, estudos que forneçam uma melhor compreensão do fenômeno justificam-se pela relevância que esse tema assume nas sociedades contemporâneas. Em termos mais específicos, a grave situação de pobreza em que vive uma parcela significativa da população no Brasil, e particularmente na Bahia, requer a realização de estudos que forneçam substratos para intervenções sociais. Se por um lado medidas focalizadas são necessárias para aliviar as situações emergenciais de carência da população, por outro lado é ainda mais relevante empreender esforços para que se possa combater a pobreza através da implementação de reformas estruturais, de médio e longo prazos. Neste sentido, este trabalho constitui uma contribuição aos esforços de análise do fenômeno da pobreza na Bahia, oferecendo elementos adicionais para uma compreensão “relacional” desse processo social, no qual fatores socioeconômicos articulam-se entre si e influem, de modo conjugado, na tendência de um indivíduo viver em condições de pobreza.

Tal abordagem se torna particularmente relevante quando se leva em consideração o panorama das pesquisas quantitativas sociais realizadas no Brasil. A esse respeito, Sliwiany (1997: 17) considera que os métodos quantitativos são pouco dominados pelos pesquisadores do país e, portanto, são pouco difundidos entre os estudos brasileiros. Para a autora, isso prejudica a apreensão da realidade social e o aproveitamento dos resultados das pesquisas empíricas que são desenvolvidas. Em suas palavras, devido à “falta de domínio de métodos quantitativos”, assiste-se a uma situação em que se dispõe

... de uma grande quantidade de dados empíricos sem que se saiba o que fazer com eles. O resultado é a elaboração de pesquisas socioeconômicas que não geram enriquecimento de dados ou explicação da realidade socioeconômica a nível de conjuntura ou tomada de decisões. Ou seja, o máximo que se obtém através da análise quantitativa é uma série de frequências relativas. Por outro lado, essa falta de apoio conduz, ainda, ao desperdício na abrangência de possíveis análises (Sliwiany, 1997: 36-37).

Mesmo reconhecendo as dificuldades de aplicação de técnicas quantitativas nas pesquisas nacionais, Sliwiany (1997: 20) chama atenção para o potencial analítico dos métodos estatísticos como condição básica para a explicação de realidades socioeconômicas. Em seu entendimento, tais métodos são instrumentos fundamentais para a realização de investigações, pois indicam como medir processos sociais e como analisá-los. Eles são tidos como a “fonte de análise do fenômeno em sua estrutura, em sua interdependência com outros fenômenos” (Sliwiany, 1997: 20).

Diante disso, o presente trabalho justifica-se por propor a realização de uma investigação sobre a pobreza a partir de um método de análise multivariada ainda pouco difundido nacionalmente nas Ciências Sociais. Assim, a originalidade da abordagem aqui proposta está na aplicação desse instrumento inovador de pesquisa quantitativa e na avaliação do seu potencial para a abordagem relacional, enquanto oferece uma reflexão crítica sobre os limites dos métodos tradicionais. Deve-se ressaltar, por fim, que o presente estudo não tem a pretensão de propor uma análise sociológica aprofundada do fenômeno da pobreza, mas de contribuir para o avanço no uso de métodos quantitativos na área.

1.2 Estrutura do trabalho

O texto está dividido em seis capítulos, que refletem o encadeamento dos estágios necessários para que se leve adiante a argumentação que sustenta esta pesquisa. O primeiro capítulo consiste nesta introdução, em que constam as características gerais do estudo. Apresenta-se a problematização que suscita a realização desta investigação e declara-se a idéia central que será aqui trabalhada: a de que a MEE é um método mais adequado para

abordar a pobreza “relacionalmente” do que as técnicas tradicionais. De forma sucinta, colocam-se também os objetivos principais e a justificativa do trabalho.

O segundo capítulo traz as referências teórico-conceituais sobre a evolução do pensamento científico sobre a pobreza. Observa-se o delineamento de uma trajetória rumo ao entendimento da complexidade do problema. De uma noção inicial que definia a pobreza segundo o parâmetro da “subsistência”, calcado na medida da renda necessária para a reprodução exclusivamente física da família, passou-se a perceber a questão sob o prisma da multidimensionalidade, chamando atenção para o fato de que os pobres sofrem diversos tipos de carências. A partir disso, as reflexões sobre o tema ganharam aprofundamento; questões como cidadania, justiça social, subjetividade e dignidade passaram a ser incluídas no debate. Dentro da pletora de concepções e entendimentos que marcam esse campo do conhecimento na atualidade, é inconteste a noção de que a pobreza refere-se a um fenômeno multidimensional e complexo, em que vários fatores socioeconômicos influenciam as condições de vida dos indivíduos e relacionam-se entre si, reforçando-se mutuamente.

Como este trabalho se propõe a abordar a questão com base em técnicas quantitativas de pesquisa, o enfoque recai então sobre os modos de mensuração e operacionalização empírica dos conceitos de pobreza. Discorre-se sobre as formas mais usuais de aferição do conceito na realidade, que se calcam eminentemente em indicadores de renda e de necessidades básicas. Dentre os estudos recentes que se ocupam dessa questão, predomina o entendimento de que, para que se possam capturar as diversas facetas que compõem o fenômeno, a pobreza deve ser medida através de uma variedade de indicadores.

Em seguida, o capítulo três apresenta o estado da arte sobre as discussões teóricas relativas aos fatores socioeconômicos mais imediatamente associados à pobreza. Conforme aponta a literatura, o tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho coloca-se como o determinante básico a ser levado em conta nas discussões sobre pobreza; a participação do indivíduo na organização social do trabalho é o meio através do qual se estabelecem as condições para que se tenha um padrão de vida satisfatório.

A discussão sobre mercado de trabalho aponta que o padrão de inserção ocupacional dos indivíduos e, conseqüentemente, os seus rendimentos, ligam-se a alguns atributos pessoais dos trabalhadores, a dizer, suas características de sexo, raça, idade e nível educacional. Assim, são desenvolvidas discussões sobre cada um desses elementos enquanto fatores associados à pobreza. Além destes, são abordados também outros aspectos apontados na literatura como influentes sobre as condições de vida dos indivíduos, a dizer, a composição familiar e a localização urbana ou rural do domicílio.

Uma vez que a pobreza tenha sido construída teoricamente enquanto objeto multidimensional e complexo, sob a influência de vários fatores socioeconômicos que se encontram articulados, o quarto capítulo ocupa-se da discussão sobre a adequação metodológica para o tratamento empírico dessa questão. Abordam-se as oito características que tornam um método de pesquisa capaz de refletir, na etapa da análise empírica, o caráter relacional desse objeto de pesquisa social.

Dentro dessa perspectiva, os principais métodos utilizados nos estudos sobre pobreza são analisados. Em princípio, são tratadas as técnicas mais usualmente encontradas nos estudos sobre o tema: os índices sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão. Cada uma dessas metodologias é descrita, assim como são mencionados exemplos de trabalhos que nelas se tenham apoiado. A análise prossegue em direção ao exame da correspondência que esses métodos apresentam em relação àquelas características. Sob esse prisma, são revelados e discutidos os potenciais e limitações de cada um deles em refletir o caráter relacional do fenômeno.

A partir dessa análise, evidencia-se que nenhum deles se mostra suficiente para que a natureza articulada da pobreza seja apreendida nos estudos empíricos. Neste ponto da discussão, a metodologia da Modelagem de Equações Estruturais é apresentada. Tal técnica é examinada com um certo grau de profundidade e detalhamento, sendo também confrontada com aqueles atributos tidos como “desejáveis”. Observa-se que a MEE possui todos eles, colocando-se então como um procedimento adequado para que a interligação dos fatores associados à pobreza, tal como se postula na teoria, seja refletida de modo satisfatório durante a análise dos dados empíricos.

Frente a essa discussão conceitual sobre a MEE, e tendo em vista o referencial teórico sobre os fatores socioeconômicos associados à pobreza, é proposto um modelo de equações estruturais hipotético, que espelha a forma como se articulam aqueles fatores. Tal modelo hipotético é então construído e testado estatisticamente com base em dados empíricos referentes à população pobre residente no estado da Bahia. A idéia é que as potencialidades analíticas desse método de abordagem relacional do fenômeno sejam constatadas não apenas no nível da discussão conceitual sobre ele, mas também nas circunstâncias de exploração de uma realidade empírica de pobreza.

Para melhor fundamentar a interpretação dos achados empíricos da MEE, o quinto capítulo enfoca o contexto econômico baiano. Realiza-se uma breve descrição histórica sobre o processo de desenvolvimento do estado, até que se exponham informações sobre sua situação atual. São também discutidas questões referentes aos dados empíricos que sustentam

os modelos de equações estruturais. Como as construções de tais modelos baseiam-se em dados do Censo IBGE do ano 2000, pesquisa que coleta dados representativos de toda a população do estado, é necessário que se procedam a ajustes da amostra, de modo que ela venha a representar a população alvo deste estudo: os chefes de domicílios pobres residentes no estado da Bahia. Além disso, como estão sendo estudados três estratos de municípios, delimitados de acordo com o número de habitantes, são descritos os processos de amostragem referentes a cada contexto.

Uma vez definidas as amostras apropriadas para que se elaborem os modelos, são tecidos alguns comentários sobre as distribuições das variáveis que participam do estudo. Suas estatísticas descritivas são calculadas e brevemente comentadas, de modo que se possam ter indicações preliminares sobre o quadro socioeconômico que marca cada um dos contextos focalizados.

O passo seguinte consiste então na análise dos modelos de equações estruturais propriamente ditos, referentes aos três conjuntos de municípios baianos estudados. Em linhas gerais, os modelos correspondentes a cada um dos contextos tendem a refletir as relações entre fatores que foram postuladas no modelo hipotético, ainda que divergências tenham sido detectadas. A partir das análises substantivas desses modelos, pode-se confirmar que a MEE propicia a realização de uma abordagem relacional do fenômeno da pobreza. É devido às potencialidades oferecidas por esse método que se podem enxergar nuances entre os contextos, não apenas no que se refere às intensidades que os fatores assumem na análise, mas também na forma como eles se articulam em cada realidade socioeconômica.

Por outro lado, como a MEE possui todas aquelas características tidas como desejáveis em um método de pesquisa sobre a pobreza, as análises dos modelos empíricos permitem perceber também como cada um daqueles atributos contribui para que o objeto social possa ser apreendido relacionalmente. Por extensão, uma vez que as técnicas tradicionalmente utilizadas não dispõem de todos eles, ratifica-se a noção de que elas oferecem capacidades restritas de refletir, na etapa de análise dos dados empíricos, o caráter articulado dessa questão social.

Por fim, as conclusões da pesquisa encontram-se no sexto capítulo, no qual a argumentação desenvolvida ao longo do trabalho é retomada. Ressalta-se a maneira como as colocações teórico-conceituais, metodológicas e empíricas apresentadas durante toda a discussão confluem, de modo a consolidar a noção de que o uso da metodologia da MEE é mais adequado para a realização do estudo relacional da pobreza do que os métodos tradicionais. Observa-se que, apesar dos méritos do método, ele apresenta limitações ao

focalizar uma parcela relativamente homogênea da população. São apresentadas, assim, recomendações de que a MEE venha a sustentar outras investigações sociais, como o exame de situações de pobreza em outros contextos socioeconômicos brasileiros e a análise de outras faixas de renda da população. Sinaliza-se também a necessidade de que as investigações sobre as condições de vida sejam expandidas para estudos longitudinais baseados na MEE, os quais podem vir a fornecer subsídios ainda maiores para a elaboração de políticas públicas. Entendendo-se a MEE como um meio inovador de expressão e análise empírica que se encontra em consonância com as postulações teóricas recentes sobre o tema, sua utilização em diversos contextos abre a possibilidade de que novas perspectivas comparadas venham a ser reveladas.

Capítulo 2. Pobreza: um fenômeno multidimensional e complexo

No campo dos estudos sociais, a pobreza tem sido um dos conceitos fundamentais para que se possam compreender as condições sociais vigentes tanto nos países ricos como nos pobres. A literatura sobre o assunto é farta em todo o mundo. A produção de livros, relatórios e medidas estatísticas sobre as condições contemporâneas testemunham a importância dada ao tema na atualidade.

Atualmente, o fenômeno tende a ser percebido como uma questão multidimensional e complexa, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados. Entretanto, conforme coloca Castel (1998), a preocupação sobre “o que se deve fazer” ou “como lidar” com os pobres de uma sociedade não é uma novidade contemporânea, mas um velho problema social, que se acentuou com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. O problema emerge em função do fato de que a estabilidade do conjunto da sociedade se encontra ameaçada pela pressão de indivíduos que não se encaixam na organização social do trabalho. Assim, as discussões sobre a questão sempre foram permeadas por temas como desemprego, inserção relacional, fragilidade dos suportes protetores ou isolamento social.

Mesmo tendo sido tratado de maneiras diversas em diferentes lugares e épocas, o problema teve presença marcante ao longo da história econômica e social dos países ocidentais. Rocha (2003: 11) nota que a preocupação com a pobreza não começou nos países pobres, lugares em que o problema é mais crítico. As tradições de pesquisa e análise sobre o tema remontam às promulgações das primeiras “Poor Laws” elizabetianas, que se sucederam entre 1531 e 1601 na Inglaterra. Em seus primórdios, a preocupação com a pobreza encontrava-se refletida na tônica daquelas leis, que consistiam em organizar a “caça aos vagabundos” e em obrigar ao trabalho todos aqueles são de corpo e capazes de realizar atividades laborais (Castel, 1998: 177; Mestrum, 2002: 34). A partir de então, políticas de estado e leis foram elaboradas para interpretar e controlar a pobreza em outros países, podendo-se observar divergências na interpretação do fenômeno – significados culturalmente condicionados e ideologicamente contrastantes – desde tempos remotos e por parte de “escolas” distintas de pensamento no século XVIII na Europa e nos Estados Unidos (Townsend, 1993: 28).

No final do século XX, o tema emergiu com maior força em outras partes da Europa e nos países em desenvolvimento. Naquele período, ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A preocupação com a pobreza ganhou, a partir de então, centralidade nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais.

No caso europeu, tal questão social evidenciou-se a partir do esgotamento do modelo da “sociedade salarial”, uma construção histórica que tinha sido capaz de integrar e oferecer melhores condições de vida à classe trabalhadora. O funcionamento de tal sociedade contava com o apoio do Estado de Bem-Estar, através do qual se pôde estabelecer um tipo de “propriedade social”, ou seja, um modo de garantir o acesso aos direitos sociais de cidadania. A relevância do Estado de Bem-Estar enquanto suporte do referido modelo de sociedade reside no fato de que, além de ser o ente responsável pela garantia daqueles direitos, tal Estado desempenhou um papel fundamental para a organização da sociedade nos moldes modernos: foi a partir da sua constituição, com a provisão das proteções sociais, que se instauraram os modos de coesão e regulação social vigentes a partir do século XX, estabelecendo-se assim um modo de encaminhamento da questão social (Castel, 1998).

As transformações por que passou o capitalismo a partir dos anos 1970, relacionadas com a crise do fordismo, provocaram o esgotamento daquele modelo de sociedade e inauguraram um período de reestruturação econômica e de reajustamento político e social em diversos países, que se estende até os tempos atuais. A esse período, Harvey (1992) dá o nome de “acumulação flexível”. Nas palavras do autor, a

acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” (...) no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (Harvey, 1992:140).

Tais reestruturações causaram transformações no mundo do trabalho, dentre as quais se devem destacar a proliferação das condições de precariedade e o desemprego (Castel, 1998: 33). Com isso, a pobreza deixou de ser uma questão residual, passando a se constituir em uma preocupação central nas sociedades européias. Segundo Rocha (2003: 9), além do colapso de tal modelo, a discussão sobre o tema avultou-se com a constatação da falência das estratégias

empreendidas no período do pós-guerra, através das quais se almejava eliminar os redutos remanescentes de pobreza e marginalidade social existentes naqueles países.

Do lado dos chamados países em desenvolvimento, a preocupação com a pobreza acentuou-se com a verificação de que centenas de milhões de pessoas viviam em situação de miséria. Particularmente nos casos daqueles que estavam se tornando independentes após o colonialismo, a perplexidade diante das crescentes realidades de pobreza em massa esvaeceu as esperanças advindas dos incentivos dados pelos programas e teorias de “modernização” então em vigor (Townsend, 1993: 27; Hobsbawn, 1995: 245).

Frente a esse panorama, emergiu a necessidade de que houvesse uma maior consistência entre os significados atribuídos ao fenômeno nas diversas sociedades. Assim, foi somente a partir do final do século XX que a busca por essa consistência tornou-se central dentro do debate científico. A intenção era que houvesse uma maior coerência entre as produções do campo, de forma que os estudos realizados oferecessem compreensões mais claras sobre as manifestações do fenômeno nas distintas sociedades. Desde então, as discussões que vêm sendo realizadas nos meios acadêmicos e científicos têm buscado construir concepções do fenômeno que possam ser compartilhadas internacionalmente. Note-se que, em períodos anteriores, as produções do campo eram marcadas por uma diversidade de conceitos e entendimentos sobre o tema – muitas vezes divergentes e incomparáveis –, que se desdobravam em uma pluralidade de metodologias de mensuração, de modos de explicação e de estratégias anti-pobreza.

No entanto, apesar da atualidade e da internacionalização da preocupação com o fenômeno, a discussão sobre pobreza ainda é foco de controvérsias, não existindo um consenso acerca do entendimento dessa questão no meio das análises e das investigações científicas. A pobreza nos países de industrialização avançada tem sido interpretada diferentemente da pobreza nos países pobres (Townsend, 1993: 28). Além disso, por ser um assunto que interessa a diferentes atores, tais como governos, agências multilaterais e grupos da sociedade civil, os debates sobre o tema são muitas vezes imbuídos de interesses políticos e entraves ideológicos, assim como da confusão técnica criada pelas escolhas dos pontos de corte de renda em diferentes países em todo o mundo.

2.1 A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa

Como se disse, desde o nascimento do capitalismo, a pobreza atraiu os interesses intelectual e político, fazendo com que governos e grupos dirigentes tivessem que definir as

necessidades dos pobres em relação a suas rendas. Em tempos prévios à revolução industrial, na Inglaterra e na Europa, dirigentes de pequenas áreas – como paróquias, por exemplo – desenvolviam formas de alívio voltadas aos pobres que viviam dentro e fora de suas instituições. Posteriormente, no período de industrialização no século XIX, esse tipo de iniciativa passou a ser insuficiente, pois a miséria explodia na classe trabalhadora urbana. A pobreza passou a figurar na ordem política do dia, constituindo-se em objeto das primeiras tentativas de se compreender as causas e de se mensurar sua dimensão. Foi naquela época que a temática entrou também nos discursos literários e nas primeiras enquetes sociais (Mestrum, 2002: 34).

Nas novas economias baseadas na indústria de manufatura e em um sistema de incentivos de salários, impuseram-se novos problemas sobre a regulação das quantias a serem recebidas pelos pobres que viviam interna e externamente às instituições regidas pelas “Poor Laws”. Em afinidade com os novos interesses da economia nacional, os custos de manutenção daquelas instituições e de seus internos passaram a se constituir em alvo de preocupação para os grupos dirigentes. Na formulação de novos esquemas de administração dos pobres, como na Inglaterra de 1834, por exemplo, o princípio da “menor elegibilidade” passou a ser parte crucial do pensamento de políticos e pensadores científicos. Tal princípio rezava que a os pobres não deveriam ser tão elegíveis à ajuda pública quanto os trabalhadores independentes da classe mais baixa (Castel, 1998).

Naquele contexto, a administração do estado industrial moderno clamava pela racionalização dos métodos e montantes destinados ao alívio da população carente. Desejava-se que os custos de manutenção dos pobres, capazes ou incapazes, permanecessem tão baixos quanto possíveis. De modo articulado a esse desejo, estavam os interesses dos gestores da economia e empregadores, que queriam deixar os pobres propensos a aceitarem os salários mais baixos que lhes fossem oferecidos. Com isso, o alívio passou a ser dado em forma de pão e outros benefícios desse tipo. Na Inglaterra, dinheiro ou uma mistura de dinheiro e pão consistiam na única forma de ajuda que era dada aos pobres não “institucionalizados” (Townsend, 1993: 29).

Por essas razões, havia pressão para que fossem definidas as necessidades mínimas que garantissem a sobrevivência dos pobres, fossem eles capazes ou incapazes, vivendo dentro ou fora das instituições regidas pelas “Poor Laws”. Os trabalhos seminais de nutricionistas na Alemanha, nos Estados Unidos, e na Inglaterra voltaram-se para essas questões, exercendo grande influência sobre os estudos de pobreza desenvolvidos a partir de então. Eles buscavam estabelecer as quantidades de itens alimentares que garantissem a ingestão mínima de energia

e de nutrientes necessários para assegurar a vida de uma pessoa. Dessa forma, instaurava-se um novo estágio de trabalho relativamente mais científico sobre a questão da pobreza, que veio a se prolongar pelo século XX (Townsend, 1993: 29). Naquele período, assistiu-se à evolução das concepções de pobreza, as quais têm servido de base ao desenvolvimento de trabalhos internacionais e comparativos. As quatro principais concepções consistem nas idéias de *subsistência*, das *necessidades básicas*, da *privação relativa* e da *pobreza como privação de capacidades*.

2.1.1 Subsistência

A idéia da “subsistência” foi cunhada na Inglaterra, através de um processo em que se podem demarcar dois estágios. Em princípio, por volta dos anos de 1890, em conjunção com pesquisas levadas a cabo por nutricionistas, conforme comentado. Posteriormente, nos anos da Segunda Guerra Mundial, através de um relatório sobre segurança social feito por Sir William Beveridge, apresentado ao Parlamento Inglês, quando Winston Churchill encontrava-se na liderança do governo britânico (Beveridge, 1942).

Pode-se dizer que o padrão de subsistência descende daquele tratamento dado aos pobres na época das “Poor Laws”, quando suas necessidades eram medidas por quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente, havendo, em algumas paróquias, a permissão para que se adicionassem outras necessidades às referidas medidas. Balizando-se nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, essa abordagem definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física. De modo mais preciso, uma família era tratada como pobre se sua renda menos o aluguel se situasse abaixo do patamar de renda que definia a linha de pobreza⁴. Apesar dessa permissão para abranger renda para roupas, combustível e alguns outros itens, seu valor era muito baixo, fazendo com que despesas com alimentação compusessem a maior parte do padrão de subsistência (Townsend, 1993: 30).

O segundo momento de elaboração do padrão de “subsistência” deu-se após a Guerra. Frente à necessidade de justificar as baixas taxas de seguridade e assistência nacionais que então foram adotadas, Beveridge atribuiu uma nova interpretação ao conceito. Numa época

⁴ A linha de pobreza é uma forma de operacionalização do conceito, que se dá segundo a abordagem da estatística clássica. Ela define a pobreza em termos dos recursos monetários que satisfazem às necessidades colocadas na esfera do consumo pessoal. Consiste no estabelecimento de um patamar de renda equivalente à quantia considerada suficiente para se adquirir uma lista de bens e serviços básicos, identificando como pobres aqueles cuja renda é mais baixa que o mínimo definido (Rocha, 1997).

em que países como a Inglaterra encontravam-se abalados pelos efeitos da guerra, a noção de “solidariedade”⁵ estava degradada. Tal degradação requeria do Estado alguma política que preservasse a coesão do todo social. Naquele contexto, em seu relatório enviado ao Parlamento Inglês, Beveridge defendeu a necessidade do pleno emprego, sem o qual “nenhuma liberdade estaria salva”. Para tanto, o relatório propunha que o Estado assumisse a responsabilidade de garantir investimentos suficientes, em áreas que pudessem gerar empregos para todo o potencial humano disponível na Grã-Bretanha. A questão do pleno emprego foi então a forma conjuntural que assumiu essa questão da preservação do vínculo social, da restauração das relações de inter-dependência entre os cidadãos com o corpo social, numa Inglaterra ainda marcada pela memória da depressão dos anos 30 (Castel, 1998: 585-586; Hobsbawn, 1995: 162).

A idéia de subsistência acabou sendo exportada para outros estados membros do império Britânico, vindo a basear a estruturação de planos de desenvolvimento. Tal formulação, nascida durante os anos 1890 e primeiras décadas do século XX, exerceu grande influência sobre práticas científicas e políticas nacionais e internacionais pelo resto do século. Constituem exemplos disso as medidas estatísticas de descrição das condições sociais, adotadas em princípio dentro de países e, mais tarde, aplicadas por parte de agências internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Ainda hoje diversos países apóiam-se no conceito de subsistência. Nos termos utilizados no debate atual, tal noção corresponde à de pobreza absoluta, que está vinculada apenas às questões de sobrevivência física, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital (Rocha, 2003: 11). Exemplos da permanência da idéia de subsistência como base de definição de pobreza podem ser encontrados nos casos de antigas colônias inglesas, como Índia e Malásia, além do fato de que, nos Estados Unidos, tal idéia permanece balizando as medidas de assistência à pobreza do governo; no Canadá, há o reconhecimento de que o padrão oficial de baixa renda coincide com a definição absoluta ou física de pobreza, a qual situa-se em um nível inferior àquele que seria determinado por uma definição social ou relativa (Ross e Shillington, 1989; Townsend, 1993: 30-31; Mestrum, 2002: 34).

Deve-se comentar que o uso da noção de “subsistência” para definir pobreza é alvo de algumas críticas. A principal delas refere-se ao fato de que, dentro de tal abordagem, as

⁵ Por “solidariedade” entendia-se o pertencimento de cada indivíduo ao todo social. Tal noção concretizava-se por meio de uma alocação mínima de recursos, cedidos àqueles que não mais podiam “contribuir”, através de suas atividades, para o funcionamento da sociedade.

necessidades humanas são interpretadas como sendo predominantemente físicas. Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Eles não são só consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais. São pessoas que dependem de instalações e serviços públicos coletivamente providos, necessidades essas tidas como universais, em vez de restritas às sociedades industriais ricas (Townsend, 1993: 31).

Uma outra limitação apontada nesta abordagem é que a obtenção da medida das necessidades básicas de alimentação é mais problemática do que políticos e cientistas sociais têm tradicionalmente assumido. A quantidade e o custo de gêneros alimentícios varia conforme os papéis sociais desempenhados pelas pessoas, os hábitos alimentares observados e dos tipos de comida disponíveis em cada sociedade através de seus mecanismos de produção e de seus mercados. Em síntese, necessidades alimentares são condicionadas socialmente. Para que se possa calcular o mínimo necessário para a sobrevivência, trabalho ou participação social, deve-se especificar a quantidade de energia e a variedade de nutrientes necessários às atividades humanas, implicadas por diferentes níveis e papéis sociais (Townsend, 1993: 31).

2.1.2 Necessidades básicas

Essas considerações abriram espaço para uma segunda formulação – a das necessidades básicas –, que ganhou evidência nos anos 1970 (Drewnowski e Scott, 1966). Rigorosamente, ela já existia desde a década de 50, quando surgiu a idéia de que o progresso social poderia ser mais bem auferido através da satisfação das necessidades básicas das pessoas do que por meio do crescimento econômico. Note-se que, antes daquele período, predominava aquela concepção unidimensional de pobreza, a de “subsistência”, afinada com um sistema de integração social calcado sobre o trabalho assalariado, requerendo a participação de todos os indivíduos sadios na esfera produtiva. Sob aquele prisma, a questão da pobreza encontrava-se ligada à redistribuição dos recursos em favor daqueles cuja produtividade marginal era fraca. Associava-se também a um conjunto de “deficiências sociais” residuais que deveriam ser reduzidas dentro de uma lógica de seguridade e da instalação de redes assistenciais (Salama e Destremau, 2001: 113). Em afinidade com tal perspectiva, as mensurações do fenômeno baseavam-se exclusivamente nas variáveis de renda *per capita* ou PIB, que eram os modos predominantes de determinação dos níveis de desenvolvimento (Rocha, 1997).

A idéia de necessidades básicas passa a conformar uma abordagem multifacetada da pobreza, incluindo dois grupos de elementos. Primeiro, um certo mínimo de requerimentos de uma família para consumo privado: comida, abrigo, roupas, assim como mobílias e equipamentos. Segundo, o grupo de necessidades referentes aos serviços essenciais providos por e para a comunidade como um todo, como água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura (Rocha, 2003: 20). Nesse sentido, o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do de subsistência, já que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em suas totalidades, e não apenas necessidades de sobrevivência e eficiência de indivíduos e famílias.

A discussão sobre necessidades básicas floresceu em quatro contextos distintos dentro do campo da economia. Na seara da economia clássica, o debate voltou-se para a questão da definição de um salário para os operários, de modo que os trabalhadores da indústria pudessem obter o mínimo vital. Na esfera da filantropia, a preocupação consistia na contagem dos pobres e no estabelecimento de critérios de satisfação das necessidades, assim como na determinação de um nível de auxílio que pudesse beneficiar algumas categorias. Mais recentemente, a economia do desenvolvimento dos países pobres pautou-se na noção das necessidades básicas: além do próprio interesse na satisfação daquelas necessidades, o debate nessa área desenrolou-se concomitantemente às discussões sobre o capital humano, que enalteciam o aspecto produtivo gerado pelo suprimento de tais necessidades, uma vez que aquela satisfação desembocaria num aumento da capacidade de aporte das pessoas para o crescimento econômico. Contemporaneamente, a noção das necessidades básicas aparece associada ao debate sobre subdesenvolvimento, sendo aplicada a países inteiros, sem que as três preocupações supracitadas sejam negadas (Salama e Destremau, 2001: 73-74).

Por isso, no contexto contemporâneo, a idéia das necessidades básicas deve ser situada no panorama geral de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Em nenhuma circunstância, ela deve ser tomada como o mínimo necessário para a subsistência, mas deve ser entendida no contexto de independência nacional, da dignidade de indivíduos e povos e de suas liberdades para levar seus destinos adiante sem impedimento (Townsend, 1993: 31-32). Por essa razão, o conceito de necessidades básicas tem assumido um papel proeminente em diversos planos nacionais e relatórios internacionais (Ghai et al., 1979)

No entanto, os proponentes desse conceito têm tido dificuldade de operacionalizá-lo sob a forma de ações e políticas anti-pobreza. A dificuldade reside na produção de critérios aceitáveis para a escolha e definição dos itens a serem incluídos, uma vez que as necessidades de populações não podem ser definidas adequadamente apenas por referência aos aspectos

individuais físicos e às mais evidentes provisões de serviços requeridos pelas comunidades locais. Tais especificações não podem ser absolutas, pois dependem de assunções que têm que ser feitas sobre o desenvolvimento e o funcionamento de cada sociedade.

Por outro lado, no nível conceitual, a tarefa de definição das necessidades sociais tem ocorrido sem que haja controvérsias sobre sua escala, escopo ou inter-relações. Nesse âmbito de discussão, as necessidades essenciais são consideradas universais, compartilhadas por pessoas de distintas culturas e civilizações; de naturezas físicas e psíquicas, entende-se que elas podem ser satisfeitas a partir de modalidades econômicas variadas. A existência do consenso em torno de algumas necessidades sociais também acaba por chamar atenção para o seu caráter relativo. Uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos variam nacional e internacionalmente, a satisfação das necessidades humanas se dá de modo diferente em cada situação. Dessa forma, essa abordagem abre espaço para a discussão sobre a feição relativa inerente ao fenômeno: mesmo aquelas necessidades consideradas absolutas ou essenciais, que devem ser satisfeitas independentemente de comparações contextuais, não estão livres do componente relativo da pobreza (Salama e Destremau, 2001: 75).

A discussão de caráter filosófico acerca de o que vem a ser “absoluto” ou “relativo” corrobora esse ponto de vista. Para Salles e Tuirán (2002:66), a noção de “absoluto” relaciona-se com “a dignidade e igualdade essenciais do indivíduo considerado como ser humano”. Como igualdade e dignidade humanas são temas relativos e abstratos, os conceitos de pobreza baseados nessas noções não prescindem de discussões acerca das necessidades universais e da universalidade dos direitos que garantem sua satisfação. Os mesmos autores salientam que as idéias subjacentes aos entendimentos de o que vem a ser “condição humana” e “direitos humanos” mudam com o tempo e, por isso, os conteúdos das necessidades absolutas e relativas não são estanques, mas sofrem transformações. A esse respeito, Townsend (1993: 33) ilustra a transitoriedade das noções de necessidades e direitos humanos, mencionando o fato de que as prerrogativas de cidadania e as oportunidades de participação das rotinas sociais são funções de instituições econômicas e sociais. Por isso, conjectura o autor, é possível que elas se encontrem, com a passagem do tempo, sob o controle de companhias multinacionais e agências internacionais, mais do que de instituições territoriais do Estado-nação.

Fazendo uma análise conjunta das abordagens da “subsistência” e das “necessidades básicas”, Townsend (1993: 32-33) observa que a proposta da subsistência apresenta escopo limitado, o que gera implicações também limitadas para reformas sócio-estruturais. O autor afirma que tal aspecto tem permitido que se compatibilize a pobreza com o individualismo e o

ethos de mercado livre subjacente ao pluralismo-liberal. O conceito das necessidades básicas, por sua vez, caracteriza-se pela aceitação de certas precondições, ainda que limitadas, para a sobrevivência e prosperidade de pessoas em todos os países. Há o reconhecimento do direito de acesso, por parte de todos os indivíduos, às provisões sociais elementares – serviços e utilidades coletivas –, assim como a comida e casa. Esse último aspecto abre espaço para que se afirme que a concepção das necessidades básicas traz em seu bojo a idéia de que a diminuição das desigualdades de recursos entre os indivíduos é colocada como objetivo social.

Levando sua análise adiante, Townsend (1993: 33) chama atenção para o fato de que abordagens mais abrangentes favorecem a análise das estruturas sociais condicionantes da pobreza. A restrição do conceito de pobreza à insuficiência de renda para satisfação das necessidades físicas individuais fortalece o argumento de que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as situações de privação. Por contraste, quanto mais o conceito amplia-se em direção ao suprimento das necessidades básicas sociais (tais como saúde, bem estar, realização das obrigações da família, cidadania, relações no trabalho e participação comunitária), mais se torna necessário admitir que se deve desenvolver uma complexa combinação de crescimento, redistribuição, reorganização do comércio e de outras relações institucionais, assim como a reconstituição de aspectos tradicionais sob novas formas de associações.

Townsend (1993: 32) nota ainda que uma limitação inerente à abordagem das necessidades básicas também acaba por indicar a relevância de que se compreenda a estrutura condicionante da pobreza em uma sociedade. Tal limitação refere-se ao seu baixo potencial de descobrir e avaliar condições de grupos específicos de cidadãos. As severas situações de privações vivenciadas por minorias étnicas, mulheres, idosos, crianças e pessoas com incapacidades, por exemplo, não são adequadamente incorporadas nessa formulação. No entanto, a investigação dessas condições e situações específicas é inseparável de análises e julgamentos mais gerais, já que a presença de pobreza em uma sociedade é sintoma da existência de uma estrutura social que a condiciona. É no bojo de tal estrutura mais ampla que seções ou grupos da população experimentam riscos mais altos de vivenciarem carências e privações, fazendo com que alguns sejam mais empobrecidos que outros. A partir desse ponto de vista, reforça-se a importância de se analisar tal estrutura social, tanto por razões científicas, políticas como sociais.

2.1.3 Privação relativa

Com o reconhecimento da interdependência entre o conceito científico de pobreza e as estruturas social e institucional vigentes na realidade, cientistas sociais voltaram-se para uma terceira, e mais abrangente, formulação do significado da pobreza: a da privação relativa. Tal mudança não consiste apenas na consideração de um maior conjunto de indicadores observáveis de privações sociais e materiais e suas ligações com renda. Constitui-se, sobretudo, na constatação de que a relação entre privações e renda é mutável através do tempo e entre comunidades que ocupam diferentes territórios (Townsend, 1993: 33-34). De modo sintético, “qualificar a pobreza absoluta parece lhe dar um aspecto objetivo que poderia ser falacioso, na medida em que as necessidades não são as mesmas, ontem ou hoje, aqui ou acolá” (Salama e Destremau, 2001:53).

Sob essa perspectiva, a pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. A pobreza relativa é estabelecida, portanto, por comparação: o fenômeno é entendido como um estado de carência, relativamente a outras situações sociais com que é confrontado. Ser pobre significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto social em que se vive (Rocha, 1997). Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida – no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados (Townsend, 1993: 36).

Observe-se que tais considerações, que postulam formalmente o caráter relativo do fenômeno, abrem espaço para que a discussão se dirija para a identificação da pobreza com a questão da denegação dos direitos de cidadania. No bojo de tal formulação, impõe-se o desafio de que se criem sociedades mais igualitárias, sendo esse o parâmetro a ser utilizado para avaliar a qualidade do desenvolvimento que se deve perseguir. Com isso, a questão da cidadania consolida-se no centro da discussão sobre pobreza. No sentido de entender a pobreza sob o prisma da cidadania, Telles (1999a) ressalta a importância de se compreender as práticas de cidadania sob a ótica da dinâmica societária. A autora explica que são tais

práticas que produzem a “passagem da natureza para a cultura”, através da elaboração de identidades individuais e coletivas e da construção dos espaços de pertencimento e de integração social dos sujeitos. Ela entende que, como os direitos de cidadania referem-se ao modo como as relações sociais se estruturam – o que se dá a partir da conformação de uma linguagem pública baseada em exigências de equidade e justiça –, eles estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas (Telles, 1999b).

Sob essa perspectiva, fica claro que pobreza e cidadania são questões indissociáveis, pois a pobreza explícita justamente iniquidade inscrita na trama social. Conforme o entendimento de Telles (1999a: 129),

... no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos.

Assim, a busca de uma sociedade mais justa e igualitária e, por conseqüência, o enfrentamento da pobreza passam pela defesa dos direitos de cidadania para todos. Carvalho (2002c) chama atenção para as dificuldades inerentes a essa busca, afirmando que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras, ou seja, que o exercício de certos direitos não conduz automaticamente ao gozo de outros. No entanto, apesar de considerar inatingível a aspiração de uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, o autor defende que esse ideal “tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”(Carvalho, 2002c: 89).

Como países diferentes apresentam níveis de desenvolvimento distintos, assim como diversas tradições culturais, a adoção de conceitos de pobreza demanda que se considerem as especificidades de cada situação. Por isso, a definição de um conceito de pobreza e a escolha de procedimentos de mensuração pertinentes resulta de uma análise cuidadosa de cada realidade social específica, de modo que se possam identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade (Rocha, 2003:10). Seguindo essa linha de pensamento, Schwartzman (1997) propõe que as reflexões acerca do fenômeno se elaborem em termos de “síndromes de pobreza”. Essas síndromes, diz o autor, referem-se à abordagem de condições complexas – relativas a linguagem, etnia, cultura, localização, instituições econômicas, educação e história –, específicas dos grupos afetados e de seus ambientes sociais.

Apesar de os tipos de bens e recursos necessários serem predominantemente os mesmos em sociedades ricas e pobres, como se disse, as diferenças nas estruturas sociais de distintos

países são responsáveis pelas distintas manifestações das necessidades dentro de cada um deles. Para Townsend (1993: 37-38), tais diferenças devem-se à confluência de dois aspectos principais. Em princípio, à má distribuição dos recursos em uma sociedade, que se dá de modo discriminatório em função de aspectos como sexo, raça, limitações físicas e idade; adicionalmente, à desigualdade na definição de papéis e obrigações sociais a serem preenchidos pelas pessoas, que se liga às demandas impostas de modos distintos dentro de famílias, comunidades e classes.

O mesmo autor defende a pertinência da perspectiva relativa da pobreza, afirmando que ela é corroborada pela percepção de que as sociedades estão passando por rápidas mudanças. Por isso, qualquer padrão concebido em algum momento histórico passado dificilmente se justifica em novas condições. Tanto é assim, diz ele, que certas conferências e pesquisas científicas recentes primam por reiterar a confiança em conclusões tiradas de estudos sobre tendências passadas. O fato é que pessoas vivendo no presente podem não estar sujeitas a leis e obrigações vigentes em períodos anteriores. Em diversos países houve mudanças nos padrões de vida, nos hábitos e padrões de associação; novas *commodities* entraram no mercado; velhas *commodities* foram modificadas; papéis sociais mesclaram-se, expandiram-se e realocaram-se; hábitos surgiram, modificaram-se e morreram; alterou-se a divisão entre trabalho pago e não pago, assim como a própria natureza do trabalho.

Townsend (1993: 34) lança críticas aos procedimentos metodológicos que não assumem essas mudanças. É problemático, portanto, que as investigações científicas baseiem-se em artifícios como a mera atualização de qualquer referência histórica de pobreza através de algum índice de preço, como acontece com o processo proposto por Oster (1978: 21) que, ao reconhecer que diferenças de preços através de tempo e espaço afetam o valor monetário das necessidades, sugere a utilização de índices numéricos que ajustem os efeitos das diferenças de preços na mensuração da pobreza e na formação da base de vários programas anti-pobreza. A crítica de Townsend dirige-se ao fato de que, ao dar proeminência a um índice desse tipo, um cenário irreal de estabilidade e continuidade é criado. Mais do que não captar o caráter mutável da relação entre renda e necessidades, procedimentos desse tipo acabam representando tal relação de forma distorcida, uma vez que eles assumem que as necessidades são constantes.

Dessa forma, Townsend (1993: 35) enfatiza a necessidade de estudos que situem a pobreza relativamente à estrutura social e institucional, em detrimento de abordagens que a denotem simplesmente pela baixa renda. Para o autor, a expressão da pobreza como a mera receita de baixa renda não a distingue conceitualmente da desigualdade. Tal falha afasta a

atenção intelectual e científica das condições de privações vivenciadas pelos pobres, que deveriam constituir aspectos fundamentais a todas as análises e estudos. Segundo sua argumentação, a pobreza pode ser mais bem compreendida se forem focalizados não apenas aqueles que são vítimas de má distribuição de recursos, mas justamente aqueles que não dispõem de recursos suficientes para realizarem as demandas sociais elaboradas e os costumes determinados sobre os cidadãos daquela sociedade.

O interesse da investigação científica deve recair então nos indivíduos que são materialmente e socialmente privados em diversos aspectos que podem ser observados, descritos e medidos. Com isso, abre-se a possibilidade de que uma relação entre evidências empíricas e o desenvolvimento da teoria seja estabelecida, de modo que as ligações entre estrutura social e renda possam ser perscrutadas e demonstradas, assumindo papel central em qualquer generalização sobre tal “condição social” (Townsend, 1993: 36).

Para Townsend (1993: 36), a presente formulação pode ser vista como um avanço, em termos conceituais, em relação às abordagens anteriores. O seu diferencial reside no fato de que a compreensão da pobreza como uma questão social é central nessa elaboração. Dentro dessa perspectiva, a noção da relatividade do fenômeno emerge como desdobramento da preocupação com as desigualdades sociais. Contudo, como em qualquer formulação, a tradução das elaborações conceituais em termos de definições operacionais apresenta dificuldades. Usualmente, dentro da abordagem da “privação relativa”, tal operacionalização baseia-se na definição de uma linha de renda, concebida de acordo com o tipo e o tamanho da família. A existência de tal linha depende de evidências científicas que possam balizar o estabelecimento de um patamar, abaixo do qual o acesso às condições de participação ativa da sociedade dificulta-se acentuadamente (Saunders e Whiteford, 1989).

Merece comentário o fato de que, apesar de o caráter relativo da privação constituir-se em centro de gravidade dessa linha de estudos e de suas discussões sobre a questão, reconhece-se que a noção da relatividade do fenômeno já se encontrava, de modo tácito, em antigos estudos sobre o tema. Pesquisas desenvolvidas no passado, referentes a períodos particulares da história, refletiram as condições sociais prevalentes em suas épocas, não se tendo pretendido atingir a construção do pensamento sobre as necessidades humanas genéricas. Como se disse, a vantagem da atual abordagem é que ela assume essa idéia como cerne de uma discussão sobre a estrutura social vigente em certa época e local.

Há ainda um esclarecimento a ser feito com relação à origem do uso da “privação relativa” como um critério de pobreza. O termo foi primordialmente cunhado, em meados do século XX, para ajudar a explicar por que alguns soldados veteranos do exército americano estavam

descontentes apesar de terem boas condições “objetivas” de vida no seu regresso à pátria. Tal descontentamento “subjetivo” foi estudado por psicólogos, sociólogos e cientistas políticos, que chamaram atenção para a existência de diferenças de sentimentos inter-grupais e diferenças entre sentimento e realidade. Inaugurou-se então a compreensão de que a pobreza pode ser ao mesmo tempo “fato e sentimento”, de que o teor subjetivo ligado ao sentimento de privação é uma variável explicativa relevante e que tal perspectiva abre novas possibilidades de análise sobre a questão. (Salama e Destremau, 2001: 18).

Neste ponto, devem-se tecer alguns comentários acerca das percepções objetivas e subjetivas, que atualmente permeiam o campo de análises sobre a pobreza no nível individual. Elas diferem em termos da importância que o analista confere à opinião das próprias pessoas sobre suas condições de bem-estar e em termos do espectro de fatores a serem incluídos: avaliações objetivas referem-se à idéia material de bem-estar econômico ou de “padrão de vida”; a abordagem subjetiva envolve aspectos menos tangíveis, como, por exemplo, o acesso a direitos (Ravallion, 1994: 4). Assim, a perspectiva objetiva caracteriza-se por envolver julgamentos normativos, que primam por definir aspectos como o que constitui a pobreza e o que é requerido para tirar as pessoas daquele estado. A abordagem subjetiva, por outro lado, dá relevância às opiniões das pessoas, em termos dos bens e serviços que são valorizados por elas. Ela refere-se ao sentimento individual de ter-se tornado pobre, quando não se é mais possível cumprir os compromissos decorrentes da posição ou do lugar ocupados na sociedade, na família, na etnia ou no meio em que se vive. Dessa forma, a privação subjetiva está associada ao enfoque da pobreza relativa, já que os patamares evoluem com o crescimento: novas linhas de rendimento, que permitam aos indivíduos não se sentirem pobres, são definidas quando a renda nacional aumenta (Salama e Destremau 2001, 52)⁶.

⁶ Até recentemente, a abordagem da pobreza subjetiva não havia sido aplicada pelos economistas aos países em desenvolvimento. Naqueles países, o estudo da pobreza tende a restringir-se à pobreza absoluta, à construção de indicadores de necessidades básicas não satisfeitas. Assim, a maioria dos trabalhos desenvolvidos nessa área de investigação baseia-se na perspectiva objetiva. Isso se deve principalmente aos obstáculos encontrados nos estudos estatísticos de larga escala, quando se tenta agregar, para toda a população, as múltiplas percepções individuais que emanam das abordagens subjetivas. Além disso, alguns argumentos se levantam contra o investimento de esforços em investigações acerca da pobreza subjetiva. Townsend (1993:35) defende que a privação subjetiva não pode ser avaliada independentemente da privação efetiva (carência material e social, que merece escrutínio e mensuração), pois essa última é tida como fundamental para o entendimento mais completo dos fenômenos social e psicológico, além de servir como pilar para a investigação científica da pobreza. Há também posicionamentos a favor do viés objetivo, com base na alegação de que nem sempre os indivíduos são os “melhores juízes” do que é o melhor para eles (Lok-Dessallien, 2003). Apenas nos últimos anos é que a comunidade internacional passou a se interessar em medir a pobreza a partir da perspectiva subjetiva, através de metodologias participativas (Lok-Dessallien, 2003). Um exemplo disso está na concepção de pobreza apresentada no Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/01, elaborada a partir do projeto denominado “Consultas aos Pobres”, desenvolvido pela própria instituição. Em tal relatório, são apontados dois aspectos da pobreza, dificilmente captados em pesquisas convencionais, que emergiram das

2.1.4 Pobreza como privação de capacidades

No âmbito das discussões conceituais sobre pobreza, tem-se um avanço com as contribuições do economista indiano Amartya Sen, que expande a abordagem das necessidades fundamentais, além de incorporar, em sua discussão, aspectos referentes às demais formulações descritas até aqui. Ele insere a reflexão acerca da pobreza no campo de pensamento sobre justiça social, sobre igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que, sem negar a relevância dos fatores econômicos, enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social (Sen, 1988: 31). Dentro dessa perspectiva de análise da justiça social, as vantagens individuais são aferidas em termos de capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades substantivas de que ela usufrui para levar um tipo de vida que valoriza. Disso decorre a noção de que a pobreza não deve ser identificada com o critério padrão da escassez de renda, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas “capacidades básicas” (Sen, 1999: 87).

Sen argumenta que o acesso a alimentos e bens, por parte de alguns grupos da população, é função de uma série de fatores legais e econômicos. Ele entende que a disponibilidade de um bem, em um dado espaço, não garante que certos grupos de indivíduos tenham capacidade de adquiri-los por meio de mecanismos como a produção própria, a criação de empregos, sistemas de preços e a constituição de reservas públicas. A partir disso, ele afirma que não é a escassez de bens que gera a miséria e a fome, mas a incapacidade de obtê-los.

Ao interpretarem as propostas de Sen, os autores Salama e Destremau (2001: 78) percebem que a noção de bem-estar assume centralidade no esquema elaborado pelo economista indiano. De modo sucinto, Sen propõe uma abordagem que rejeita a “utilidade” e a posse de *commodities* como métricas para o bem-estar. Ele argumenta que bem-estar tem a ver com “estar bem”, o que se refere a ser capaz de ter longevidade, de estar bem nutrido, de ser saudável e educado, além de outros atributos. Sen diz que a mensuração do “padrão de vida” deve se pautar na *vida*, e não na posse de *commodities* (Ravallion, 1994: 5). Os aspectos principais do esquema proposto por Sen se resumem da seguinte forma:

O bem-estar de uma pessoa pode ser considerado em relação à qualidade (...) de sua existência. Viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” ligados entre si, consistindo em ser e ter. (...) Os

avaliações participativas daquele projeto: o primeiro relaciona-se com risco e volatilidade de rendas, tendo sido freqüentemente expresso sob um sentimento de “vulnerabilidade” – a pobreza vista não apenas como um estado do “ter pouco”, mas também como um estado em que se está sujeito a perder o pouco que se tem. O segundo aspecto refere-se ao modo como os pobres descreveram suas interações com funcionários públicos e instituições, revelando outro aspecto importante da vida na pobreza: falta de poder político. Para maiores detalhes, vide World Bank (2000; 2001).

funcionamentos pertinentes podem variar em coisas tão elementares quanto: ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos inevitáveis de morbidade e mortalidade prematura..., até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária, etc. (...) Intimamente ligada à noção de funcionamentos encontra-se a noção da capacidade de funcionar. Ela representa diversas combinações de funcionamentos (seres e teres) que a pessoa pode realizar. A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de funcionamentos, que reflete a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Da mesma maneira que uma suposta “combinação orçamentária” representa, no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a “combinação de capacidades” reflete, no campo dos funcionamentos, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas (Sen, apud Salama e Destremau, 2001: 79, tradução dos autores).

A partir dessas considerações, em vez de definir a pobreza como carência de suprimento das necessidades fundamentais, Sen a percebe como a falta de realização de certos funcionamentos de base e da aquisição das capacidades correspondentes: uma pessoa é pobre se carece da oportunidade de atingir alguns níveis minimamente aceitáveis desses funcionamentos. Sob esse prisma, para que uma pessoa saia da pobreza e passe a levar uma vida digna e integral, ela deve desenvolver capacidades, através de ações individuais e coletivas, que conduzam à melhoria de suas condições de vida e mesmo à superação dos movimentos circulares, reiterativos e desvantajosos que engendram as situações de carências e privações (Salles e Tuirán, 2002: 67). Os funcionamentos relevantes para essa análise podem variar desde aqueles de natureza física, como estar bem nutrido, estar adequadamente vestido, morar bem e evitar morbidade, até a consecução de objetivos sociais mais complexos, como participar da vida da comunidade. Dessa forma, a abordagem das capacidades abre espaço para que se compatibilizem as noções de pobreza absoluta e relativa, uma vez que privação relativa em renda e *commodities* pode levar a uma privação absoluta em capacidades mínimas (Fukuda-Parr e Kumar, 2003: 39).

É o entendimento de que os funcionamentos representam um modo de “levar a vida adiante” que faz com que a pobreza não se defina com base no baixo nível de rendimento nem de utilidade, os quais não são identificados com bem-estar. Em vez disso, a compreensão da pobreza alicerça-se “na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social econômico e cultural particular” (Salama e Destremau, 2001: 79).

No entanto, Sen (1999: 87) não refuta o entendimento de que baixa renda é uma das maiores causas da pobreza, já que a sua falta pode ser a principal razão para a privação de capacidades de uma pessoa. Em sua discussão, ele reconhece que a capacidade para o trabalho é a posse principal da maioria da humanidade e que a obtenção de rendimento e, por conseguinte, a capacidade de comprar alimentos e outros bens, constitui o principal meio de acesso àqueles recursos. Salama e Destremau (2001: 77-78) observam que tal encadeamento de idéias se faz particularmente válido em países em desenvolvimento, onde há insuficiência

de sistemas de previdência social que protejam ou substituam essa capacidade, especialmente no que concerne a grupos mais vulneráveis e expostos à flutuação de suas capacidades.

Mesmo reconhecendo que a renda inadequada é uma condição que predispõe a pessoa para uma vida empobrecida, Sen (1999: 87-88) aponta aspectos que favorecem a abordagem das capacidades em relação à adoção de um padrão de renda para avaliar a pobreza. Em princípio, ele defende que a pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades, já que tal abordagem se concentra nas privações que são “intrinsecamente” importantes, diferentemente da baixa renda, que é apenas “instrumentalmente” significativa. Um outro aspecto é que a renda não é o único instrumento que gera capacidades, havendo diversos outros fatores que influenciam a privação de capacidades e, portanto, a “pobreza real”. Há ainda o fato de que o impacto da renda nas capacidades é contingente e condicional: a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades distintas e mesmo entre diferentes famílias e indivíduos.

Sen (1999: 88) comenta que esse último aspecto é particularmente relevante na consideração e avaliação das ações públicas voltadas para a redução da pobreza ou da desigualdade. Dentre os motivos que confluem para a existência de tais variações condicionais, é útil que se enfatizem quatro deles no contexto prático da formulação de políticas. Primeiramente, a relação entre renda e capacidade pode ser afetada por diversos fatores, cujas interações podem fortalecê-los reciprocamente. Dentre os mais relevantes estão a idade da pessoa (a exemplo da existência de distintas necessidades por parte dos idosos e dos muito jovens), a diferença de sexo e seus respectivos papéis sociais (como através de responsabilidades especiais da maternidade e também de práticas habituais que determinam obrigações familiares), a localização residencial em zona urbana ou rural (a exemplo do enfrentamento de secas ou enchentes, ou pela insegurança e violência em algumas cidades), a atmosfera epidemiológica (através de doenças endêmicas em uma região), além de outros sobre as quais a pessoa pode não ter controle (ou tê-lo apenas de modo limitado). Com a finalidade de que se elaborem políticas públicas mais eficazes, é ressaltada a importância de que se contrastem e se observem as diferenças existentes entre os diversos grupos populacionais, classificados de acordo com idade, sexo, localização do domicílio, dentre outros fatores.

Em segundo lugar, afirma-se que algumas desvantagens podem exercer impacto “duplo” sobre a relação entre a privação de renda e a adversidade na conversão de renda em funcionamentos. Explica-se que impedimentos como idade, incapacidades físicas ou doenças reduzem a habilidade de alguém de obter renda. Adicionalmente, tais impedimentos

dificultam a conversão da renda em capacidades, já que pessoas idosas, com incapacidades ou doenças mais acentuadas podem precisar de mais renda – para assistência, próteses, tratamentos, dentre outros – de modo que possam obter os mesmos funcionamentos. Isso implica que a “pobreza real”, entendida nos termos da privação de capacidades, pode ser mais intensa do que parece ser no espaço da renda. Uma preocupação dessa natureza deve ser levada em conta na avaliação de ações públicas para assistir os mais velhos e outros grupos com dificuldades de “conversão” (Sen, 1999: 88).

O terceiro aspecto em favor da abordagem das capacidades refere-se à distribuição intra-familiar da renda. Entende-se que tal questão coloca-se como uma complicação da abordagem monetária da pobreza, sendo esse um tema substancial em muitos contextos. O problema reside no fato de que a renda da família pode ser usada de modo desigual, em interesse de alguns membros e não de outros. Nesse caso, a extensão da privação de membros negligenciados pode não ser adequadamente refletida em termos de renda familiar. O viés de sexo, por exemplo, pode ser um fator relevante, principalmente na alocação da renda familiar em países da Ásia e do Norte da África; maiores taxas de mortalidade, subnutrição, negligência médica, etc, demonstram que a privação de garotas aparece de modo mais evidente sob o prisma da privação de capacidade do que com análises baseadas em renda. Mesmo que esse tópico não seja central no contexto de desigualdade e pobreza na Europa e na América do Norte, a iniquidade entre os sexos acontece nos níveis básicos dos países ocidentais. A Itália, por exemplo, tem uma das mais altas taxas de trabalhos exercidos por mulheres, que não são reconhecidos e nem incluídos no padrão nacional de trabalho contabilizado. A contabilização do esforço e do tempo despendidos e a relativa redução da liberdade têm certa proeminência na análise da pobreza mesmo na Europa e na América do Norte. Há também outros modos de divisões intra-familiares que são importantes incluir entre as considerações relevantes para a política pública na maior parte do mundo (Sen, 1999: 88-89).

O quarto aspecto colocado por Sen já foi mencionado anteriormente. Ele se refere ao fato de que a privação relativa em termos de renda pode gerar privação absoluta em termos de capacidades. Ser relativamente pobre em um país rico pode ser um grande impedimento de capacidade, mesmo quando a renda absoluta de alguém é alta em termos do padrão mundial. Em um país opulento, mais renda é necessária para adquirir bens e serviços suficientes para obter o mesmo funcionamento social. Essa consideração, pioneiramente esboçada por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, de 1776, é central à compreensão sociológica da pobreza e tem sido analisada por vários autores (Sen, 1999: 89). Um exemplo disso está nas

dificuldades que alguns grupos experimentam de “fazer parte da vida da comunidade” e que pode ser crucial para qualquer estudo de exclusão social. A necessidade de participar da vida de uma comunidade pode induzir demandas por equipamentos modernos, tais como televisões e carros, em um país onde tais bens são mais ou menos universais (diferentemente do que seria necessário em um país menos pujante).

A partir do exposto, as existências de variabilidade das necessidades, de necessidades específicas e das diferenças de capacidades para transformar renda em funcionamentos são entendidas como impedimentos para que a pobreza seja padronizada através da medição de patamares de renda ou mesmo de necessidades. Assim sendo, o autor questiona também a noção de que certas quantidades de bens “essenciais” possam avaliar o bem-estar das pessoas. Como decorrência disso, ele parte para contestar a pertinência das abordagens agregadas no tratamento de problemas como fome endêmica, pobreza e desigualdades, afastando-se dos economistas do bem-estar – que privilegiam tal agregação. Nessa perspectiva, Salama e Destremau (2001: 80) entendem que

... sem afastar a pertinência de uma consideração da eficácia, apreciada pelos economistas do bem estar, Sen contesta os argumentos, alegados geralmente em favor de uma manutenção das desigualdades, e refuta o fato de que uma redução das desigualdades (de rendimentos, de capacidades) seja, por princípio, contrária a uma melhora da eficiência de uma economia e à maximização das utilidades.

Em suas elaborações, Sen (1988: 11) defende a importância de que sejam efetuadas certas medidas, tais como a distância entre a posição de uma pessoa e o nível do patamar definido, ou mesmo as desigualdades entre os pobres. Demandas dessa natureza acabam por requerer que o enfoque metodológico das capacidades tenda a assumir um caráter desagregado.

Ravallion (1994: 6) tece um comentário acerca da realização de estudos empíricos sob o enfoque das privações de capacidades. Considerando que a tarefa de analisar a pobreza consiste em se determinar quais são as capacidades relevantes em sociedades específicas e quem são as pessoas que falham em alcançá-las, o autor entende que ela não tem sido realizada de modo satisfatório em trabalhos aplicados. Com isso, ele chama atenção para o fato de que a operacionalização dessa formulação apresenta um alto grau de dificuldade de operacionalização empírica, já que trata eminentemente de aspectos que não são facilmente observáveis ou mensuráveis na realidade. Tal dificuldade associa-se ao caráter intrínseco da abordagem da privação de capacidades: pode-se dizer que ela oferece uma perspectiva “filosófica” da natureza do problema, contribuindo para que se possa ter uma compreensão aprofundada sobre o significado do fenômeno, notadamente no nível teórico-conceitual.

Tal entendimento pode ser confirmado pela síntese apresentada pelo próprio Sen (1999: 90). Segundo o autor, a contribuição da perspectiva das capacidades para o campo de análises

da pobreza está no fato de que ela aumenta a compreensão da natureza e das causas da pobreza e privações por transferir a atenção dos “meios” (entendendo-se que a renda é apenas *um* meio a que é usualmente devotada muita atenção) para os “fins” que pessoas têm razão de buscar e, correspondentemente, para a liberdade de ser capaz de satisfazer a esses fins. Dessa forma, a relevância da perspectiva da pobreza de capacidades está no fato de que as privações são vistas em um nível mais fundamental, mais próximo das demandas de justiça social.

2.1.5 A perspectiva da multidimensionalidade

Como se pode notar, ao longo dos anos, as formulações e as análises sobre a pobreza caminharam em direção à ampliação da percepção sobre o fenômeno. Cada vez mais, múltiplas dimensões foram sendo associadas a essa problemática e incorporadas nas investigações sobre o tema. Como definiu Wilber (1975: 3), a pobreza passou gradativamente a ser vista como um sistema, uma “abstração-imensurável” por si mesma, mas que possui múltiplas propriedades que podem ser medidas; frente a tal percepção, a perspectiva da pobreza enquanto carência de renda tornou-se parcial. Atualmente, reconhece-se que esse é um fenômeno intrinsecamente multidimensional e os estudos mais recentes tendem a afinar-se com tal perspectiva, buscando enfatizar sua natureza complexa, em que pesam vários fatores⁷.

Hoje, é consensual a noção de que se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. A multiplicidade de carências e penúrias impostas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. Além disso, como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão (Salama e Destremau, 2001: 113-114; United Nations, 2002: 17; Anand e Sen, 2003a: 204).

⁷ Note-se que, mesmo que no nível analítico a pobreza não seja mais identificada com a simples carência de renda, esse indicador monetário ainda desempenha papel fundamental no âmbito das investigações empíricas realizadas sobre o tema; outros indicadores empíricos de condições de vida também costumam ser utilizados, refletindo outras dimensões das situações de carências e privações.

Sob a perspectiva da multidimensionalidade, abre-se espaço para a elaboração do fenômeno enquanto “armadilha da privação”. A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza. Para Haan (1999:25), o entrelaçamento das diferentes formas de privação evidencia o caráter múltiplo e cumulativo das desvantagens vividas por aqueles grupos desfavorecidos. Nessa discussão, Chambers (apud Salles e Tuirán, 2002: 67) sumariza tais fatores em cinco grupos, vistos ao mesmo tempo como determinantes e conseqüências da pobreza: a debilidade física, o fato de se viver isolado, vulnerabilidade, a falta de poder e a insuficiência de renda e de riquezas.

Mestrum (2002: 37) defende a definição multidimensional da pobreza, já que ela permite que se leve em conta um número ilimitado de problemas, tanto em termos de suas causas e conseqüências, como de seus sintomas. A autora afirma que a constatação de que certos indivíduos são muito pobres para poderem sair daquela situação sozinhos está na raiz de tais abordagens complexas, que transcendem a perspectiva apenas monetária da pobreza. Da mesma forma, a idéia de “ciclo vicioso” e a convicção de que um aumento de renda não seria suficiente para resolver os problemas são inerentes a tais formulações.

Tal autora argumenta que, implicitamente ou explicitamente, a multidimensionalidade da pobreza tem a potencialidade de situar os pobres dentro de uma alteridade em comparação ao resto da sociedade. O fato de a linha que separa ricos de pobres não concernir somente à renda, mas igualmente a diversos elementos como saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas, etc, abre novas perspectivas de análise. Há por exemplo, a possibilidade de se contemplarem situações em que as necessidades relativas aos domínios não-monetários da pobreza sejam satisfeitas, sem que a pobreza monetária seja eliminada (Mestrum, 2002: 38).

Também ressaltando os aspectos positivos dessa forma de perceber o fenômeno, Salama e Destremau (2001: 115) concordam com a riqueza das abordagens multidimensionais no que tange à ampliação dos horizontes de análise sobre a questão. Eles valorizam o fato de que tal perspectiva permite que se vá além dos estudos sobre gradações de pobreza, abrindo espaço para o estabelecimento de tipologias, desenvolvidas em termos do cruzamento entre indicadores de condições de existência e de rendimentos. Dessa forma, diferentes formas de pobreza podem ser identificadas, tanto sob uma perspectiva cumulativa (como, por exemplo, os grupos familiares que acumulam pobreza monetária e condições de vida precárias), como

sob um ponto de vista seletivo, no sentido de que as populações estudadas não são identificadas como pobres segundo a totalidade dos planos de análise mobilizados.

A noção de multidimensionalidade pode ser entendida também na acepção das várias formas de manifestação do fenômeno. White e Killick (2001: 15), por exemplo, sugerem uma categorização da multiplicidade de expressões da pobreza, que pode ser útil ao propósito da formulação de políticas públicas. Inicialmente, os autores afirmam que há que se distinguir a pobreza crônica da transitória. Os cronicamente pobres são aqueles confinados à pobreza devido à confluência de uma série de fatores, como ausência de influência política, poucos bens, falta de acesso ao mercado. Tirá-los da pobreza requer que se construam seus capitais social, físico, humano e político. A pobreza transitória, por sua vez, tem a ver com a vulnerabilidade a choques, como pode acontecer em casos de colheitas perdidas, flutuações de preços, debilitação da saúde e cortes na oferta de redes de segurança. Reconhece-se que a distinção entre essas duas categorias não é rígida, mas ela é considerada relevante para discernir propósitos de políticas públicas. Em seus esforços de classificação das formas de pobreza, os mesmos autores mencionam ainda outras categorias. Falam na existência de uma “pobreza catastrófica”, aquela relacionada a situações de calamidade, como em casos de fome extrema e de países assolados pela AIDS ou por conflitos civis. Eles distinguem também a pobreza da indigência: pobres são aqueles que têm capacidades e recursos para “funcionarem” de modo sustentável, ainda que em baixo nível e, portanto, têm uma base para que possam construir uma melhora em suas vidas; os indigentes encontram-se em situações tão extremas que não chegam a dispor de meios de sustentação (White e Killick, 2001: 15-16).

Como se vê, a multidimensionalidade da pobreza envolve aspectos de diversas naturezas: materiais, subjetivos, assim como dimensões políticas e sociais relacionadas a essa questão. Apesar de reconhecer a relevância de todos esses tipos de fatores, deve-se reafirmar aqui que o presente texto limita-se a estudar a multiplicidade de fatores socioeconômicos mais diretamente associados à pobreza. Não serão enfocadas aqui as questões subjetivas, relativas a sentimentos e percepções pessoais daqueles que vivem em situações de carências e privações. Da mesma forma, as estruturas políticas e macro-sociais determinantes da pobreza também não se constituem em alvo de investigação no âmbito desta pesquisa; elas são tidas como dadas, de modo que as análises a serem realizadas dar-se-ão a partir dessas estruturas.

Os fatores socioeconômicos associados à pobreza a serem aqui contemplados são aqueles que podem, de alguma forma, servir para o delineamento de intervenções anti-pobreza (White e Killick, 2001: 15). No contexto deste trabalho, está-se referindo especificamente a aspectos referentes à inserção do indivíduo no mercado de trabalho, à composição da família e às

características das pessoas, tais como sexo, idade, raça e nível de educação. Para Néri, Nascimento e Pinto (1999: 2), tais aspectos inserem-se na discussão sobre o acesso, por parte das camadas pobres, aos distintos “tipos de capitais”: o humano, o físico e o social. O debate realizado nesse nível de análise indica que tais tipos de capitais inter-relacionam-se, reforçando-se mutuamente. O capital humano, por exemplo, intimamente ligado à questão da educação, além de incrementar a produtividade do indivíduo, capacita-o a fazer parte de redes sociais e torna-o apto a articular demandas e a participar de sistemas políticos. Da mesma forma, o capital social aumenta sua possibilidade de acesso a oportunidades de geração de renda, à proteção social, ao acesso a bens, podendo também influenciar situações de em que são necessárias a proteção de direitos políticos e a defesa contra intervenções arbitrárias e nocivas. Esses tipos de capital repercutem na dimensão do capital físico, podendo reforçá-lo e sendo também por ele influenciados.

Voltando-se para a discussão sobre os aspectos socioeconômicos propriamente ditos, a condição de inserção do indivíduo no mercado de trabalho coloca-se como um dos fatores mais relevantes para os estudos de pobreza (Székely, 1996: 34; White e Killick, 2001: 17 United Nations, 2002: 16). Em princípio, devem-se distinguir as situações de pessoas pobres dependentes daquelas vividas por indivíduos economicamente ativos. Os primeiros são, por exemplo, os incapacitados e idosos que, além do fato de não poderem se inserir em atividades econômicas produtivas, muitas vezes não contam com o apoio de suas famílias. Em tese, aposentadorias e outras modalidades de auxílio podem lhes aliviar as condições de vida. Com relação aos economicamente ativos, apesar das potencialidades que possuem em relação aos primeiros, há que se reconhecer que eles podem se encontrar sob uma série de circunstâncias desfavoráveis que lhes dificultem a vida, tais como desemprego, ou mesmo o trabalho informal, sem garantias, precário ou com baixas remunerações. Ademais, a discussão sobre o modo de inserção do indivíduo nos processos produtivos é indissociável da questão referente à localização rural ou urbana onde ele vive. Aspectos relativos a acesso ao trabalho, dificuldade de acesso à terra para cultivo e situações de seca povoam os debates (White e Killick, 2001: 17).

Outras questões, como características de nível educacional e de raça do indivíduo, colocam-se como fatores que podem dificultar a inserção no mercado de trabalho e, dessa forma, relacionam-se à discussão sobre pobreza. Pessoas com maiores níveis de educação tendem a se inserir mais facilmente no mercado de trabalho; espera-se que seus desempenhos gerem maior produtividade e, justamente por isso, elas assumam melhores postos e obtenham maiores salários. Dentro dos estudos sobre pobreza, a educação recebe atenção por também

estar associada a questões como diminuição das taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e ao aumento da educação das gerações futuras (Herrera, 1999: 15).

A questão da raça, por sua vez, tem suas raízes fincadas no passado histórico de sociedades escravocratas. O legado discriminatório contra negros e pardos faz com que suas condições de desvantagens materiais e sociais se perpetuem até os dias atuais. Ainda hoje, observa-se que a população negra é a que mais tem dificuldade de acesso às prerrogativas da cidadania, o que se manifesta, dentre outros aspectos, no acesso a serviços de saúde, educação, habitação e empregos de baixa qualidade (Guimarães, 2002a: 69-70).

Um outro aspecto a ser comentado é a “feminização da pobreza”. Esse tema tem sido cada vez mais discutido no âmbito das ciências sociais, uma vez que as mulheres têm maior tendência a viver em situações de pobreza do que os homens. Ainda que sexo seja um atributo individual, nas discussões sobre pobreza, tal aspecto é indissociável da questão da divisão sexual do trabalho, que marca os contextos familiares. Em tais contextos, muitas vezes a ausência de um homem no domicílio faz com que a renda domiciliar *per capita* diminua, já que tal ausência significa a falta de mais uma fonte geradora de recursos para o lar. No âmbito produtivo, é comum que mulheres auferam remunerações relativamente mais baixas e que enfrentem maiores dificuldades em termos de acesso a terra, a empregos, a crédito, a educação e a saúde. Tais discriminações contra as mulheres parecem ser mais pronunciadas nas classes pobres das populações. Além disso, a relevância da discussão sobre a feminização da pobreza relaciona-se ao seu efeito social difusor: devido aos papéis de cuidar dos filhos e dos idosos, tipicamente desempenhados por mulheres, suas precárias condições de existência podem se transferir às crianças e se desdobrar em termos da deterioração das condições de vida dos mais velhos (Salles e Tuirán, 2000; White e Killick, 2001: 17; Mestrum, 2002: 51).

Sob o prisma da multidimensionalidade da pobreza, diversos podem ser os indicadores das situações de carências e privações. Conforme se observa nos estudos sobre o tema, renda, acesso a bens duráveis e a serviços de saneamento básico são aspectos frequentemente utilizados para indicar as condições de vida dos indivíduos. Como todos eles se referem a um único conceito, o de pobreza, tem-se como corolário o fato de que eles estão associados entre si.

Pelas considerações anteriores, observa-se que se trata, de fato, de um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados. Assim, as dificuldades de abordá-lo recaem na sua complexidade e nas especificidades de contextos diversos: a pobreza manifesta-se distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização, em distintas condições

climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que apresentam diferentes valores e condições de vida (Rocha, 2003: 20; 27). Está-se diante de um objeto social intrinsecamente relacional, como entende Bourdieu (1998; 27-28).

Por isso, Mestrum (2002: 37) afirma que, por mais pertinente que uma abordagem da pobreza enquanto fenômeno multidimensional e complexo possa ser, ela apresenta muitas dificuldades. A autora menciona dois fatores complicadores. Primeiro, o problema da avaliação quantitativa é dificultado; as diferentes dimensões da pobreza não podem ser agregadas em um só indicador, pois se impõe a interrogação sobre qual peso deve ser dado a cada uma delas. Em seguida, numa abordagem dessa natureza, deve-se estar atento para não se correr o risco de confundir suas diferentes dimensões com a pobreza propriamente dita e a relegar a último plano a questão da renda.

2.1.6 Considerações sobre a evolução do conceito de pobreza

A partir do exposto, observa-se que ao longo do tempo, o entendimento sobre pobreza movimentou-se gradual e progressivamente em direção à sua expansão. Da preocupação primordial em “conter os marginais”, passou-se por outros estágios de compreensão, até que se chegasse à noção atual de que se trata de um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões. As formulações recentes não chegaram a desbancar por completo as formas mais antigas de perceber a questão. Por isso, ainda hoje se pode observar a coexistência de diversos modos de compreender o fenômeno, tanto no âmbito da realização de estudos sobre o tema como das intervenções anti-pobreza.

Assim, os vários conceitos de pobreza não devem ser vistos como se competissem entre si. Como se disse, além da possibilidade de coexistência entre eles, as últimas formulações tendem a abarcar contribuições das primeiras, de maneira que as várias dimensões trazidas por cada uma delas sejam incorporadas e articuladas, dando corpo a uma nova elaboração. Tal evolução no modo de se perceber a questão oferece um espectro de possibilidades de análise, que foi sistematizado por White e Killick (2001: 10). O esquema proposto por tais autores, ilustrado na figura 2.1, estende-se desde as abordagens que demonstram as visões mais estritas sobre o fenômeno até aquelas mais abrangentes, que chegam a incluir aspectos subjetivos da pobreza.

Com isso, nesse campo de estudos, converge-se atualmente para a compreensão de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo, em que interagem diversos fatores

socioeconômicos. Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas pobres o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, além das precárias condições de saúde e educação, dos problemas de discriminação de sexo e de raça, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda. Aspectos como saúde debilitada ou mesmo estigmas sociais podem se constituir em barreiras para que pessoas pobres saiam daquelas situações. Observa-se assim que a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que se desdobra ainda em sentimentos de vulnerabilidade e insegurança.

Legenda:

CP: Consumo Pessoal
 SP: Serviços Públicos
 BN: Bens e Recursos
 Seg.: Segurança
 Dig.: Dignidade
 Aut.: Autonomia

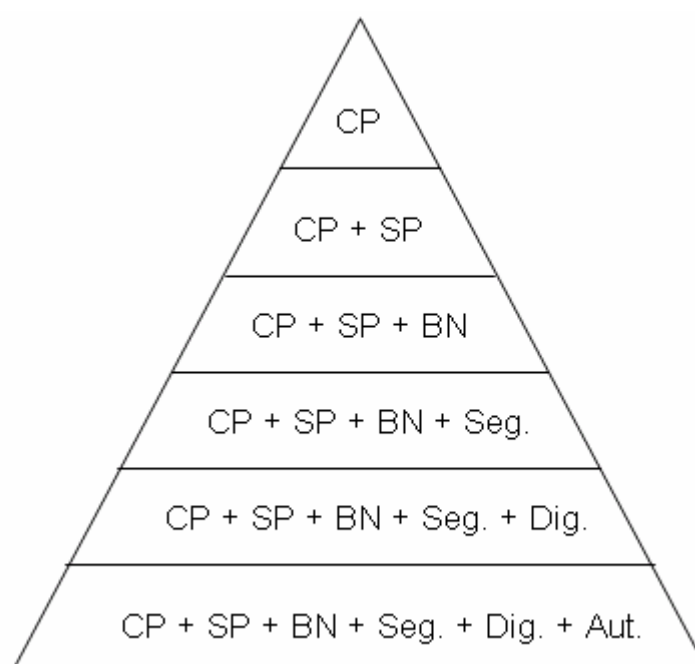


Figura 2.1. Evolução dos conceitos de pobreza

Como se vê, dentre as múltiplas facetas que compõem essa problemática, tem havido a tendência a se incorporarem à discussão aspectos subjetivos ligados a essa questão: as percepções das pessoas pobres sobre suas condições de vida. Apesar de não ser esse o foco deste estudo, reconhece-se o desenvolvimento de pesquisas participativas de avaliação da pobreza. Elas têm apontado que, além das privações de caráter socioeconômico, os pobres são acometidos por sentimentos de falta de dignidade e de autoconfiança.

Alguns fatores confluíram para que se optasse por desenvolver um estudo voltado para a análise das condições socioeconômicas “objetivas” dos pobres em detrimento da perspectiva subjetiva. Concorda-se com Townsend (1993:35) a respeito da opinião que não se pode avaliar a percepção subjetiva da pobreza sem que se analisem as dimensões material e social

da privação, uma vez que elas são necessárias para que se tenha um entendimento mais completo dos fenômenos social e psicológico. Como o presente estudo se propõe a analisá-las a partir de um enfoque inovador, que pode trazer novas iluminações à compreensão do fenômeno, é desejável que a avaliação dos aspectos subjetivos aconteça em um momento posterior. Some-se a isso a existência de uma dificuldade de caráter operacional: neste momento, não se dispõem de dados estatísticos representativos, referentes a percepções subjetivas sobre a pobreza com a abrangência espacial que se almeja investigar neste estudo, o estado da Bahia.

Mesmo em se adotando conceitos menos extensos sobre a pobreza, que não consideram seus aspectos subjetivos, as investigações sobre o tema são imbuídas de dificuldades. Medidas simples, baseadas em renda ou consumo, por exemplo, são as mais comuns internacionalmente por apresentarem a vantagem de que os dados necessários são geralmente disponíveis. No entanto, apesar de seus méritos substantivos, medidas de pobreza calculadas apenas sobre a renda têm limitações. É difícil assegurar a comparabilidade entre países e estabelecer uma definição robusta de uma linha de pobreza. Além disso, dentro dessa abordagem, os indivíduos constituem as unidades de análise, mas os *surveys* costumam coletar informações sobre a renda familiar. Com isso, emergem complicações acerca da definição de o que constitui uma família, além de se estar abstraindo a posição do indivíduo dentro do consumo familiar. A investigação sobre pobreza com base exclusivamente na renda também pode incorrer em perdas na captura e análise de outras dimensões do fenômeno. A abordagem das necessidades básicas, por sua vez, ressalta a escassez de vários tipos de bens e de capital por parte dos pobres como a maior fonte de privação. Tal enfoque também enfrenta problemas de mensuração, além de se deter apenas a carências de ordem material, assim como acontece com as medidas de renda.

A expansão do conceito em direção à sua multidimensionalidade aumenta ainda mais as dificuldades para a realização de pesquisas sobre o tema. Os desafios de abordá-lo associam-se a sua complexidade, ao fato de que suas dimensões estão inter-relacionadas e às especificidades apresentadas em cada contexto. Tais aspectos trazem alguns riscos, como não se distinguir a pobreza em si das diversas dimensões a que ela se associa. Além disso, tal perspectiva multifacetada faz com que indicadores agregados não sejam suficientes para captar e expressar a complexidade do fenômeno. O uso de tais indicadores pode fazer com que a referida multidimensionalidade seja reduzida a um único número ou coeficiente, incorrendo em perdas para a apreciação da realidade em estudo. A evolução da percepção sobre a pobreza requer instrumentos metodológicos que reflitam as construções conceituais

complexas desenvolvidas acerca dessa questão. Nisso reside a motivação para a realização do presente trabalho, que investe esforços em analisar metodologias de pesquisa tradicionalmente aplicadas em investigações sobre pobreza e, sobretudo, dedica-se à análise da adequação da Modelagem de Equações Estruturais para a abordagem dessa questão, tendo em vista a apreensão de sua multidimensionalidade.

2.2 Mensuração e operacionalização dos conceitos de pobreza

Para que as concepções teóricas sobre pobreza possam ser refletidas em pesquisas empíricas, devem-se encontrar maneiras que viabilizem a transição da discussão conceitual às investigações de situações reais. O procedimento usual para que se realize essa transição consiste na utilização de variáveis observáveis que reflitam, na prática, as idéias e concepções esboçadas na teoria. Esta seção dedica-se à discussão de tais variáveis ou indicadores observáveis que, utilizados em estudos aplicados, ajudam a aferir as situações de pobreza segundo as formulações conceituais discutidas até aqui. Tendo em vista o fato de que tal explanação fundamentará a operacionalização do conceito de pobreza a ser desenvolvida na parte empírica do presente estudo, serão focalizadas apenas as variáveis usadas para medir a pobreza ou as “condições de vida” de acordo com a perspectiva objetiva do fenômeno, em conformidade com os propósitos já declarados neste trabalho.

Como se observou, as formulações conceituais expostas caracterizam-se e distinguem-se por meio de uma série de aspectos que lhes são próprios. Contudo, uma marca fundamental em cada uma das abordagens é o viés através do qual a pobreza é percebida: como uma questão absoluta ou relativa. A perspectiva absoluta enaltece aspectos ligados à privação fisiológica, podendo se orientar tanto pelo parâmetro da nutrição quanto pela inclusão de algumas “necessidades básicas”, sendo que estas últimas tendem a ser mais comuns na literatura sobre os países em desenvolvimento. O enfoque da privação relativa, por sua vez, explicita o caráter social do fenômeno assim como suas especificidades em distintos contextos, conforme discutido anteriormente.

A operacionalização prática de tais enfoques não é uma tarefa simples. Para que possa ocorrer, é necessário que sejam tomadas algumas decisões sobre quais devem ser as *commodities* consideradas relevantes e sobre como valorá-las umas em relação às outras (Ravallion, 1994: 5). Dessa forma, ainda que enfrentem críticas e dificuldades, os esforços de tradução das abordagens anteriormente expostas em variáveis observáveis acontecem através da identificação de formas específicas de privação de *commodities*. Considerando as diversidades conceituais e os diferentes efeitos que as várias concepções podem surtir nas

escolhas feitas para mensurar padrões de vida, Ravallion (1994: 7) coloca que a teoria nesta área é raramente definitiva em suas recomendações de práticas de mensuração. Desse modo, abre-se espaço para que haja amplo escopo para métodos divergentes em cada abordagem, o que ocorre de maneira ainda mais acentuada entre distintas formulações.

Mesmo não havendo uma regra que determine métodos e indicadores definitivos de aferição dos conceitos de pobreza na realidade empírica, observa-se a predominância da mensuração de seus aspectos objetivos através da variável renda e de outros indicadores de satisfação das necessidades básicas, que acabam sendo comuns tanto para países desenvolvidos como em desenvolvimento (Ravallion, 1994: 7). Tal ponto de vista reflete a noção de que o fenômeno pode ser bem caracterizado a partir dos atributos objetivos do status econômico do indivíduo, ou seja, da posse ou disponibilidade de recursos adequados em relação às necessidades que devem ser satisfeitas. Definições como essa, de raízes econômicas, justificam-se pelo argumento de que a falta de recursos é altamente correlacionada com outras carências concomitantes, impostas pela pobreza, que não são tão facilmente quantificáveis. Assim, inadequação de recursos é vista como uma *proxy*⁸ razoável para o grupo completo de atributos que compõem o fenômeno (Oster, 1978: 4).

Tal perspectiva encontra ressonância nos trabalhos desenvolvidos atualmente no âmbito das ciências sociais. Ainda que a pobreza seja reconhecida como um fenômeno complexo, em que as carências de bens e serviços constituem apenas algumas faces do problema, é consensual a idéia de que é válido usar tais tipos de carências como medidas do padrão de vida, já que elas são consideradas importantes componentes do bem-estar humano (Deaton e Zaidi, 2002: 1). Dessa forma, observa-se que, mesmo hoje em dia, as variáveis escolhidas para medir a pobreza são aquelas que se alicerçam nas formulações da subsistência e das necessidades básicas, abordagens que se centram diretamente nos recursos adequados à satisfação das necessidades humanas. Assim sendo, noções teóricas ligadas à percepção da questão como um fenômeno social ou como privações de capacidades são captadas muito mais por procedimentos de definição de patamares de satisfação e pelo tratamento metodológico que é dado às variáveis do que pela escolha das variáveis em si.

Com relação ao uso da renda para aferição de situações de carências e privações, pode-se dizer que foi a partir do enfoque da subsistência, que centraliza a definição de pobreza nos

⁸ Variáveis indicadoras de pobreza são aquelas que representam diretamente um dado conceito de privação. Uma “*proxy*”, por sua vez, é uma variável que, supostamente, é estreitamente correlacionada com aqueles indicadores. Como tais, “*proxies*” são representações indiretas dos conceitos de pobreza ou privação (United Nations, 1998).

requerimentos nutricionais dos indivíduos, que se inaugurou o procedimento de conversão daquelas necessidades em valor monetário. A operacionalização de tal formulação, conforme já comentado, consiste na delimitação e na quantificação de tais necessidades em uma determinada sociedade, passando-se então a sua tradução em termos de renda. Na seqüência, a perspectiva das necessidades básicas veio a adicionar àqueles requerimentos nutricionais uma série de bens e serviços coletivos que, em última análise, também vão suprir necessidades fisiológicas dos seres humanos. Incluem-se aqui moradia, mobília, roupas, saneamento básico, educação, saúde, lazer e outros aspectos que, da mesma forma, podem ser traduzidos em valor monetário.

Dessa forma, Rosenthal (1969: 18) observa que a utilização da renda como forma de medir a pobreza em uma sociedade consiste, na verdade, em uma tentativa de refletir a capacidade de consumo das famílias. Assim, a renda funciona como *proxy* de bem-estar, indicando o potencial de satisfação das necessidades de consumo familiar (Mejía e Vos, 1999: 176). Seguindo essa mesma perspectiva, Rocha (2003: 18) afirma que o principal argumento teórico a favor do uso da renda reside na íntima correlação entre nível de renda e os indicadores de bem-estar físico. A autora justifica o uso da renda, afirmando que

Nas economias modernas monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população (Rocha, 2003: 12).

Reconhecem-se, no entanto, dificuldades inerentes à utilização dessa variável como modo de mensurar a pobreza. É colocado que a informação fornecida pelas pessoas pode subestimar suas rendas efetivas, o que acaba por superestimar a incidência de pobreza. Percebe-se então a necessidade de que se dê mais “firmeza” à medida da renda, o que pode acontecer através de procedimentos empíricos destinados a tal finalidade. Nesse sentido, pode-se mencionar a recomendação de que, em vez de se lançar mão da renda disponível como indicador de pobreza, se utilize a renda bruta, a qual se caracteriza por considerar também o “efeito do patrimônio e do acesso diferenciado a bens e serviços públicos sobre o bem-estar” (Rocha, 2003: 18).

Frente a tais colocações, emerge a noção de que o *consumo* familiar poderia ser um indicador mais propício à mensuração da satisfação das necessidades domiciliares do que a renda em si (Oster, 1978: 92). Justifica-se que o nível de consumo é um parâmetro mais estável do que a renda e, portanto, pode retratar de maneira mais fidedigna o padrão de vida de uma família. Assim, a renda e o consumo familiar são apresentados como modos

alternativos de mensuração da pobreza, uma vez que se calcam em aspectos distintos do cotidiano familiar para aferir o mesmo conceito.

No entanto, uma análise mais minuciosa permite afirmar que a renda e o consumo colocam-se como indicadores intercambiáveis de bem-estar. Isso se deve ao fato de que a atribuição de renda se mostra tão difusa quanto a de consumo em um domicílio. Embora seja possível imputar fontes de renda a cada membro do grupo, não há associação clara entre seus proventos e o seu bem-estar. Em geral, aquele que auferir a renda divide-a com os demais membros do grupo doméstico. Da mesma maneira, dados sobre consumo mostram-se difusos neste aspecto (Deaton e Zaidi, 2002: 13).

Além disso, a utilização da renda como indicador de bem-estar se faz predominante por causa do aspecto prático relativo à disponibilidade dos dados coletados: medidas de renda são mais comuns do que de consumo. A razão para isso está na tradição nascida nos países ricos, que foi posteriormente transmitida para outras nações, de se mensurar a renda. Tal aspecto pode ser constatado no caso dos países latino-americanos, onde a maioria dos *surveys* domiciliares não chega a coletar dados sobre consumo (Deaton e Zaidi, 2002: 11).

A partir dessas considerações e conforme discutido nas formulações teóricas sobre a pobreza, a renda é vista como uma dimensão relevante do fenômeno. Tal variável se coloca então como central para que se possa operacionalizar a mensuração da questão. É relevante notar que, usualmente, o uso da renda para mensurar a pobreza encontra-se ligado a metodologias de determinação de linhas de pobreza, procedimentos que primam por distinguir pobres de não-pobres.

Sendo largamente utilizados por governos e em estudos sobre o fenômeno, tais procedimentos de mensuração da pobreza são sintetizados por Rocha (2003: 12-13) da seguinte forma:

Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza. Esses parâmetros são utilizados como crivo para distinguir, na população total, dois subgrupos, de acordo com a sua renda; respectivamente, indigentes e não-indigentes, no caso da linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se utiliza a linha de pobreza. Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais.

Salama e Destremau (2001) colocam algumas vantagens de se trabalhar com tais patamares monetários. Uma delas é o fato de que, sendo a renda um bom parâmetro para se indicar a pobreza, as referidas linhas evidenciam de modo contundente a falta de recursos que

as famílias têm para se reproduzirem, inclusive fisicamente. Assim, elas indicam a amplitude e a profundidade dessa faceta da pobreza.

Além disso, essa forma de mensuração numérica da pobreza permite localizar o indivíduo ou grupo familiar no conjunto dos salários recebidos em uma sociedade. As limitações e arbitrariedades intrínsecas à determinação das linhas de pobreza podem ser superadas com a utilização da distribuição geral dos salários para indicar o percentual de famílias que não recebem o salário médio e localizar a pobreza dentro do quadro geral da sociedade.

Apesar das referidas vantagens ligadas ao uso das linhas de pobreza, são apontadas algumas simplificações implicadas por tal metodologia. Coloca-se que a utilização do parâmetro da renda baseia-se numa assunção questionável: a de que pessoas diferentes têm as mesmas necessidades e auferem o mesmo bem-estar, a partir de uma dada renda. Além disso, por consistir em um critério baseado apenas na renda, a linha de pobreza apresenta uma perspectiva parcial de um problema caracterizado por sua complexidade, já que não acrescenta informações sobre as reais condições de acesso a bens e serviços (Salama e Destremau, 2001).

Como já se comentou, a determinação empírica dos valores que definem as linhas de pobreza não é uma tarefa fácil. O componente relativo é inerente às discussões conceituais sobre pobreza e essa dificuldade transita para o estágio da operacionalização do conceito. Com isso, o estabelecimento de uma cesta básica de bens e serviços e a sua tradução em termos monetários pressupõe que várias escolhas sejam feitas ao longo do caminho, sendo algumas necessariamente arbitrárias. Para minorar as incertezas inerentes à determinação dos valores de referência de ambas as abordagens, é imprescindível que antes de partir para o estágio operacional, as concepções de pobreza estejam bem definidas em relação a cada contexto socioeconômico e cultural que se deseja estudar. Tais definições devem ser compatíveis com possibilidades de mensuração e com os objetivos de políticas sociais a serem posteriormente desenvolvidas (Rocha, 1997).

Observa-se que essas críticas não se dirigem à utilização da renda em si – que é um parâmetro reconhecido como um bom indicador de pobreza –, mas às simplificações da realidade admitidas pela metodologia que determina um valor de referência para discriminar pobres e não-pobres. Além disso, critica-se o fato de que as complexidades relacionadas ao fenômeno não se limitam a esse único indicador (ainda que se admita a relevância da renda como um elemento protagonista nas análises sobre a pobreza). Com o crescente grau de rebuscamento que as formulações teóricas sobre o fenômeno vêm adquirindo, deve-se pensar na utilização do critério de renda aliado à consideração das necessidades fundamentais. A

articulação das duas abordagens pode vir a fornecer uma perspectiva mais completa das situações de pobreza estudadas (Lima, 2004).

A noção de que a mensuração da pobreza deve ser estendida às necessidades básicas e aos seus aspectos não monetários é defendida por Salama e Destremau (2001: 50). Respaldados na concepção multidimensional da pobreza, eles consideram que não se pode limitar a mensuração do fenômeno a fluxos monetários. Assim, é desejável que a abordagem das necessidades básicas não se efetive apenas através da sua tradução em valores financeiros. Ela pode consistir na utilização de variáveis que indiquem diretamente a posse ou disponibilidade de certos bens e recursos por parte dos indivíduos. Usualmente, a mensuração do fenômeno dentro dessa perspectiva se dá através da construção de indicadores agregados, que sintetizam informações sobre o nível de satisfação das necessidades básicas de uma população.

Vale lembrar que tal formulação inclui dois tipos de necessidades. Aquelas qualificadas como biológicas, que correspondem ao consumo mínimo de alimentos, roupas adequadas, moradia, alguns objetos de casa e móveis e, por outro lado, o acesso aos bens e serviços públicos básicos, utilizados pela coletividade em seu conjunto, tais como água potável, sistema de coleta de lixo e de esgotos, serviços sanitários, meios de transporte públicos e serviços de educação.

Inerentes ao enfoque das necessidades fundamentais, há dois atributos que devem ser mencionados. Primeiramente, as necessidades são quantificáveis ou mensuráveis, prestando-se bem à quantificação da pobreza e ao acompanhamento dos resultados das intervenções que venham a ser efetuadas. Em segundo lugar, está o fato de que sua satisfação aumenta a produtividade dos homens; entende-se que pessoas bem nutridas, educadas e saudáveis possuem alto potencial de trabalho e que, portanto, constituem mais um ativo produtivo dentro do modo capitalista. Vale comentar que esse aspecto relaciona-se com o campo das teorias do capital humano que, ainda que sejam discutíveis e sujeitas a críticas, apresentam-se dentro do debate sobre pobreza, oferecendo uma forma de interpretação do fenômeno (Salama e Destremau, 2001).

Alguns pontos positivos são ressaltados na mensuração da pobreza por meio das necessidades básicas. Schwartzman (1997) aponta justamente o fato de ela não se restringir à dimensão monetária. O autor considera que transações não-monetárias, transferências não-mercantis, acesso a serviços públicos e produção para consumo próprio são importantes indicadores dos padrões de vida, particularmente no caso das camadas mais pobres da população e das zonas rurais. Além disso, a inclusão das várias necessidades se coloca como uma forma capaz de preservar a natureza multidimensional da pobreza, propiciando a análise

das distintas facetas que compõem o fenômeno e dos tipos de carências existentes em cada situação.

Em termos empíricos, a mensuração da pobreza através dessa abordagem consiste na definição de indicadores adequados para cada necessidade básica. Isso deve levar em conta as características da pobreza em uma dada sociedade e a disponibilidade de dados sobre as condições de vida da população. A avaliação do grau de satisfação daquelas necessidades deve buscar o maior nível de detalhamento permitido pelos dados. No entanto, é consensual, entre os estudiosos da área, que uma abordagem das necessidades básicas deve incluir pelo menos alimentação adequada, condições sanitárias e escola, por serem consideradas as dimensões mais fundamentais (Rocha, 1997). Informações relativas aos indivíduos e seus domicílios também ganham proeminência no debate, já que, por definição, as necessidades básicas referem-se ao bem-estar de pessoas. Assim, dentre os principais componentes que geralmente operacionalizam o conceito de bem-estar nesses níveis, colocam-se: alimentação, acesso a bens duráveis, a moradia e a serviços públicos (Deaton e Zaidi, 2002: 37).

Alguns comentários podem ser tecidos em relação a tais componentes. A dimensão das privações alimentares, como já foi dito, encontra-se ligada à discussão de subsistência e aos estudos de nutricionistas, que definem os itens necessários para o suprimento de energia e nutrientes necessários aos seres humanos. O acesso a bens duráveis, por sua vez, é um aspecto introduzido por essa abordagem, na tentativa de se delinear o nível de bem-estar em um domicílio. Nessa acepção, deve-se lembrar que não é a compra do objeto em si (ou a despesa correspondente) que constitui o elemento relevante para aferir o padrão de vida, mas é o seu uso que contribui para o bem-estar. A idéia relevante a ser indicada pelo consumo desses bens situa-se então no valor dos serviços que o domicílio recebe de todos os bens duráveis que possui no período de tempo estudado (Deaton e Zaidi, 2002: 33). Entretanto, como o uso não é observado diretamente, assume-se que ele seja proporcional ao estoque de bens possuídos no domicílio (Deaton e Zaidi, 2002: 14). A relevância e a escolha de quais bens devem ser considerados variam conforme o contexto. Alguns exemplos de bens duráveis utilizados em pesquisa sobre pobreza no Brasil incluem geladeira, televisão, fogão e videocassete (IBGE, 2003).

Deaton e Zaidi (2002: 15) consideram que um dos bens duráveis mais importantes é a moradia em si mesma. O princípio subjacente à consideração das condições de habitação e de suas instalações como forma de mensurar a pobreza é o mesmo daquele que respalda o consumo de outros bens duráveis. Com relação às condições de moradia, coletam-se dados

referentes a aspectos como a propriedade do domicílio e do terreno, número de cômodos, número de banheiros (United Nations, 1998; Conde, 1999: 143; IBGE, 2003).

Outra contribuição importante para a aferição do padrão de vida é a provisão de bens públicos. Em tal dimensão, que é ignorada em considerações sobre o consumo privado, incluem-se itens como saúde, educação, polícia, água e saneamento (Deaton e Zaidi, 2002: 17). Em termos específicos de mensuração do bem-estar no domicílio, os dados coletados dizem respeito aos serviços básicos de canalização e abastecimento de água, eletricidade e coleta de lixo (United Nations, 1998; Conde, 1999: 143; CEPAL, 2001: 24; IBGE, 2003).

Em geral, dados sobre satisfação das necessidades básicas são aqueles disponibilizados por meio de coletas em pesquisas de larga escala, amostrais ou censitárias. No Brasil, as pesquisas mais relevantes são as realizadas pelo IBGE: as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que têm periodicidade anual, e o Censo, realizado a cada dez anos. Ambas as bases de dados dispõem de informações sobre aspectos socioeconômicos nos níveis do indivíduo e do domicílio.

Como se vê, as duas abordagens recém colocadas – a das variáveis referentes às necessidades básicas e a das linhas de pobreza, calcada no indicador de renda – são as principais maneiras de se operacionalizar os conceitos de pobreza com a finalidade de mensuração. Elas se colocam como os modos mais tradicionais e abrangentes de considerar o problema das medidas. Em geral, pode-se dizer que os tratamentos mais recentes sobre a questão são herdeiros dessas duas maneiras e se aplicam a contextos mais específicos, já que o reconhecimento da complexidade do fenômeno e de suas peculiaridades em distintas situações dificulta o estabelecimento de parâmetros universais (Rocha, 2003: 27).

Considerando os diversos registros associados à problemática da pobreza, uma síntese sobre a questão das medidas é oferecida por Salama e Destremau (2001: 20). Conforme os autores,

Os diversos indicadores são úteis. Limitada a um indicador, a medida é redutora, portanto, pouco pertinente. Concebida a partir de indicadores variados e levando em consideração algumas das múltiplas dimensões da pobreza, ela é mais operacional, pois possibilita analisar a evolução da pobreza. A análise socioeconômica permite atribuir a certos fatores, como (...) inflação alta, propriedade fundiária dividida de maneira desigual, catástrofes naturais etc, uma responsabilidade nessa evolução, e definir assim as políticas econômicas possíveis, permitindo aliviar essa pobreza ao agir sobre os fatores que a teriam agravado. Medidas baseadas em critérios diversos e indicadores permitem, então, construir uma idéia dos esforços a serem feitos (redistribuição dos salários, medidas fiscais...) e, a mesmo tempo, da natureza desses esforços (programas nacionais ou dirigidos...) para atenuar a pobreza.

Neste trecho, eles chamam atenção para a necessidade de se articularem os diferentes indicadores, de modo que se possa representar um panorama mais completo sobre a pobreza e seu processo de evolução. Além disso, é colocada a necessidade de se inserir a análise em

uma perspectiva socioeconômica maior, que propicie uma compreensão melhor da realidade. A produção de tal conhecimento deve ter o propósito de orientar a formulação de políticas, que podem ser macro-estruturais, dirigindo-se aos fatores mais fundamentais e condicionantes da pobreza, ou de caráter tópico e compensatório, que desempenham um papel importante em certas situações emergenciais.

Um outro ponto comentado pelos mesmos autores refere-se ao fato de que os estudos recentes têm evidenciado a existência de uma heterogeneidade de situações vividas pelas pessoas pobres. Em suas palavras, os resultados de tais pesquisas têm apontado a

... volatilidade das diversas carências, as flutuações dos modos de vida dos “pobres”, a imbricação dos estados de maior ou menor pobreza no tempo, no espaço e no corpo social, a diversidade dos estados qualificados de pobreza, segundo os períodos, os lugares e as pessoas implicadas (Salama e Destremau, 2001: 107).

Assim, coloca-se a necessidade de que estudos empíricos sejam desenvolvidos com vistas à análise da diversidade de situações vivenciadas pelos pobres. Esse ponto de vista encontra-se em afinidade com as formulações mais recentes do órgão estatístico da Comunidade Européia, EUROSTAT. Dentre os trabalhos produzidos por tal órgão, aqueles voltados para a exclusão social e a pobreza têm priorizado a análise da variação dos estados de pobreza, em detrimento de um posicionamento intelectual anterior, que se primava por discernir os pobres dos não-pobres (EUROSTAT, 1998).

Além disso, a menção feita por aqueles autores sobre a “diversidade dos estados qualificados de pobreza” retoma as discussões sobre as especificidades dos diversos contextos sociais, confirmando a colocação de que se deve conceber a questão em termos de “síndromes de pobreza”. Nesse sentido, a identificação e sistematização de diversas situações parece ser uma idéia promissora para o aprimoramento do modo de lidar com a questão (Rocha, 1997).

Schwartzman (1997) compartilha essa opinião e enfatiza a importância das análises multivariadas, na medida em que elas indicam os impactos de variáveis específicas nas condições de pobreza e podem, desse modo, gerar recomendações de políticas. O autor defende que se deve qualificar quais variáveis são mais determinantes em que contextos sociais específicos, para que se possa gerar as recomendações correspondentes. Assim, a elaboração do pensamento em termos de síndromes de pobreza é vista como uma alternativa de grande potencial.

Tendo em vista todas essas considerações, deve-se ressaltar a importância da realização de análises que articulem a renda com outros indicadores de bem-estar socioeconômico. Mejía e Vos (1999: 176) justificam tal ponto de vista colocando que, em geral, como a renda expressa apenas as receitas correntes de satisfação de necessidades, ela não captura aspectos sobre a

disponibilidade de bens ou o “bem-estar acumulado”, os quais se encontram refletidos em indicadores de necessidades básicas. Note-se também que a utilização da renda em estudos de pobreza não deve se esgotar no critério de distinção entre pobres e não-pobres; sabe-se que ela é variável no interior de ambos os grupos. Particularmente no que se refere à parcela pobre, interessa conhecer a gradação da renda dentro desse grupo e o modo como ocorre sua inter-relação com outros indicadores de bem-estar socioeconômico. Vê-se assim que a combinação das duas abordagens se coaduna com a crescente complexidade que as formulações teóricas sobre o tema vêm atingindo, por abrir novas possibilidades de análise e proporcionar uma visão mais ampla e flexível do fenômeno.

Como se vê, os estudos de medição da pobreza têm avançado em muitas direções. Novas formas de medição têm surgido na literatura, de modo a permitirem um melhor entendimento dos processos geradores de pobreza. Além de se basearem na combinação dos princípios teóricos utilizados anteriormente, essas novas abordagens de mensuração são enriquecidas com os avanços nas matemáticas, no processamento estatístico e em uma melhor qualidade dos dados coletados em *surveys* de muitos países em desenvolvimento (Funkhouser, 1999: 121).

Um aspecto que se liga à coleta de dados em *surveys* é a escolha do nível de análise em que a pesquisa há de se desenvolver. A esse respeito, alguns trâmites relativos à especificação de tal nível devem ser considerados. *Surveys* normalmente coletam dados no nível do domicílio. Por isso, é quase inevitável que o bem-estar seja baseado na renda total ou na satisfação das necessidades do domicílio, em vez de considerar o indivíduo. Mesmo se forem coletadas as rendas dos indivíduos, há importantes fontes de bem-estar não totalmente atribuíveis a membros individuais, como a renda advinda de negócios familiares. Considerando-se a satisfação das necessidades básicas, essa difusão pronuncia-se de maneira ainda mais eloqüente, já que os moradores compartilham “serviços públicos” e bens duráveis, de modo que tais benefícios dificilmente podem ser imputados a pessoas específicas. Portanto, usualmente, o domicílio é tido como unidade cujo bem-estar é medido. Em etapas metodológicas subseqüentes, a renda ou outros indicadores domiciliares são divididos entre seus membros para que se possa obter uma estimativa do bem-estar por pessoa (Mejía e Vos, 1999: 179).

Com base em razões teóricas, Guimarães (2002b: 104) justifica a utilização da unidade domiciliar ou, mais especificamente, da renda domiciliar *per capita* enquanto *proxy* de bem-estar, como critério básico de definição dos patamares de pobreza. Para ele, a análise em nível domiciliar fundamenta-se no fato de que a família é uma das instituições básicas da sociedade,

constituindo-se numa célula solidária de consumo e rendimento. Carvalho (2002b: 117) concorda com esse ponto de vista, afirmando que a família é uma organização central da sociedade, responsável pela reprodução, sobrevivência, proteção e socialização dos seus componentes. Por isso, o rendimento familiar coloca-se como determinante no processo de aquisição de bens e serviços e, dessa forma, da sobrevivência dos membros pertencentes àquele grupo.

2.3 Discussão atual no Brasil

No Brasil, a percepção da pobreza como um problema a ser enfrentado pela sociedade conforma-se após a abolição da escravatura e a proclamação da República em finais do século XIX. No decorrer do século XX, o país passou por um processo de constituição enquanto nação moderna, período marcado por mudanças econômicas e sociais. Ao longo daquela trajetória, assistiu-se a diversos modos de conceber e definir o problema, modos esses que, na maioria das vezes, eram influenciados ou moldados a partir dos debates internacionais sobre pobreza⁹.

O quadro de pobreza que marcava o país prolongou-se por todo o século passado, com grande contingente da população brasileira vivendo em condições de carências e privações. A partir da segunda metade do século, intensificou-se o fenômeno da inflação como mecanismo de corrosão da renda, notadamente na década de 1980. No entanto, a redução inflacionária que adveio da estabilização econômica de 1994 não alterou significativamente o panorama da pobreza do Brasil. Aquela persistência do fenômeno no país evidenciava a existência de diversos problemas nacionais a ele associados, como a informalização no mercado de trabalho, a questão agrária, a política de salário mínimo, os déficits de oferta de serviços públicos básicos, a desigualdade entre pessoas e os desequilíbrios regionais. Por isso, principalmente a partir daqueles últimos anos, a discussão sobre a pobreza passou a mobilizar diversos setores da sociedade (Rocha, 2003: 143).

Atualmente, nos âmbitos acadêmico e científico, os posicionamentos conceituais tendem a seguir o estado da arte da discussão sobre pobreza. Diversos trabalhos alinham-se à forma de percebê-la como um fenômeno multifacetado, como uma síndrome de carências diversas (Schwartzman, 1997; 2004: 36; Guimarães, 2002b: 98; Carvalho, 2002b: 121; Rocha, 1997; 2003: 143; dentre outros). Contudo, pode-se notar que as demais formulações sobre pobreza

⁹ Para uma análise das mudanças constatadas nos modos de perceber o fenômeno no Brasil, desde a virada do século XIX para o XX até o final dos anos 80, vide Valladares (1991).

anteriormente expostas coexistem no contexto brasileiro: tanto em termos da elaboração de políticas públicas como em estudos acadêmicos, a perspectiva da pobreza absoluta é largamente utilizada, sendo considerada como o conceito de pobreza relevante no Brasil. Tal reputação deve-se ao fato de que uma grande parcela do povo brasileiro não possui recursos para satisfazer suas necessidades básicas, mesmo quando definidas de forma estrita (Rocha, 2003: 43).

A difusão do conceito de pobreza absoluta no debate nacional tem como consequência a adoção das linhas de pobreza como seu principal modo de operacionalização. Segundo Rocha (2003: 43), as linhas de pobreza constituem uma abordagem adequada ao contexto brasileiro, uma vez que a economia do país é amplamente monetizada, sendo a renda, portanto, uma boa *proxy* do bem-estar das famílias, pelo menos no que tange ao consumo no âmbito privado.

Nos procedimentos de abordagem empírica de tal conceito, é usual que sejam incorporadas certas necessidades que, apesar de serem dispensáveis à sobrevivência física das pessoas, “podem ser consideradas o mínimo necessário para o ‘funcionamento’ dos indivíduos no contexto socioeconômico brasileiro” (Rocha, 2003: 175). Esse mínimo é expresso através de um patamar monetário que reflete o custo de satisfação das necessidades básicas no âmbito privado, de modo que se possa atingir o mínimo de bem-estar considerado aceitável em determinada área do país e em dado momento. Nessas circunstâncias, tem-se que as avaliações de pobreza realizadas no Brasil costumam incluir aspectos da condição de vida não diretamente vinculados à renda, tais como condições de moradia e acesso a serviços públicos básicos. Assim, a partir da combinação do critério da renda com outros aspectos relacionados à condição de vida, procura-se qualificar melhor a população que é considerada pobre sob o ponto de vista da renda (Rocha, 2003: 175).

Dentro do debate acadêmico brasileiro, é também notória a relevância atribuída à questão da identificação da pobreza com a violação das prerrogativas da cidadania. Diversos autores ocupam-se em desenvolver uma discussão sobre como se desenrolam as relações entre estrutura social, cidadania e pobreza no Brasil (Carvalho, 2002a; 2002c; Ivo, 2002; Telles 1999a; 1999b). De modo sintético, Telles (1999a) afirma que, no horizonte da sociedade brasileira, a pobreza se afigura desvinculada de dimensão ética, sendo a discussão social sobre ela dissociada das questões de igualdade e de justiça. Isso corresponde a uma sociedade organizada não pelos direitos universais de cidadania, mas por vontades privadas e defesas dos privilégios de poucos. Carvalho (2002a) confirma essa colocação, notando que, ao longo da história brasileira, o combate à pobreza, a regulação e o controle das injustiças e das desigualdades sociais nunca foram efetivamente enfrentados.

Tal visão é encontrada também em análises de autores estrangeiros que se ocupam em investigar as realidades de países latino-americanos. Salama e Destremau (2001: 15), por exemplo, afirmam que o Estado na América Latina mostra-se negligente com a vida dos seus cidadãos mais pobres, omitindo-se diante de questões como o desemprego, a falta de saúde e de moradia, e recuando frente à violência dos criminosos. Os autores entendem que tal desapareço colabora para a violação dos códigos da cidadania, que foram “concebidos como uma reação da maioria mais fraca contra o individualismo anarquista e reacionário dos mais fortes e mais ricos”. Nessa discussão, cabe lembrar que, apesar dos debates teórico-conceituais voltarem-se para essa direção, esforços de operacionalização da concepção de pobreza como negação dos direitos de cidadania, em termos de mensuração ou de políticas públicas, são praticamente inexistentes no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento.

Com relação à relevância de que se desenvolvam estudos empíricos calcados na articulação das duas abordagens supracitadas (a dizer, a combinação do critério da renda com outros aspectos relacionados à condição de vida) e tendo em vista a realidade brasileira, Rocha (2003: 28) afirma que

Em países como o Brasil, onde a variável renda se mostra relevante como medida de bem-estar, é natural enfocar a questão da pobreza utilizando as abordagens da renda e das *basic needs* de forma complementar. Operacionalmente, trata-se de, inicialmente, estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar pobres de não-pobres com base em sua renda. Em seguida, cabe caracterizar a subpopulação pobre no que diz respeito às diferentes dimensões de seu bem-estar, de forma mais específica. Para isso, podem ser usados tanto outros indicadores de renda – grau de insuficiência de renda, desigualdade de renda entre os pobres –, como indicadores relativos às necessidades básicas de educação, habitação, saneamento, acesso a serviços públicos etc. A partir do quadro conceitual do que seja entendido como pobreza, tanto do ponto de vista da renda como de outros aspectos da condição de vida, a especificação das dimensões relevantes da pobreza responde a dois tipos de determinantes. Por um lado, a restrição quanto à disponibilidade de dados estatísticos. Por outro, as necessidades de uma política pública. Considerar a abordagem da renda e das *basic needs* de forma complementar se constitui um procedimento essencialmente flexível. Tanto a definição e o nível da linha de pobreza como a escolha dos indicadores de qualidade de vida podem ser estabelecidos em função de condições concretas e de propósitos específicos.

Tal tipo de integração e a análise cruzada dos indicadores de renda e de necessidades básicas são também recomendados por Mendonça (2002: 79). Em seu estudo sobre como mensurar a pobreza no Brasil, o autor sugere a utilização inicial do instrumento da linha de pobreza como indicador determinante da análise integrada, uma vez que essa representa o valor limite abaixo do qual a renda do indivíduo é insuficiente para o atendimento de mínimos sociais necessários à sobrevivência. Somente a partir de então é que ela deve ser complementada por indicadores de necessidades básicas, referentes ao acesso a bens e serviços privados e coletivos por parte da população pobre. O procedimento sugerido por

esses autores de se delimitar a população pobre através do uso da linha de pobreza¹⁰ e, a partir daí, cruzar variáveis relativas à satisfação de necessidades básicas é adotado neste trabalho, sustentando a investigação empírica desenvolvida. É contemplada a forma como indicadores de condições de vida – a renda e o acesso a bens e serviços – variam conjuntamente dentro da população pobre aqui focalizada. Além disso, o presente trabalho também incorpora, em suas análises empíricas, as considerações acerca das distintas manifestações que o fenômeno assume em contextos específicos (Townsend, 1993; Schwartzman; 1997; Rocha, 1997; 2003; Salama e Destremau, 2001). Considera-se que municípios com diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico constituem cenários em que se manifestam distintas síndromes de pobreza.

¹⁰ Neste trabalho, a linha de pobreza adotada foi aquela utilizada pelas diversas esferas de governo para identificação da camada pobre da população. Tal patamar é estabelecido na quantia da renda *per capita* mensal domiciliar de meio salário mínimo. Tal definição nasce de uma recomendação do Banco Mundial, feita nos anos 80, de se instituir como linha de pobreza, para países de renda média como o Brasil, o patamar de 1/3 do PIB *per capita*. Nas palavras de Rocha (2003: 17), no ano 2000, “tal valor corresponderia a R\$ 1.200,00 ou R\$ 100/pessoa/mês. Observe-se que a linha de pobreza determinada dessa forma é um valor arbitrário, um tanto superior ao patamar de meio salário mínimo – então R\$ 75, naquele mesmo ano – também freqüentemente utilizado como linha de pobreza no Brasil”.

Capítulo 3. Fatores socioeconômicos associados à pobreza

A discussão realizada até aqui buscou mostrar a trajetória das concepções de pobreza e as principais variáveis utilizadas para indicar aqueles conceitos em pesquisas empíricas, com a finalidade de mensuração. Considerando-se que as formulações mais recentes tendem a ressaltar o caráter complexo do fenômeno, em que suas múltiplas dimensões interligam-se, a presente seção dedica-se a explorar as facetas socioeconômicas mais freqüentemente apontadas na literatura como relevantes para a análise do problema.

Conforme se colocou, diversos autores concebem a pobreza como um objeto multidimensional, um “sistema” ou construto que possui múltiplas propriedades mensuráveis. Sob esse prisma, Wilber (1975: 3) ressalta que as propriedades componentes desse sistema é que são sujeitas à mensuração e à análise, em vez do próprio construto “pobreza”. Desenvolvendo essa perspectiva, Oster (1978: 122) observa que, na condução de trabalhos empíricos, vários aspectos relativos a processos socioeconômicos distintos têm sido freqüentemente usados como *proxies* para medir e analisar a pobreza, de modo substituto ou adjunto à renda. Para averiguação dos aspectos econômicos do fenômeno, utilizam-se, por exemplo, indicadores que se correlacionam com proventos monetários, como informações sobre o perfil de inserção do indivíduo no mercado de trabalho e sobre o seu padrão de consumo. Da mesma forma, características não-econômicas que também se associam à pobreza são introduzidas nas análises através de indicadores como nível de educação, raça e sexo.

De modo geral, alguns aspectos correlacionados a situações de pobreza são tidos como consensuais, entre os estudiosos da área, para a análise do fenômeno (Blum e Rossi, 1969; Wilber, 1975; Oster, 1978; Rocha, 1997; 2003; Haan, 1999; Ramos e Vieira, 2000; Ferreira, Lanjouw e Neri, 2001; Mestrum, 2002; Schwartzman, 2004, além de outros). Tais aspectos podem ser de naturezas diversas, relacionando-se a processos socioeconômicos distintos. Dentre os mais relevantes, podem-se mencionar: a) tipo de participação na força de trabalho, que pode ser prejudicado por períodos de desemprego e situações de emprego precário ou intermitente; b) tipo de participação ocupacional, já que, quando empregadas, são as pessoas pobres que tendem a ocupar os cargos que requerem os níveis mais baixos de habilidades (que, por isso são os menos valorizados e que oferecem as menores remunerações), como, por exemplo, os serviços domésticos e trabalhos manuais; c) possibilidade de deterioração das

relações interpessoais e familiares, como é constatado em pesquisas que atestam altas taxas de instabilidade conjugal (abandono, divórcio, separação) e, conseqüentemente, grande incidência de domicílios chefiados por mulheres e elevadas taxas de dependência por renda; d) efeito do ciclo de vida de indivíduos e famílias sobre o fenômeno da pobreza, já que as demandas por serviços e assistências variam conforme a idade – a exemplo das necessidades de educação e treinamento para o trabalho por parte dos mais jovens, que são irrelevantes para os idosos; e) discriminações sociais, como de sexo e de raça. Embora várias outras características possam ser adicionadas a esse inventário, uma revisão da literatura indica que há considerável concordância sobre os aspectos mencionados, que tendem a ser ressaltados como críticos nas vidas das pessoas pobres.

Em linhas genéricas, os diversos aspectos envolvidos nessa questão podem ser agrupados em “fatores” socioeconômicos mais abrangentes, que também se relacionam à pobreza. Pode-se definir que, além das já discutidas *condições de vida*, que denotam a pobreza em si e tendem a ser expressas em termos de renda e de satisfação das necessidades básicas, o fenômeno envolve fatores como *inserção do indivíduo no mercado de trabalho*, certas *características demográficas* – a dizer, sexo, nível educacional, raça, idade, situação domiciliar – e a *composição de sua família*. Deve-se salientar que, conforme comentado, os diferentes fatores ligados à privação se inter-relacionam, podendo se acumular e se reforçar mutuamente¹¹.

A seguir, cada um dos referidos fatores serão discutidos. Não se pretende realizar uma abordagem exaustiva dos processos sociais em que cada um deles se insere; a intenção é a de se deter especificamente ao modo como eles se relacionam ao fenômeno da pobreza. As inter-relações entre eles serão notadas e, posteriormente, serão mencionados os indicadores utilizados para que se possa apreender, na realidade empírica, cada um dos conceitos elaborados na discussão teórica.

3.1 Inserção do indivíduo no mercado de trabalho

A inserção de um indivíduo no mercado de trabalho coloca-se como o fator proeminente a ser levado em conta nas discussões sobre a pobreza em uma sociedade. A capacidade de uma

¹¹ Há outros modos de se agruparem os aspectos relacionados à pobreza. Neri (1999: 11), por exemplo, percebe tais agrupamentos como distintos tipos de “capitais”: o capital humano, que abrange aspectos como educação, formação técnica, idade e experiência do indivíduo; o capital físico, que se refere a recursos financeiros, bens duráveis, moradia, serviços públicos; e o capital social, que inclui aspectos como emprego e estrutura familiar.

pessoa obter bens e recursos que lhe garantam um modo de vida digno depende, em grande parte, de suas condições de participação no sistema produtivo. Realizando uma análise em nível de sociedade, Barros, Corseuil e Leite (2000: 177) explicam a situação da seguinte forma:

Um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados. Quanto maior a eficiência em alocar recursos humanos disponíveis para atividades econômicas e quanto melhor a remuneração recebida por aqueles que estão engajados em atividades econômicas, menor será o nível de pobreza predominante. Em outras palavras, quanto maior for a subutilização dos recursos humanos nas atividades econômicas, tanto maior será o nível de pobreza.

As análises sobre as relações entre o tipo de inserção do indivíduo no mundo do trabalho e a pobreza são antigas, ocorrendo em âmbito mundial. Do lado dos países desenvolvidos, a discussão desenvolvida na França assemelha-se às abordagens realizadas em outros países europeus e tem, entre as suas referências básicas, as contribuições de Castel (1997a; 1997b; 1998). O autor fundamenta seus estudos em uma retrospectiva histórica da sociedade francesa, de modo a entender a evolução da questão social naquele país. O foco de sua análise recai nas relações de trabalho e suas transformações ao longo do tempo, observando-se especificamente o modo como essas dinâmicas determinam a pobreza e a vulnerabilidade social em cada época.

Segundo Castel (1998), a chamada “questão social” – que consiste na preocupação sobre “o que se deve fazer” ou “como lidar” com os pobres de uma sociedade – é um velho problema social, que foi acirrado a partir do advento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. Essa antiga problemática delinea-se na medida em que a estabilidade do todo social, obtido através do equilíbrio advindo dos encaixes e interdependências dos estatutos numa sociedade ordenada, é ameaçada pela pressão exercida por aqueles que não se inserem na organização tradicional do trabalho. As noções que sempre apareceram associadas às discussões sobre a questão social são as de instabilidade, desemprego, inserção relacional, fragilidade dos suportes protetores ou isolamento social.

Apesar de os debates sobre pobreza e questão social serem compostos ainda hoje por essas mesmas noções, a problemática atual apresenta manifestações peculiares, próprias da contemporaneidade. Para Castel (1998), os processos que produzem os “vagabundos” de antigamente ou os atuais “inempregáveis” são comparáveis por serem homólogos em sua dinâmica e diferentes em suas manifestações. Em suas palavras, “a impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes da organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário (...) é que ainda hoje constitui os ‘supranumerários’ de outrora, de ontem e de hoje” (Castel, 1998: 28).

Durante o século XX, as antigas preocupações ligadas à pobreza – intrinsecamente relacionada à privação daquilo que se estabeleceu como direitos sociais de cidadania – foram equacionadas nos países desenvolvidos por meio da chamada “sociedade salarial”. Foi através da atuação do Estado de Bem-Estar, voltada para a provisão e garantia das proteções sociais, que se deram as condições apropriadas ao desenvolvimento de tal modelo de sociedade, uma construção histórica capaz de equacionar a questão social no século passado (Castel, 1998). Como define Castel (1998: 580),

A sociedade salarial é o alicerce sociológico em que se baseia uma democracia de tipo ocidental, com seus méritos e suas lacunas: não o consenso, mas a regulação dos conflitos; não a igualdade das condições, mas a compatibilidade das diferenças; não a justiça social, mas o controle e a redução da arbitrariedade dos ricos e dos poderosos; não o governo de todos, mas a representação de todos os interesses e sua apresentação para debate no cenário público.

De acordo com a análise de Castel (1998), o mérito de tal formação social está na articulação bem sucedida entre trabalho e proteções, que conseguiu solucionar, em grande parte, a vulnerabilidade de massa e assegurar uma ampla participação nos valores sociais comuns. O autor entende que a força do elo entre o trabalho socialmente útil e as prerrogativas que lhes são vinculadas reside no fato de o trabalho ser o principal fundamento da cidadania, já que esta comporta uma dimensão econômica e uma dimensão social. Nesses termos, o trabalho assalariado é o trunfo principal para o equilíbrio da sociedade capitalista, uma vez que ele constitui o fundamento da cidadania econômica, ao mesmo tempo em que dá acesso à cidadania social – já que representa a participação de cada indivíduo numa produção privada para a sociedade e, por conseguinte, na produção da sociedade.

Os modos de lidar com a pobreza modificaram-se ao longo da história, de acordo com as conjunturas e formações sociais de cada época e lugar. A conjugação da sociedade salarial com o Estado de Bem-Estar constituiu um modelo vigente durante o século XX nos países capitalistas desenvolvidos, cujo funcionamento primava por tornar um ator social subordinado e dependente em um sujeito social pleno. As transformações por que passou o capitalismo a partir dos anos 1970, relacionadas com a crise do fordismo, acarretaram o esgotamento daquele modelo e instauraram um período de reestruturação econômica e de reajustamento político e social em diversos países, que se estende até os tempos atuais. Tais reestruturações geraram transformações no mundo do trabalho, destacando-se o que diz respeito à proliferação das condições de precariedade e desemprego. Dentro desse contexto contemporâneo, Castel (1998) afirma que os dias atuais caracterizam-se pelo enfraquecimento dos valores da cidadania, pelo esgotamento do Estado do Bem-Estar e pela crise da sociedade salarial. No presente, a tônica que guia os modos de lidar com os “supranumerários” consiste em “amenizar essa presença, torná-la discreta ao ponto de apagá-la” (Castel, 1998: 33).

Castel (1998; 221) coloca que a multiplicação das situações de vulnerabilidade constitui a principal questão para as sociedades atuais. Ele define vulnerabilidade como o “risco da queda de um estado em outro, a passagem de uma pobreza que não criaria problemas se permanecesse estabilizada para uma forma de privação total que pode desembocar numa explosão de violência”.

O autor entende que a questão a ser enfrentada pelas sociedades atuais caracteriza-se pelo fato de que a maioria dos trabalhadores situa-se nessa linha de fratura. Tal situação impõe a preocupação não apenas com a proliferação do número de pessoas que não trabalham (os ditos “vagabundos e os mendigos assistidos”, em suas palavras), mas com a precariedade da situação daqueles que trabalham. Essa precariedade, que caracteriza a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores, é denotada através dos baixos salários, da instabilidade do emprego, da busca de ocupações provisórias, da intermitência dos tempos de trabalho e de não-trabalho.

Com as modificações recentes na dinâmica econômica mundial, a possibilidade de reinserção no mundo do trabalho, segundo os moldes da sociedade salarial, torna-se cada vez mais remota. O processo de globalização, as políticas neoliberais e os avanços tecnológicos compelem à busca pela modernização, flexibilização e competitividade. Assim, mesmo quem está empregado obtém cada vez menos garantias e convive com a vulnerabilidade. É nesse sentido que as mudanças que permeiam a estrutura social, favorecendo os processos de vulnerabilidade e pobreza, representam um risco para os indivíduos e para a coletividade.

O trabalho coloca-se então como eixo central da discussão sobre pobreza. Na atualidade, a pobreza constrói-se progressivamente no bojo do esgotamento do modelo da sociedade salarial, não sendo mais percebido como uma exterioridade negativa. Além disso, a concepção de pobreza como uma “questão social” afina-se com a elaboração de uma sociedade republicana e cidadã, conforme as idéias de Thomas Humphrey Marshall, na qual os direitos civis, políticos e sociais se articulam e interagem. Sob esse prisma, vigora a noção de que a construção de uma sociedade calcada em tais valores fundamenta-se na atribuição de direitos iguais a todos os cidadãos, inclusive os pobres. Por isso, a solidariedade nacional, através da ação do Estado de Bem-Estar, impõe-se como uma obrigação legal. A pobreza é então percebida como uma freqüente marginalização no acesso aos direitos, que nem sempre é compensada pela “máquina” da assistência social (Salama e Destremau, 2001).

Do lado dos países em desenvolvimento, a questão da pobreza nunca chegou a ser devidamente encaminhada, como aconteceu nos países desenvolvidos. Detendo-se ao caso da América Latina, e mais especificamente do Brasil, observa-se que não se constituíram

sociedades salariais, capazes de incorporar a parcela “sobrante” da população no mercado de trabalho, assim como não se alcançaram efetivas montagens de Estados de Bem-Estar que garantissem os direitos sociais. Some-se a isso o fato de que os países da região caracterizam-se por manterem, até hoje, velhas estruturas agrárias. Assim, ainda que a pobreza seja entendida como a negação de acesso aos direitos sociais dentro das discussões acadêmicas realizadas nessas sociedades, apenas recentemente é que tal perspectiva vem sendo incorporada politicamente (Salama e Valier, 1997).

No caso particular do Brasil, durante o século XX, a constituição de um mercado de trabalho com empregos formais¹² foi o máximo que se conseguiu atingir naquela direção. Ainda assim, as ocupações formais oferecidas à classe trabalhadora conviviam com situações de desemprego aberto e formas disfarçadas de desemprego e subemprego: trabalho precário, autônomo não-remunerado ou sub-remunerado (Pochmann, 2001: 77).

Devido às diversas mudanças por que passou a economia nacional durante a década de 90, assistiu-se a um agravamento do desemprego e da precarização das condições e das relações de trabalho¹³. Segundo Pochmann (2001: 95), no período de desaceleração econômica que aconteceu após 1997, “as taxas de desemprego passaram a assumir proporções sem paralelo na história recente do país”.¹⁴ Mattoso (1999: 14) nota que, naquele contexto, pôde-se observar não apenas o crescimento das taxas de desemprego, qualquer que fosse a metodologia adotada para sua mensuração, mas também o prolongamento dos períodos de desemprego; de um tempo médio de 15 semanas em 1989, esse valor passou a ser de 36 semanas em 1998, alcançando a cifra 40 semanas nos primeiros meses de 1999.

Diante de tal cenário, as análises iniciais sobre a problemática do desemprego buscaram associá-lo “à busca de competitividade empresarial, à estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação dos trabalhadores” (Pochmann, 2001: 95). Entretanto, com o passar do tempo, essas explicações mostraram-se insuficientes frente ao

¹² É considerada “formal” aquela ocupação regulamentada pelas leis trabalhistas e integrada a mecanismos institucionais que de proteção do trabalhador, tais como a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego.

¹³ Entende-se que a “precarização das condições de trabalho” manifesta-se através da ampliação do trabalho assalariado sem carteira assinada, assim como a do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser notada por sinais como o aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial. Em geral, tal precarização implica a não-contribuição à Previdência Social, desdobrando-se na falta de direito à aposentadoria. A “precarização das relações de trabalho”, por sua vez, refere-se ao processo de deterioração das relações de trabalho, com a expansão da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais.

¹⁴ Segundo Mattoso (1999:12), as taxas de desemprego aberto no Brasil nos anos de 1997, 98 e 99 foram respectivamente de 5,7%, 7,6% e 7,8%.

grande incremento do desemprego nacional, tal qual uma “epidemia” que atacou o tecido social brasileiro (Pochmann, 2001: 111). Fizeram-se então necessárias análises voltadas para uma compreensão mais ampla e profunda da questão. Nesse sentido, ganharam relevância as considerações acerca dos traços que marcavam o panorama econômico nacional: as dificuldades de crescimento econômico, a incapacidade de geração de empregos para absorver a mão-de-obra disponível na sociedade e os baixos rendimentos auferidos por meio do trabalho (Ramos e Vieira, 2000: 159). A partir de então, o debate convergiu em torno da noção de que a complexidade das manifestações do desemprego deve ser compreendida ao se levarem em conta as duas décadas de estagnação econômica por que passou o país e a implantação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao emprego. Em outras palavras, as razões estruturais do desemprego no país foram atribuídas, eminentemente, à persistência das baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e à condução do novo modelo econômico desde 1990 (Barros, Corseuil e Leite, 2000; Pochmann, 2001: 111; Székely, 2001).

De fato, processos como a globalização e a adoção de políticas de ajuste por parte do governo nacional contribuíram para o aumento do desemprego e, conseqüentemente, para um acirramento da pobreza no país. Por um lado, o agravamento da situação associa-se à posição desfavorável que a economia nacional assume em um contexto internacional competitivo e moderno; exacerbando a situação, os avanços tecnológicos trouxeram conseqüências sobre o emprego e sobre os salários, pois modificaram processos de produção e requereram mais flexibilidade e qualificações por parte dos trabalhadores brasileiros. Por outro, a inserção econômica do Brasil no mundo globalizado acompanhou-se de alguns ajustamentos e processos de modernização, que aconteceram sob a forma das políticas neoliberais empreendidas pelo governo nacional. Essas políticas produziram efeitos sociais perniciosos. Conforme comentado anteriormente, dentre esses efeitos destacam-se aqueles relacionados ao aumento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho, que contribuíram para o empobrecimento da população e dificultaram a situação daqueles que já se encontravam em estado de pobreza (Hines, 2000).

A esse respeito, Guimarães (2002b: 111) coloca que a questão da inserção no mundo do trabalho adquire centralidade nas discussões sobre pobreza no Brasil. Tal ponto de vista é compartilhado por Barros, Corseuil e Leite (2000: 210), que defendem que o nível de pobreza em uma sociedade pode ser bastante afetado pelo funcionamento do mercado de trabalho ou, mais especificamente, pelo seu potencial de alocação e remuneração dos indivíduos. Assim, aspectos como desemprego, sub-remuneração e subutilização da força laboral relacionam-se

com a pobreza. Dentre eles, aquele que se mostra mais estreitamente correlacionado com situações de privações é o desemprego, principalmente no contexto do Nordeste brasileiro.

No que tange às relações entre desemprego e pobreza, deve-se notar ainda que a perda de renda não é a única consequência do desemprego. Outros efeitos negativos podem ser produzidos sobre a vida dos indivíduos, tais como danos psicológicos, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e mesmo o aumento das taxas de mortalidade), perturbação nas relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre sexos (Sen, 1999: 94).

No entanto, não é apenas o desemprego que se associa à pobreza. Há evidências de que um alto número de famílias que possuem membros atuantes no mercado de trabalho assalariado vive atualmente em situações de pobreza e precariedade similares às vividas por trabalhadores de serviços domésticos ou por conta própria, de baixa qualificação (Ziccardi, 2002: 147; Rocha, 2003: 185). Isso se deve à deterioração salarial por que passam grandes contingentes de trabalhadores, podendo ser exacerbada em função da composição da família. Tal deterioração repercute na diminuição da capacidade de aquisição de bens e serviços básicos por parte das famílias e no incremento da demanda por esses serviços sobre o setor público – que não tem respondido de modo satisfatório, em uma época em que o governo tende a diminuir o atendimento do setor social. Essas situações levam as famílias a buscarem estratégias de sobrevivência, como a incorporação de um maior número de membros no mercado de trabalho. Esse processo acaba atingindo os jovens, que diminuem suas taxas de permanência e dedicação à educação, as mulheres, que aceitam trabalhos de baixa produtividade em condições de precariedade, e as crianças, que são expostas a trabalhar nas ruas da cidade (Ziccardi, 2002: 148).

Um outro aspecto a ser comentado na discussão sobre o mercado de trabalho no Brasil é que, com a diminuição do número de postos formais de trabalho assalariado, desponta uma modificação na qualidade da ocupação gerada no país. Pochmann (2001: 95) considera que os empregos assalariados formais ainda encerram as melhores condições que podem ser proporcionadas aos trabalhadores brasileiros, já que vêm acompanhados de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista. Székely (1996: 25) compartilha a mesma opinião, afirmando a existência de uma forte conexão entre pobreza, volatilidade de renda e a natureza do emprego que o indivíduo ocupa. Tal autor entende que aqueles que têm acesso a empregos assalariados formais possuem algumas possibilidades de melhorar suas situações ao longo do tempo, através de investimentos em seus capitais físico e humano, mesmo quando as

remunerações são baixas. Isso se deve ao fato de que tais atividades lhes provêm alguma estabilidade e segurança. Em contraste, aqueles que ocupam cargos precários ou que atuam por conta própria tendem a ter uma maior flutuação em suas rendas; é justamente nas camadas pobres da população que a exposição a tal flutuação é maior, o que dificulta a possibilidade de investimentos dessas pessoas em empreendimentos que envolvam algum risco para melhorar suas situações. A título de exemplo, em uma análise de dados sobre a realidade brasileira, Neri (2000: 521) detecta que pessoas empregadas com carteira assinada têm menos 73% de chance de serem pobres do que aquelas que não possuem carteira assinada.

Confirma-se então a importância de uma economia ser capaz de gerar oportunidades estáveis de empregos. Caso não haja tal capacidade, a redução da oferta desses empregos formais desdobra-se no aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não assalariadas. Admite-se que tais postos de trabalho podem ser vistos como novas formas de inserção ocupacional; no entanto, observa-se que, no Brasil, o trabalho por conta própria que mais tem se expandido caracteriza-se pelas condições precárias e por oferecer remuneração limitada, contribuindo para o agravamento do cenário de pobreza nacional (Wodon, 2000: 59; Ziccardi, 2002: 147; Rocha: 2003: 186). Sob esse prisma, constata-se que, de fato, há uma deterioração da qualidade da ocupação gerada no país, caracterizada pelo aumento da precarização das condições e das relações de trabalho. Como notam Pochmann e Moreto (2002: 43, apud Guimarães 2002b: 111),

... diante da baixa geração de postos de trabalho que garantam o acesso à proteção social (aposentadoria, FGTS, etc) e na ausência de políticas de proteção universais amplas, a população se encontra forçada a buscar a sobrevivência em atividades não regulamentadas ou mesmo ilegais, levando à destruição dos laços de solidariedade.

Algumas expressões observáveis dessa degradação da qualidade das ocupações geradas no Brasil podem ser mencionadas. Dentre elas, situam-se o caráter crescentemente informal (sem carteira assinada ou por conta própria) dos postos de trabalho, que muitas vezes implicam em atividades e salários descontínuos, de curta duração, e sem contribuição para a Previdência – cerceando, portanto, o acesso à aposentadoria. Além disso, a redução do mercado formal de trabalho e a concomitante ampliação da precarização das formas de serviço podem ser indicadas por alguns registros oficiais, tais como a diminuição do número de desempregados que têm acesso a benefícios como o seguro-desemprego¹⁵ (Mattoso, 1999: 17; Ziccardi, 2002: 141).

¹⁵ O seguro-desemprego é um mecanismo idealizado para aliviar uma situação de exceção, a dos trabalhadores temporariamente desempregados, através da doação de uma renda mínima capaz de garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A deterioração da qualidade dos postos de trabalho evoca a discussão sobre o tema dos direitos sociais. Mendonça (2002) afirma que, nesse novo contexto, tais direitos tendem a ser submetidos à racionalidade econômica, em detrimento de ter os princípios éticos como seus pontos de sustentação. Em consonância com esse ponto de vista, Carvalho (2002a) afirma que as reestruturações e mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho e na distribuição da riqueza têm sido acompanhadas por uma reorientação intensa e regressiva do sistema de proteção e das políticas sociais. Segundo a autora,

[escudando-se no] argumento de que não há alternativas e que é preciso desenvolver a competitividade e se adaptar às exigências da economia globalizada, a “austeridade” dos salários passa a ser enfatizada como uma condição necessária para a retomada do crescimento. Por isso mesmo, as reivindicações dos segmentos organizados dos trabalhadores vêm sendo tratadas com dureza. Conquistas sociais e direitos consagrados têm sido desqualificados e restringidos como anacronismos incompatíveis com a atual realidade ou como privilégios corporativos que obstam a potência modernizadora do mercado (Carvalho, 2002a).

As reflexões de Telles (1997: 215) situam-se nessa mesma linha de análise. A autora entende que a descaracterização da noção de direitos está associada à existência de um excedente de mão-de-obra em uma sociedade. Atualmente, tal descaracterização encontra-se refletida na difusão do discurso que

transforma direitos sociais em custos e ônus que obstam crescimento e modernização, que transfigura o exercício de direitos em defesa de privilégios, que faz da greve e de qualquer reivindicação a prova de um corporativismo irresponsável que se a opõe a um suposto interesse público.

Telles (1997: 220) tece ainda alguns comentários voltados especificamente para a situação brasileira, colocando a necessidade de que se compreenda o “terreno minado no qual as mudanças vêm se processando na [nossa] sociedade”. Em seu entendimento, o aspecto complicador relativo à realidade nacional reside no fato de que os direitos de cidadania supõem a vigência de princípios éticos e universais que nunca existiram na história do país. A autora desenvolve sua análise, chamando atenção para

uma dimensão nem sempre levada em conta nesse debate e que tem a ver com o que Santos (1979) chama de “cidadania regulada”, na qual o acesso aos direitos esteve historicamente associado ao trabalho regulamentado e registrado em carteira de trabalho. É essa uma experiência histórica muito singular, na qual a lei, em vez de garantir e universalizar direitos, destituiu indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a fratura entre a figura do trabalhador e a do pobre incivil na qual submergem, em uma mesma ilegitimidade, desocupados, trabalhadores sem emprego fixo e ocupação definida. É nessa ordem social segmentada que talvez se esclareça algo do aparente paradoxo de uma economia que, durante décadas, apresentou notável dinamismo e capacidade de integração social, mas não foi capaz de generalizar o vínculo de trabalho como norma social (Telles, 1997: 220).

A autora salienta ainda que tal questão deve estimular e permear a discussão sobre o chamado mercado informal, caracterizado pela natureza “volátil e fugidia”, típica dos seus empreendimentos.

No que tange ao desenvolvimento de investigações empíricas, as noções que permeiam a discussão sobre o mercado de trabalho – tais como desemprego, trabalho precário, trabalho

formal, subutilização e sub-remuneração da força laboral – devem ser traduzidas em indicadores observáveis ou operacionalizáveis. Como acontece com grande parte das pesquisas sociais que envolvem conceitos abstratos, a exemplo do “tipo de inserção no mercado de trabalho”, para que se efetue a passagem do nível teórico para o empírico, é necessário que uma série de escolhas sejam feitas. Tais opções devem se balizar entre dois extremos: por um lado, a busca pela correspondência ou identificação entre a noção abstrata e a esfera real; por outro, a possibilidade de coleta da informação.

Tendo em vista os propósitos de medição dos aspectos relativos ao mercado de trabalho, Pochmann (2001: 78) define que o contingente de pessoas ativas que ultrapassa a demanda de força de trabalho por parte do setor produtivo conforma o excedente de mão-de-obra em um país. O autor afirma que

O desemprego aberto, que corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral, indica o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes. O subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolvem os trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por trabalho, assim como aqueles que deixam de buscar uma colocação por força de um mercado de trabalho extremamente desfavorável (desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento) (Pochmann, 2001: 78-79).

Por causa de tais complexidades e pelas relações dinâmicas existentes entre desemprego, emprego e inatividade, a mensuração dos aspectos que conformam o tipo de inserção de um indivíduo no mercado de trabalho não se constitui em uma tarefa simples. Concorrem entre si diversas formas de medição dos atributos que caracterizam as condições de atividade de um trabalhador. Grande parte das vezes, há divergências metodológicas e conceituais entre elas, que variam desde os levantamentos cadastrais de trabalhadores registrados em agências de empregos e de beneficiários do seguro-desemprego, passando por cadastros patronais e enquetes sindicais, até as pesquisas oficiais domiciliares, dos tipos censitário ou amostral (Mattoso, 1999: 12; Pochmann, 2001: 79).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem despendendo esforços, desde a década de 1920, no sentido de buscar uma padronização de conceitos que fundamentem as informações estatísticas sobre o mercado de trabalho coletadas em distintos países. Entretanto, nem todas as nações seguem os procedimentos propostos pela OIT. Isso acarreta uma heterogeneidade no cômputo dos dados das realidades de distintos países, tanto em termos de abrangência geográfica como de periodicidade de coleta da informação.

No caso do Brasil, o arcabouço metodológico oficial que baliza a coleta de informações sobre o mercado de trabalho é aquele adotado pelo IBGE¹⁶. O Instituto é também responsável pelas principais fontes de dados sobre o trabalho no país: o Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, e as PNAD's, pesquisas anuais de caráter amostral. De acordo com o IBGE, as informações coletadas sobre trabalho e rendimento objetivam

... conhecer a composição da força de trabalho do País, distinguindo as pessoas que procuram trabalho e as que têm trabalho, identificar as principais características do trabalho, tais como ocupação e horas trabalhadas, e retratar o nível de rendimento da população, pesquisando a existência e o valor dos rendimentos de trabalho e de outras fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade (IBGE, 2003: 110).

São também buscadas informações acerca do setor de atividade do indivíduo, do seu tipo de ocupação, da sua posição na ocupação (entendida como a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava), do número de trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, do porte da firma em que trabalhava, do período há quanto tempo trabalhava na firma, da contribuição para instituto de previdência público. Deve-se comentar que, no que se refere ao Censo Demográfico realizado em 2000, considerou-se como “trabalho em atividade econômica” o exercício de trabalho remunerado, trabalho sem remuneração e trabalho na produção para o próprio consumo, na semana de referência compreendida entre 23 e 29 de julho do ano 2000.

3.2 Características Demográficas

A discussão realizada até aqui tratou a questão da participação dos indivíduos no mercado de trabalho de maneira indistinta, sem que fossem levadas em conta as características dos trabalhadores. Sabe-se, entretanto, que atributos pessoais e setores de ocupação podem exercer impactos sobre a inserção dos indivíduos no sistema produtivo. Além de influenciarem o desemprego, eles podem influenciar também aspectos como a subutilização e a sub-remuneração da força de trabalho.

Percorrendo esse veio de análise, Ramos e Vieira (2000) desenvolveram um estudo com a intenção de detectar os determinantes da desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores no Brasil durante a década de 90. Os resultados de tal investigação indicaram que as seguintes

¹⁶ Como os dados oficiais sobre a realidade brasileira são aqueles produzidos pelo IBGE, eles balizam a maior parte das iniciativas de investigação sobre o mercado de trabalho realizadas no país. De acordo com tais circunstâncias, as análises empíricas apresentadas neste estudo também serão sustentadas pelos dados coletados por tal Instituto durante o censo do ano 2000. Entretanto, cabe mencionar a existência de instrumentos alternativos de medição dos aspectos relativos ao mundo do trabalho no Brasil; o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do governo paulista, por exemplo, realiza anualmente a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nos mercados de trabalho das cidades de São Paulo, Recife, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador.

variáveis vinculam-se ao problema: região geográfica, posição na ocupação, setor de atividade, gênero, cor, idade e nível de educação. Em uma tentativa de síntese, os autores afirmam que aquelas variáveis influentes na desigualdade de rendimentos podem ser agrupadas de modo a definirem três questões referentes ao mercado de trabalho: a *segmentação* desse mercado, que se liga às variáveis região geográfica, posição na ocupação e setor de atividade; a existência de *discriminação*, com relação aos aspectos de sexo e cor; e diferenças entre *características dos próprios trabalhadores*, que consistem na idade e no nível de educação do trabalhador.

O conceito de segmentação do mercado de trabalho refere-se à existência de situações em que trabalhadores com as mesmas competências, considerados “substitutos perfeitos na produção”, recebem salários diferentes como consequência de estarem alocados em distintos setores econômicos. Por causa dessa segmentação, postos de trabalho correlatos serão de qualidades diferentes, alguns melhores que outros, em função do segmento em que estejam incluídos. A qualidade do posto de trabalho é indicada por aspectos como condições salariais, número de horas trabalhadas, grau de informalidade e precariedade a que estão submetidos os trabalhadores. Dentre as possíveis formas de segmentação de mercado¹⁷, Ramos e Vieira (2000) destacam as modalidades regional e setorial. A segmentação regional diz respeito a diferenças na qualidade da ocupação em função da localização; a setorial, em função do ramo de atividade.

A noção de discriminação, por sua vez, está relacionada à de segmentação. Considera-se que há discriminação em circunstâncias em que brancos e não-brancos, homens e mulheres, todos “substituíveis na produção”, não recebam a mesma remuneração, mesmo quando trabalharem num mesmo segmento do mercado de trabalho. Enquanto a discriminação liga-se ao contexto sócio-cultural, de herança escravocrata e patriarcal, o conceito de segmentação de mercado de trabalho associa-se às condições econômicas conjunturais e estruturais.

¹⁷ De modo amplo, a noção de segmentação do mercado de trabalho refere-se ao entendimento de que ele é “composto por segmentos qualitativamente distintos”: o “mercado primário” e o “mercado secundário” (Verhine, 1982: 111). Essa dicotomia entre os segmentos do mercado de trabalho é comumente fundamentada nas “diferenças tecnológicas e/ou de poder de mercado entre as firmas”, assim como na “natureza institucional, consequência da legislação trabalhista e/ou da presença de sindicatos”, que caracteriza as empresas (Ulyssea, 2005: 6). Com base em tais critérios, o segmento primário é então definido como aquele que oferece salários mais altos e as melhores condições de trabalho. No secundário, situam-se os empregos de baixo status e as condições de trabalho mais desfavoráveis; por isso, este último segmento caracteriza-se por concentrar a parcela pobre da população. Discussões detalhadas sobre segmentação do mercado de trabalho contemplam a análise de diversas variáveis envolvidas no assunto, tais como a região, a posição na ocupação e o setor de atividade. Para um maior aprofundamento sobre esse tema, vide: Verhine (1982), Chahad (1988), Sedlacek, Barros e Varandas (1989), Soares (1997) e Ulyssea (2005).

Por fim, as características dos trabalhadores são fundamentalmente descritas por duas variáveis que designam atributos pessoais: idade e nível educacional. Essas são duas das variáveis mais classicamente associadas a níveis de renda.

Achados dessa natureza encontram ressonância no estudo de Barros, Corseuil e Leite (2000), que focaliza especificamente as relações entre o mercado de trabalho e o nível de pobreza no Brasil. Os autores partem do entendimento de que “um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados” (Barros, Corseuil e Leite, 2000: 177), o que se dá, em grande parte, através do funcionamento do mercado de trabalho. Assim, eles apontam três características desse mercado¹⁸ – o desemprego, a segmentação e a discriminação – e avaliam o impacto que cada uma delas exerce sobre o grau de pobreza. Dentre as conclusões obtidas em tal estudo, interessa aqui destacar que a pobreza associa-se sobremaneira com o desemprego, o que está em sintonia com a discussão desenvolvida anteriormente, e que a questão da segmentação mostra-se relevante em termos de diferenças regionais.

Os estudos ora mencionados priorizaram a investigação das relações entre rendimento e características de funcionamento do mercado de trabalho nacional. Neles, foram identificadas as variáveis relacionadas a desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores que, posteriormente, foram analisadas sob a perspectiva das características do mercado. Deve-se notar que, como a presente pesquisa volta-se para a investigação da pobreza e dos fatores socioeconômicos associados ao problema na Bahia, o exame daquelas variáveis se faz pertinente para a compreensão da pobreza no estado. No entanto, as análises não serão efetuadas ou aprofundadas sob o prisma do modo de funcionamento do mercado de trabalho, uma vez que tal perspectiva não é de interesse primaz para este estudo.

Deve-se esclarecer também que as variáveis aqui referidas ao tema da segmentação não serão incluídas na presente investigação. Tal opção baseia-se nos achados do estudo de Barros, Corseuil e Leite (2000: 177), que indicam que as relações entre pobreza e segmentação do mercado de trabalho pronunciam-se de modo significativo entre as diferentes regiões do país (o que não se aplica neste estudo, que focaliza apenas o estado da Bahia), não se mostrando tão relevantes em termos setoriais. Portanto, utilizando-se dos resultados indicados por aquela investigação sobre pobreza no contexto brasileiro, esta pesquisa

¹⁸ Para os referidos autores, tais características são consideradas “disfunções” ou “ineficiências” do mercado de trabalho; elas são vistas como falhas daquele mercado em atingir seus objetivos de utilizar e remunerar os recursos humanos disponíveis em uma sociedade.

considerará apenas as variáveis relativas a características dos indivíduos que influenciam seus potenciais de rendimento: sexo, raça, idade e nível educacional.

De fato, diversos estudos nacionais e internacionais sobre pobreza detêm-se à análise de tais variáveis, corroborando a noção de que elas associam-se ao tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a situações de carências e privações (Garfinkel e McLanahan, 1994; Behrman, Birdsall e Kaplan, 1996; Scalón, 1999; Pinto e Néri, 2000). Neste ponto, é válido observar que, sendo esse um fenômeno social macro-estrutural – cujas raízes encontram-se, em última análise, em processos históricos e culturais, ligados ao tipo de inserção do país na economia internacional e aos padrões de desigualdades vigentes em uma sociedade –, é a consideração das relações entre mercado de trabalho e pobreza que oferece a ponte para que a análise do fenômeno translate para o nível das características dos indivíduos. Posto de outra forma, os estudos que dão relevância às características dos indivíduos e a outros aspectos socioeconômicos mais imediatamente associados ao fenômeno assumem que os determinantes da pobreza situam-se em processos abstratos macro-sociais. No entanto, entende-se que tais processos geradores de pobreza produzem manifestações mais perceptíveis através do mercado de trabalho, cuja dinâmica envolve fatores como atributos pessoais dos trabalhadores. Assim, tais fatores podem ser vistos como prolongamentos ou expressões observáveis daqueles processos. Investigações que abordem a pobreza “mais de perto” são vistas então como necessárias e desejáveis (Mestrum, 2002: 33), já que, como dizem Anand e Sen (2003a: 204), é nas vidas que as pessoas levam que a pobreza se manifesta.

A partir de uma revisão da literatura que se ocupa em averiguar as relações existentes entre tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho e suas características pessoais, nota-se o delineamento de algumas tendências gerais (Barros e Mendonça, 1995; Plank, 1996; Robbins e Minowa, 1996; Wolff, 1997; Pastore e Valle Silva, 2000; Soares, 2000; Woldon, 2000; Pochmann, 2001). Observa-se, por exemplo, que o desemprego tende a ser menor entre homens do que entre mulheres; da mesma forma, pessoas brancas costumam obter melhores empregos do que os não-brancos. Como já foi comentado, tais aspectos estão ligados à discriminação no mercado de trabalho. As outras variáveis em questão, idade e nível educacional, tendem a relacionar-se da seguinte forma com o modo de participação do sistema das atividades produtivas: a probabilidade de estar desempregado diminui com a idade, e quanto maior o número de anos de estudo de um indivíduo, melhores cargos e remunerações ele propende a ocupar. A consideração conjunta das variáveis torna a análise complexa. Abre-se a possibilidade de que elas se relacionem, reforçando-se e confluindo para

a exacerbação das dificuldades enfrentadas por certos grupos. Nesse sentido, pode-se mencionar a situação de mulheres negras ou jovens negros, que podem encontrar obstáculos no mercado de trabalho diretamente, devido à discriminação, ou indiretamente, por causa da falta de acesso a uma boa formação educacional.

Devido à complexidade do cenário que se delinea, coloca-se a necessidade de que cada uma das referidas variáveis seja discutida separadamente. Por isso, as seções seguintes dedicam-se à explanação de cada uma delas. Além disso, levando-se em conta que não são apenas tais atributos pessoais que se vinculam à discussão sobre pobreza, mas também a composição da família e o contexto urbano ou rural em que vivem as pessoas, esses outros fatores também serão abordados a seguir. Como forma de sistematização de todos esses aspectos, as próximas seções estão assim organizadas: inicialmente, discute-se o que se chama de *características demográficas*: sexo, idade, raça, nível educacional e situação (urbana ou rural) do domicílio; em seguida, são colocados os aspectos relativos à *composição da família*, o que envolve questões como taxa de dependência por renda no domicílio e a questão das famílias monoparentais. As possíveis articulações entre todos esses fatores são comentadas, assim como as medidas empíricas mais comuns para a operacionalização de cada um desses conceitos.

3.2.1 Sexo

Diversas pesquisas têm demonstrado que desigualdades de sexo estão associadas com a pobreza humana (PNUD, 1997: 39). Elas apontam a existência de disparidades entre homens e mulheres, no que concerne ao acesso e ao controle ao emprego, à terra, ao crédito, à educação, à tecnologia e à saúde, mesmo quando ambos assumem a posição de chefes de família. Desigualdades de sexo são também documentadas tanto em contextos de decisões domiciliares, em que as mulheres são encarregadas de cuidar da casa e das crianças, como no âmbito da participação pública e comunitária (White e Killick, 2001: 92).

As relações assimétricas entre os sexos são, essencialmente, de natureza cultural. De um modo geral, vigoram orientações culturais que regem diferencialmente a sexualidade, muitas vezes de modo desfavorável e estereotipado para as mulheres. Conforme mencionado, tal assimetria das relações entre os sexos pode ser constatada em diversos aspectos da vida social, como na divisão sexual do trabalho ou no fato de que a educação e as oportunidades de trabalho disponíveis a elas podem estar aquém, em termos de qualidade e quantidade, daquelas disponibilizadas aos homens. Em muitos casos, a participação das mulheres nas decisões tomadas nos espaços sociais é pequena e, dentre as conseqüências desse processo,

está a exclusão ou a escassa integração feminina aos sistemas políticos (Salles e Tuirán, 2002: 70).

Além da observação das assimetrias de relações entre os sexos, estudos sobre as realidades da América do Norte e do Sul, da Europa e de alguns países da África mostram que a pobreza é mais freqüente em domicílios chefiados por mulheres. Essas constatações convergem para o entendimento de que se está diante de uma “feminização da pobreza”, conforme já mencionado. A discussão sobre esse tema ressalta que a questão da feminização da pobreza refere-se menos ao número superior de mulheres pobres em relação ao de homens, do que à agudeza da pobreza e das dificuldades que elas enfrentam para saírem, junto com seus filhos, dessa situação. Como se disse, sendo vítimas de várias desigualdades sociais, em termos das oportunidades que lhes são socialmente oferecidas, as mulheres são mais vulneráveis a viverem situações de privações, além de disporem de menos perspectivas que os homens (PNUD, 1997: 39; Wolff, 1997: 102).

Salles e Tuirán (2002: 70-71) põem-se de acordo com essa perspectiva. Os autores entendem que todas as referidas desvantagens femininas conformam um complexo sistema de interações que expõem as mulheres a privações e carências e lhes dificultam a saída dessa situação. Eles acrescentam ainda que as condições desfavoráveis ao sexo feminino, seja no âmbito doméstico ou no mercado de trabalho, ao confluírem com os determinantes da classe social, fazem com que a mulher pobre permaneça inserida em círculos de precariedade dificilmente rompíveis e em redes que se retroalimentam. Por estarem presas a tal “armadilha da privação” ou círculo vicioso reprodutor da pobreza, entendem os autores, as mulheres assumem posições desvantajosas nas estruturas de poder e de decisão em uma sociedade.

De fato, a constatação de que mais mulheres do que homens experimentam situações de pobreza tem trazido ao debate teórico o reconhecimento do poder das assimetrias de sexo como um determinante primaz da construção da sociedade e, conseqüentemente, da desigualdade de privilégios e da distribuição de renda e de outros recursos entre os membros de um grupo social. De modo afim a esse enfoque, Townsend (1993: 106) afirma que a pobreza é composta durante toda uma vida ou, em outras palavras, que o *status* de subordinação econômica das mulheres é socialmente construído através de suas vidas. O autor explica que, subjacente à dependência econômica feminina, está a expectativa social de que as mulheres desempenhem as funções de reprodutoras, de criar os filhos e cuidar dos membros doentes da família, assim como dos deficientes e idosos. Assim, como tais tarefas não são remuneradas, é consolidado socialmente o ciclo indutor da dependência econômica feminina.

Mesmo quando mulheres assumem a posição de chefe do domicílio, há evidências de que elas são economicamente desfavorecidas em relação aos homens que ocupam posição correlata em seus lares. Tal situação é analisada por Székely (1996: 23) no contexto de países em desenvolvimento, onde é comum que se afirme que a pobreza associa-se ao sexo feminino por causa da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho. Na maioria dos países em desenvolvimento, diz o autor, a dinâmica do mercado de trabalho, de fato, constitui uma das maiores causas da pobreza. Isso acontece não apenas por causa da discriminação que pode afligir as mulheres – o que faz com que elas recebam menores remunerações ao desempenharem as mesmas funções que os homens –, mas também por causa da referida “construção da pobreza ao longo da vida”: em uma sociedade, é comum que os domicílios tendam a investir menos em mulheres para a acumulação de educação e qualificação, obstando-lhes o potencial de ganhar renda.

A questão das diferenças de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho é focalizada por Woldon (2000: 63) em seu estudo sobre pobreza na América Latina. Apesar de reconhecer que é provável a existência de algum grau de discriminação contra as mulheres, ele afirma que sua magnitude não é tão alta a ponto de ser tomada como o fator mais relevante para explicar as diferenças de rendimentos entre os sexos. Para analisar tais discrepâncias no mercado de trabalho, o autor volta-se para os aspectos da participação da força de trabalho, das escolhas ocupacionais e dos salários.

Woldon considera que os aspectos determinantes da participação na força de trabalho residem na posição e na responsabilidade do indivíduo na família, em vez de se situarem nas oportunidades no mercado de trabalho. A título de exemplo, ele menciona que a literatura aponta grandes diferenças nas taxas de participação de cada sexo.¹⁹ No entanto, quando os resultados são desagregados de acordo com o papel desempenhado na família, chefes de domicílio de ambos os sexos, que não vivem em companhia de cônjuge, apresentam taxas de participação similares. Por outro lado, mulheres casadas são aquelas que apresentam as mais baixas taxas de participação.

No que diz respeito à escolha ocupacional, o autor afirma que as mulheres que trabalham tendem a exercer atividades informais e que pagam menos. Em geral, o diferencial de rendimento entre emprego formal ou por conta própria é mais alto entre mulheres que entre

¹⁹ No caso do México, por exemplo, o autor cita que 26% das mulheres contra 80% dos homens participam do mercado de trabalho. Contudo, essas taxas podem ser decompostas de acordo com o papel exercido no âmbito familiar; chefes de domicílios apresentam taxas de participação menos desiguais: 70% para mulheres e 87% para homens.

homens. Contudo, isso não implica, necessariamente, em discriminação. Ele argumenta que a posição na família, novamente, exerce maior grau de influência sobre a escolha ocupacional do que o sexo. O motivo para tal discrepância entre os diferenciais de rendimento de cada sexo tem a ver com o fato de que os homens que entram no setor informal não o fazem por causa da flexibilidade de horário, como pode acontecer com muitas mulheres e que, por isso, eles têm maior probabilidade de trabalharem durante a jornada completa.

Com relação aos salários, Woldon (2000: 63) lembra que a idade é usualmente tomada como *proxy* para “experiência potencial”, uma vez que anos de “experiência de fato” são raramente observados²⁰. O autor coloca que as mulheres podem ter menor “experiência de fato” do que homens que tenham a mesma idade que elas (devido à responsabilidade de cuidar e criar os filhos). Tal aspecto pode não ser percebido através dos dados, causando a subestimação do coeficiente de rendimento por idade para as mulheres. Em outras palavras, a diferença entre a idade e o acúmulo de experiência entre homens e mulheres se traduz em diferentes níveis de rendimentos, o que pode ser indevidamente interpretado como discriminação. Seguindo essa argumentação, o autor busca mostrar que nem sempre o preconceito é a raiz do problema no mercado de trabalho.

Estudo semelhante foi desenvolvido por Guimarães (2002b: 105) acerca da realidade do mercado de trabalho brasileiro. De fato, foram constatadas situações desfavoráveis às mulheres, inclusive às chefes de família. A esse respeito, foram observadas taxas de desemprego mais elevadas para as mulheres, assim como o menor número de horas trabalhadas por causa de suas responsabilidades domésticas, além da tendência de seus salários serem mais baixos. Tal estudo apontou também que, no ano 2000, uma parcela de 20,1% das famílias brasileiras possuíam renda *per capita* de até meio salário mínimo, sendo que tal percentual subia para 24,8% quando se tratava de domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge. Tais achados são corroborados pela análise de Carvalho (2002b: 129), que afirma que,

Nas classes populares, o emprego doméstico e os serviços executados de forma autônoma diretamente para o público constituem os grandes absorvedores da mão-de-obra feminina. Isto indica tanto a permanência de papéis tradicionais para as mulheres no mercado de trabalho como a precariedade da sua inserção, pois esses setores são marcados por menores níveis de formalização do vínculo, jornadas de trabalho irregulares e prolongadas e baixas remunerações.

²⁰ Em diversos estudos, a idade é tomada como indicador de experiência profissional. Esse assunto insere-se na discussão sobre as relações entre a idade do indivíduo e o seu potencial de inserção no mercado de trabalho, que será desenvolvida mais adiante, quando a “idade” for abordada como fator associado à pobreza.

Toda essa discussão desenvolvida até aqui chama atenção para o fato de que a questão das assimetrias entre os sexos e suas repercussões no campo da pobreza não estão livres da influência de outros fatores. Tal constatação encontra ressonância no pensamento de Townsend (1993: 107), que defende que, em vez de se buscar um “tema-chave” que prepondere na explicação da pobreza, deve-se perseguir a compreensão de relações-chave dentro de uma estrutura abrangente de explicação. O autor coloca que, desde os anos 90, tem havido uma luta contra tal reducionismo, já que se tem admitido a existência de uma interação dinâmica entre fatores ou forças estruturais, que são geralmente implícitas em vez de explícitas. O reconhecimento de uma diversidade de tipos específicos de privações e de práticas de discriminação sinaliza um novo rumo, em busca das relações estruturais, a ser seguido pelos esforços de análise da pobreza.

A partir dessas considerações, Townsend (1993: 107) coloca que o *status* de subordinação feminina, das mulheres pobres em particular, merece ter sua análise inserida nessa perspectiva. Sob esse prisma, a questão crucial passa a ser redefinida, deixando de se situar no problema de “por que o número de mulheres pobres é maior que o dos homens”. O eixo de análise deve se deslocar para a discussão sobre como a feminização da pobreza exerce um papel chave nos processos de perpetuação e de aprofundamento da pobreza, ao mesmo tempo em que desempenha é central na reprodução e no reforço da discriminação contra as mulheres.

Em consonância com esse ponto de vista, deve-se comentar que as assimetrias entre os sexos têm repercussões sobre a estruturação de diversas instituições sociais, inclusive, aquela mais fundamental para o processo de socialização e de transmissão da cultura: a família. Em geral, tal organização nuclear da sociedade possui uma

... típica divisão sexual do trabalho, que ocorre paralelamente à divisão sexual das emoções, ambas inseridas em uma estrutura de autoridade e que alcançam o âmbito dos símbolos, da ideologia e orientam as pautas mais profundas da transmissão cultural de identidades. A partir das diferenças sexuais, simbolizadas como construções culturais (o gênero é a construção cultural das diferenças sexuais), constroem-se identidades, desempenham-se papéis específicos, definem-se os âmbitos da ação dos indivíduos dentro do espectro institucional e societal e, além disso, conformam-se vias muito desiguais de acesso ao poder e aos recursos (Salles e Tuirán, 2002: 70).

A partir dessas considerações, é necessário atentar para o fato de que as referidas construções culturais, que espelham as diferenças entre os sexos, podem conter o germe da perpetuação das condições de pobreza, de uma maneira geral, e da pobreza feminina, em particular.

Dentro da ótica articulada e multi-relacional de se analisar o problema, deve-se retomar a noção de que a pobreza feminina conecta-se com outras questões, tais como a alta incidência

de pobreza infantil, tendo também implicações adversas para o cuidado dos idosos. Esse aspecto relaciona-se com a clássica associação entre pobreza e tamanho do domicílio (quanto maior o número de dependentes por renda em um domicílio, maior a tendência a se vivenciar situações de carências e privações). A situação se faz ainda mais severa no caso de domicílios chefiados por mulheres que não têm um cônjuge que as ajude. Nessas condições, as mulheres (mães, avós e irmãs) assumem a completa responsabilidade por criar, alimentar e educar crianças e demais membros economicamente dependentes da casa. Deve-se lembrar também que outros aspectos costumam aparecer nas análises sobre privações, a exemplo da associação entre pobreza e raça, desfavorável aos indivíduos não-brancos, que pode vir a fortalecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pardas e negras (Garfinkel e McLanahan, 1994: 208; Jenkins e O’Leary, 1998: 413-414; IFAD, 2001: 28; Goode e Maskovsky, 2001: 39; White e Killick, 2001: 17-18; 93; Guimarães, 2002b: 105).

No que concerne à metodologia utilizada para a operacionalização empírica dos conceitos que permeiam essa discussão, Salles e Tuirán (2002: 72) destacam a relevância da unidade de análise domiciliar para o estudo da pobreza, uma vez que a família é a unidade fundamental de organização da sociedade. No que tange às pesquisas que se dedicam eminentemente às questões das assimetrias das relações entre os sexos, o desenvolvimento da investigação no nível intra-doméstico permite averiguar

... o que se passa no interior da família e no âmbito da residência (espaço doméstico) constituída em termos da natureza das relações sociais entre seus membros e em função da existência de necessidades diferenciadas (as do homem, as da mulher e as dos filhos/as). Isso é indispensável para estabelecer o teor das desvantagens existentes com relação aos recursos e bens produzidos e reproduzidos pelo grupo doméstico (Salles e Tuirán, 2002: 72).

Segundo os mesmos autores, o exame da realidade doméstica permite que se especifiquem os aspectos que exacerbam a vivência da pobreza por parte das mulheres, das crianças, dos jovens e adolescentes. A proposta de investigar o que acontece no interior da família valoriza tal contexto, proporcionando a análise das relações sociais que o fundam e da transmissão geracional da condição de pobreza. Dentro do enfoque das desigualdades de sexo, frisa-se ainda a relevância de que se examinem os diversos tipos de espaços domiciliares – tanto aqueles dirigidos pelos homens como pelas mulheres (Salles e Tuirán, 2002: 73).

A perspectiva intra-doméstica, entretanto, não é aquela que se faz mais relevante para os propósitos deste trabalho. Interessa-se aqui por investigar as inter-relações entre os diversos fatores associados à pobreza, a partir de um nível de análise mais amplo. Desse modo, as relações assimétricas entre homens e mulheres no contexto de pobreza serão consideradas com base no sexo do chefe do domicílio, variável fornecida pelas pesquisas do IBGE (IBGE, 2003). A exploração das questões que foram discutidas nesta seção ocorrerá segundo uma

perspectiva social abrangente, a se realizar com base na contemplação das correlações estatísticas entre o sexo do chefe do domicílio e outros atributos – como sua condição de inserção no mercado de trabalho e a composição de sua família (em que pesem aspectos como a presença de cônjuge e o número de pessoas economicamente dependentes no lar). Também será analisada a forma como todos esses fatores confluem e se configuram, de modo que se abra espaço para a compreensão do impacto conjunto que eles (inclusive o sexo do chefe do domicílio) exercem sobre as condições de pobreza.

3.2.2 Contexto Rural / Urbano

Como se comentou, as realidades de pobreza variam conforme o contexto onde se situam. As condições complexas que compõem o fenômeno estão sujeitas a mudanças, frente às especificidades que marcam os distintos grupos afligidos e seus ambientes sociais. Por isso, as diferenças nos cenários de pobreza que acontecem em função da localização rural ou urbana do domicílio são relevantes e devem ser levadas em conta.

Em princípio, deve-se definir o que é considerado “rural” ou “urbano”. De acordo com o *International Fund for Agricultural Development*²¹ (IFAD, 2001: 17), há duas características principais que baseiam a definição da noção de “rural” na maioria dos países do mundo. Primeiro, as populações rurais usualmente constituem grupos de 5000 a 10000 pessoas, vivendo em casas que são separadas por pastos, áreas de cultivo e árvores. Segundo, a maioria das pessoas que vivem na zona rural devota a maior parte de seu trabalho à terra. Seguindo tais critérios e, por exclusão, as demais áreas são tidas como urbanas.

Reconhece-se, entretanto, que há distinções entre as nações sobre o que venha a ser entendido como rural e urbano, sendo que tais distinções são arbitrárias e variadas. A definição mais comum para estabelecer o limite da zona rural é que a população seja constituída por até 5000 pessoas, como na Índia. Frequentemente, esse número pode ser de 2500 pessoas ou menos, como no México. Há também os casos de países, como o Brasil e a China, que não especificam tamanho de população, mas usam outras características, como a existência de instalações tipicamente metropolitanas ou o *status* político ou legal da região. Segundo o IFAD, as fronteiras legais e políticas são mais difíceis de interpretar, pois requerem cuidado ao se avaliar, comparar e julgar acontecimentos relativos à pobreza rural e à urbana, assim como às políticas a elas destinadas (IFAD, 2001:17-18). De todo modo, deve-se

²¹ O “Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura” é uma agência especializada das Nações Unidas, tendo sido estabelecida como uma instituição financeira internacional em 1977.

atentar ao fato de que os critérios de definição adotados irão influenciar a determinação da quantidade de pobres rurais e urbanos.

De uma maneira geral, a definição da fronteira rural-urbana adotada em um país muda raramente. A idéia é que se possa primar pela constância de uma definição, de modo a assegurar a confiabilidade na comparação entre as características das populações rurais e urbanas, assim como dos pobres em cada zona, e suas disparidades ao longo do tempo. As Nações Unidas julgam que os órgãos estatísticos oficiais de cada país são os entes que estão em melhor posição para distinguir as áreas urbanas das rurais em suas nações. Tal organização reafirma a recomendação de que haja uma definição estável, mesmo que incompleta, de maneira a permitir as referidas comparações (UN/ECOSOC, 1998: 31, apud IFAD, 2001: 18).

No Brasil, a distinção entre as zonas rural e urbana acontece da seguinte forma: “as áreas urbanas são definidas por lei municipal: cabe ao executivo e legislativo municipal de cada município brasileiro a definição do seu perímetro urbano. As áreas fora desse perímetro urbano, por exclusão, são as áreas rurais” (Grossi, 2002: 181). Como se vê, tal norma abre espaço para que o estabelecimento de tais fronteiras possa se basear tanto em critérios objetivos como volitivos, ao arbítrio dos governantes locais. A esse respeito, Grossi (2002: 181) emite a opinião crítica de que a decisão de expansão do perímetro urbano do município por parte de seus governantes é, em geral, marcada pelo dilema entre a arrecadação do imposto municipal a advir da urbanização e as conseqüentes obrigações para o governo municipal, como implantação de água tratada, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, postos de saúde, entre tantos outros serviços.

Ainda com relação à realidade nacional, Grossi (2002: 181) nota que, pouco tempo atrás, o conceito de rural atrelava-se à noção de que aquele era o espaço exclusivo das atividades agrícolas, noção essa que ainda permanece em alguns meios acadêmicos. No entanto, pesquisas recentes têm apontado que o meio rural brasileiro é mais dinâmico do que se acreditava. Tem-se observado a proliferação de novas atividades não-agrícolas, além da emergência de outras funções, como moradia ou preservação da natureza. Devido às transformações que o meio rural brasileiro tem atravessado, o referido critério de definição de perímetro urbano-rural tem se mostrado falho e tem sido contestado. A discussão acerca dessa questão é complexa e envolve diversos tipos de argumentos, como aquele baseado na densidade demográfica, segundo o qual boa parte dos municípios brasileiros poderia ser considerada inteiramente rural. Por enquanto, sem que haja uma revisão da legislação vigente, o IBGE, órgão oficial de estatística, mantém-se alinhado à definição legal de cada município

para contagem da população urbana e rural do país, situando os domicílios e seus respectivos indivíduos nas zonas estabelecidas por cada municipalidade.

Deve-se comentar ainda que, no Brasil, não se tem seguido à risca a recomendação das Nações Unidas sobre a constância da definição das fronteiras entre o urbano e o rural. As distribuições dos setores censitários entre as zonas urbanas e rurais têm sofrido mudanças de um censo para outro. Tais atualizações cartográficas acabam dificultando a realização de análises comparativas sobre as populações e a pobreza em ambas as zonas ao longo do tempo (Grossi, 2002: 182).

Com relação ao tema da pobreza, como já foi dito, o fenômeno não aparece apenas em áreas de pouco dinamismo econômico. Ele pode coexistir com níveis razoavelmente altos de renda, em ambientes que apresentem graus elevados de desenvolvimento e de difusão de infra-estrutura, além de avanços tecnológicos. Tais situações são encontradas em zonas urbanas da América Latina, dos Estados Unidos e da África do Sul, por exemplo (IFAD, 2001:2).

Conforme já foi discutido anteriormente, a pobreza urbana aparece principalmente associada à questão do desemprego e da precarização das condições e das relações de trabalho, traços marcantes dos mercados laborais urbanos. Ziccardi (2002: 141) dedica-se à análise da situação da América Latina e nota que, em épocas passadas, as grandes expressões de pobreza situavam-se no campo. Nos tempos atuais, o fenômeno tem apresentado maior crescimento nas cidades, já que o incremento da população urbana tem sido superior ao da rural²². Aliada a isso está a incapacidade do sistema produtivo de ampliar as opções de emprego estável e bem remunerado, o que reforça o desemprego e deteriora a qualidade dos postos de trabalho, processo que se manifesta através das situações de precarização e de informalização (Ziccardi, 2002: 153; Rocha, 2003: 186).

Pochmann (2001: 82) analisa o padrão de desemprego vigente em contextos urbanos, nos quais a população ativa ocupa-se predominantemente em atividades industriais, de comércio e de serviços. Em tais economias, entende o autor, “praticamente não há a possibilidade de

²² A esse respeito, deve-se esclarecer que, na América Latina, a pobreza rural tende a ser maior que a urbana. A *pobreza extrema* é três vezes maior nas zonas rurais que nas urbanas, sendo a incidência da *pobreza* duas vezes maior no campo que nas cidades. Contudo, como 75% da população daqueles países vivem em cidades, os números absolutos indicam que a pobreza extrema é mais ou menos a mesma em ambas as zonas e o número absoluto de pobres é um pouco maior em áreas urbanas (Woldon, 2000: 3). A mesma tendência é observada no caso particular do Brasil, onde a pobreza rural é também uma questão importante e complexa, principalmente no Nordeste, que concentra 67% dos pobres rurais do país. Entretanto, em todo o território nacional, os números absolutos da pobreza rural são superados pelos da urbana (Grossi, 2002: 194).

reprodução da cultura do escambo no acesso ao consumo sem que o emprego da mão-de-obra resulte numa contraprestação monetária. A presença do desemprego impede o acesso à renda e, por consequência, ao consumo de bens e serviços básicos” Pochmann (2001: 82). Como nos países em desenvolvimento não há mecanismos de proteção social e de garantia de renda que impeçam o rebaixamento do padrão de vida do desempregado, o desemprego aberto significa, grande parte das vezes, a deterioração de suas condições de vida, podendo-se conformar como a via que o conduz à situação de pobreza.

Ao observar realidades de pobreza urbanas, Ziccardi (2002: 144) destaca que mais de 50% dos domicílios são chefiados por mulheres que precisam exercer alguma atividade remunerada para sobreviver. Como já se disse, a mão-de-obra feminina, usualmente, enfrenta uma série de desvantagens. Nas classes populares, além dos salários mais baixos, as mulheres ocupam predominantemente postos de trabalho informais e precários, sendo os serviços domésticos e o trabalho manual industrial de baixa qualificação suas principais atividades.

A mesma autora nota a existência de um outro fenômeno nas cidades latino-americanas: o trabalho infantil. Crianças trabalham nas ruas das cidades ofertando diversos tipos de serviços, o que lhes permite incrementar o rendimento familiar. Como consequência, tais atividades implicam o abandono das atividades escolares. Ziccardi (2002: 145) observa que esse processo perpetua-se num ciclo, em que mais crianças vão nascer em situação de pobreza, sendo compelidas a trabalharem em ambientes degradados e exploradores, e até a se drogarem e a se prostituírem, estando expostas à violência. A autora analisa ainda que, com as mudanças e modernizações tecnológicas e econômicas que vêm ocorrendo internacionalmente, a tendência é que essas pessoas venham a assumir cargos pouco produtivos que requerem baixas qualificações. Está-se então diante de um ciclo que reitera as condições para que tais indivíduos permaneçam recebendo salários baixos, com dificuldades para conseguir um modo de inserção estável no mercado de trabalho (Pastore e Valle Silva, 2000: 43; Ziccardi, 2002: 145; Rocha, 2003: 188).

Um outro ponto levantado nessa discussão refere-se às precárias condições de moradia das pessoas pobres nas zonas urbanas. Conforme Maricato (2002: 178), há uma confusão no debate acerca das titularidades de terras e de seus limites no Brasil, o que se desdobra na falta de rigor conceitual dos levantamentos que são feitos a esse respeito no país. A autora coloca que uma das consequências dessas indefinições, por exemplo, é que o número de famílias que moram em favelas acaba sendo sub-dimensionado pelas pesquisas do IBGE. Apesar de todas as imprecisões que permeiam o debate, alguns resultados, incontestes se tomados enquanto tendências, têm apontado as severas condições de moradia em que vive grande parte das

classes populares de algumas grandes cidades do Brasil: 33% da população de Salvador moram em áreas invadidas, sendo de 34% a cifra para a população de Fortaleza; 40%, em Recife; mais de 50%, em Maceió, e mais de 20% em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo; Curitiba também tem mostrado um crescimento de áreas invadidas, as quais formam um cerco em torno do município central. Maricato (2002: 178) explica que o crescimento de invasões de terrenos, em anos recentes, deve-se à falta de oferta de oportunidades habitacionais acessíveis às camadas pobres, tanto por parte do mercado privado, como pelo pequeno alcance das políticas públicas.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas pobres no ambiente urbano, deve-se comentar que elas têm acesso a serviços básicos com maior facilidade que pessoas da zona rural. De modo geral, constata-se a existência de disparidades no acesso a bens e serviços entre o meio rural e o urbano, que pendem em favor deste último. A questão sanitária, por exemplo, é um fator que discrimina a pobreza na área rural, mas não necessariamente na zona urbana, onde a cobertura tende a ser extensa devido à densidade demográfica (Rocha, 2003: 19).

A respeito dessa discussão, Székely (1996: 27) coloca que a existência de um viés urbano é uma explicação comumente utilizada para explicar a pobreza nos países em desenvolvimento. Tal viés é muitas vezes notado em uma alocação desfavorável do gasto público e do estabelecimento de condições adversas de comércio em relação às áreas rurais. Há evidências de que tal tendência permeie áreas como educação, saúde, habitação, infraestrutura pública e subsídios para bens e serviços. Essas constatações abrem espaço para que se erija a expectativa de que as disparidades urbano-rurais respondam por grande parte da pobreza em países em desenvolvimento (Székely, 1996: 28).

Segundo o relatório do IFAD (2001: 2), as diferenças de renda e pobreza entre zonas rurais e urbanas em todo o mundo não tendem a diminuir. De fato, o número de pessoas pobres é desproporcionalmente maior nas áreas rurais, onde as rendas auferidas são mais baixas e se carece de acesso a serviços e instalações. Tal relatório estima que, tomando como horizonte o ano de 2020, a maioria dos pobres estará situada nas zonas rurais.

Frente a tais circunstâncias, estudos colocam que o bem-estar dos pobres que moram em zonas rurais depende, em vários aspectos, da ação pública, além do investimento direto no apoio à agricultura e a outras atividades produtivas. É constatado que os pobres de áreas rurais sofrem de uma ineficiência na oferta de boas escolas, saúde, estradas, terra, tecnologia, acesso a instituições e mercados, além de crédito, infraestrutura, saneamento e oportunidades de emprego (Oster, 1978: 44; Plank, 1996: 174; White e Killick, 2001: 17; 66; Woldon, 2000:

65-66; IFAD, 2001: 2). O acesso à água – que é essencial para o desenvolvimento da produtividade da terra e vital para uma saúde adequada – coloca-se como uma questão particularmente relevante nas regiões áridas e semi-áridas. Com isso, observa-se que essa parcela da população carece dos diversos tipos de recursos que podem contribuir para a melhoria das suas condições de vida, uma vez que há indícios de que a provisão pública dos diversos serviços prioriza as áreas urbanas, notadamente nas realidades latino-americanas (Castaño, 1999: 208; IFAD, 2001: 24).

Cabe mencionar que as populações pobres nas zonas rurais são compostas por indivíduos capazes de atuar economicamente, dispostos a exercerem algum tipo de atividade, mas que não têm oportunidade de trabalho. Assim como acontece nas zonas urbanas, a maioria das situações de pobreza relaciona-se a pessoas que assumem ocupações precárias, que trabalham sem carteira assinada e são sub-remuneradas, além dos chamados “dependentes tradicionais” (idosos, viúvos, deficientes e órfãos). Nas zonas rurais, aparecem ainda os pobres sem terra, pastores e pequenos produtores de subsistência (White e Killick, 2001: 37). Deve-se notar que, também dentro dessa fatia da população rural, alguns grupos particulares, como as mulheres (cujas desvantagens se desdobram para as crianças), minorias étnicas e pessoas do semi-árido enfrentam maiores dificuldades, requerendo especial atenção (Plank, 1996: 170; IFAD: 2001, 3).

Dentre os problemas que marcam a pobreza no campo, o desemprego coloca-se como uma questão relevante, assim como acontece nas cidades (Grossi, 2002: 194). Entretanto, segundo Pochmann (2001: 82), o padrão de desemprego que se observa em contextos rurais é distinto daquele manifesto nos meios urbanos. No campo, a maioria da população em idade ativa envolve-se em atividades econômicas ligadas ao setor agropecuário, que são consideradas atividades simples, a exemplo das de auto-consumo, da exportação de produtos alimentícios e de matéria-prima. Por isso, em tais contextos,

... o desemprego aberto tende a ser inexpressivo, pois preponderam estratégias de sobrevivência que mascaram a escassez de ocupação para todos. A presença de renda *per capita* reduzida e de formas de auto-sustento no campo termina proporcionando o aumento das ocupações por conta própria e dos postos de trabalho sem remuneração, capazes de permitir o acesso ao consumo alimentar básico, diretamente do cultivo da terra (Pochmann, 2001: 82).

Em seu estudo sobre as relações entre mercado de trabalho e pobreza rural na América Latina, Castaño (1999: 203) corrobora tal ponto de vista. O autor constata que, de fato, os empregos são escassos e oferecem baixas remunerações para os pobres, que são aqueles que possuem os mais baixos níveis educacionais. Portanto, não surpreende que os domicílios pobres caracterizem-se por suas dependências da agricultura e do exercício de trabalhos por conta própria.

Alguns aspectos presentes nas zonas rurais podem complicar ainda mais a situação daqueles que vivem em situações de pobreza. Áreas remotas de localização de residência, por exemplo, tendem a ser destituídas de sistemas de transporte, reclusas de serviços, incapazes de comercializar colheitas ou de oferecer emprego seguro local. Em tais localidades, trabalhadores enfrentam custos físicos e de transação ainda mais altos, o que restringe o comércio, o crescimento e a especialização de suas atividades (White e Killick, 2001: 18).

Além disso, uma questão que assume papel central nos contextos rurais é a distribuição da terra. A existência de uma distribuição desigual, além de ser nociva ao crescimento da economia, priva os pobres do usufruto dos benefícios. Sabe-se que grande parte daqueles que vivem em pobreza depende dos proventos que auferem por meio do trabalho na terra, embora poucos tenham o controle sobre esse recurso. Por isso, a experiência histórica indica que uma reforma agrária que pudesse criar pequenas propriedades familiares, não muito desiguais, reduziria o número de pobres dependentes do governo e aumentaria o número de empregos para os trabalhadores da terra. Um outro lado positivo da reforma agrária é que, de acordo com o IFAD (2001: 3), pequenos fazendeiros empregam mais gente por hectare do que grandes proprietários. Dessa forma, além da geração de empregos, tal reforma seria positiva por também estimular a constituição de um mercado consumidor para produtos feitos na própria região, mas elaborados fora das fazendas. Com relação a essa questão no Brasil, Grossi (2002: 188) comenta que há um certo consenso acerca da idéia de que os potenciais beneficiários de uma reforma agrária no país são os trabalhadores rurais sem-terra, inclusive os desempregados; os parceiros, posseiros e arrendatários; os agricultores proprietários de áreas cujas dimensões estão aquém daquela tida como mínima para a propriedade familiar.

Conforme Guimarães (2002b: 95), apesar de o governo federal ter anunciado que, durante os últimos anos, a quantidade de desapropriações de terras devolutas e de famílias assentadas supera tudo o que já foi feito nessa direção em todo o período republicano, o índice de Gini²³ fundiário revela que a estrutura fundiária brasileira permanece desigual, ainda como em meados do século XX. O mesmo autor explica que essa má estrutura agrária possui raízes históricas e foi acentuada

... pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira a partir da década de 60. Esse processo de penetração capitalista no campo se deu através da “via prussiana”, que se caracteriza pela

²³ O índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicado pela primeira vez em 1912. É usado geralmente para medir a desigualdade da renda, mas pode também ser usado para medir outros tipos de distribuições desiguais. Tal índice é um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à igualdade perfeita (em que todos dispõem da mesma quantidade de recursos) e 1 corresponde à desigualdade perfeita (em que uma pessoa detém tudo, e todas as demais detêm nada).

transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. Tal processo se caracterizou pela manutenção dos latifúndios, que foram tecnificados e modernizados, transformados em grandes propriedades e explorações capitalistas, as quais passaram a empregar trabalho assalariado e a ter no lucro o maior objetivo de sua produção (Guimarães, 2002b: 96).

Tal modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura provocou uma concentração da propriedade do capital, com impactos sobre a apropriação da renda originada no setor rural. Como se vê, essas colocações indicam que a pobreza e o nível de desigualdade vigentes no país são antes provenientes de processos históricos concentradores do que da escassez de recursos.

Há ainda um comentário a ser feito, com relação às parcas perspectivas de melhorias futuras para as pessoas pobres que vivem em zonas rurais brasileiras. Em um estudo realizado sobre mobilidade social no Brasil, Pastore e Valle Silva (2000: 57) investigaram a probabilidade de um indivíduo ascender socialmente, tomando como parâmetro básico sua posição na ocupação no mundo do trabalho. Os autores constataram que os trabalhadores rurais (considerados como o “estrato baixo-inferior”, ou seja, o mais baixo em uma escala que hierarquiza as ocupações entre todos os trabalhadores) são aqueles com menor potencial de ascensão social. Para tanto, confluem diversos fatores: o baixo nível educacional que geralmente se associa a tais trabalhadores e lhe dificulta a inserção em um mercado de trabalho que tende a modernizar-se; a pequena oferta de oportunidades socioeconômicas que favoreçam a mobilidade; além do forte “peso da herança” que acomete aquelas pessoas (o estudo indica que os atuais trabalhadores rurais estão nessa posição como uma decorrência do fato de seus pais terem ocupado posições similares). É colocado ainda que os demais estratos ocupacionais demonstram chances maiores de acesso aos níveis sociais superiores, mesmo quando se trata da categoria correspondente nas cidades: os trabalhadores urbanos não-qualificados.

3.2.3 Educação

Dentro do debate sobre os fatores socioeconômicos associados à pobreza, a questão da educação coloca-se como um tema clássico. As discussões focalizam as relações entre nível de formação educacional do indivíduo e o seu potencial de obtenção de renda através do trabalho. É a partir desse prisma que se desdobra a análise sobre a tendência à vida em situação de pobreza.

No âmbito das discussões que giram em torno do fenômeno, a maioria dos estudos que analisam as relações entre pobreza e educação apóiam-se no arcabouço fornecido pela Teoria

do Capital Humano²⁴. Tal teoria coloca que rendas individuais são conseqüências da produtividade dos trabalhadores, sendo tal produtividade uma função de suas competências e habilidades. Dessa forma, a explicação para as diferenças de rendas situa-se na distribuição de competências e habilidades cognitivas entre as pessoas. Uma vez que tais atributos são entendidos como produto de aprendizagem, o principal mecanismo através do qual o ser humano pode investir em capital humano é a educação. Sob esse prisma, ganha relevância o processo escolar. De modo sintético, tais considerações sobre a perspectiva do capital humano sugerem a existência de uma ligação entre educação e renda, que se delinea através da seguinte seqüência (Verhine, 1993: 41):

Educação → Competências e Habilidades → Produtividade → Renda

Embora se reconheça a validade da tese defendida pela teoria do capital humano, isto é, que maior educação corresponde a maior renda, diversas críticas são lançadas a tal formulação. Almeida e Pereira (2003) oferecem uma revisão da literatura sobre as críticas existentes. Tal revisão aponta que alguns argumentos consideram “desaconselhável” tratar o homem como capital humano, por entenderem como moralmente errada a aplicação de conceitos de investimento e de capital às pessoas. Com base em uma concepção humanista, coloca-se também que a economia não deve considerar a vida apenas como um “balanço comercial”, a ser valorada a partir do binômio carência-satisfação de necessidades. Outras críticas apontam uma estreiteza de perspectiva por parte da formulação de capital humano: afirma-se que a ênfase dada às capacitações técnicas que aumentam os futuros rendimentos pessoais negligencia a formação humana do indivíduo, fazendo com que não haja mudanças em seus padrões de expectativas, atitudes e preferências. Há também as restrições de caráter marxista, que criticam a forma como valores neoclássicos são incorporados por tal teoria. Além disso, de acordo com o viés marxista, entende-se que, sob o prisma do capital humano, o trabalho desaparece como categoria analítica fundamental, já que é absorvido no interior do conceito de capital. As teorias de base marxista não negam a importância da educação como meio de ascensão social, mas apontam que as propostas de equalização de oportunidades

²⁴ Conforme Verhine (1982: 86-87), tal teoria teve suas origens nos anos 60 e constitui-se ainda no modelo mais sólido e difundido que associa renda e educação. Em linhas gerais, a base econômica neoclássica sobre a qual a teoria do capital humano se apóia reflete-se nas seguintes assunções: a) os mercados de trabalho e de produtos são competitivos; b) as firmas tentam maximizar seus proventos; c) os trabalhadores buscam maximizar seus salários; d) a força de trabalho tem a mobilidade e o conhecimento necessários para tirar proveito das oportunidades disponíveis. Ligadas a tais assunções estão as noções de que o mercado de trabalho é essencialmente homogêneo (ou seja, que as mesmas leis aplicam-se a todos); que a determinação dos salários se dá através da interação entre demanda e oferta; que forças competitivas conduzem os mercados de trabalho para estados de equilíbrio; que todos os participantes, patrões e empregados, podem beneficiar-se mutuamente através das atividades econômicas.

educacionais, tais como o aumento da oferta de vagas nas escolas e da quantidade de treinamento oferecido, têm potencial limitado. É colocada a necessidade de se considerar todo o sistema econômico, tendo em vista o fato de que os salários não se vinculam apenas às características do trabalhador, mas também a diversos fatores como a organização econômica da sociedade, os tipos de empregos a que se tem acesso e a maior ou menor oferta de mão-de-obra.

Uma outra formulação que reforça as relações entre escola e renda, mais afim ao viés marxista, é a “hipótese do filtro” (*the screening hypothesis*). A idéia apresentada é a de que a estrutura e os critérios de seleção usados em escolas são tais que aquelas pessoas bem sucedidas são as mais prováveis a terem sucesso também no mundo do trabalho. Sob essa perspectiva, conquistas educacionais funcionam como sinalizações de habilidades pré-existentes e de diferenças de características entre as pessoas. Os certificados escolares são então interpretados pelos empregadores como indicadores observáveis daqueles indivíduos que terão bom desempenho no trabalho. Delineia-se então um mecanismo de “filtragem” para que sejam escolhidos os melhores trabalhadores. Em sua versão mais densa, a hipótese do filtro coloca que educação afeta o nível de salário não porque produz ou melhora atributos produtivos de alguém, mas porque identifica seus traços de produtividade, que podem ser adquiridos no nascimento ou no ambiente familiar. Dessa forma, o retorno social da escola vem dos seus serviços prestados em prover informações que favoreçam uma melhor alocação de recursos, em vez de se situar na geração de benefícios cognitivos através do processo educacional (Verhine, 1993: 54).

Frente a tais divergências de perspectivas, autores como Székely (1996: 31), por exemplo, reconhecem que as relações entre pobreza e educação encontram respaldo em ambas as perspectivas teóricas: a aquisição de educação formal pode ser usada tanto como um mecanismo de filtragem ou como indicador de nível de habilidade e produtividade de um indivíduo. Da mesma forma, Reis e Schwartzman (2003: 17) balizam-se nas duas perspectivas ao relacionarem educação e trabalho. Para os autores, se as oportunidades de trabalho estiverem em fase de expansão, abre-se espaço para que o mérito seja uma via de ascensão social; essa ótica afina-se com a tônica do capital humano, segundo a qual a educação conforma-se como o elemento fundamental para a formação de pessoas com competências técnicas e cognitivas. Por outro lado, em períodos em que as oportunidades de trabalho não estejam aumentando, a educação assume o papel de mecanismo de seleção e recrutamento de trabalhadores, reproduzindo assim as desigualdades sociais existentes, dada a correlação entre desempenho escolar e nível socioeconômico das famílias dos estudantes.

Pelo exposto, pode-se dizer que o reconhecimento da associação entre educação e renda é consensual entre os pesquisadores da área, independentemente do enfoque teórico adotado. Ainda que diversas críticas sejam lançadas à teoria do capital humano, ela continua balizando a maioria das formulações acerca das relações entre educação e renda e, mais especificamente, entre educação e pobreza (Barros e Ramos, 1996; Behrman, Birdsall e Kaplan, 1996; Robbins e Minowa, 1996; Strauss e Thomas, 1996; Wolff, 1997: 229; Haveman, Wilson e Wolfe, 1998; Herrera, 1999; Sen, 1999; 2003; Barros, Corseuil e Leite, 2000; Néri, 2000; Woldon, 2000; White e Killick, 2001). Mesmo dentro da discussão desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen, que distingue conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidades daquela da pobreza enquanto insuficiência de renda, a perspectiva do capital humano ganha proeminência, já que ambas as noções sobre o fenômeno estão relacionadas. Entende-se que não apenas o aumento do nível de renda propicia o incremento das capacidades do indivíduo viver com bem-estar, mas também o crescimento de tais capacidades tende a expandir a habilidade de uma pessoa ser mais produtiva e ganhar mais dinheiro. Assim, uma melhoria nos serviços de educação enriquece a qualidade de vida não apenas diretamente, mas também através do aumento da habilidade de uma pessoa gerar proventos e ser livre da pobreza de renda. Sob tal enfoque, é desejável que o sistema de educação seja o mais inclusivo possível, pois assim se aumenta a probabilidade de que todos tenham melhores chances de sair da pobreza. Ressalta-se ainda que, para que os esforços despendidos com vistas à redução da pobreza sejam produtivos, as aberturas de oportunidades de trabalho não podem ser independentes da preparação social dos grupos afligidos pelo problema; é imprescindível que serviços e bens sociais dêem apoio às oportunidades econômicas (Sen 1999: 90-91).

Com isso, o autor percebe a utilidade do conceito de capital humano como um recurso produtivo. Entretanto, ele chama atenção para a importância de que os seres humanos sejam vistos a partir de uma perspectiva mais ampla do que a do capital humano – apesar de reconhecer o alcance e o valor de tal perspectiva, ele defende não a necessidade de um ponto de vista alternativo, mas a sua ampliação adicional e cumulativa em direção à noção de que cada ser humano deve gozar de liberdades que lhes permitam levar o tipo de vida que valorizem. Em afinidade com o prisma das privações de capacidades de Sen (2003: 36-37), conexões de caráter instrumental, que se caracterizam por estabelecerem ligações diretas e indiretas entre o aumento das capacidades e o enriquecimento de vidas humanas, são importantes, mas não podem substituir a necessidade de um entendimento básico da natureza e das características da pobreza.

Ligada a tal concepção ampliada do ser humano e de seu bem-estar encontra-se a noção de “desenvolvimento humano”, que vem a expandir a tradicional idéia que associava desenvolvimento a aspectos econômicos (PNUD, 1997: 16). Juntamente com a longevidade e a renda, a educação é o terceiro elemento que determina o desenvolvimento humano²⁵. Dentro dessa perspectiva, a educação é um fator fundamental, sendo considerada como elemento básico para a constituição de mais oportunidades de realização para homens e mulheres. Em consonância com a discussão realizada até aqui, entende-se que é ela que confere às pessoas oportunidades de desfrutar uma vida mais plena e de alcançar melhores alternativas ocupacionais, de informação, de recreação e de crescimento. Mesmo sob esse prisma da ampliação do conceito de bem-estar, conforme foi analisado por Amartya Sen, a educação continua sendo associada à superação da pobreza de renda, uma vez que o maior nível de educação formal é identificado com a maior potencial econômico (Herrera, 1999: 60).

Alguns estudos desenvolvidos no âmbito brasileiro têm refletido tais aspectos. Com base na análise estatística de dados empíricos, Neri (2000: 504) nota que o bem-estar da população pobre pode ser aumentado não apenas diretamente pela educação, mas também indiretamente, através do incremento da capacidade de geração de renda. Dentro de uma perspectiva voltada especificamente para a geração de renda, os achados da regressão feita por Barros, Corseuil e Leite (2000: 194), mostram que os salários aumentam de forma monotônica com a escolaridade. Trabalhos realizados por Ramos e Vieira (2000: 171) e Rocha (2003: 185) apontam a mesma direção. Considerando dados referentes a pessoas de diversos níveis socioeconômicos, os autores constatam que a escolaridade se sobressai como o principal fator associado à desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho.

Herrera (1999: 61) considera que os benefícios da educação são especialmente relevantes para os setores pobres. Entendendo que o nível e a qualidade da educação são tidos como determinantes básicos da produtividade e do ingresso laboral, e tendo em vista o fato de que pessoas pobres são dependentes do trabalho para sobreviverem, o acesso à educação é visto como essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situações de privações e carências. Um fato que acentua essa perspectiva é que, recentemente, tem-se assistido a uma tendência de aumento de requisitos para o acesso a muitas ocupações que antes não os

²⁵ O IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, será discutido de forma pormenorizada mais adiante. Por ora, cabe esclarecer que o seu cálculo leva em consideração a dimensão “longevidade”, medida pela esperança de vida ao nascer; a “renda”, que por sua vez é mensurada através do poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local, tornando-o assim comparável entre países e regiões; e a “educação”, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior (PNUD, 1997: 16).

requeriam. Para tanto, têm confluído aspectos como a modernização tecnológica e dos processos produtivos, assim como o lento crescimento das oportunidades ocupacionais, que atingem particularmente os postos que podem ser ocupados por pessoas cujos níveis educacionais são alcançados pela maioria dos trabalhadores.

Um outro benefício advindo da educação para as camadas pobres refere-se à instrução de mulheres, particularmente chefes de domicílio. O aumento de seus níveis educacionais pode estar associado à modificação da estrutura familiar, uma vez que ajuda a incrementar suas participações na força de trabalho, a gerar menores taxas de fecundidade e de mortalidade infantil, assim como mais educação para os filhos (Herrera, 1999: 61; Woldon, 2000: 48-49).

A esse respeito, situa-se o tema da transmissão da pobreza entre gerações, que acontece através de um ciclo estabelecido a partir do baixo nível educacional dos adultos residentes em domicílios pobres (Barros e Lam, 1996: 338; Herrera, 1999: 87; Pastore e Valle Silva, 2000: 41). Em seu estudo sobre a América Latina, Herrera (1999: 62) mostra evidências de que filhos de pais pobres, cujos níveis educacionais são insatisfatórios, têm mais dificuldade de terminar seus estudos e, conseqüentemente, de conseguir melhores ocupações. A probabilidade é que elas repitam os baixos níveis educativos de seus genitores, probabilidade que, em alguns casos, pode chegar a ser de 60%. Focalizando a realidade brasileira, Neri (2000: 509) encontra resultados semelhantes. Sua análise baseia-se na incorporação de variáveis referentes ao nível educacional dos pais de chefes e cônjuges, o que leva à constatação da ocorrência de reprodução de tais níveis para as gerações futuras.

Woldon (2000: 8) explora um pouco mais a questão da transmissão inter-gerações da pobreza. Ao focalizar a realidade latino-americana, sua análise parte da verificação de que a educação ajuda a aumentar a renda, mas não é suficiente para tirar um domicílio da pobreza, principalmente se apenas uma pessoa estiver trabalhando. Com as altas taxas de desemprego que vigoram atualmente, tal situação se desdobra em um reforço do ciclo de perpetuação da pobreza através da incorporação da mão-de-obra infantil no mundo do trabalho. Ocorre então a substituição da escola pelo trabalho infantil, gerando um processo em que as crianças que trabalham agora vão ter baixas rendas futuras, reproduzindo assim uma alta probabilidade de serem pobres.

A proporção de crianças que deixam a escola para irem trabalhar tende a ser maior em áreas rurais, onde elas contribuem para as atividades realizadas no âmbito familiar ou mesmo fora dele, participando de situações em que estão sujeitas a condições insalubres, perigosas e penosas de trabalho. Isso pode estar associado ao fato de que, no meio rural, as populações têm avançado menos em termos de oportunidades de educação do que as urbanas (Herrera,

1999: 76). Ao se aprofundar na investigação sobre as condições das crianças pobres na América Latina, Woldon (1999: 81) detecta que algumas características demográficas dos domicílios podem afetar a probabilidade das crianças destinarem-se ao trabalho ou à escola. Em princípio, constata-se que, quanto maior o número de adultos numa casa, maior a probabilidade das crianças irem à escola. Observa-se também que a presença de crianças muito pequenas no lar diminui a probabilidade das maiores irem à escola. As razões para isso podem estar no fato de que os irmãos maiores, por diversas vezes, devem ficar em casa tomando conta dos pequenos; uma outra possibilidade é que eles dirijam-se para atividades laborais remuneradas, de modo a ajudarem o sustento da família. Outros aspectos relativos ao chefe, tais como sexo, idade, nível educacional ou se vive em companhia de cônjuge, afetam não apenas o nível de pobreza do domicílio, mas também a probabilidade da criança ir à escola ou ao trabalho (Pastore e Zylberstajn, 1996: 312; Neri, 2000: 507).

Outras evidências do estudo de Woldon (2000: 69) referem-se ao fato de que, quanto maior a educação do chefe do domicílio, mais baixa a probabilidade dele ser extremamente pobre. No Brasil rural, por exemplo, metade dos indivíduos que vivem em domicílios cujos chefes têm menos de três anos de educação é extremamente pobre. Por outro lado, se o chefe tiver pelo menos educação secundária, aquela proporção cai para três por cento.

Ainda com relação aos achados daquele autor, confirma-se que os ganhos em renda oriundos da educação permanecem grandes, mesmo quando outras características são controladas. Entretanto, algumas variações são notadas, como acontece com os menores ganhos obtidos através da educação das mulheres, ainda que esses se mostrem positivos, tanto em zonas rurais como urbanas. Ramos e Vieira (2000: 172) notam que, no Brasil, há uma tendência de que as mulheres auferam rendimentos inferiores aos dos homens, mesmo quando elas possuem maior escolaridade. A questão da desigualdade relativa aos sexos já foi discutida anteriormente e, particularmente no que tange ao tema da educação, é também constatada por pesquisas de vários autores (Oster, 1978: 110; Plank, 1996: 169; Strauss e Thomas, 1996: 160; Herrera, 1999: 84), que muitas vezes indicam a mesma tendência contra os não-brancos. Como consequência, esses grupos acabam se movendo com mais facilidade para o mercado informal e de serviços não-qualificados. Por isso, o autor considera que a educação se consolida como um mecanismo de inclusão social e de fortalecimento democrático da sociedade bastante relevante nos atuais contextos (Herrera, 1999: 65).

No que se refere à realidade brasileira, vale comentar que, apesar dos esforços por ampliar a cobertura escolar e reduzir a pobreza, ainda não se pode dizer que a qualidade da educação pública atinge um nível satisfatório. Alguns indicadores podem mostrar o estado de

fragilidade em que se encontra a educação de grande parte da população do país. São “expressões educacionais da pobreza” o analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade, as altas taxas de ausência, de repetência e de evasão escolar, além das desigualdades nos próprios sistemas educativos (Barros e Lam, 1996: 337; Behrman, Birdsall e Kaplan, 1996: 261; Plank, 1996: 174-175; Strauss e Thomas, 1996: 148; Herrera, 1999: 67; Martínez, 1999: 61). Frente a tal situação, Reis e Schwartzman (2003: 20) afirmam que a qualidade insatisfatória dos sistemas educacionais públicos acaba acentuando o papel da educação como mecanismo condicionante da pobreza.

Pastore e Valle Silva (2000: 40) trazem elementos complementares a essa análise. Os autores apontam que o nível de escolaridade do indivíduo coloca-se como uma característica importante do início de suas carreiras individuais. Sendo que a relevância da educação é crescente em termos de sua influência sobre as trajetórias sociais dos brasileiros no contexto atual, ela é vista como um fator central do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social. Assim, o baixo nível educacional da população do país constitui-se em um dos principais problemas estruturais a serem enfrentados pela sociedade brasileira.

Levando em conta essas considerações, Székely (1996: 31) acrescenta que uma dificuldade que se impõe aos indivíduos pobres é que eles raramente são capazes de financiar custos de educação privada. A situação apresenta-se complicada mesmo em contextos em que há acesso público a esse serviço de boa qualidade, uma vez que dificilmente o indivíduo poderá arcar com o custo de oportunidade de não trabalhar. Sob esse prisma, um processo condicionante da pobreza se impõe na medida em que aqueles menos educados obtêm as mais baixas rendas, que os impedem de financiar investimentos em educação e qualificação. Tal problema se faz ainda mais pronunciado em países onde a educação formal de boa qualidade é acessível apenas a pequenos setores da população – como acontece nas nações em desenvolvimento (Székely, 1996: 31).

Székely (1996: 32) chama atenção para a necessidade de se expandir a discussão sobre educação e pobreza em direção à análise das características ocupacionais no mercado de trabalho. Tal expansão se justifica na medida em que esses temas estão imbricados, já que os critérios de classificação da ocupação correlacionam-se com o nível de habilidade ou de educação formal do indivíduo (Pastore e Valle Silva, 2000: 19). Além disso, o autor compreende que a análise da pobreza pode ocorrer de modo mais completo sob esse enfoque, uma vez que atributos relativos à ocupação são definidos de modo mais amplo que os relativos à educação. Em outras palavras, enquanto a discussão sobre educação focaliza a influência desse único aspecto sobre a renda, a consideração de indicadores ocupacionais

provê informação sobre todos os recursos geradores de renda disponíveis, sejam eles físicos, sociais ou humanos, de modo que a carência de boa educação seja incluída apenas como um dos impedimentos ao acesso a atividades com melhores remunerações.

Seguindo essa linha de raciocínio, Guimarães (2002b: 107) critica aqueles que apresentam a educação como o principal caminho para o enfrentamento da pobreza, apesar de reconhecer a relação existente entre o fenômeno e a educação. Segundo o autor, o conjunto das abordagens que têm a questão educacional como elemento primaz na determinação das desigualdades de renda e do combate à pobreza sofrem de falhas conceituais. Tais os estudos “confundem desigualdade salarial – na qual o grau de escolaridade tem evidente relevância – com desigualdade de renda, que guarda relação com fatores determinantes de maior complexidade e em que os meios de produção e outras formas de riqueza material jogam um papel decisivo”. Para dar uma noção da magnitude da distorção que permeia tal perspectiva, Guimarães (2002b: 107) menciona que a participação dos salários na renda nacional é de apenas 26,5%. Assim, ele afirma que colocar a educação no cerne dessa discussão demonstra um desconhecimento das condições, da dinâmica e das tendências atuais da economia e do mercado de trabalho.

No que concerne à operacionalização empírica de variáveis relacionadas à questão da educação, pode-se dizer que há diversos modos de se coletar informações sobre o tema. Em geral, pesquisas sociais de larga escala costumam incluir perguntas acerca da formação educacional das pessoas. Sob o ponto de vista quantitativo, a aferição mais precisa que se pode ter do nível educacional de alguém baseia-se no número de anos completos de estudo. Informações sobre a quantidade de tempo dedicada aos estudos podem também ser colhidas de forma menos precisa, como acontece em perguntas acerca do nível do curso ou da série que o indivíduo frequenta ou já concluiu. Além disso, há a possibilidade de que se interroguem aspectos qualitativos da formação educacional do indivíduo, tais como a pergunta acerca da condição de alfabetização de uma pessoa (se sabe ler e escrever) ou sobre a rede educacional (pública ou particular) em que realiza ou realizou seus estudos (IBGE, 2003).

3.2.4 Idade

Em consonância com os propósitos do presente estudo, a discussão a ser desenvolvida nesta seção dedica-se às relações existentes entre a idade do indivíduo e o seu potencial de inserção no mercado de trabalho. Será enfocada aqui a população adulta, uma vez que a

questão de interesse gira em torno dos impactos causados pela idade do chefe sobre as condições de privações do domicílio.

Segundo Woldon (2000: 93), o grupo etário que compreende indivíduos de 15 a 64 anos constitui-se no mais importante para esse tipo de análise. Além de definir a PIA (População em Idade Ativa), ele inclui a maioria dos chefes e outras pessoas responsáveis por domicílios. Por isso, situações específicas de carências relacionadas à idade, a exemplo dos temas da pobreza infantil e a de idosos dependentes, não se constituirão em foco principal de atenção deste estudo.

Assim como acontece com o tema da educação, é também clássica a consideração do impacto que a idade do indivíduo exerce sobre seu potencial de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sobre sua probabilidade de vivenciar situações de pobreza. A associação entre idade e renda também encontra sustentação no ideário do capital humano. Tal teoria preconiza que o padrão de inserção ocupacional difere conforme a faixa etária do indivíduo. Em termos sintéticos, entende-se que a renda média de um trabalhador tende a crescer com sua escolaridade e sua experiência.

Note-se que, enquanto escolaridade é algo fácil de se apreender em um questionário de *survey*, é difícil obter uma boa estimativa dos anos totais de experiência de trabalho de uma pessoa, de modo que se possa excluir o tempo que ela tenha passado fora da força de trabalho. Por isso, a idade é freqüentemente usada como uma *proxy* para experiência, já que se assume que a experiência cresce com a idade da pessoa (Wolff, 1997: 226).

Não se deve perder de vista que tal assunção sofre de algumas imprecisões. A utilização da idade como indicador de experiência não leva em conta o fato de que nem todos os trabalhadores têm as mesmas chances de acumular experiência ao longo da vida. Portanto, a transição entre os dois elementos não é unívoca quando se trata de grupos específicos da população, como as mulheres, por exemplo. Sabe-se que as mulheres têm que exercer outras funções desvinculadas do mercado de trabalho ao longo de suas vidas e, por isso, tendem a participar de tais atividades de forma mais descontínua. Dessa forma, elas acumulam menos experiências do que os trabalhadores que permanecem ligados ininterruptamente ao mercado de trabalho (Barros e Mendonça, 1995: 41).

De qualquer modo, a mensuração da experiência de uma pessoa através do seu número de anos de vida é adotada em todo o mundo. A partir disso, as idéias sobre a importância da experiência no mercado de trabalho permeiam análises internacionais, sendo incorporadas inclusive em estudos acerca da realidade brasileira (Barros e Mendonça, 1995: 41). Ramos e

Vieira (2000: 161), por exemplo, baseiam suas investigações no entendimento de que as diferenças de salários podem advir da heterogeneidade dos atributos produtivos existente entre os trabalhadores. Dentre os “atributos produtivos”, os autores destacam justamente a experiência e a educação. Pastore e Valle Silva (2000: 18) encontram-se de acordo com essa opinião, afirmando que

Quando se busca medir o valor real de uma posição no mercado de trabalho ocupada por um indivíduo, além da educação expressa em anos de escolaridade, conta muito a sua experiência anterior, indicativa dos aspectos não-formais da sua educação.

Tais noções fundamentam também análises voltadas especificamente para o tema da pobreza no Brasil. Adotando a idade como *proxy* para experiência do indivíduo, os achados de Neri (2000: 519) indicam que ela apresenta um efeito de redução da pobreza: é observado que, quando as famílias são chefiadas por adultos – os quais podem participar mais plenamente do mercado de trabalho –, eleva-se a probabilidade delas saírem das situações de privações e carências. O estudo realizado por Woldon (2000: 61), por sua vez, focaliza a população pobre e também constata que as remunerações das pessoas tendem a crescer com os anos de experiência.

Como se disse, de acordo com o ponto de vista teórico do capital humano, trabalhadores mais experientes apresentam maior potencial de inserção no mercado laboral. As pessoas jovens, por outro lado, que se constituem nos novos entrantes da força de trabalho, estão mais sujeitas a experimentarem períodos de desemprego. O fato de que a experiência de um trabalhador é associada ao seu nível de produtividade acentua ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos jovens. Com isso, aumenta-se a tendência de que os indivíduos mais moços sejam os primeiros a serem demitidos em casos de arrefecimento da economia. Frente a tais colocações, não surpreende que as mais altas taxas de desemprego tendam a afligir os trabalhadores de menos idade, o que os leva a buscarem ocupações no setor informal. Em última análise, isso se reflete numa maior taxa de pobreza concernente a essa faixa etária (Wolff, 1997: 158-159; Ramos e Vieira, 2000: 171).

Voltando-se para a análise empírica dos dados do Censo IBGE 2000, Carvalho (2002b, 130) focaliza a questão do desemprego que aflige as várias faixas etárias da população brasileira. Refletindo as condições adversas que marcam a economia nacional, nota-se que o desemprego tem se acentuado em todas as idades, inclusive entre a força de trabalho na idade mais produtiva (16 a 39 anos) e na sua parcela mais experiente (40 anos e mais). Merece destaque o fato de que, entre os jovens, esse problema assume proporções extraordinárias, o que se liga ao fato de que, muitas vezes, essas pessoas não contam com uma qualificação profissional adequada e têm uma experiência profissional limitada por sua própria idade.

Deve-se comentar que os efeitos do desemprego mostram-se perniciosos à vida do trabalhador não apenas por causa das privações que dele decorrem diretamente, mas também através do fator tempo. Como se disse, uma vez que a experiência é vista como um atributo do trabalhador que aumenta o seu potencial de inserção em atividades laborais, saídas do mercado de trabalho, voluntárias ou involuntárias, podem levar a situações de discriminação e desalento. A relevância do fator tempo é reconhecida por Salama e Destremau (2001), autores que apresentam uma compreensão menos “instrumental” dessa questão. Para eles, o problema do desemprego liga-se a mecanismos que estigmatizam, separam e rejeitam. Nesse sentido, o fator tempo vem a acirrar ainda mais a situação de desemprego; quanto maior o tempo que a pessoa se encontra em tal situação, mais difícil é a reversão do quadro através de sua reinserção no mercado de trabalho. Além disso, outros aspectos, objetivos e subjetivos, tendem a se instalar na situação inicial, aprofundando a vulnerabilidade da pessoa e reforçando suas dificuldades para sair da situação.

Dentro da discussão que relaciona experiência e mercado de trabalho, diversas investigações voltam-se para a apreciação de como se conforma tal associação ao longo das várias fases da vida de uma pessoa²⁶. Pesquisas feitas em todo o mundo têm apontado que os indivíduos experimentam flutuações de renda ao longo de suas vidas, seguindo uma certa regularidade. A tendência delineada é a de que, para os mais jovens, os salários são menores e tendem a crescer com o passar do tempo (ou seja, com o aumento da experiência dos trabalhadores). Contudo, tal crescimento se dá até uma certa idade. A partir de certo ponto, quando as pessoas chegam a estágios de vida mais próximos da velhice, os rendimentos voltam a decrescer. O cenário usual caracteriza-se então por envolver baixas rendas durante os primeiros anos de educação e treinamento, um pico nos anos do meio, e uma queda final na aposentadoria. Tal comportamento pode estar refletindo tanto os ganhos associados à experiência do indivíduo quanto o arrefecimento do vigor físico para o trabalho (Oster, 1978: 89; Barros e Mendonça, 1995: 42; Wolff, 1997: 397; Barros, Corseuil e Leite, 2000: 194; Pastore e Valle Silva, 2000: 18; Woldon, 2000: 72).

Neri, Carvalho e Nascimento (2000: 2) expressam de maneira simplificada um modelo básico de ciclo. Os autores colocam que

Poupar para a aposentadoria advém do desejo individual de manter um padrão estável de consumo ao longo do ciclo da vida. Em função disso, os indivíduos abrem mão de uma parcela de consumo durante a vida ativa

²⁶ Essa discussão faz parte da área de estudos sobre o tema do “Ciclo de Vida”, que se refere à variação de rendimentos e de consumo do indivíduo ao longo de sua vida. A esse respeito, vide: Atkinson, (1971); Blinder (1976); Hall (1978); Polachek e Siebert (1993), dentre outros.

para poder estabilizar o padrão de consumo na velhice, quando em geral ocorre uma queda no rendimento do trabalho. Há, portanto, uma acumulação de ativos até a data da aposentadoria, a partir daí o estoque de ativos começa a ser utilizado para complementar os recebimentos a título de aposentadoria (Neri, Carvalho e Nascimento, 2000: 2).

Székely (1996: 22) aplica as referidas considerações sobre ciclo de vida a uma análise voltada para a idade dos chefes de domicílios pobres no México. Em conformidade com o que foi exposto, o autor considera plausível esperar que domicílios chefiados por indivíduos mais velhos sejam encontrados como os mais pobres. Por um lado, isso pode ser relacionado ao fato de que benefícios e pensões de aposentados tendem a ter baixos valores; por outro, porque a disposição para o trabalho tende a decrescer com a idade. Similarmente, pode-se esperar que domicílios chefiados por pessoas relativamente jovens apresentem rendimentos *per capita* mais baixos, devido ao fato de que, usualmente, eles contêm pequena proporção de pessoas que auferem renda em relação ao número total de moradores. Isso se dá em função das características do ciclo de vida das famílias, que faz coincidir as fases de começo da participação dos pais no mercado de trabalho, o nascimento dos filhos e o decorrente aumento da taxa de dependência no domicílio (Rocha, 2003: 188).

Passando a desenvolver a análise em um nível agregado, Székely (1996: 23) afirma que, em economias cujos perfis populacionais são relativamente jovens ou idosos, poderia ser aceita a hipótese de que uma proporção significativa de pobreza associa-se a diferenças de idades. Contudo, mesmo em casos como o do México, onde a maioria da população vive em domicílios chefiados por pessoas que têm entre 26 e 65 anos, a hipótese de que diferenças de idade afetam a pobreza se mantém, podendo ser explicada com base nos fortes vínculos familiares existentes em tais sociedades. Em tais casos, é comum que os idosos que recebem baixas rendas tendam a ter acesso a mais recursos por causa da probabilidade de morarem no domicílio de um membro mais jovem da família. O mesmo parece aplicar-se ao caso de indivíduos jovens, que em geral deixam a casa dos pais em idade avançada, após ingressarem no mercado de trabalho, receberem certo grau educação formal ou adquirirem experiência de alguns anos.

Deve-se comentar ainda que, dentro da discussão sobre idade e pobreza, é usual que se associem a vulnerabilidade dos indivíduos às idades extremas (infância e velhice), por causa de suas limitações físicas e de dependência (Wolff, 1997: 138). Contudo, Rocha (2003: 187) nota que, no Brasil, evidências empíricas apontam que o grupo etário dos idosos é aquele sobre o qual incide a mais baixa taxa de pobreza. Isso se deve ao fato de existirem mecanismos de políticas públicas que favorecem os idosos. Conforme dados apresentados pela autora, em 1999, menos de 16% dos indivíduos com 60 anos obtinham rendimento

familiar *per capita* inferior à linha de pobreza local, ao passo em que, para o grupo etário das crianças com menos de quatro anos, essa cifra era de 54,5% .

A autora adentra-se um pouco mais na questão dos idosos brasileiros. Ela observa que tal grupo é potencialmente vulnerável, uma vez que sua participação na força de trabalho é pequena. Entretanto, ele vem recebendo assistência

... pela previdência rural e por transferências de renda do sistema nacional de assistência social. Como a Constituição de 1988 garante que esses benefícios correspondam ao salário mínimo, esses programas têm papel determinante para que a incidência de pobreza entre os idosos seja relativamente baixa no Brasil (Rocha, 2003: 189).

3.2.5 Raça

A discussão sobre raça e condições de vida do indivíduo é clássica dentro dos estudos sobre pobreza. Resquícios culturais oriundos da época da escravidão constituem-se em preconceitos que inferiorizam pessoas negras e pardas, permeando a maioria das sociedades ocidentais, inclusive o Brasil. Tal discriminação reverte-se em barreiras sociais e econômicas que obstam àquelas pessoas as possibilidades de ascensão social, tanto por causa das dificuldades de obterem uma boa formação educacional, como de assumirem uma posição de boa qualidade no mercado de trabalho. Por isso, negros e pardos colocam-se como a fatia da população mais exposta à vida em situação de pobreza.

Embora reconheça um quinhão de pertinência na explicação socialmente aceita de que a discrepância entre brancos e negros deve-se ao passado escravista, Guimarães (2002a: 64-65) considera-a insuficiente e superficial. Segundo seu entendimento, tal explicação pode embutir a noção de que, sendo uma herança do passado, ela tende a desaparecer com o tempo. Há, portanto, a necessidade de ultrapassá-la, priorizando o ponto de vista de que a pobreza negra deve-se principalmente à falta de oportunidades, ao preconceito e discriminação raciais vigentes ainda nos dias de hoje. Ele fundamenta sua argumentação no chamado “ciclo cumulativo de desvantagens” dos negros (Hasenbalg e Silva, 1992, apud Guimarães: 2002a: 67), que designa o fato de que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso, devido à herança do passado, mas que, em cada etapa da competição social, como na educação e no mercado de trabalho, são adicionadas novas discriminações que elevam suas desvantagens. Tal ponto de vista é compartilhado por Rosemberg e Piza (1997: 126) que, da mesma forma, entendem que as discrepâncias de oportunidades e de níveis educacionais entre negros e brancos ligam-se à herança escravista, mas vêm sendo recrudescidas por processos atuais de estigmatização.

De fato, diversos estudos têm confirmado tais colocações sobre as dificuldades de inserção dos negros na sociedade brasileira. Guimarães (2002a: 64) coloca que várias análises estatísticas desenvolvidas sobre a pobreza no país já demonstraram que o problema aflige mais os negros que os brancos. A título de exemplo, a pesquisa feita por Guimarães (2002b: 104-105) com base nos dados da PNAD de 1999 revela que 12,7% dos domicílios chefiados por pessoas brancas viviam em situação de pobreza, ou seja, obtinham renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo. Tal proporção crescia para 26,2% nos domicílios chefiados por negros (mais do que o dobro do resultado para os brancos), aumentado ainda mais quando se tratava dos domicílios chefiados por pardos, cuja cifra chegava a 30,4%. A investigação realizada por Barros, Corseuil e Leite (2000: 194), por seu turno, detém-se aos rendimentos auferidos no mercado de trabalho por parte de pessoas de distintas etnias. Os autores constatarem que mulatos e negros ganham menos que os brancos, além de notarem que as diferenças entre os rendimentos de negros e mulatos são pequenas. Há também um outro estudo, desenvolvido por Ramos e Vieira (2000: 172), que oferece mais uma faceta do problema: observa-se que trabalhadores não-brancos ocupam a maioria dos postos sem carteira assinada, sendo justamente esse grupo o que apresenta menor escolaridade.

Segundo Soares (2000: 23), um dos fatores responsáveis pelos diferenciais de remuneração entre brancos e não-brancos reside nas desvantagens sofridas pelos trabalhadores não-brancos em seus anos de formação, o período escolar. Na maioria das vezes, diz o autor, “é na escola, e não no mercado de trabalho, que o futuro de muitos negros é selado”. O estudo de Pastore e Valle Silva (2000: 96) sobre mobilidade social no Brasil vem a confirmar a relevância da educação de um indivíduo como um fator de alto impacto sobre o seu potencial de ascensão social. A esse respeito, constata-se que a parcela negra da população é aquela que possui os mais baixos níveis educacionais, sendo, portanto, aquela que encontra os maiores entraves para ascender socialmente.

Tais colocações encontram ressonância no estudo de Plank (1996: 170), que enfatiza a relevância da educação. Ao analisar dados referentes à realidade do país, o autor observa que a probabilidade de que os negros vivenciem a pobreza é quase duas vezes maior do que a dos brancos. O ponto central do estudo de Plank (1996: 176) refere-se ao fato de que as desigualdades de oportunidades entre negros e brancos que permeiam a sociedade brasileira reproduzem-se notadamente nos sistemas educacionais. O cerne do problema está no fato de que os negros têm maiores chances de entrar nos sistemas educacionais públicos, cuja qualidade é insuficiente e inferior àquela oferecida pelas redes particulares, majoritariamente freqüentadas por brancos, que possuem melhores condições socioeconômicas. Essa instância

consolida-se então como uma esfera importante para a reafirmação e a perpetuação da desigualdade entre esses grupos.

Há outros aspectos que comprometem a qualidade da formação das pessoas negras, que dizem respeito a suas maiores probabilidades de repetirem séries ou de abandonarem os estudos do que os brancos. Tais acontecimentos se coadunam com as realidades socioeconômicas desfavoráveis vivenciadas pela população negra: uma vez que a maioria das crianças não-brancas pertence a famílias pobres, elas tendem a se inserir em atividades laborais para ajudar no sustento do lar. Como decorrência de todos esses aspectos, os resultados educacionais dos negros acabam sendo inferiores aos dos brancos.

Plank (1996, 178) observa que, no Brasil, questões de discriminação racial são confundidas com desigualdades regionais e de classes sociais. O autor considera que, devido a tal falta de clareza sobre o caráter da discriminação, dificulta-se que tais questões sejam respondidas sob a forma de políticas públicas. Vale notar que o amadurecimento dessa discussão tem conduzido à incorporação recente das questões sobre desigualdades de oportunidades e sobre discriminações entre raças no desenvolvimento de políticas educacionais.

Apesar da movimentação atual em direção à inclusão das questões raciais nas políticas educacionais brasileiras, Guimarães (2002a: 69-70) lembra que houve “um desleixo histórico dos governos brasileiros com relação à pobreza, que atingiu sobretudo a população negra”. Uma vez que a pobreza é uma questão multidimensional, ações que venham a repercutir numa melhora das condições de vida da população pobre e negra consistem num conjunto de políticas integradas e multi-setoriais, que envolvam não apenas a área de educação, mas também a de saúde pública, saneamento, habitação e transporte urbano. Entretanto, o autor apresenta um ponto de vista cético em relação à concretização de tais idéias. Frente à observação das ações governamentais ao longo da história, ele alerta para o fato de que, para que tais políticas possam ser eficazes em seus propósitos de elevar a qualidade de vida dos negros brasileiros, elas teriam que, efetivamente, se voltar para negros e pobres, assim como teriam que durar mais do que uma ou duas administrações.

Deve-se notar que, sob a ótica da pobreza, os aspectos discutidos até aqui têm relevância devido aos efeitos que produzem nas possibilidades de geração de renda dos negros. Como se sabe, os preconceitos e desigualdades de oportunidades vigentes na sociedade brasileira acabam repercutindo numa maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho por parte das pessoas negras. Às desvantagens relacionadas à questão educacional somam-se atos de discriminação, nem sempre explícitos, que lhes impedem a obtenção de um bom

posicionamento no mundo do trabalho. Essa problemática é tratada por Guimarães (2002a, 69), que oferece uma descrição de como ocorre a sobreposição de dificuldades que os negros enfrentam perante o mercado de trabalho brasileiro:

Difícilmente se poderia afirmar, para o Brasil, como se fez no passado, para os Estados Unidos ou para a África do Sul, que o fator racial seja um motivo de discriminação explícito ou diretamente detectável. Ao contrário, no Brasil, o fator racial está, geralmente, diluído numa série de características pessoais, todas de ordem atribuída (*ascribed*). Tome-se, como exemplo, o acesso ao trabalho (...). Ora, no mercado de trabalho, valores estéticos e comportamentais, que se traduzem na noção de “boa aparência”, são os grandes responsáveis pela discriminação dos negros e dos pobres. Além da “boa aparência”, para jovens universitários que buscam emprego, outro fator decisivo é o renome da sua universidade, sendo que as universidades públicas e gratuitas, de ingresso mais concorrido, são muito melhor aceitas pelo mercado que as universidades privadas. O problema consiste no fato de que a qualidade do ensino público e gratuito deteriorou-se a tal ponto que apenas aqueles que podem pagar colégios privados têm condições de ingressar na universidade pública e gratuita. Não apenas os jovens mais pobres não têm acesso à universidade, como grande parte dos jovens negros melhor aquinhoados pela fortuna, mas que não freqüentam colégios de elite, têm que pagar pelos seus estudos universitários. Assim, o mercado e o governo discriminam duplamente o negro: primeiro, oferecem mais chances de qualificação para os estudantes oriundos de colégios privados; segundo, qualificam melhor os universitários da rede pública.

Um outro aspecto a ser notado nesta discussão refere-se aos casos de pessoas que podem sofrer dupla discriminação: as mulheres da raça negra. Sobre essa situação, Soares (2000: 24-25) menciona que “as mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional mais que os homens da mesma cor e as mulheres brancas”. Tendo em vista a discussão desenvolvida até aqui, observa-se que as situações de pobreza em que se envolvem as mulheres negras são severas, já que a confluência das discriminações de sexo e raça conforma quadros de privações cujas possibilidades de reversão são remotas. Além de todas as desvantagens socioeconômicas que enfrentam por serem mulheres e negras, muitas vezes, elas ainda assumem o papel de chefe de família. Em tais circunstâncias, elas se vêem sob a dupla responsabilidade de prover o sustento do lar e de cuidar de crianças. Dessa forma, tanto essas mulheres como os seus dependentes enfrentam situações de carências, com baixas possibilidades de ruptura.

Apesar desse contexto desfavorável, Soares (2000: 25) analisa dados sobre a realidade brasileira recente e pontua que a discriminação salarial contra mulheres, tanto brancas como negras, vem diminuindo a uma taxa pequena, porém constante. Com relação a tal tendência de redução das desigualdades entre os sexos, Guimarães (2002a: 69) volta-se para a análise da situação das mulheres negras em específico. Suas conclusões apontam para o fato de que

Nos últimos anos, a luta pela emancipação das mulheres e pela efetiva igualdade entre os sexos melhorou em muito a posição das mulheres na sociedade brasileira. No entanto, olhando algumas estatísticas desagregadas por cor, fica-se com a idéia de que esse benefício restringiu-se, até agora, quase que totalmente às mulheres brancas. Ou seja, a emancipação das mulheres parece ter ficado restrita às classes médias e altas, não atingindo as mulheres pobres, geralmente negras. Os dados mostram, por exemplo, que embora as mulheres brancas tenham expandido sua participação na PEA e no emprego, inclusive com ganhos salariais, as mulheres negras continuam presas ao desemprego e discriminadas em termos de salário (Guimarães, 2002a: 69).

Para que pesquisas empíricas possam incluir a questão da raça, é necessário que se realize a operacionalização dessa noção através da coleta de dados sobre o tema. Entretanto, a aferição empírica das características de raça dos indivíduos constitui-se em uma questão complicada. No que tange à realidade brasileira, as pesquisas do IBGE investigam a questão da raça por meio de atributos físicos, principalmente a cor da pele das pessoas, e não da ascendência. Em outras palavras, utiliza-se no país a regra do fenótipo, que é socialmente aceita e se baseia apenas na aparência²⁷ (Rosemberg e Piza, 1997: 117). Por isso, a classificação de cor no Brasil acaba sendo algo complexo, derivando-se da consideração de traços físicos, origem sócio-econômica e região de residência. No entendimento de Schwartzman (2004, 102), a classificação conforme tal modelo não objetiva mensurar as características biológicas da população. A idéia principal é que suas diversidades sociais, culturais e históricas sejam aferidas, uma vez que elas estão associadas a diferenças de condições de vida, de oportunidade e de problemas de discriminação e preconceito.

As categorias de classificação oferecidas pelo IBGE (2003) consistem nas alternativas de ser “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”, sendo que as próprias pessoas entrevistadas realizam a tarefa se situarem nessas divisões. Rosemberg e Piza (1997, 118) entendem que esse processo de autoclassificação constitui-se em uma forma não-sistemática de coletar dados. Sendo baseada no fenótipo, colhida por autodeclaração do respondente e resultante de um processo intersubjetivo e social, a origem da informação é suscetível a flutuações, o que dá margem ao surgimento de diversas imprecisões e inconsistências. Um exemplo disso está nos indícios que se têm de que a classificação de cor não é um processo estável na vida dos brasileiros, sendo passível de alteração ao longo do tempo. Em outras palavras, observa-se que, entre uma pesquisa e outra, pode ocorrer uma “migração” de uma mesma pessoa entre categorias distintas de raça, na medida em que as pessoas mudem suas percepções sobre sua posição na sociedade. Tal migração ocorre principalmente da categoria de “pretos” para a de “pardos”, fato que tem a ver com a valorização da população branca no Brasil. Ligada a isso está a constatação de um fenômeno já descrito por demógrafos: a diminuição da população negra no país, acompanhada do crescimento do grupo dos pardos, grupo esse que apresenta as maiores taxas anuais médias de crescimento, seguidos dos brancos e dos pretos (Rosemberg e Piza, 1997: 129; Schwartzman, 2004: 113).

²⁷ Apenas a título de ilustração, cabe mencionar que, em outros países, vigoram modos diferentes de se aferir empiricamente as características de raça dos indivíduos. A conceituação norte-americana, por exemplo, pauta-se na “regra de uma gota de sangue” (*one blood drop rule*), originalmente utilizada com fins de determinação do potencial de um ser humano ser escravizável. Ela dita que um único ascendente negro é suficiente para que um indivíduo seja classificado como negro.

Um outro exemplo da falta de solidez a que estão sujeitos os dados coletados sobre raça pode ser constatado nas variações percebidas entre as respostas obtidas nos distintos grupos de idade. Nota-se que a proporção de pessoas que se consideram “brancas” decresce sistematicamente nos grupos mais jovens em relação aos mais velhos, ao passo em que a parcela de “pardos” aumenta entre os jovens e a de “pretos” permanece a mesma em ambos os grupos etários. Uma possível interpretação para isso seria a de que os brancos são mais longevos do que os pardos. Nesse caso, a proporção de “pretos” deveria cair também entre os mais velhos, pois as condições de vida de negros e pardos são similares. Uma interpretação mais razoável para esses dados seria a de que as gerações mais jovens estão mais à vontade para se identificarem como pardas do que as mais velhas (Schwartzman: 2004, 113).

Todos esses problemas remetem à questão da adequação de tais categorias para classificar a população brasileira. Há controvérsias quanto à aceitação e à validade dos resultados que podem ser obtidos por tais pesquisas, uma vez que grande parte da população não se identifica e não gosta de alguns desses termos. A título de exemplo, tem-se que a PNAD de 2001²⁸, encontrou no Brasil 53,4% de “brancos”, 5,6% de “pretos”, 40,4% de “pardos”, 0,5% de “amarelos” e 0,1% de “indígenas”. Conforme alguns críticos, tais resultados ocultam a real dimensão da população negra no Brasil que, se fosse definida com base no critério da ascendência das pessoas, chegaria a uma cifra de 50%. Ainda com relação a esses mesmos resultados, coloca-se que há também uma distorção referente aos números que indicam o tamanho da população indígena do país (Schwartzman, 2004: 102).

Conforme o entendimento de Schwartzman (2004, 104), os resultados que têm sido obtidos sobre raça no Brasil delineiam uma nação em que não há delimitações nítidas, capazes de distinguir populações em termos de suas características étnicas, lingüísticas, culturais ou históricas. Com tal veredicto, o autor não pretende invalidar as tentativas de investigações estatísticas sobre esse aspecto. Em suas palavras,

Essa imprecisão não deve ser entendida como um erro que pudesse ser corrigido com uma categorização ou classificação mais precisa; mas como uma característica necessária de um dado que reflete percepções e identidades difusas, que podem inclusive variar para a mesma pessoa, conforme o contexto ou o tipo de questão que lhe é apresentada (Schwartzman, 2004: 104).

Pelas razões expostas, o autor considera que qualquer tentativa de classificar as pessoas de acordo com as referidas categorias está sujeita a grande imprecisão. Como se disse, a aferição da variável raça, tal como se dá nos moldes do IBGE, é marcada pela sua fluidez e ambigüidade, assim como pelas variações e mudanças de opiniões, perspectivas e parâmetros

²⁸ A área de cobertura dessa pesquisa foi de todo o país, com exceção da região rural da Amazônia.

nos quais se baseiam os respondentes. Lançando críticas às tentativas de classificação racial ou étnica da população brasileira segundo critérios rígidos, impostos por entes administrativos, Schwartzman (2004: 116) conclui que

A população brasileira, em sua grande maioria, se recusa a ser classificada de uma ou de outra forma, muda sua identidade com o tempo, e essa permeabilidade cultural e social do país, que existe apesar das grandes e persistentes desigualdades de oportunidade, deve ser respeitada.

Dentro dos propósitos deste estudo, interessa notar que a variável raça é, por natureza, suscetível a inconsistências. O próprio entendimento de o que vem a ser “raça” é algo mutável, aberto a diversos entendimentos e concepções. Tal como operacionalizada pelo IBGE, como se disse, espera-se que essa variável esteja imbuída de imprecisões, o que levanta questionamentos acerca de sua confiabilidade. Portanto, é plausível se pensar que as análises estatísticas a serem realizadas podem mostrar alguma incoerência em relação às antecipações teóricas ou mesmo que não seja possível observar com clareza o delineamento de alguma tendência esperada.

3.3 Composição da família

Sendo a família uma das instituições elementares da sociedade, ela assume centralidade em processos sociais, tais como a reprodução, a sobrevivência e a socialização de seus componentes e também na transmissão de capitais cultural e econômico entre os indivíduos. Dessa forma, revelando-se como instância mediadora das relações entre indivíduo e sociedade, a família apresenta-se como “organização responsável pela reprodução cotidiana dos seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas” (Carvalho, 2002b: 117). Além disso, somando-se às razões substantivas ora mencionadas, a unidade domiciliar constitui-se no nível de análise mais usual em investigações sobre pobreza, conforme discutido anteriormente. A escolha desse nível de análise tem a ver com questões de adequação e viabilidade metodológicas, em termos de coleta e análise de dados. Por tais motivos, alguns aspectos relativos a tal organização devem ser considerados no âmbito deste estudo, uma vez que eles podem contribuir ou atenuar a probabilidade de seus membros viverem em situação de pobreza.

Carvalho (2002b: 119) assinala que o termo “família” pode assumir várias acepções. Além do seu sentido estrito, que se refere ao núcleo familiar fundamental, tal palavra pode designar um grupo estendido de indivíduos vinculados entre si por laços consangüíneos, consensuais ou jurídicos, que podem chegar a formar complexas redes de parentesco. Nas sociedades contemporâneas, o modelo familiar básico é aquele constituído pelo casal e seus filhos não-emancipados. Há que se notar, entretanto, que tal modelo não contempla as transformações

pelas quais a família vem passando nos últimos tempos; tem-se notado que uma proporção crescente de grupos familiares não se enquadra nesse padrão.

Em suas pesquisas domiciliares, o IBGE considera como família tanto a pessoa que mora sozinha, como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica²⁹ e as pessoas ligadas por normas de convivência³⁰. Com isso, uma família é composta pelo chefe ou pessoa responsável, por filhos ou enteados, pais ou sogros, netos e bisnetos, irmãos, outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos que vivem na mesma habitação. Frente a essa ampla definição, e tendo em vista o fato de que os demais aspectos investigados nos *surveys* realizados pelo IBGE referem-se ao domicílio, este estudo considerará as acepções de domicílio e família como sinônimas, sendo então utilizadas de modo intercambiável. Tal decisão encontra respaldo também no fato de que, mesmo se mais de uma família habitar um domicílio, existem dificuldades para atribuir as fontes de bem-estar presentes no domicílio a cada uma delas (todos os moradores usufruem serviços públicos, por exemplo, o mesmo podendo acontecer para os bens duráveis). Vê-se, portanto, que tais benefícios se apresentam de maneira difusa e seria inviável tentar imputá-los a famílias específicas.

Conforme definido anteriormente, um domicílio é considerado pobre se sua renda *per capita* for inferior àquela que delimita a linha de pobreza. Desenvolvendo uma análise dessa questão sob um ponto de vista econômico, Barros e Camargo (1994: 83) afirmam que a renda domiciliar *per capita* de um domicílio poderá ser baixa por dois motivos não mutuamente excludentes. Primeiramente, porque a renda média gerada por adulto da família é muito baixa. Em segundo lugar, porque a renda obtida por adulto deve ser dividida por um número grande de dependentes. Assim, os autores sintetizam que o nível de pobreza de uma família depende da renda gerada pelos adultos e da razão de dependência no domicílio.

A questão da renda gerada no domicílio é um tema que se associa à discussão sobre inserção no mercado de trabalho. Os autores explicam que cada família possui uma “capacidade de geração de renda” e que o grau de utilização dessa capacidade depende da parcela dos adultos que estão procurando emprego ou ocupação no mercado de trabalho e da taxa de participação dessas pessoas em atividades laborais (Barros e Camargo, 1994: 84). Sendo que uma baixa capacidade de geração de renda contribui para que o domicílio

²⁹ Por dependência doméstica designa-se “a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pela família” (IBGE, 2003).

³⁰ As normas de convivência são “as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica” (IBGE, 2003).

encontre-se em estado de pobreza, os autores apontam duas principais causas para que tal capacidade seja pequena: a qualidade insatisfatória dos empregos nos quais aqueles membros estão trabalhando – o que se relaciona com a disponibilidade de capital físico existente nos postos de trabalho por eles ocupados e, conseqüentemente, com o seu nível de produtividade – e o baixo grau de qualificação dos membros da família, que determina a qualidade potencial da força de trabalho que estão oferecendo. Conforme discussão já realizada, a qualidade da força de trabalho oferecida pelos membros da família depende de seus graus de escolaridade (Barros e Camargo, 1994: 86).

Carvalho (2002b: 125) leva adiante a análise das condições socioeconômicas de uma família e suas relações com a pobreza. A autora corrobora a opinião de que os estados de subsistência das famílias são determinados pelo seu nível de rendimentos, particularmente em sociedades que não contam com um sistema de políticas sociais amplo e satisfatório, como o Brasil. Ela acrescenta que, em tais sociedades, o nível de rendimento domiciliar associa-se tanto à renda obtida pelo chefe como por outros membros da família, adultos ou não, inseridos no mercado de trabalho. Com isso, chega-se à discussão relacionada ao segundo aspecto apontado como responsável pelo nível de pobreza no domicílio: o efeito da taxa de dependência econômica existente entre aquele grupo de moradores.

Na tentativa de minorar os efeitos negativos da taxa de dependência econômica sobre as condições de vida da família, empreendem-se “estratégias familiares” ou “estratégias de sobrevivência”, que consistem no envolvimento de seus membros em processos de geração de renda. Tais estratégias caracterizam-se por recorrerem ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para que se elevem os rendimentos domiciliares, de modo adicional à renda do chefe. Provoca-se assim uma elevação da participação de mulheres e jovens na população economicamente ativa. Além disso, o crescimento do número de membros ativos da família tem por efeito a redução da proporção de domicílios em que uma só pessoa trabalha. Analisando essa questão, Carvalho (2002b: 118) nota que

... isso se dá dentro da lógica da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero e de hierarquia vigentes tanto na família quanto no mercado de trabalho, que se expressam em valores e em papéis atribuídos ao homem, à mulher e aos filhos na família e na produção, definindo tanto a disponibilidade dos diferentes membros da família para o ingresso naquele mercado quanto as possibilidades da sua absorção.

Ainda que existam esforços de se empreenderem tais estratégias, observa-se que, em geral, os domicílios pobres são marcados por altas taxas de dependência econômica. Tal fato associa-se não apenas com o maior número de filhos que compõem tais grupos (Wolff, 1997: 102), mas ligam-se sobremaneira às dificuldades de inserção da maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho. Como já se expôs, os recentes processos de modernização e

reestruturação produtiva acirraram o desemprego e a precariedade das relações e condições de trabalho. As condições de inserção em atividades laborais estão cada vez mais árduas, tanto no que se refere às baixas remunerações oferecidas, como ao número de vagas disponíveis e à demanda por qualificação dos trabalhadores. Com isso, debilitaram-se os setores que tipicamente absorviam grande parte da mão-de-obra masculina de pouca qualificação, como a indústria e a construção civil. Tais processos revelam-se prejudiciais ao sustento das famílias não apenas por dificultarem a inserção do próprio chefe, mas também por escassearem as possibilidades colaboração por parte de outros membros da família – mulheres, cônjuges e filhos – à manutenção do grupo doméstico. Os dependentes vêm-se então cada vez mais atados em poder contribuir para o sustento do grupo, dependendo cada vez mais dos adultos que trabalham, na maioria das vezes, em condições desfavoráveis (Carvalho, 2002b: 126-127).

Um outro ponto a ser notado nesta discussão são as transformações sociodemográficas pelas quais a sociedade brasileira tem passado nos últimos anos, particularmente no que se refere à tendência de redução nos tamanhos das famílias. Segundo Guimarães (2002b: 104-105), informações obtidas nas PNADs indicam que o número médio de pessoas por família no Brasil decresceu de 4,5, em 1980, para 3,7 em 1992, caindo mais ainda em 1999, quando atingiu o valor de 3,4. A diminuição do tamanho médio das famílias brasileiras a que se tem assistido é fruto da confluência da queda da fecundidade e do processo de diversificação dos arranjos familiares. O autor comenta que uma das conseqüências desse fato é o aumento do valor da renda familiar *per capita*, já que tais transformações afetam o denominador do indicador (Guimarães, 2002b: 104-105). Pelo mesmo motivo, uma outra decorrência da redução do tamanho das famílias que se poderia esperar seria a queda da taxa de dependência econômica que, entretanto, não tem sido observada. Isso pode ser explicado pelo fato de que, além de as famílias de baixa renda ainda tenderem a ser mais numerosas, há diversas dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte de seus membros, como já se disse, de forma que o número de familiares sem rendimento torna-se relativamente elevado.

Adentrando-se na questão das mudanças ocorridas nos arranjos familiares, o mesmo autor observa que é crescente o número de famílias sob responsabilidade feminina, cujas composições tendem a se caracterizar pelo menor número de adultos e pela maior quantidade de crianças. Conforme apurações do Censo de 2000, constata-se que 90% das mulheres chefes de família são divorciadas, viúvas ou solteiras. Não vivendo em companhia de cônjuge, elas acabam sendo as principais provedoras de suas casas. A situação desses lares torna-se ainda mais complicada, frente às já comentadas dificuldades de contribuição por parte do trabalho

dos demais membros do domicílio, notadamente, pelos jovens. Sob tais circunstâncias, as famílias chefiadas por mulheres marcam-se então pela precariedade de renda e condições de subsistência (Carvalho, 2002b: 130).

Diante da expansão de suas responsabilidades, as mulheres lançam-se no mercado de trabalho cada vez mais. No Brasil, a força de trabalho feminina passou de 38,8%, em 1989, para 40,3% em 1999. Como já se disse, discriminações e dificuldades são enfrentadas pelas mulheres, que tendem a obter remunerações médias inferiores às dos homens, além de ocuparem postos de trabalho precários, instáveis e com uma baixa proteção social (Carvalho, 2002b: 128). Tais colocações são confirmadas pelos achados da investigação de Neri (2000:521) acerca da realidade brasileira. O autor detecta que famílias sob responsabilidade masculina apresentam chances 20% menores de serem pobres do que famílias lideradas por mulheres. Levando sua análise adiante, ele constata que a presença do cônjuge no domicílio reduz tal probabilidade em 25%, sendo esse resultado interpretado como um indicador da relevância de mais um adulto provedor no âmbito doméstico.

A esse respeito, Garfinkel e McLanahan (1994: 207) entendem que famílias monoparentais enfrentam maior insegurança econômica do que aquelas formadas por um casal com filhos. Parte disso se deve à falta de “economia de escala”, uma vez que custo para que dois adultos que vivam juntos é menor do que aquele que eles teriam se vivessem separados. Por outro lado, famílias monoparentais encontram-se em situação desfavorável por causa da baixa capacidade de ganhos, já que apenas uma mesma pessoa arca com as responsabilidades de auferir renda e de cuidar das crianças. Os autores colocam ainda que essas duas fontes estruturais de desigualdades exacerbam as condições de pobreza, porque, geralmente, famílias monoparentais vivem sob responsabilidade de uma mãe, que enfrenta dificuldades adicionais por causa dos obstáculos relativos à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Como se vê, o aumento da frequência de famílias monoparentais e o crescimento das responsabilidades das mulheres caminham lado a lado. De certa forma, tal situação atrela-se às dificuldades de inserção dos homens no mercado de trabalho. Condições de desemprego e salários insuficientes contribuem para que os homens não constituam famílias estáveis ou abandonem seu marco familiar.

Decorre daí a dupla tarefa a ser enfrentada pelas mulheres: a de trabalhar e a de cuidar dos filhos. Conforme já discutido, a escassez de serviços de assistência à infância e as limitadas oportunidades econômicas oferecidas às mulheres conjugam-se para o crescimento do número de mulheres e crianças pobres (Kliksberg, 1997: 39).

Garfinkel e McLanahan (1994: 206) acrescentam a essa discussão a noção de que as desvantagens vividas pelos domicílios monoparentais chefiados por mulheres não se referem apenas aos impactos que a ausência de um cônjuge traz à renda familiar. Eles colocam que um outro efeito indesejável se processa sobre as crianças, uma vez que elas se expõem a níveis mais altos de insegurança econômica e social. Na maioria das vezes, o fato de que os pais dessas crianças não contribuem financeiramente para o sustento dos filhos deve-se a situações de pobreza ou mesmo de delinqüência por eles vivenciadas. Segundo os autores, há evidências de que crianças que vivem com os dois pais apresentam vantagens em relação àquelas criadas pela mãe. Essas últimas têm menor probabilidade de concluírem seus estudos, apresentam maior tendência à gestação de filhos na adolescência e têm menor capacidade de inserção na força de trabalho (Garfinkel e McLanahan 1994: 207).

De uma forma geral, situações de pobreza são perniciosas ao bem-estar presente e futuro das crianças. As carências e privações por que passam crianças e adolescentes podem-se desdobrar em atos de fuga de suas casas e no cometimento de infrações (Carvalho, 2002b: 131). Tendo em vista um horizonte de tempo mais prolongado, situações de pobreza e de desestruturação familiar durante a infância podem repercutir em níveis insatisfatórios de escolaridade e na tendência à obtenção de baixas rendas. Além disso, estudos epidemiológicos apontam que há implicações na saúde mental dessas crianças e adolescentes; sensações de ansiedade, depressão, desesperança e desamparo conformam quadros característicos (Garfinkel e McLanahan 1994: 207).

Tendo em vista todas essas colocações, pode-se dizer que as condições das famílias pobres são afetadas por sua composição, o que envolve o número e as características de seus membros. Nos estudos sobre pobreza, os atributos dos chefes se fazem particularmente relevantes, em que são destacados aspectos como idade, escolaridade, sexo, raça e situação conjugal (Funkhouser, 1999: 129). Além disso, observa-se também a influência da fase do ciclo familiar em que o grupo se encontra. A esse respeito, conforme já discutido, nota-se que famílias com filhos pequenos são as mais sujeitas a serem pobres ou muito pobres. De acordo com a perspectiva do ciclo de vida, após esse período inicial, vem a fase em que os filhos crescidos entram no mercado de trabalho, quando então tal sujeição decresce; entretanto, ela volta a crescer num momento futuro, quando os chefes de família tornam-se idosos (Carvalho, 2002b: 118).

Para que se desenvolvam investigações empíricas sobre a composição da família e seus impactos nas condições de vida dos indivíduos, alguns conceitos devem ser operacionalizados. Nesse sentido, já se comentou como proceder em relação aos atributos do

chefe de família relevantes para o estudo da pobreza, tais como idade, raça, sexo, nível de educação, além dos aspectos relativos à sua inserção no mercado de trabalho. Dentro da discussão ora desenvolvida sobre grupo familiar, deve-se pontuar ainda as questões da dependência econômica e da presença de cônjuge no domicílio.

A dependência econômica pode ser aferida empiricamente através da dependência por renda ou da dependência por idade. Rocha (2003: 152) define as taxas de dependência para ambas as noções da seguinte forma:

A taxa de dependência por idade (...) [é] definida como o número de pessoas de menos de 18 anos e de mais de 60 anos em relação ao número total de pessoas na família. A taxa de dependência por renda é a relação entre o número de pessoas sem rendimento na família e o número total de pessoas na família.

Neste estudo, considera-se pertinente tratar a dependência econômica dos indivíduos como dependência por renda, utilizando-se então a taxa sugerida por Rocha (2003: 152). Tal entendimento deriva do reconhecimento de que as referidas “estratégias de sobrevivência”, que envolvem o trabalho infantil, são difundidas entre as famílias pobres e relevantes para o sustento doméstico, tanto no campo como nas cidades. Além disso, sabe-se que, muitas vezes, os idosos contribuem para a renda familiar através de seus trabalhos e de benefícios da aposentadoria. Frente a tais constatações, o parâmetro da idade não se coloca como o mais adequado para indicar dependência econômica, sendo então propícia a adoção da taxa de dependência por renda.

Com relação à presença de cônjuge no domicílio ou, dito de outro modo, à formação de famílias monoparentais, interessa notar se o chefe do domicílio vive em companhia de outro adulto, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso ou de união consensual estável. Dessa forma, deve-se esclarecer que a noção de estado conjugal não coincide com a de estado civil.

3.4 Rumo a uma abordagem articulada dos fatores associados à pobreza

Situações como as que ocorrem no Brasil, em que os níveis de pobreza mantêm-se altos mesmo em períodos em que se assiste a um crescimento da economia, corroboram a idéia de que o problema deve estar ligado a fatores diretamente associados ao processo de geração de renda das famílias pobres. O estudo de tais fatores se faz, portanto, necessário para que se possa compreender o fenômeno da perpetuação dos altos níveis de pobreza que afligem diversas sociedades contemporâneas (Barros e Camargo, 1994: 81). Foi com base nesse entendimento que os fatores apontados na literatura como influentes em tal capacidade de geração de renda foram abordados na seção anterior. Nesse sentido, à discussão dos

indicadores diretos de pobreza – a dizer, a renda domiciliar mensal *per capita*, o acesso a serviços públicos e a bens duráveis – acrescentaram-se temas ligados ao chefe de família, tais como sua inserção no mercado de trabalho e suas características pessoais (sexo, idade, raça, nível educacional), à composição familiar (em que ganharam relevo as questões da taxa de dependência econômica e das famílias monoparentais), além de se ter mencionado o aspecto contextual, referente à localização urbana ou rural do domicílio.

As discussões sobre cada um desses aspectos e suas relações com a pobreza permitiram que se detectassem algumas tendências gerais. Dentre elas, as mais evidentes são as de que a oferta de instalações e serviços públicos nas zonas rurais encontra-se aquém da existente nos cenários urbanos; os domicílios chefiados por mulheres estão mais sujeitos a vivenciarem carências e privações do que aqueles chefiados por homens; pessoas jovens, não-brancas ou com baixo nível educacional enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, estando mais vulneráveis ao desemprego, às ocupações precárias, a baixas remunerações e, por conseguinte, a viverem situações de privações.

As tendências delineadas na discussão teórica, contudo, não se limitaram aos aspectos ora enumerados. Em consonância com a perspectiva multidimensional acerca da pobreza, pôde-se observar que cada um dos fatores associa-se com o fenômeno não apenas diretamente, pela sua repercussão sobre a renda *per capita* ou sobre o acesso a serviços públicos, mas também indiretamente, por meio de outros fatores. Tal possibilidade de efeito indireto é indicada pelo fato de que a abordagem feita sobre cada um dos fatores foi permeada e influenciada por outros. Com tal amalgamação evidenciada entre os fatores, consolida-se mais uma vez a concepção de que, de fato, as inter-relações entre eles conformam um aspecto inerente ao fenômeno da pobreza.

A partir da discussão que foi desenvolvida, podem-se resgatar aqui alguns pontos principais a respeito da forma como se dão tais articulações. Há, por exemplo, indicações de que domicílios pobres chefiados por pessoas que vivem sem companhia de cônjuge apresentam menor renda *per capita*. A consideração desse fato, por sua vez, remete à questão das assimetrias de sexo, já que chefes do sexo feminino tendem a liderar famílias monoparentais, ao que se somam ainda suas maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Como decorrência desses fatores, domicílios chefiados por mulheres são marcados por maiores taxas de dependência econômica, o que também contribui para suas tendências a viverem em pobreza.

Com relação à idade do indivíduo, os pontos de vista teóricos apresentados afirmam que aqueles mais experientes podem obter melhores inserções no mercado de trabalho e, portanto,

auferir maiores remunerações. Particularmente no que tange ao grupo dos idosos brasileiros – que, em tese, haveria de sofrer maiores carências e privações, devido a suas limitações para o trabalho – a existência de políticas públicas tendem a preservá-los de vulnerabilidades, tal como seria esperado. Ainda com relação às pessoas de mais idade, a teoria indica que, por causa de aspectos ligados ao ciclo de vida, tais domicílios tendem a ter menor número de moradores, o que lhes diminui a taxa de dependência econômica e, portanto, a vida sob condições de privações e carências.

Deve-se lembrar também do fato de que não-brancos tendem a viver em situação de pobreza não apenas pelas discriminações diretamente sofridas no mercado de trabalho, mas também indiretamente, através da falta de acesso a uma boa formação educacional. Por simetria, tem-se que pessoas brancas tendem a ter maiores níveis educacionais do que “pretos” e “pardos” o que, teoricamente, lhes confere melhores perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Há que se mencionar ainda aspectos relativos aos contextos rurais ou urbanos onde se situam os domicílios. Pessoas que vivem em ambas as zonas enfrentam problemas como desemprego, padrões sociais de inserção diferenciados para pessoas de ambos os sexos, discriminações de raça, dentre outros. Contudo, note-se que as referidas dificuldades assumem especificidades próprias em cada um desses contextos. A diferença mais marcante está, como se disse, na disponibilidade de instalações e serviços públicos em cada uma dessas áreas. De todo modo, como é de se esperar, tanto em zonas rurais como urbanas, domicílios com maiores rendas *per capita* são aqueles que usufruem não apenas de melhor acesso a saneamento básico, mas também a bens duráveis e a condições de moradia.

Como se vê, uma situação de pobreza caracteriza-se pela ocorrência de todos esses aspectos simultaneamente, já que se trata de uma realidade social complexa, em que múltiplos processos tomam parte. Sob essa ótica, há que se considerar também a possibilidade de confluência dos fatores, que pode vir a acirrar as condições de carências em que se encontram certos grupos de pessoas. Tal perspectiva reflete justamente a proposta defendida por Bourdieu (1998:28), de se pensar o objeto social “relacionalmente”. Segundo tal enfoque, é da natureza do objeto social imbuir-se de um conjunto de relações que lhe imprimem suas propriedades essenciais. A tarefa dos cientistas sociais é, portanto, construir e analisar esse objeto, respeitando-lhe o caráter relacional.

Ainda que sejam assinaladas aqui as relações entre características dos indivíduos que se associam à problemática da pobreza, deve-se ressaltar que todas essas relações se manifestam dentro de condições da vida social. Em outras palavras, deve-se estar atento ao fato de que o

contexto socioeconômico vigente condiciona o modo como se dão tais relações, que podem ser intensificadas ou atenuadas pela conjuntura social que as circunda. As análises apresentadas neste estudo são desenvolvidas de acordo com tal perspectiva.

Assim, a partir das indicações teóricas de que já se dispõe sobre a forma como se articulam os referidos fatores, interessa conhecer quais deles se mostram mais relevantes em contextos sociais específicos. Dito de outra forma, tendo em vista as variações existentes entre as distintas “síndromes de pobreza” e de posse de antecipações teóricas que indicam, de modo genérico, como se dão as inter-relações entre os fatores, deve-se investigar o peso que cada um deles adquire em realidades específicas de pobreza. Mais que isso, é desejável que se pesquisem empiricamente as configurações relacionais entre fatores, assim como os efeitos diretos, indiretos e totais que cada um deles exerce sobre as condições de vida dos indivíduos, ponderando-os uns em relação aos outros. Ao se realizar uma análise dessa natureza, abre-se a perspectiva de que se detectem quais aspectos se sobressaem em determinados contextos e que merecem, portanto, servir de alvo a ações que visem à melhoria das condições de vida daquela população.

Capítulo 4. Teoria e método no estudo da pobreza: as duas instâncias de construção do objeto de pesquisa social

4.1 Características desejáveis em um método de abordagem relacional da pobreza

Como se discutiu nos capítulos anteriores, as formulações teóricas recentes sobre a pobreza convergem para a noção de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo. Os diversos fatores associados ao fenômeno manifestam-se simultaneamente, articulando-se entre si e influenciando nas condições de vida dos indivíduos. Tal perspectiva aproxima-se da noção de “campo”, proposta por Bourdieu (1998: 27-28), segundo a qual as realidades sociais são vistas como “espaços de relações”. Sob esse prisma, entende-se que o objeto de pesquisa social não está isolado, mas situa-se num conjunto de relações que lhe afetam e que condicionam suas propriedades. Assim, para que uma pesquisa social seja satisfatória, é desejável que a construção do objeto se dê conforme tal concepção relacional, tanto em seus aspectos teóricos como metodológicos.

Uma vez que o caráter relacional é inerente ao objeto social, impõe-se a necessidade de que a análise ocorra de modo coerente com a sua natureza, ou seja, “relacionalmente”, sob pena de que resultados alcançados por uma pesquisa tenham sua validade questionada. A idéia é que se possa apreender como é a realidade em que se insere o objeto estudado, já que, segundo Bourdieu (1998: 27-28), ele nada significa “fora das suas relações com o todo”. Dentro desse entendimento, tal apreensão deve-se dar através do esboço das “grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado” (Bourdieu, 1998: 31-32).

Considerando as etapas envolvidas no desenvolvimento de um trabalho de pesquisa social, Bourdieu (1998: 24) nota ainda que todas as dimensões de uma investigação devem ser entendidas como elementos interligados de um conjunto. Como visto, o autor enfatiza que as instâncias da teoria e da metodologia não podem ser pensadas separadamente, já que as opções técnicas para a análise de dados empíricos são condicionadas pelas escolhas teóricas de construção do objeto. Assim, a eficácia de uma metodologia depende de sua capacidade de reconstruir o objeto cientificamente, em afinidade com as escolhas teóricas que norteiam a pesquisa.

Com relação à discussão sobre pobreza, já se afirmou que as formulações teóricas recentes encontram ressonância na perspectiva de que as realidades sociais são de natureza “relacional”. Sendo essa a conceituação adotada para guiar esta pesquisa, e tendo em vista a necessidade de que as escolhas metodológicas sejam capazes de refletir, na etapa de análise dos dados empíricos, a construção teórica do objeto, faz-se necessário pontuar que atributos tornam uma metodologia capaz de analisar a pobreza de acordo com tal enfoque relacional. Em outras palavras, tais atributos devem permitir a apreensão de como se articulam os fatores socioeconômicos envolvidos no fenômeno da pobreza – tais como a estabilidade laboral, a idade e a qualificação do trabalhador, o equilíbrio da família e seu patrimônio acumulado – conforme postulado pela teoria (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 87).

A adequação entre as formulações teóricas sobre pobreza e a forma de fazê-las transitar para a esfera empírica, por meio da aplicação de uma metodologia de pesquisa, é alvo de discussão de diversos trabalhos³¹. A maioria dessas discussões aponta as dificuldades metodológicas de se abordar a natureza complexa desse fenômeno social. As dificuldades derivam da existência de uma multiplicidade de conceitos, definições e classificações, assim como de uma pluralidade de variáveis que podem ser utilizadas para mensurar certos aspectos sociais. A análise da pobreza complica-se também pelo fato de que a grande quantidade de fatores envolvidos no fenômeno se inter-relacionam e sofrem constantes variações (Sliwiany, 1997: 19).

Para exemplificar a complexidade a ser enfrentada nos esforços de investigação empírica sobre a pobreza, basta lembrar que as pesquisas costumam envolver uma série de temas, tais como características da população, emprego e remuneração do trabalho, proteção ao trabalhador, composições familiares, educação e treinamento de mão-de-obra, saúde, nutrição, saneamento básico e habitação. O aprofundamento de cada um desses temas, por sua vez, ocorre por meio de seus desdobramentos em diversos “sub-temas”. Isso aumenta ainda mais o número de conceitos e variáveis a serem considerados e, conseqüentemente, incrementa a dificuldade de manipulá-los articuladamente e de forma inteligível. Todos esses aspectos também abrem espaço para a existência de ambigüidades e de um alto grau de variabilidade entre os resultados de distintas pesquisas que buscam conhecer a população e suas condições de vida (Sliwiany, 1997: 14).

³¹ A esse respeito vide, por exemplo, PNUD (1997); Salama e Valier (1997); Schwartzman (1997); Sliwiany (1997); Betti, D’Agostino e Neri (2000); Salama e Destremau (2001).

Apesar de todas essas dificuldades, é desejável que se realizem investigações satisfatórias, baseadas em métodos estatísticos. Em vez de impedir a execução de estudos, a complexidade do fenômeno impõe a necessidade de que se busquem métodos mais adequados e capazes de apreendê-la. Sob o prisma da multidimensionalidade, a discussão sobre a adequação metodológica não se restringe à questão da quantificação dos pobres a partir de algum critério, como a renda, por exemplo, mas passa a priorizar a busca por procedimentos que reflitam as múltiplas facetas que compõem o problema, discutidas nas elaborações teóricas. Dentro desse contexto, a demanda por ferramentas mais refinadas, que possam produzir “melhores” informações sobre aquelas realidades sociais, tem efetivamente guiado as inovações metodológicas para o estudo desse tema. Nesse sentido, são de grande valor os avanços que têm sido alcançados na área dos métodos quantitativos de pesquisa social e dos *softwares* de modelagem estatística (McGee e Brock, 2001: 4).

De fato, viu-se como o debate atual acerca dos métodos de investigação sobre a pobreza converge para a noção de que é necessário ir além dos esforços de distinção entre pobres e não-pobres. O empenho de se identificar a população pobre é tido como um estágio inicial dos trabalhos de pesquisa, que devem prosseguir em direção à descrição e à análise daquela população. Tais etapas de descrição e análise são enaltecidas como o cerne das pesquisas sociais, uma vez que elas permitem o estudo das circunstâncias que podem afetar a probabilidade das pessoas viverem em situações de carências e privações. Com isso, abre-se espaço para que se tenha acesso ao conhecimento de determinadas feições do fenômeno, tais como a estimação da distribuição dos graus de pobreza entre os desfavorecidos e a realização de comparações entre as condições de vida entre os próprios pobres, o que leva em consideração a heterogeneidade existente dentro dessa parcela da população. Tal é o ponto de vista defendido por autores como Betti, D’Agostino e Neri (2000: 2), que afirmam a necessidade de se refletir, nas investigações empíricas, o fato de que o bem-estar relativo de indivíduos e famílias é uma questão de grau, sendo também relevante o estudo dos fatores que influenciam esse aspecto.

Como se disse, tendo em vista a necessidade de que a construção teórica da pobreza enquanto “espaço de relações” transite para a etapa de análise empírica, é desejável que a metodologia a ser utilizada espelhe as principais propriedades do fenômeno. De modo sintético, Sliwiany (1997: 32) afirma que, para analisar a pobreza em sintonia com as formulações teóricas recentes, são necessários métodos capazes de prover modelos que ofereçam uma representação gráfica daquele fenômeno social. Tais modelos devem consistir num conjunto de equações capazes de designar as relações básicas entre os diferentes aspectos

envolvidos no problema, exprimindo a configuração das “linhas de força” que evidenciam a forma como se articulam os diversos fatores.

Tendo em vista tais considerações, cabe alertar que nenhum modelo construído com dados empíricos conseguirá dar conta de todas as ligações existentes na realidade. Não se é de esperar que a complexidade de tal fenômeno seja esgotada em um modelo empírico, cuja construção, muitas vezes, encontra-se condicionada à disponibilidade de dados estatísticos. Segundo Sliwiany (1997: 32), a idéia é que sejam priorizadas apenas as análises das relações constantes, relevantes e não casuais entre os fatores envolvidos, as quais já se constituem em grandes contribuições para o conhecimento das realidades sociais de pobreza. Note-se que, ainda que se tenha em mente o fato de que os modelos empíricos devem abranger os fatores associados à pobreza com parcimônia, é importante que se analise uma multiplicidade de aspectos associados à condição de baixa renda. Uma vez que as questões envolvidas na problemática da pobreza sobrepõem-se, estudos que desconsiderem essa complexidade correm o risco de chegar a resultados supersimplificados sobre a natureza do fenômeno.

Como se sabe, na maioria das vezes os fatores que afetam as condições de vida dos indivíduos estão correlacionados entre si, a exemplo do que ocorre no caso de educação, raça e tipo de inserção no mercado de trabalho. Por isso, Székely (1996: 14) chama atenção para o fato de que é desejável que se conheçam não apenas os efeitos diretos que cada um dos fatores exerce sobre as condições de vida³², mas também os seus efeitos indiretos, que ocorrem através da correlação com outros fatores. Nesse sentido, procedimentos metodológicos que estabeleçam associações simultâneas entre as medidas de pobreza – tais como renda, acesso a serviços públicos e a bens duráveis – e indicadores referentes a outros fatores relacionados ao fenômeno são bem-vindos. Tais procedimentos propiciam o aumento das possibilidades de explicar a pobreza ou, mais especificamente, de explicar a variabilidade da renda e de outros indicadores das condições de vida da parcela pobre da população (Székely, 1996: 34).

Uma vez estabelecidas as referidas associações, a intenção é que se possam determinar quais fatores ou variáveis são mais relevantes em relação aos demais, em um dado contexto de pobreza. A idéia é que se conheçam quais deles exercem maior influência ou têm maior peso sobre as condições de vida dos indivíduos, tanto direta como indiretamente. A importância de tal abordagem reside no fato de que, com ela, abre-se a possibilidade de se compreender quais os grupos que, assumindo certas características, estão mais sujeitos a

³² Ou, no jargão familiar à estatística, a “capacidade de explicação” daquele fator ou característica da população sobre a variação das condições de vida.

vivenciarem situações de pobreza. Deve-se notar ainda que esse tipo de análise tem a potencialidade de evidenciar situações em que alguns fatores mostram-se influentes em vários setores da população, enquanto outros podem se revelar interferentes apenas no que tange a grupos específicos (Székely, 1996: 34).

Por fornecer informações sobre os fatores que aumentam a probabilidade do indivíduo à vida em pobreza e sobre os pesos relativos entre os diversos aspectos relacionados ao fenômeno, esse tipo de análise pode ajudar a lidar com o problema, servindo de subsídio à elaboração e à avaliação de políticas públicas. Székely (1996: 13-14) comenta que, sob o ponto de vista da formulação de políticas, é preferível que se identifiquem um ou alguns fatores que expliquem uma parcela significativa do fenômeno do que um rol excessivo de variáveis. A valorização desse tipo de resultado parcimonioso advém do fato de que é mais factível intervir sobre os aspectos proeminentes em uma realidade social, do que se ter que atuar sobre uma extensa lista de variáveis indicadas por certos estudos que, muitas vezes, são apresentadas de modo desconexo e fragmentado. Sem uma visão conjunta de como se articulam os fatores associados à pobreza, as possibilidades de atuação sobre a realidade tornam-se estreitas, podendo mesmo dificultar a atuação junto a certos subgrupos populacionais específicos.

Todos os aspectos ora mencionados mostram que, para que uma pesquisa empírica possa apreender uma situação de pobreza, é importante utilizar uma técnica que corresponda à complexidade do fenômeno. Frente a tal constatação, sem se referir a uma metodologia específica, Wilber (1975: 6) sugere que se estabeleça uma “estrutura de procedimento” para que se possa desenvolver esse tipo de investigação. Em princípio, o autor enfatiza que o estudo deve partir de um sistema de proposições teóricas inter-relacionadas, referentes às dimensões associadas ao problema, das quais podem ser deduzidas hipóteses testáveis. É desejável que as relações sejam estabelecidas de forma clara e que os conceitos discutidos na teoria sejam trazidos à abordagem empírica de maneira apropriada, através da utilização de variáveis passíveis de mensuração. Em seguida, a idéia é que não apenas as pressuposições postuladas na teoria sejam testadas, mas também as chamadas “hipóteses rivais”³³. A partir

³³ Em um procedimento como o sugerido por Wilber (1975), as hipóteses principais do estudo costumam ser estabelecidas a partir do arcabouço teórico que o ilumina. São chamadas “hipóteses rivais” aquelas que não coincidem com as suposições inicialmente declaradas, podendo diferir pela inclusão de aspectos inexistentes naquelas proposições originais, pela supressão de alguma de suas partes ou mesmo pelo estabelecimento de um cenário inconsistente em relação àquele delineado inicialmente. Tais divergências podem emergir de outras teorias sobre o assunto estudado, de conhecimentos e inspirações vindas de áreas distintas ou ainda de outras indicações que podem ser consideradas relevantes por parte do pesquisador.

disso, algumas tentativas de conclusões devem ser delineadas, abrindo-se espaço para que as formulações iniciais sejam revistas, caso necessário. Os testes de hipóteses devem então continuar sucessivamente, até que se chegue a um resultado considerado satisfatório.

De modo mais detalhado, pode-se dizer que o procedimento sugerido por Wilber (1975: 166) consiste em quatro etapas. Inicialmente, deve-se formular um diagrama esquemático baseado na teoria, constituído pelo agrupamento de fatores e variáveis que, supostamente, influenciam a variável dependente. Em seguida, deve-se proceder a um “estreitamento de foco”. Tal estreitamento refere-se à já comentada impossibilidade de se incluírem, em um só estudo, todos os fatores e variáveis apontados na teoria e que, de acordo com o procedimento ora descrito, seriam levados a constar do diagrama esquemático. A decisão sobre quais aspectos devem ser mantidos no diagrama esquemático deve se basear em razões substantivas, lastreadas na consideração de normas sociais ou na potencialidade de cada aspecto servir de base para intervenções de governo (Wilber, 1975: 167).

A terceira etapa compõe-se de formulações e testes de modelos alternativos, podendo ser vista como um desdobramento do estágio anterior. Partindo do pressuposto de que o potencial de inclusão de variáveis em um modelo é limitado, emerge a necessidade de elaboração e de teste de composições alternativas, que compreendam aspectos não inseridos em outras versões. Para fazer a escolha entre elas, deve-se questionar a habilidade relativa de uma representação específica para explicar a variabilidade do fenômeno. Somente através do teste de versões alternativas pode-se ter segurança sobre um modelo particular. Por fim, deve-se partir para a revisão do diagrama esquemático; é esperado que, como consequência dos testes feitos com várias composições alternativas, o esquema original sofra modificações (Wilber, 1975: 168-169).

Neste ponto, é necessário comentar que, mesmo com a prescrição de uma estrutura de procedimento, ainda há dificuldades a serem enfrentadas nas pesquisas sobre pobreza. Dentre as dificuldades, podem-se mencionar a existência de ligações do fenômeno com outros processos sociais abstratos, também chamados de “latentes”, que não são diretamente mensuráveis através de variáveis observáveis. Pode haver também o caso de que as bases de dados disponíveis não forneçam a mensuração de certas variáveis pertinentes ao estudo. Nesses casos, estariam excluídos do modelo alguns fatores mencionados pela teoria. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de que haja fatores associados às realidades de pobreza que nem mesmo são considerados no arcabouço teórico.

Há ainda um outro aspecto a ser notado, que diz respeito à dificuldade de lidar com erros de mensuração. Apesar de todos os cuidados que podem ser tomados, sabe-se que o processo

de medição de variáveis sociais é árduo e propenso a imprecisões, o que torna praticamente inevitável a existência de erros nas estimativas produzidas por métodos quantitativos de pesquisa. Em termos mais específicos, ao se tentar aferir a informação social através da coleta de dados, dificilmente o pesquisador consegue a informação almejada em sua forma “pura” ou “100% verdadeira”; os dados coletados embutem conteúdos de duas naturezas: a parte “verdadeira”, relativa ao tópico social que se quer aferir; e uma outra parcela de caráter aleatório, a que se chama de “erro de mensuração”. Assim, o valor assumido por uma variável consiste na soma desses dois componentes.

Para a análise estatística, a existência de erros de mensuração atrela-se à questão da qualidade das medições. Em geral, a qualidade de uma medida é indicada através de critérios relativos a sua exatidão e a sua precisão. A questão da exatidão diz respeito à *validade* da medida, uma consideração técnica que “se refere ao grau com que uma medida empírica reflete adequadamente o *significado real* do conceito considerado”³⁴ (Babbie, 1999: 196).

A questão da precisão, por seu turno, é que se encontra propriamente ligada ao problema dos erros de medição. Aqui, está-se falando da *confiabilidade* do dado estatístico, que indica a consistência da mensuração. Conforme descreve Babbie (1999: 195), “a *confiabilidade* é o problema de uma determinada técnica, ao ser aplicada repetidamente a um mesmo objeto, produzir, a cada vez, os mesmos resultados”. Metodologicamente, a confiabilidade de uma variável é definida como a proporção da variância observada que é uma variância “verdadeira”, ou ainda, como a parte de uma medida que está livre do erro de mensuração. Assim, uma medida é considerada confiável se ela reflete majoritariamente a informação verdadeira (Bollen, 1989; Kline, 1998).

Na maioria das situações, as confiabilidades das medidas são desconhecidas. Contudo, é possível estimar a confiabilidade ou a variância do erro de mensuração de algumas variáveis, havendo diversas técnicas para isso³⁵. No entanto, mesmo em situações em que a confiabilidade é conhecida – ou seja, tem seu valor estimado –, ela não é incorporada nos cálculos realizados pela maioria das metodologias tradicionalmente utilizadas nas pesquisas sociais. Com isso, os erros de mensuração são incluídos nas investigações e acabam funcionando como “ruídos” ou como “desordenações interferentes” no processo de análise de dados (Wisnik, 1989: 33).

³⁴ Para um melhor detalhamento da discussão sobre “validade” e sobre os tipos de validade, ver Babbie (1999), Bollen (1989) e Kline (1998).

³⁵ A esse respeito, ver Bollen (1989).

De fato, na prática, não se podem expurgar tais erros dos dados coletados. Por isso, os resultados gerados por uma dada metodologia são afetados por eles. Uma vez que o processamento dos dados acontece não apenas sobre a parte “real” da informação social, mas também sobre a parcela de erro embutida na medida, os resultados das análises distanciam-se, de alguma forma, daquilo que seria verdadeiro.

Como se pode observar, todos esses aspectos confluem para que seja reforçada a perspectiva de que a complexidade de uma realidade social é fluida e inesgotável. Isso evita, de antemão, que se tenha a pretensão de apreendê-la plenamente em um modelo empírico. Entretanto, tanto os aspectos desejáveis em uma metodologia para o estudo da pobreza quanto a realização do procedimento sugerido por Wilber têm se tornado cada vez mais factíveis. Para tanto, têm contribuído os avanços dos métodos quantitativos de pesquisa social e dos programas computacionais estatísticos. Além disso, a evolução dos procedimentos científicos e tecnológicos tem proporcionado um refinamento da apreensão da complexidade do fenômeno nos estudos empíricos, por também dar conta de algumas das limitações acima mencionadas. Nesse sentido, as novas técnicas têm propiciado: a ampliação do número de fatores que podem ser introduzidos simultaneamente em um modelo empírico; a inclusão, nos cálculos estatísticos, de conceitos sociais abstratos não diretamente observáveis na realidade; e a avaliação de erros de mensuração, uma vez que existem métodos que possibilitam o ajuste dos resultados em relação a tais erros, por meio da modelagem e da provisão de estimativas explícitas desses parâmetros.

4.2 Metodologias tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre pobreza

Conforme exposto no início deste trabalho, desde o advento do capitalismo, a pobreza tem atraído os interesses intelectual e político de diversos agentes da sociedade. Várias tentativas de se mensurar sua dimensão, de se identificar quem são os pobres e de se compreender suas determinações têm sido empreendidas, de acordo com os entendimentos e definições acerca do fenômeno vigentes em cada época. Para tanto, têm sido utilizadas metodologias de sistematização e de análise de dados empíricos, que possam propiciar tais conhecimentos sobre as realidades de pobreza.

Em princípio, quando as formulações conceituais sobre o tema priorizavam a noção de que os pobres eram aqueles que não obtinham renda suficiente para garantir suas sobrevivências – ou seja, quando predominava o ideário da “subsistência” –, os esforços de investigação empírica voltavam-se tão-somente para a contagem ou quantificação da parcela da população que era considerada pobre. Naquele contexto, os métodos utilizados para balizar tais

pesquisas consistiam na confecção de indicadores unidimensionais, calcados no valor da renda necessária para que a sobrevivência da família fosse assegurada. Os estudos limitavam-se então a enumerar quantos eram os pobres, aqueles cuja renda fosse inferior a tal patamar, em uma sociedade.

Mesmo com a ampliação do conceito em direção à multidimensionalidade, ocorrida a partir da formulação das necessidades básicas, os estudos empíricos permaneceram, por algum tempo, voltados para a questão da quantificação da população pobre. No entanto, em vez de se basearem exclusivamente no critério monetário, as contagens dos pobres passaram a se calcar em uma série de indicadores que levavam em conta os parâmetros relativos à satisfação das necessidades consideradas mínimas em uma sociedade. As diversas dimensões da pobreza podiam também ser abarcadas e sumarizadas sob a forma de um único número ou índice, constituído a partir da aglutinação das várias dimensões do fenômeno, o qual se costuma designar de “indicador sintético” (Jannuzzi, 2001: 22).

Com a evolução das formulações teóricas, consolidou-se a perspectiva multidimensional e emergiu a noção de que a pobreza é fruto de processos socioeconômicos complexos. Com isso, à preocupação de se quantificar a parcela pobre da sociedade adicionou-se a intenção de se identificar “quem são eles”. Os trabalhos interessaram-se então por traçar o perfil de tal fatia da população, detectando quais as principais características daqueles atingidos pelas condições de carências e privações. A idéia era que fossem indicados os atributos que faziam com que alguns grupos de indivíduos estivessem mais sujeitos à pobreza do que outros. Posteriormente, os esforços investigativos enveredaram na busca pelo conhecimento sobre o potencial de explicação de cada uma das referidas características sobre as condições de pobreza. Dessa forma, os métodos empregados passaram a almejar o estabelecimento de associações entre atributos individuais e indicadores de pobreza, de modo que se pudesse afirmar que fatores revelavam-se mais influentes e quais as intensidades de tais influências.

Os procedimentos metodológicos mencionados até aqui, os quais foram se impondo gradativamente de modo que as investigações empíricas pudessem acompanhar a evolução das percepções sobre a pobreza ao longo do tempo, preponderam até os dias de hoje. Através deles, realizam-se diversos estudos acerca das situações de pobreza nas sociedades atuais, que são desenvolvidos com base nas formulações conceituais mais recentes sobre o tema. Entretanto, observa-se que a já discutida complexidade da pobreza é captada por tais métodos tradicionais de forma parcial e fragmentada, particularmente no que se refere à articulação entre os múltiplos fatores envolvidos no fenômeno.

A insuficiência de tais métodos em lidar com a complexidade inerente às formulações atuais sobre o tema liga-se ao fato de que a discussão conceitual tem evoluído na direção de se incluírem as abordagens dos diversos processos sociais envolvidos no fenômeno. Mais especificamente, observa-se que, na seara teórica, tem-se enfatizado a contemplação de como vários aspectos sociais relacionam-se entre si e com as condições de pobreza. Essa ênfase faz com que indicadores unidimensionais não bastem para sustentar o desenvolvimento de estudos empíricos, uma vez que não espelham a complexidade da questão. Pelo mesmo motivo, também não se trata de agregar as múltiplas dimensões da pobreza em um número ou índice, com vistas à quantificação do problema em uma sociedade. Como se vê, a discussão tem caminhado para uma perspectiva que não pode ser retratada apenas por métodos baseados em agregações de dados, já que ressalta aspectos como as inter-relações entre as dimensões do fenômeno e as especificidades relativas às distintas realidades sociais, as chamadas “síndromes de pobreza”.

Pelo exposto, observa-se a necessidade de que a discussão metodológica acompanhe a trajetória do debate conceitual. É desejável que o arsenal técnico utilizado nas pesquisas esteja atualizado e sintonizado com os avanços teórico-conceituais, de maneira que ele possa cumprir o seu papel de “ponte” que une os conteúdos elaborados na teoria e as pesquisas sobre realidades empíricas.

Guiados por esse entendimento, Betti, D’Agostino e Neri (2000: 2) realizaram uma revisão da literatura sobre metodologias quantitativas de pesquisa social. Os autores observam que o estágio atual das investigações sobre pobreza não contempla o vasto potencial oferecido por essa área do conhecimento. Constatou-se que a visão multidimensional do problema, que tem sido difundida nas últimas décadas, não tem sido devidamente apreendida pela maioria dos estudos empíricos, que se têm calcado em modos tradicionais de analisar a questão, tais como indicadores unidimensionais de renda, róis de índices socioeconômicos ou mesmo indicadores que sintetizam, em um único número, as múltiplas dimensões da pobreza. Por isso, os autores afirmam a necessidade de se utilizarem novos métodos capazes de refletir as feições do fenômeno abordadas na teoria.

Fitoussi e Rosanvallon (1997: 85) também corroboram a opinião de que a aplicação de métodos estatísticos deve buscar se adequar à evolução da discussão teórico-conceitual, evolução essa que espelha as mudanças ocorridas na realidade social. Segundo os autores, a estatística social – destinada a avaliar aspectos como a renda familiar, suas comodidades materiais e a inserção profissional do chefe – era um exercício de pouca complexidade em contextos anteriores, quando a maioria das famílias seguia uma “composição-padrão”,

caracterizada pela presença de um homem assalariado, com uma inserção estável no mercado de trabalho, empregado em tempo integral e remunerado em função da categoria de seu posto e de seu tempo de serviço. Os autores observam que, contrariamente a esse panorama, os tempos atuais são marcados pela complexidade dos fenômenos, a qual deve ser açambarcada pelos procedimentos metodológicos das pesquisas. Como se disse, os arranjos familiares são hoje mais diversificados e instáveis, podendo haver a presença de duas ou mais pessoas ativas, cujos riscos de exposição à desocupação são heterogêneos. Assim, as múltiplas variações que marcam a vida social na atualidade fazem com que as formas tradicionais de abordagem das realidades empíricas não dêem conta da diversidade das situações existentes.

Fitoussi e Rosanvallon (1997: 87) reconhecem que, por várias razões, a captação desses fenômenos é uma tarefa complexa, que revela a necessidade de que se instaurem novos procedimentos e categorias de análise. Salama e Destremau (2001: 131) compartilham tal ponto de vista e comentam que, na França, têm emergido abordagens inovadoras que articulam e refinam medidas estatísticas da pobreza, adaptando-as a contextos heterogêneos e móveis. No bojo dessas abordagens, nota-se o desejo de que as investigações acerca de um ponto no tempo sejam ampliadas para estudos longitudinais, que são aqueles que acompanham os indivíduos ao longo do tempo e, portanto, são capazes de detectar o modo como evoluem suas condições de vida. A idéia é que se possam perceber o ritmo e a forma das mudanças nos padrões de vida das pessoas, de maneira que seja possível compreender as dinâmicas de certos fenômenos, como o desemprego e a inserção laboral. A esse respeito, deve-se comentar que, apesar de valiosos em termos dos conhecimentos que revelam, tais estudos são mais densos, custosos e complexos. Por isso, pesquisas longitudinais sobre pobreza têm viabilidade complicada, sendo ainda raras em todo o mundo.

De todo modo, o anseio de ampliar as investigações em direção à análise dos tempos e dinâmicas dos fenômenos indica que o debate metodológico segue rumo à incorporação da complexidade da pobreza nas abordagens empíricas. Conseqüentemente, os objetivos de medida e de construção de indicadores deixam de lhes constituir o foco de atenção principal. Vale notar que, frente a tal redirecionamento, atributos tradicionalmente abordados, como educação, renda, desemprego e moradia, continuam sendo destacados como fatores relevantes dentro das novas análises (Salama e Destremau, 2001: 132).

Com relação às investigações realizadas nos países em desenvolvimento, Sliwiany (1997: 16) afirma que os estímulos às pesquisas estatísticas sobre a população são menos intensos que nos desenvolvidos. Os diferenciais entre as produções científicas entre esses grupos de países apresentam-se tanto em termos de quantidade dos trabalhos realizados, como da

qualidade das técnicas utilizadas. Mesmo assim, estudos dessa natureza são empreendidos nos países em desenvolvimento, voltando-se para análises de realidades sociais e contribuindo para que a estatística social ganhe impulso e difusão em tais sociedades.

No âmbito brasileiro, pode-se notar que as pesquisas recentes sobre pobreza seguem a tendência ora mencionada de se utilizarem metodologias tradicionais de investigação. Buscando refletir a evolução do campo teórico-conceitual, os trabalhos empíricos têm almejado capturar a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno através da elaboração de novos indicadores sintéticos e do cruzamento de diversos indicadores tradicionais. Há também algumas tentativas de se conhecerem as relações entre fatores socioeconômicos e medidas de pobreza, através de estudos baseados em análises de regressão. Entretanto, como a maioria de tais investigações baseia-se em métodos que se mostram limitados para apreender a articulação dos fatores associados ao problema, tais abordagens sobre pobreza acabam não refletindo o teor das formulações teóricas mais recentes, que a concebem como “um espaço de relações”.

A partir dessa discussão acerca das metodologias quantitativas de análise, são examinados a seguir os principais procedimentos que têm sido aplicados à abordagem da pobreza enquanto fenômeno complexo: os indicadores sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão. A explanação sobre cada método consiste em uma breve descrição do procedimento e menciona alguns estudos recentes sobre o fenômeno que tenham sido baseados nas respectivas técnicas. São também notados os pontos fortes inerentes a cada método, além de serem colocadas algumas críticas sobre seus potenciais de refletirem, durante análise dos dados empíricos, a percepção relacional que vigora atualmente no debate teórico sobre a pobreza.

4.2.1 Índices Sintéticos

Ao discutir a questão da adequação entre teoria e método, Székely (1996: 2) faz uma revisão da literatura a respeito das metodologias de pesquisa aplicadas ao estudo da pobreza e percebe o delineamento de uma tendência nas últimas décadas. O autor nota que, dentre os trabalhos recentes, assiste-se ao surgimento de um grande número de índices sintéticos, que sumarizam as características de populações de diversos contextos. Os estudos que aplicam tal metodologia buscam captar a multidimensionalidade do fenômeno a partir da conjugação das diversas facetas que o compõem. A idéia é que se possa expressar, através de um número ou coeficiente, uma estimativa do nível das carências e privações existentes em uma determinada situação.

Os indicadores sintéticos ou “índices sociais” são criados a partir da aglutinação de dois ou mais indicadores simples, relativos a distintas dimensões da realidade social. Conforme Jannuzzi (2001: 22), indicadores de natureza composta têm o mérito de serem simples e de oferecerem alto poder de síntese. São, portanto, vistos como propícios a situações em que se deseja ter uma avaliação geral sobre um conceito que está sendo investigado em determinados grupos sociais. O autor entende que, quando se trata de uma questão complexa, em que se relacionam múltiplos fatores, existem vantagens se trabalhar com um indicador sintético, em vez de se dispor de sistemas constituídos por uma série de indicadores separados. A razão para isso é que o índice sintético é capaz de dar uma idéia genérica sobre o fenômeno estudado, de forma mais rápida e objetiva.

Além disso, indicadores sintéticos oferecem a possibilidade de que sejam realizados confrontos e classificações entre situações sociais distintas, assim como propiciam comparações ao longo do tempo (Haq, 2003: 110). No que se refere ao estudo da pobreza, Ravallion (1994: 1) ressalta que as comparações visam a esclarecer questões que podem ser relevantes para o conhecimento das nuances que marcam realidades diversas, tais como: a pobreza tem crescido ao longo do tempo? É mais alta em um lugar do que no outro? Há mais pobreza após alguma mudança de política?

Como se disse, diversos estudos sobre pobreza têm sido desenvolvidos nos últimos tempos com base nessa metodologia, tanto no âmbito internacional como no nacional. Internacionalmente, o exemplo mais famoso desse tipo de indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq em colaboração com Amartya Sen, o IDH apresenta-se como medida geral e sumária do desenvolvimento humano, ainda que não ambicione abranger todos os aspectos do desenvolvimento – uma vez que tal conceito é mais rico e complexo do que um índice pode esperar capturar.

Em épocas anteriores, a avaliação do bem-estar de uma população e, por conseguinte, a classificação de países ou regiões, se dava pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Entretanto, com a evolução da noção de que o progresso humano e a melhoria das condições de vida das pessoas não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica, emergiu a idéia de se criar um indicador mais abrangente, que transcendesse o aspecto econômico da pobreza, englobando outros componentes do fenômeno. Instituiu-se assim o IDH, cujo objetivo é oferecer um contraponto ao PIB *per capita* enquanto indicador de condições de vida. Sob essa ótica, diz-se que uma vantagem apresentada pelo indicador

sintético está no fato de que ele se oferece como uma medida mais robusta e abrangente do conceito desenvolvimento humano, já que é formado por múltiplas facetas consideradas relevantes nessa discussão, sendo a dimensão da renda apenas uma delas. Assim, pode-se fornecer uma média sobre o nível de desenvolvimento humano de um país ou região que seja mais significativa do que aquela calculada unicamente a partir do PIB *per capita*.

O IDH é composto pela combinação de três elementos básicos do desenvolvimento humano. O primeiro é a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer, que prima por refletir, dentre outros aspectos, as condições de saúde da população. O segundo refere-se à educação, medida pela união da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. Por fim, tem-se a renda, que é medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local, de modo que se possa torná-lo comparável entre países e regiões³⁶.

Indicadores de natureza sintética podem sofrer vários tipos de decomposições, de modo a exibirem as informações implícitas nas medidas globais. Um indicador como o IDH, por exemplo, pode ser decomposto no nível das dimensões que o constituem. Assim, podem ser produzidos sub-índices ou “IDH’s parciais”, relativos à longevidade, à educação e à renda. Além disso, as decomposições podem ocorrer segundo outros critérios que se mostrem relevantes. É possível a produção de IDH’s separados por sexo, grupo étnico, região geográfica ou por outros aspectos que espelhem a sociedade. Com isso, as disparidades existentes entre distintos subgrupos da população de um país podem ser delineadas (Haq, 2003: 106).

Um outro exemplo de indicador sintético de aplicação internacional é o Índice de Pobreza Humana (IPH), apresentado também pelo PNUD, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997. Esse índice pode ser visto como um desdobramento do IDH. Ele surge da noção de que as situações de pobreza que se apresentam nos países em desenvolvimento não são comparáveis àquelas vigentes nos países desenvolvidos, tanto em termos de profundidade como de especificidades. Assim, o IPH propõe-se a capturar elementos da pobreza humana nos países em desenvolvimento, a partir da inclusão de três componentes: longevidade, conhecimento e padrão de vida. A longevidade é inserida sob a forma da percentagem de pessoas cuja expectativa de vida é inferior à idade de 40 anos. O conhecimento é incluído no cálculo do indicador através da percentagem de adultos que são analfabetos. O padrão de

³⁶ Tal ajuste se dá através da metodologia conhecida como Paridade do Poder de Compra (PPC), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países, baseando-se no poder de compra da moeda de cada nação.

vida, por sua vez, é representado como uma composição de três variáveis: percentagem de pessoas que têm acesso a serviços de saúde; percentagem de pessoas que usufruem de água potável; percentagem de crianças menores de 5 anos que estão subnutridas.

Dentre a produção recente dos pesquisadores sociais brasileiros, observa-se também uma tendência de produção de indicadores sintéticos sobre pobreza. Tais tentativas que vêm sendo empreendidas demonstram uma preocupação relativa à caracterização da pobreza em áreas específicas. Trata-se eminentemente de trabalhos que aliam a criação de novos indicadores sintéticos a técnicas de geoprocessamento de informações, confeccionando os chamados “mapas de exclusão social”. Esses mapas registram as configurações espaciais de variáveis e índices de pobreza elaborados pelos próprios pesquisadores.

Dentre essas iniciativas, pode-se citar o “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo: Dinâmica Social dos Anos 90” (Sposati et al., 2000), um trabalho que foi iniciado em 1995 e que, com base em sua segunda edição lançada no ano 2000, teve a intenção de indicar tendências espaciais e temporais dos fenômenos analisados na cidade. Inspirando-se no IDH e defendendo a necessidade da criação de um índice que oferecesse um “modo novo de pensar a cidade para propor soluções” (Sposati et al., 2000: 5), o “Índice de Exclusão/Inclusão” (IEX) foi apresentado como um “conjunto de ferramentas” capaz de auxiliar a análise da cidade. Conceitualmente, a criação do IEX partiu do entendimento de que a inclusão social pode ser aferida por meio de noções abstratas, como autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade. Com base nesse entendimento, cada um desses aspectos veio a se constituir nas dimensões a serem incluídas e aglutinadas no cálculo do IEX³⁷.

Uma outra iniciativa de criação de indicadores sintéticos apresenta-se no “Atlas da Exclusão Social no Brasil” (Pochmann et al., 2003), que é um trabalho de natureza semelhante à do recém mencionado. Ele apresenta abordagens nos níveis estadual e municipal, a partir da utilização dos dados do Censo do ano 2000 do IBGE. Tal indicador

³⁷ A dimensão da autonomia foi representada através de indicadores relativos a emprego, renda familiar e contagem da população em situação de indigência. O desenvolvimento humano foi incorporado através de informações sobre o grau de instrução dos chefes de família, a longevidade, os anos potenciais de vida perdidos (definidos como o acúmulo de anos não vividos entre a idade de morte e a expectativa de vida até os 70 anos) e a taxa de homicídios. A qualidade de vida, por sua vez, foi indicada por aspectos como densidade habitacional, verticalização distrital (considerada como a taxa anual de lançamento de edifícios, o que indica o interesse imobiliário em regiões da cidade, que muda o perfil populacional e atrai novos serviços coletivos), oferta de serviços para crianças de 0 a 4 anos, escolas de educação infantil, escolas de educação fundamental e saúde. Por fim, a equidade foi incluída no cálculo do indicador por meio de duas variáveis: o número distrital de mulheres chefes de família e o número distrital de mulheres chefes de família analfabetas.

erige-se também a partir da consideração de conceitos abstratos, que devem ser conjugados para o cálculo do índice. São elas: padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil³⁸. Para tais dimensões, foram calculados sub-índices específicos, que foram posteriormente agregados em uma única medida global, o Índice de Exclusão Social.

No que se refere ao âmbito baiano, vale comentar que a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vem desenvolvendo indicadores sintéticos sobre as realidades socioeconômicas dos municípios do estado. Mais especificamente, a SEI desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), que resulta da conjugação de aspectos relativos a infra-estrutura, qualificação da mão-de-obra e renda estimada (PIB) de cada município³⁹. Da mesma forma como se processaram os exemplos já mencionados, a confecção do IDE baseia-se no cálculo de sub-índices específicos para cada uma das referidas dimensões, a serem posteriormente aglutinados para a geração do índice final (SEI, 2002).

Um outro indicador sintético elaborado pela SEI é o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Tal indicador nasce da consideração dos níveis de oferta dos serviços públicos de saúde, educação, água tratada e energia elétrica, além de englobar o aspecto da remuneração média dos chefes de família de cada município⁴⁰. Cabe salientar que, nesta linha de análise metodológica, a SEI oferece ainda o Índice Geral de Desenvolvimento Sócio-econômico (IGDS), que é resultante da média geométrica do IDE e do IDS (SEI, 2002).

Os trabalhos ora mencionados ilustram uma tendência que vem se delineando entre pesquisadores estrangeiros e brasileiros de que se elaborem novos indicadores sintéticos, que

³⁸ A dimensão do padrão de vida digno foi representada por indicadores relativos à pobreza dos chefes de família, pela taxa definida a partir da divisão entre o número de empregos formais pela população em idade ativa (PIA) e por uma *proxy* da desigualdade de renda. O conhecimento foi incluído no indicador através da taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos de idade e do número médio de anos de estudo do chefe de domicílio. O risco juvenil foi aferido por meio da porcentagem de jovens da população e do número de homicídios por cem mil habitantes.

³⁹ O sub-índice referente à infra-estrutura baseia-se em um conjunto de informações municipais, tais como o número de terminais telefônicos em serviço, o consumo de energia elétrica e a quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços. Para a qualificação da mão-de-obra, considera-se o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal. O produto municipal é representado pelo nível aproximado de geração de renda da cidade em todos os setores da atividade econômica.

⁴⁰ O sub-índice relativo à saúde sustenta-se em dados sobre doenças de notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos (sendo que este último é tomado como indicativo de deficiência do atendimento médico); pode-se também recorrer a informações referentes à oferta de serviços, como número de profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde, vacinações e leitos. Com relação à educação, usam-se medidas quantitativas do atendimento em serviços nessa área, particularmente o número de matrículas do ensino formal, do pré-escolar ao nível superior. A dimensão dos serviços básicos entra no cálculo do IDS através de variáveis relativas a serviços considerados essenciais: o consumo de água tratada e o de energia elétrica residencial. Por fim, a renda média dos chefes de família é uma dimensão que pode ser expressa através de uma variável diretamente observável, o próprio rendimento médio dos chefes de família.

primam por abarcar a multiplicidade de fatores envolvidos na discussão conceitual sobre a pobreza. Entretanto, ainda que a elaboração desses indicadores seja enriquecida pela aplicação de técnicas de geoprocessamento para a confecção de mapas de exclusão social, esse procedimento metodológico exhibe propriedades eminentemente enunciativas, produzindo estatísticas descritivas, e não trabalhando a dinâmica das relações entre as dimensões associadas ao fenômeno.

Apesar da intensa produção de trabalhos que têm se baseado nessa metodologia e das já referidas potencialidades dos indicadores sintéticos para a análise de situações sociais, são apontadas algumas limitações inerentes aos índices dessa natureza. Jannuzzi (2001: 22) coloca que um dos problemas intrínsecos aos indicadores sintéticos está no fato de que eles reduzem a multidimensionalidade de um conceito complexo a um único número ou coeficiente. Coloca-se que a operação de sumarizar os conteúdos relativos às diversas facetas do conceito em um só índice pode incorrer em perda de transparência de informações para seus potenciais usuários. Essa crítica é reforçada por Conde (1999: 144), que acrescenta que esse método inclui cada dimensão de maneira independente, não permitindo que se identifiquem e analisem as inter-relações entre elas.

Tal limitação pode ser notada nas análises sobre pobreza que vêm sendo realizadas com base na utilização de indicadores sintéticos. Ao sumarizarem informações socioeconômicas sobre os indivíduos sob a forma de um algarismo, tais indicadores oferecem uma visão opaca sobre tal fenômeno multidimensional, uma vez que não revelam a estrutura de articulação existente entre os fatores envolvidos no processo sob análise. Isso pode ser observado em qualquer dos exemplos de indicadores sintéticos sobre pobreza recém mencionados. Tomando-se como ilustração o caso do Índice de Exclusão Social (Pochmann et al., 2003), percebe-se que tal indicador nada esclarece sobre a maneira como os seus componentes – padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil – encontram-se relacionados nas realidades analisadas.

Ainda discutindo esse assunto, Strobel (1996: 207, apud Salama e Destremau, 2001: 114), acrescenta que o procedimento de se criarem índices sintéticos para a análise da pobreza está imbuído de uma contradição entre método e teoria, já que, “partindo de uma hipótese inicial da multidimensionalidade da pobreza, chega-se, *in fine*, a uma classificação unidimensional”. Esse aspecto assume relevância dentro do presente estudo, uma vez que se busca analisar aqui procedimentos quantitativos de pesquisa sob o ponto de vista da capacidade de apreensão da natureza relacional dos fenômenos sociais, particularmente do caráter articulado da questão da pobreza.

Tais limitações referentes à utilização de indicadores sintéticos para o estudo da pobreza encontram-se relacionadas ao princípio de agregação de dados, que é criticado por reduzir a quantidade de informação disponível (Raworth e Stewart, 2003: 148). As críticas relacionadas a tal princípio aplicam-se de maneira mais contundente quando se efetua a agregação de dados relativos a grandes áreas. Especificamente no que concerne aos estudos sobre pobreza, considerando-se que situações de carências e privações caracterizam-se por assumirem particularidades em seus diversos contextos – fato que levou Schwartzman (1997) a cunhar a expressão “síndromes de pobreza” para designar as peculiaridades existentes em situações distintas –, há que se ter cautela ao se utilizarem métodos de análise que se calcem em agregações de dados, como é o caso dos indicadores sintéticos. Ao se efetuarem tais agregações, principalmente em áreas extensas, podem ser perdidas especificidades relativas a cada situação. Essa é uma das críticas dirigidas, por exemplo, ao cálculo de IDH's para os países. Sabe-se que, em uma mesma nação, é possível que se encontrem diversos níveis de desenvolvimento humano; a produção de um único indicador que represente todo o conjunto pode mascarar a existência de tal diversidade.

Em geral, os procedimentos de agregação de dados partem da assunção de que as informações são agrupadas por áreas onde pode haver homogeneidade interna, em termos de características socioeconômicas e demográficas. Contudo, nem sempre essa premissa se faz verdadeira. Nada garante que a distribuição do evento pesquisado seja homogênea dentro de tais áreas, já que as unidades de levantamento de dados são normalmente estabelecidas segundo critérios operacionais (setores censitários) ou políticos (municípios). A possibilidade de existência de heterogeneidade dentro de uma mesma área é ainda mais intensa em casos de países com grandes contrastes sociais, como acontece com o Brasil. Nessas situações, é usual que grupos sociais distintos – favelas e áreas nobres – estejam agregados em uma mesma região de coleta, dando origem a indicadores que representam a média entre populações diferentes (Dias et al, 2002: 91).

Ainda apontando as fragilidades analíticas que podem advir da operação de agregação de dados, Dias et al. (2002: 92) assinalam que, para uma mesma população estudada, “a definição espacial das fronteiras das áreas afeta os resultados obtidos”. Em outras palavras, as estimativas feitas a partir de um certo sistema de unidades de área podem variar, a depender da forma como se agrupem as áreas a serem agregadas. Com isso, pode-se chegar a resultados inconsistentes entre si, já que a modificação das fronteiras entre essas áreas é capaz de alterá-los.

A questão da agregação é também posta por Anand e Sen (2003b: 114-115). Os autores comentam o caso do IDH, em que as medidas usuais de desempenho de grupo (como o PIB e a expectativa de vida ao nascer) tendem a ser indicadores agregados, calculados com base na média das circunstâncias individuais. Eles reconhecem que tal procedimento envolve a perda de informações detalhadas, por usar um número agregado (um escalar) para aglutinar um conjunto de números que representam circunstâncias individuais (um vetor). Para esclarecer essa questão, os autores apresentam o exemplo de uma situação na qual três pessoas têm, respectivamente, os níveis de renda nos valores de (1, 9, 11). De acordo com os procedimentos de agregação, utilizados no cálculo do indicador sintético, tal situação parece ser similar a uma outra, em que três pessoas têm rendas nos valores de (7, 7, 7), embora essas duas situações sociais dificilmente possam ser tidas como equivalentes em termos de preocupações e valores.

Casos como esse apontam a necessidade de que se elaborem indicadores “sensíveis à distribuição”, em lugar dos usuais indicadores baseados em médias simples. Isso se deve ao fato de que o procedimento de se tirar uma média deixa escapar o verdadeiro padrão de distribuição de uma coletividade de números, concentrando-se apenas em seus valores intermediários. Ainda que se busquem tais indicadores “sensíveis à distribuição”, dizem aqueles autores, eles continuariam a incorrer em perda de informação, já que não há como capturar e representar a riqueza de conhecimento fornecida por um grupo de números, através de um só algarismo (Anand e Sen, 2003b: 115).

Ravallion (1994: 76) conduz a discussão crítica sobre os indicadores sintéticos para a questão da escolha de dimensões que os irão compor. Particularmente no que se refere ao tema da pobreza, o autor chama atenção para o fato de que nem sempre é possível conjugar, de modo preciso, as múltiplas dimensões do bem-estar. O problema reside na arbitrariedade envolvida na escolha de tais dimensões; é possível que as diversas dimensões escolhidas conceitualmente para compor o indicador representem fenômenos logicamente correlacionados, de modo que haja redundância de informações, o que vem a adicionar pouca luz à discussão (Salama e Destremau, 2001: 114; Raworth e Stewart, 2003: 149). Neste caso, estar-se-ia medindo apenas uma faceta do fenômeno e, conseqüentemente, pouco se estaria captando em termos da sua multidimensionalidade. Por outro lado, a existência de uma situação oposta, em que se tenham aspectos de naturezas divergentes a serem congregados em uma única medida, pode comprometer a estabilidade do índice que se quer calcular (Raworth e Stewart, 2003: 144).

Uma outra questão referente à escolha das dimensões componentes do índice diz respeito à relevância conceitual de cada uma delas. Sabe-se que a capacidade de incorporação de distintas dimensões em um indicador sintético é limitada. Sendo a pobreza um fenômeno multifacetado, é recomendável que sejam incluídos apenas os aspectos mais significativos para a análise. Sobre esse assunto, Haq (2003: 111) argumenta que a inserção de um maior número de dimensões não garante a melhoria das propriedades de um indicador sintético. Pode acontecer que elas venham a adicionar elementos supérfluos à análise, tornando confuso o panorama que se deseja obter e dificultando o delineamento das tendências principais. Assim, há vantagens em se manter a parcimônia durante o processo de construção de indicador sintético.

Há que se comentar também sobre a possibilidade de aferição empírica das dimensões escolhidas. Além da relevância conceitual, os componentes de um indicador sintético devem ser escolhidos em função de suas viabilidades empíricas. A idéia é que os aspectos conceituais possam ser captados em realidades sociais, a partir da disponibilidade e do acesso a dados confiáveis que possam refleti-los adequadamente.

Ligada à discussão das dimensões componentes de um indicador sintético encontra-se à questão da ponderação. A construção de um índice numérico, que se proponha a contemplar a multidimensionalidade de um fenômeno, requer que sejam tomadas decisões também acerca dos pesos que serão atribuídos a cada uma das dimensões incluídas no indicador. A discussão sobre a ponderação é tida como uma etapa inevitável do processo de criação de um índice composto (Beccaria, Feres e Sáinz, 1999: 17; Salama e Destremau, 2001: 114; Anand e Sen, 2003a: 207).

O exercício de ponderação é criticado como sendo uma etapa arbitrária no processo de criação do índice sintético (Mestrum, 2002: 37). Isso se deve ao fato de que não há consenso ou regra sobre a necessidade de atribuição de distintos pesos a cada faceta incluída no indicador. Da mesma forma, não há uma convergência em torno dos procedimentos segundo os quais os pesos devem ser imputados (Mejía e Vos, 1999: 176).

Um exemplo dessa controvérsia pode ser encontrado na discussão existente em torno do IDH. No caso desse índice, pesos iguais são arrojados a todas as dimensões. Com isso, está-se afirmando que todas as escolhas são igualmente importantes (Haq, 2003: 104). Contudo, há controvérsias quanto a tal posicionamento. Críticos afirmam que a atribuição de ponderações iguais para os três componentes daquele indicador é um ato arbitrário; tal desaprovação baseia-se no entendimento de que, conceitualmente, a renda deveria receber um peso maior

por ser considerada como a dimensão mais importante do IDH (Raworth e Stewart, 2003: 148).

Apesar das críticas voltadas para o potencial de reflexão de conceitos complexos e multidimensionais por parte dos índices sintéticos, tais índices quantitativos são vistos como relevantes para a elaboração de políticas públicas. Isso decorre do fato de que ações anti-pobreza precisam se balizar em instrumentos que ajudem a delimitar a população visada, a estimar seus custos e a avaliar seus efeitos (Salama e Destremau, 2001: 105). Dessa forma, aquelas pesquisas justificam-se por produzirem indicadores que se propõem a auxiliar a formulação de políticas voltadas para a melhoria das condições de vida das pessoas pobres em uma sociedade.

Nesse contexto, Székely (1996: 2) coloca que, para que se possam delinear ações voltadas para esses fins, são necessários conhecimentos sobre “quantos são os pobres”, “qual é o perfil do grupo” e “por que aquelas pessoas são pobres”. Aliando as formulações teóricas recentes aos propósitos de formulação de políticas públicas, o autor afirma que, dentre os aspectos recém mencionados, deve-se priorizar a compreensão de “por que eles são pobres”. Entende-se que é tal conhecimento que aumenta as possibilidades de se lidar com o problema.

Sob esse prisma, os índices sintéticos de pobreza são de pouca ajuda para fornecer tal tipo de ciência acerca da realidade. Em vez de ajudarem a compreender “por quê eles são pobres”, seu maior potencial está no fato de que eles oferecem uma avaliação genérica sobre as condições de privação em um contexto, além de servirem de ferramenta para a realização de comparações de pobreza entre distintas realidades. Essas características, como se disse, associam-se ao procedimento da agregação de dados que, por sua vez, traz os já comentados inconvenientes para a análise das situações de carências e privações.

A esta altura, vale a pena mencionar o balanço realizado por Anand e Sen (2003a: 205) a respeito da discussão sobre o potencial analítico oferecido pelos indicadores sintéticos para o estudo da pobreza. De modo sucinto, após analisarem os prós e os contras referentes a tal metodologia, os autores afirmam que a capacidade de se refletir conceitos amplos e complexos – como o de desenvolvimento humano ou mesmo a perspectiva da privação – em um índice útil e não complicado, é uma meta que ainda não foi devidamente atingida.

Tendo em vista todas essas considerações, pode-se dizer que a abordagem metodológica dos indicadores sintéticos não reflete, de modo satisfatório, as elaborações teórico-conceituais recentes acerca do fenômeno, segundo as quais o objeto social é construído relacionalmente. Frente a isso, Székely (1996: 2) lamenta o fato de que, ainda hoje, a maior parte da literatura

dedique-se a quantificar os pobres através do cálculo de índices. Em consonância com esse posicionamento, Ravallion (1994: 2) ressalta a necessidade de que se pensem novas formas de extrair informações adicionais a partir de dados que já existem.

4.2.2 Sistemas de indicadores sociais

Uma outra abordagem metodológica bastante difundida entre os estudos de pobreza consiste na elaboração dos chamados “sistemas de indicadores sociais”. Tais sistemas são formados por conjuntos de indicadores relativos a um fenômeno social que se deseja analisar. Conforme explica Jannuzzi (2001: 17),

À semelhança do espaço geométrico euclidiano, em que é necessário um sistema de coordenadas para definir um ponto, o espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social.

Para que se elabore um sistema de indicadores sociais, deve-se proceder a uma série de decisões metodológicas. Assim como acontece na formulação de indicadores sintéticos, é necessário que se tenha uma definição operacional do conceito abstrato ou tema que deve ser reportado pelo sistema em questão. A partir daí, as distintas dimensões que compõem tal conceito são especificadas, de modo que possam ser representadas através de variáveis observáveis. Uma vez que se esteja de posse dos dados empíricos que reflitam as dimensões conceituais escolhidas, a elaboração do sistema de indicadores sociais acontecerá a partir de procedimentos de agregação de dados e da organização das estatísticas disponíveis (Jannuzzi, 2001: 18).

Diferentemente dos indicadores sintéticos, que primam por condensar as múltiplas dimensões de um conceito social complexo em um único número, os sistemas de indicadores sociais objetivam representar as várias dimensões do conceito separadamente. Cada uma delas deve ser refletida através de indicadores unidimensionais. A idéia é que o sistema seja composto por róis de indicadores mais simples que, sendo analisados de forma conjunta, se propõem a oferecer uma visão abrangente do fenômeno estudado. Por outro lado, por exibir indicadores separados para cada dimensão formadora do conceito, essa abordagem propicia também que os aspectos componentes do fenômeno sejam estudados individualmente.

A aplicação deste procedimento aos estudos de pobreza encontra motivação na intenção de que se delineie a composição do grupo pobre. Tendo em vista tal objetivo é que se empreende um esforço de “decomposição” dessa fatia da população de acordo com seus traços distintivos. Mais especificamente, tal procedimento consiste na divisão da parcela pobre em sub-grupos, definidos segundo certas características que os identificam (nível educacional,

região de residência, ocupação, idade, sexo, etc). A idéia é que, a partir disso, seja determinada a proporção de pobreza que se concentra em cada conjunto. Como resultado de tal procedimento, são elaboradas tabelas que exibem vários indicadores sociais referentes aos fatores envolvidos no fenômeno.

Székely (1996: 4) entende que o maior mérito dos sistemas de indicadores sociais para a análise de situações de pobreza reside justamente no fato de que eles permitem decompor o fenômeno por subgrupos de população. A partir de critérios de classificação demográfica, tais como região, sexo e idade, são construídos os chamados “perfis de pobreza”: panoramas descritivos sobre quem são aqueles que compõem a população pobre. Como se disse, tais perfis são considerados importantes, pois propiciam que se avalie a concentração da pobreza em cada subgrupo.

Ainda que reconheça o valor do caráter “decomposto” da informação oferecida pelos sistemas de indicadores para o estudo do fenômeno, Székely (1996: 5) entende que tal procedimento tem alcance limitado quando se busca responder à questão de “por que aquelas pessoas são pobres”, já que não agrega conhecimentos sobre quais são as características que se destacam por oferecerem maior potencial de explicação do fenômeno.

Ao refletir sobre o potencial analítico oferecido pela metodologia dos sistemas de indicadores sociais, Ravallion (1994: 59) parte para a realização de um contraponto com as potencialidades oferecidas pelo uso dos indicadores sintéticos. Apesar de admitir a relevância da forma desmembrada como a informação é oferecida pelos sistemas de indicadores, tal autor considera que esse aspecto não torna seu uso preferível ao de um índice sintético. Para ele, as mesmas potencialidades analíticas podem ser oferecidas pelo índice composto, uma vez que ele pode ser desmembrado em um perfil de pobreza. Além disso, Ravallion (1994: 60) aponta um outro aspecto que indica a proximidade entre as duas abordagens. Para o autor, os objetivos almejados por elas são similares: a construção de perfis de populações pobres constitui-se em um caso especial de comparação de pobreza, já que mostra como o fenômeno varia entre subgrupos da sociedade, entre regiões de residência e setores de emprego. Segundo tais considerações, pode-se dizer que ambas as abordagens são essencialmente semelhantes, diferindo na forma como a informação é apresentada. Tal parecer se coaduna com a natureza eminentemente descritiva notada nesses dois procedimentos, que priorizam a análise das médias de determinadas variáveis.

Da mesma forma como foi observado no caso dos indicadores sintéticos, há diversos estudos que se baseiam na elaboração de sistemas de indicadores sociais para a análise da pobreza. Dentre os trabalhos mais recentes, pode-se mencionar o projeto intitulado “Mapa do

Fim da Fome”, realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV, 2001; 2004). Este trabalho caracteriza-se por ser uma iniciativa de grande porte que, baseando-se em microdados do IBGE, apresenta perfis de pobreza de diversos estados e cidades do Brasil, chegando mesmo a exibir resultados em níveis intramunicipais, como distritos e sub-distritos. Diversos tipos de quadros com informações variadas são providos por esse estudo. As informações são exibidas sob a forma de tabelas que apresentam, em cada linha, a área estudada e, em cada coluna, os indicadores sociais de interesse.

As cidades do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, são descritas em termos do tamanho de suas populações totais, da percentagem de homens e mulheres, do nível educacional das pessoas (medido através dos anos médios de estudo), da média de idade da população, da População em Idade Ativa (ou PIA, pessoas entre 15 e 65 anos de idade), da renda média mensal auferida através do trabalho principal e da jornada média de trabalho (medida pelo valor médio das horas semanais trabalhadas). Há também tabelas em que constam informações sobre como se distribuem as condições de moradia, o acesso a serviços públicos e a bens duráveis dentre as populações das áreas estudadas. Além disso, há quadros que indicam a evolução temporal dos indicadores sociais analisados, sempre em termos de valores agregados que designam a média da população (CPS/FGV, 2004). Com relação ao Mapa do Fim da Fome que foi desenvolvido para o estado da Bahia (CPS/FGV: 2001), há resultados de diversos indicadores sociais que representam a média do estado, assim como de suas regiões econômicas e de seus municípios. São mostradas informações sobre os tamanhos das populações e as percentagens de pessoas que vivem em situação de indigência.

Um outro estudo relevante desenvolvido no âmbito nacional foi realizado por Sônia Rocha (2003), que veio a compor o livro “Pobreza no Brasil, afinal, de que se trata?”. Em tal trabalho, a autora baseia-se também em microdados do IBGE para traçar uma série de perfis de pobreza. São consideradas situações distintas tais como a totalidade da população brasileira, a metrópole de São Paulo e a zona rural nordestina. Sempre expostos sob os referidos formatos de tabelas, os resultados indicam a percentagem de pobres e não-pobres em cada contexto, desagregados segundo os critérios de sexo, grupos etários, cor ou raça, proporção de analfabetismo entre os jovens e entre os adultos, taxas de frequência escolar e anos de escolaridade da população. Há também perfis dos grupos pobres e não-pobres, em termos de suas condições de inserção no mercado de trabalho. Outros perfis de pobreza são delineados, a exemplo daquele que tem em vista a composição familiar; nesse caso, são levados em conta aspectos como a presença de crianças e a taxa de dependência no domicílio.

Ainda tomando exemplos de trabalhos voltados para a realidade brasileira, o próprio IBGE oferece publicações em que seus dados são organizados sob a forma de sistemas de indicadores sociais. Nesta linha, oferecem-se estudos como a “Síntese de Indicadores Sociais 2000” (IBGE, 2001), que expõe, de modo comparado, indicadores sociais construídos com dados dos anos de 1992 a 1999, numa tentativa de se delinear a evolução das condições sociais do país ao longo da década. Em tal trabalho, as informações são agregadas por estado e região do país. São mostradas taxas e médias de variáveis relativas aos temas dos aspectos demográficos, saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílio, família, crianças, adolescentes e jovens, idosos e desigualdades raciais.

Internacionalmente, a CEPAL desenvolve o trabalho intitulado “*Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*”. Em sua edição relativa ao ano de 2003, a publicação contém uma seleção de indicadores sobre aspectos econômicos e sociais dos países da região, que se dispõem à realização de comparações entre as distintas situações. Da mesma forma como aconteceu nos exemplos já mencionados, são exibidos diversos quadros estatísticos, compostos por taxas e valores médios de variáveis relativas a um mesmo tema. Assim, há tabelas voltadas para o delineamento do perfil das populações daqueles países em termos demográficos, de condições de inserção laboral, saúde, educação, proteção social, dentre outros aspectos. Todas essas informações são apresentadas de forma desagregada segundo diversos critérios, tais como setor de atividade econômica, idade, sexo, nível de rendimento (CEPAL, 2004).

Existem estudos de natureza similar que incluem dados de países de todas as regiões do globo. O Banco Mundial, por exemplo, lançou sua primeira compilação anual de dados sobre desenvolvimento. A publicação chama-se “*The World Development Indicators (WDI)*”⁴¹ e inclui cerca de 800 indicadores em 87 tabelas, construídas com informações de 152 países. Da mesma forma, são traçados perfis de populações pobres e não-pobres, em que se levam em conta aspectos como sexo, rendimento, idade, educação e saúde (World Bank, 2004).

Seja com a intenção de quantificar os pobres ou de lhes traçar o perfil, ainda que sob o prisma da multidimensionalidade, pode-se notar que abordagens calcadas na exposição de indicadores sociais são eminentemente descritivas, harmonizando-se com as formulações conceituais menos complexas. Tais procedimentos prestam-se bem aos propósitos de ordenar e comparar situações de pobreza. Esses propósitos, contudo, não se coadunam com o estado

⁴¹ “Os Indicadores de Desenvolvimento Mundial (IDM)”.

atual das discussões sobre o tema. Mais especificamente, pode-se dizer que a questão metodológica não mais consiste em se dispor de um jeito de indicar “quem são os pobres” ou de contabilizá-los. O ponto principal diz respeito a como se deve proceder, de modo a expressar a multidimensionalidade e a forma de articulação dos fatores envolvidos na questão, evidenciando quais deles são mais relevantes.

Nesse sentido, o procedimento de criação de sistemas de indicadores sociais recebe algumas críticas. Em princípio, podem-se mencionar aquelas que se dirigem à baixa capacidade de articulação das informações por parte de tais sistemas. Por fornecerem uma multiplicidade de indicadores sociais separados, são geradas tabelas – muitas vezes extensas – que produzem uma visão desarticulada dos fatores envolvidos no fenômeno (Haq, 2003: 104). Sliwiany (1997: 39) endossa esse ponto de vista, afirmando que uma lista composta por vários indicadores, fornecidos de modo disperso, dificultam uma análise articulada do problema. Haq (2003: 104) acrescenta ainda que o fornecimento de medidas separadas faz com que se perca a sinergia existente entre as diversas facetas que compõem uma questão complexa.

Por tais motivos, autores como Haq e Sen não se mostram afeitos à utilização de sistemas de indicadores sociais para a análise da pobreza (PNUD, 1999). Eles entendem que um conjunto de tabelas compostas por vários indicadores desconectados tem baixo poder de comunicação da informação. Ainda que tal metodologia apresente a vantagem de não levantar maiores questionamentos sobre ponderação das escolhas feitas ou dos métodos usados para compilar um índice sintético, os autores argumentam que considerações de caráter prático tornam os sistemas de indicadores sociais pouco atraentes para a análise do fenômeno: na hora de utilizarem uma informação acerca de uma realidade social sob análise, as pessoas preferem medidas sucintas, que sejam de fácil interpretação. A esse respeito, Haq (2003: 112) menciona o caso específico dos formuladores de políticas públicas, que podem encontrar dificuldades em absorver uma lista de indicadores sociais separados, que apontam em diversas direções.

Essa situação é ilustrada por Sliwiany (1997: 15), a partir da consideração de um episódio ocorrido no Brasil. A autora menciona que, por ocasião da elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975, os principais órgãos responsáveis pela formulação de políticas sociais propuseram a constituição de um sistema de indicadores sociais, o que envolveria as etapas de identificação, construção e produção de indicadores referentes a certos campos integrantes da área social. No decorrer do processo, foram apresentados nove grandes

temas⁴², que se desdobraram em 31 indicadores gerais, os quais se multiplicaram ainda em vários outros; só na área da educação, por exemplo, foi proposto um sistema composto por 53 indicadores. Segundo a opinião da autora, “essas reproduções se tornaram rotina, retalhando o social de tal forma que, ao se conhecer ‘os milhares’ de indicadores existentes, percebe-se que não há indivíduo que neles não se perca” (Sliwiany, 1997: 16).

A partir da observação dessa e de outras situações ocorridas no âmbito brasileiro, a autora fornece uma síntese da questão ora discutida no seguinte parecer:

Historicamente [no Brasil], a predominância da dispersão na análise quantitativa da realidade social em milhares de cálculos específicos, isto é, a desenfreada busca de indicadores sociais (...), que podem até ser traduzidos como a grande moda do conhecimento social, resultou no retalhamento integral da realidade social, e, o que é pior, numa pobreza generalizada de métodos quantitativos eficazes quanto à consistência teórico-técnica, que venham a realizar tantas agregações quanto necessárias para representar o social na sua infinidade de variáveis relacionadas (Sliwiany, 1997: 15-16).

Sobre a referida necessidade de se representar o social com base em diversas variáveis que se inter-relacionam, a metodologia dos sistemas de indicadores sociais oferece a possibilidade de que se realizem cruzamentos entres algumas das distintas dimensões de um fenômeno. Como tal metodologia exprime seus achados sob a forma de tabelas, o número de variáveis que podem ser cruzadas simultaneamente é limitado. Para que se produza um resultado inteligível, só é possível articular, no máximo, indicadores relativos a três dimensões do problema – já que esse tipo de cruzamento só se faz compreensível até os limites da exposição dos resultados numa tabela de três “entradas”. Como diversos fenômenos sociais envolvem mais do que três dimensões, essa característica é ainda insuficiente para que a complexidade do problema seja representada de modo adequado.

Além da limitação do número de dimensões que podem ser cruzadas, a realização dos cruzamentos não permite afirmar as significâncias estatísticas⁴³ das relações apresentadas. Em outras palavras, ainda que exista a tentativa de estabelecer relações entre os indicadores das distintas facetas que compõem o fenômeno estudado, os sistemas de indicadores sociais não dispõem de procedimentos técnicos que permitam afirmar, de modo confiável, que aquelas ligações existem (Conde, 1999: 146). Isso tem a ver com o fato de que tais sistemas caracterizam-se por priorizarem análises de outra natureza, que não focalizam a investigação

⁴² A dizer: população, emprego e remuneração do trabalho; proteção ao trabalhador; orçamentos familiares; educação e preparação da mão-de-obra; saúde; nutrição; saneamento básico; habitação.

⁴³ A significância estatística de uma relação é uma medida probabilística que estima o grau em que essa relação é confiável ou “verdadeira”. Como muitos estudos são feitos com dados amostrais, a significância permite inferir se a relação observada na amostra deve-se ao acaso ou se tal resultado representa o que acontece na população estudada.

da articulação entre os fatores: eles se voltam para o tratamento da informação agregada, tal como acontece com os indicadores sintéticos (Mejía e Vos, 1999: 176).

Nos sistemas de indicadores sociais, dados referentes a realidades extensas costumam ser agregados sob a forma de valores médios, taxas, contagens ou percentagens das variáveis que estão sendo investigadas. Como já foi discutido anteriormente, o procedimento da agregação envolve alguns inconvenientes para a análise de situações sociais. As críticas derivadas do procedimento da agregação, que foram abordadas na seção dedicada aos indicadores sintéticos, podem ser aplicadas aos resultados que se apresentam em sistemas de indicadores sociais.

Há que se mencionar ainda uma crítica dirigida aos sistemas de indicadores sociais, relativa a aspectos conceituais. Tendo em vista o fato de que tais sistemas são criados com o principal objetivo de se traçar o perfil da população pobre, Blum e Rossi (1969: 353) questionam quais as dimensões devem ser consideradas relevantes para que se possa fornecer tal retrato da pobreza. Os autores entendem que, mesmo que a discussão se limite aos conjuntos de características em torno das quais existe um consenso mínimo, há dificuldades para que se atinja tal objetivo de modo satisfatório. Tais dificuldades ligam-se à questão da ponderação dos fatores envolvidos no fenômeno. Ainda que esse não seja um tópico crucial para a metodologia da criação de sistemas de indicadores sociais, existem debates em torno de quais os pesos relativos que devem ser atribuídos a cada uma das características que virão a compor o almejado perfil dos pobres.

Como se vê, os métodos que traçam um perfil da população pobre também apresentam limitações para retratar, no âmbito empírico, a visão complexa que se tem sobre o fenômeno atualmente.

4.2.3 Análises de regressão

Sendo a técnica de regressão mais elaborada do que as duas anteriores, esta seção disserta em maior profundidade sobre detalhes dessa forma de análise, a fim de fornecer elementos básicos para a compreensão das suas potencialidades e limitações⁴⁴. Tal detalhamento é considerado relevante para a argumentação desenvolvida neste trabalho, por também subsidiar o entendimento da metodologia que constitui o interesse central deste trabalho, a Modelagem

⁴⁴ Certos trechos desta seção assumem mesmo um caráter didático. A intenção é instrumentalizar o leitor menos familiarizado com os conceitos da área de métodos quantitativos que são necessários para acompanhar a discussão desenvolvida neste trabalho.

de Equações Estruturais. Como se pode ver adiante, a MEE deriva da análise de regressão, acrescentando-lhe feições que a aproximam da análise relacional da pobreza.

Nas ciências sociais, procedimentos de regressão são largamente usados como ferramenta de pesquisa. Em geral, pesquisadores utilizam tal método com a intenção de que se possa responder a perguntas do tipo: “tal aspecto associa-se (ou ajuda a explicar) à variabilidade de tal fenômeno?” Pesquisas educacionais, por exemplo, se interessam em saber quais os fatores que ajudam a melhorar o sucesso escolar dos estudantes. Da mesma maneira, diversos estudos sobre o tema da pobreza também podem se basear na técnica de análise de regressão, no intuito de que se conheçam quais os fatores que exercem impacto sobre as condições de vida dos indivíduos.

A utilização de tal procedimento estatístico visa a verificar, com base na manipulação de dados empíricos, se há alguma relação entre duas variáveis. Em caso positivo, estima-se o grau de intensidade da associação entre variáveis, ou seja, o método permite que se avalie se há uma associação fraca ou forte entre elas. A mensuração do grau de ligação entre variáveis indica o efeito que é produzido na variável-resposta, a partir de mudanças ocorridas nos valores das co-variáveis⁴⁵. Assim, o modelo estatístico calcula o valor médio de mudança na variável dependente acarretado pelo acréscimo de uma unidade no valor da variável independente.

Graficamente, a relação entre duas variáveis é representada por uma reta, cuja inclinação expressa o grau de associação entre elas (ver figura 4.1). Sob tal perspectiva, a técnica da regressão prima por ajustar a melhor reta à distribuição dos dados empíricos⁴⁶, fornecendo os dois parâmetros da linha ajustada: intercepto, que designa o valor médio da variável dependente ou, o que é sinônimo, o seu valor quando a co-variável assume o valor zero; e o coeficiente de regressão, que denota a inclinação da reta e informa, portanto, o grau de associação entre a variável independente e a variável-resposta; tal parâmetro pode ainda ser interpretado como a magnitude da mudança que ocorre na variável resposta, quando há o acréscimo de uma unidade na co-variável.

⁴⁵ A variável dependente pode ser também chamada de “variável-resposta”. Da mesma forma, a variável independente pode ser designada pelos termos “co-variável”, “variável explicativa” ou “variável preditiva”.

⁴⁶ No caso da regressão linear, tal ajuste se dá através do método de estimação dos Mínimos Quadrados. Há, contudo, modelos que requerem que o ajuste aconteça por meio de um outro método de estimação, a dizer, o da Máxima Verossimilhança (como por exemplo, aqueles cuja variável dependente é dicotômica). Para uma abordagem mais aprofundada desse tema, ver Draper e Smith (1998) e Paula (2004).

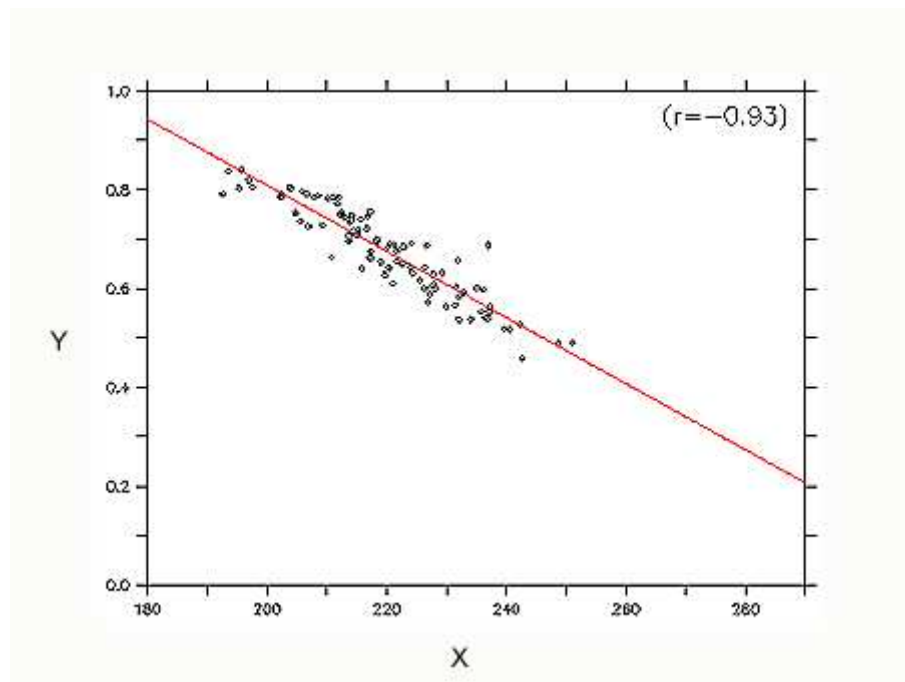


Figura 4.1. Exemplo de regressão linear simples

De uma forma geral, os estudos sobre pobreza utilizam a técnica da “regressão múltipla”, que se caracteriza por estimar relações existentes entre a variável dependente e um conjunto de variáveis independentes. Nesses casos, a intensidade da associação entre a variável-resposta e cada uma das variáveis independentes é calculada, sendo que a idéia central do procedimento é que se possa medir a habilidade do conjunto de variáveis independentes explicarem a variabilidade da variável-resposta⁴⁷. Para tanto, a regressão múltipla determina uma expressão matemática que descreve a relação funcional entre a variável-resposta e as independentes. Tal procedimento busca definir uma equação que denote a combinação linear entre diversas co-variáveis que melhor possa prever o valor da variável dependente⁴⁸. Em termos genéricos, tal equação pode ser expressa da seguinte forma:

$$Y = a + b_1 * X_1 + b_2 * X_2 + \dots + b_p * X_p + \epsilon$$

Onde:

Y = variável dependente

⁴⁷ A estatística mais utilizada para aferir a capacidade de um conjunto de co-variáveis elucidarem a variabilidade da variável-resposta é chamada de “Coeficiente de Determinação”, mais conhecida por seu símbolo, R^2 . O valor de tal coeficiente indica a percentagem da variabilidade do fenômeno estudado (representado, dentro do modelo, pela variável-resposta), que é explicada pelo conjunto das co-variáveis inseridas na análise de regressão.

⁴⁸ Como se trata de uma regressão linear múltipla, a visualização gráfica dessa equação torna-se complicada. Um modelo que inclua p co-variáveis seria representado graficamente em $p+1$ dimensões. Nessas circunstâncias, o raciocínio requer um alto grau de abstração: seria necessário pensar em termos de hiperespaço (um espaço multidimensional), com a superfície de regressão ajustada através dos pontos (Howell, 2002: 548).

X_1, X_2, \dots, X_p = variáveis independentes

a = intercepto

b_1, b_2, \dots, b_p = coeficientes de regressão

ε = erro aleatório ou resíduo, que designa a distância entre um ponto observado (pertencente aos dados empíricos) e o valor predito pela linha de regressão.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos sobre o elemento “resíduo”, apresentado na equação acima. Para tanto, há que se retomar a noção de que a técnica da regressão consiste na tentativa de ajustar a melhor reta à distribuição dos dados empíricos. Como se disse, a intenção é que se obtenham as melhores estimativas possíveis. Entretanto, é improvável que tais estimativas sejam exatamente “corretas”, já que existem três fontes de erros inerentes à maioria das aplicações de análises de regressão. Inicialmente, pode-se falar nos erros de mensuração. Conforme já mencionado, muito poucas variáveis podem ser medidas com precisão perfeita, especialmente nas ciências sociais. Segundo, há os erros de amostragem. Em muitos casos, trabalha-se com dados que são apenas uma amostra da população geral e, como se sabe, ela jamais será exatamente igual à população-alvo do estudo. Por fim, modelos de regressão são imbuídos de uma “variação não-controlada”. Tal aspecto advém do fato de que um modelo inclui apenas algumas variáveis independentes, que são consideradas relevantes para explicação da variabilidade do fenômeno estudado; contudo, sempre existem outras variáveis que influenciam a variável-resposta e que não fazem parte do modelo. Por isso, existe uma variabilidade não-explicada pelo modelo – ligada às variáveis que lhe são externas – que pode “perturbar” a relação entre a variável dependente e as independentes. Tal variação não-controlada afeta, conseqüentemente, as estimativas dos coeficientes de regressão. Devido a tais motivos, existe uma discrepância entre os dados observados e os valores preditos a partir da equação da regressão – os quais, se representados graficamente, conformam a referida reta. Tais discrepâncias são os “resíduos” ou “erros aleatórios”⁴⁹.

Como se disse, a presença de tais imprecisões em um modelo de regressão gera uma variação aleatória das estimativas dos coeficientes. Em qualquer análise desse tipo, é desejável que se tenha uma estimativa da fidedignidade dos valores calculados dos coeficientes. Portanto, a dimensão e a importância daquela variação devem ser avaliadas. Tal avaliação pode ocorrer através do cálculo de intervalos de confiança ou de testes de hipóteses.

⁴⁹ Vale esclarecer que existe um arsenal de técnicas próprias para a realização da análise dos resíduos. Tal análise é importante dentro do processo de verificação do ajuste do modelo de regressão aos dados empíricos.

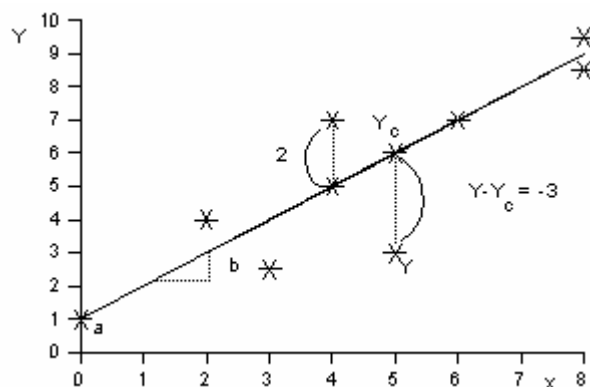


Figura 4.2. Exemplo de representação gráfica dos resíduos em uma reta de regressão

Intervalos de confiança consistem na apresentação de uma faixa de valores possíveis para os coeficientes de regressão. Embora não se possa assegurar que seus valores “verdadeiros” cairão na faixa calculada, pode-se estar razoavelmente confiante disso⁵⁰. O cálculo do intervalo de confiança para um coeficiente pressupõe que se estime o seu erro-padrão⁵¹. Assim, no caso do cálculo de um intervalo de 95% de confiança, seu limite superior é determinado a partir da adição do valor de dois erros-padrão à média estimada para o coeficiente de regressão; de modo análogo, seu limite inferior é calculado quando se subtrai o mesmo montante da média do coeficiente (Morettin, 2000: 49; Howell, 2002: 206).

Uma outra forma de avaliar a importância da variação randômica das estimativas dos coeficientes é através dos testes de hipóteses. Em uma análise de regressão, parte-se da assunção de que a inexistência de relação entre duas variáveis se expressa através de um coeficiente igual a zero. Entretanto, ao se calcular um modelo dessa natureza, é comum que não se obtenha um coeficiente de valor zero, mas que se encontrem valores muito pequenos. A questão que se coloca então é determinar se tais coeficientes designam a inexistência de relação entre as duas variáveis consideradas ou se eles se devem às recém mencionadas fontes de erros aleatórios.

Nesse contexto, testes de hipóteses são usados para responder à seguinte questão: “tal variável independente realmente afeta a variável resposta?” Assim, a realização de um teste consiste em negar a hipótese de que o coeficiente de regressão é zero. Novamente, não se

⁵⁰ Nos estudos sociais, é aceito como razoável o intervalo de 95% de confiança. Isso quer dizer que a probabilidade de que o coeficiente “verdadeiro” situe-se em tal intervalo é de 95%.

⁵¹ O erro-padrão mede a precisão de uma estimativa. No contexto em questão, está-se estimando o coeficiente de regressão; assim, o seu erro-padrão indica a precisão que pode ser atribuída ao valor que for calculado. Em termos técnicos, o erro-padrão é definido como o desvio-padrão da distribuição amostral de uma “estatística”, ou seja, da estimativa de um parâmetro de um modelo ou de uma população.

pode ter uma resposta definitiva sobre isso, mas é possível calcular a probabilidade de se estar errado. Dito de outro modo, o teste não fornece uma resposta do tipo “sim” ou “não”, mas indica a probabilidade, usualmente denominada de “valor-p”, de que aquele coeficiente seja diferente de zero em decorrência de erros aleatórios⁵². Se o valor-p é pequeno, nega-se a hipótese de que o coeficiente é zero.

Ainda com relação à obtenção dos coeficientes de regressão, que indicam a intensidade das relações entre variáveis, deve-se comentar que no caso da regressão múltipla, os coeficientes são calculados de maneira “controlada” estatisticamente ou, dito de outra maneira, ao calcular a intensidade de associação entre duas variáveis, a regressão múltipla “controla” as demais variáveis simultaneamente. Isso significa que o efeito produzido por uma determinada co-variável sobre a variável dependente é examinado isoladamente das demais co-variáveis, como se elas fossem mantidas constantes. Assim, produz-se apenas uma única estimativa para o efeito de cada co-variável, independentemente do comportamento das demais⁵³.

Essa propriedade do método da regressão evoca um comentário comparativo com a metodologia dos sistemas de indicadores sociais. É possível que dados sobre uma mesma realidade social, analisados por ambos os métodos, produzam efeitos aparentemente inconsistentes. A razão para isso reside no fato de que a regressão controla os níveis das outras variáveis, o que não acontece com os sistemas de indicadores sociais.

Um exemplo dessa situação é encontrado no estudo realizado por Datt et al. (1998), que analisa dados sobre a população pobre de Moçambique a partir da construção de sistemas de indicadores sociais e de análises de regressão⁵⁴. Tal estudo aponta que, com base na construção de um perfil de pobreza, as famílias chefiadas por mulheres tendem a ser menos pobres do que as chefiadas por homens, de acordo com certos parâmetros escolhidos pelos

⁵² Não se tem a intenção de entrar aqui nos detalhes técnicos para o cálculo do valor-p, mas importa mencionar que ele é obtido a partir da divisão do coeficiente de regressão pelo seu erro-padrão. Gera-se assim um valor denominado de “estatística *t*”, o qual possui um valor-p associado. Se o erro-padrão for alto, acontece uma diminuição do valor da estatística *t* e um conseqüente aumento do valor-p ou da probabilidade de que a relação entre as variáveis seja devida ao acaso. Note-se a relevância do erro-padrão tanto para o teste de hipóteses como para a determinação de intervalos de confiança. Em ambos os casos, a diminuição da sua magnitude contribui para aumentar a precisão das estimativas da análise de regressão. Para maiores detalhes, vide (Morettin, 2000; Moore, 2004).

⁵³ A título de esclarecimento, vale mencionar que o coeficiente produzido para cada co-variável é análogo à média ponderada dos seus efeitos calculados em diferentes subgrupos da amostra. Tais subgrupos são definidos em função das demais co-variáveis que lhe compõem.

⁵⁴ Tal estudo faz parte de uma série de trabalhos sobre condições de pobreza e bem-estar em diversos países do mundo, promovida pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (*International Food Policy Research Institute* - IFPRI), órgão sediado em Washington D.C.

autores para medir a pobreza. O resultado da análise de regressão, por sua vez, sugere a situação contrária. Como argumentam os autores, essa contradição deve-se ao fato de que os coeficientes de regressão, que estimam a associação entre sexo do chefe de família e pobreza, são calculados em circunstâncias em que as demais co-variáveis inseridas no modelo são mantidas constantes. Em outras palavras, o efeito calculado do fator sexo sobre a pobreza é “líquido”, por ser estimado independentemente das demais variáveis explicativas do modelo (o número de membros da família, a quantia de terra cultivável, níveis de educação, dentre outras).

Ao investigar a relação entre sexo do chefe de família e condições de pobreza, o método do sistema de indicadores sociais, por sua vez, não expurga as influências exercidas pelas demais co-variáveis⁵⁵. Como as famílias chefiadas por homens e mulheres apresentam características distintas quanto às demais variáveis explicativas consideradas no estudo, os resultados relativos ao fator sexo, fornecidos por tais sistemas, estão imbuídos daquelas outras influências. Dessa forma, tais co-variáveis podem vir a confundir o efeito do sexo do chefe de família, quando se tem em vista a realização de uma análise bivariada da pobreza.

Os autores, entretanto, não descartam a utilidade dos sistemas de indicadores sociais para o propósito do desenvolvimento de políticas públicas. Segundo eles, políticas mais gerais, que visem a assistir famílias pobres independentemente de suas características específicas, podem se pautar nos resultados fornecidos pelo perfil de pobreza, já que os achados de tal metodologia traçam uma visão mais genérica do problema, por não estarem condicionados a aspectos específicos do objeto estudado. Entretanto, se o propósito da intervenção for o de atuar sobre um fator associado a padrões de vida mais baixos, aqueles identificados em uma análise de regressão servem como indicações mais claras e confiáveis para a formulação dessas ações.

Há diversos outros estudos sobre pobreza que utilizam a técnica da análise de regressão, tanto no âmbito internacional como no nacional. Dentre os trabalhos realizados mais recentemente, pode-se citar aquele que foi desenvolvido por Menezes-Filho e Vasconcellos (2004) acerca da realidade brasileira. Esse trabalho faz parte de uma série de investigações sobre pobreza em diversos países do mundo, intitulada “*Operationalising Pro- Poor Growth*” (OPPG)⁵⁶.

⁵⁵ Devido à ausência desse tipo de controle, a natureza de tal procedimento analítico é conhecida como “incondicional” dentro do jargão metodológico.

⁵⁶ “Operacionalizando o Crescimento a Favor dos Pobres” é uma iniciativa conjunta, patrocinada pelos seguintes organismos internacionais: AFD, BMZ (GTZ, KfW Development Bank), DFID, e o World Bank. O programa de trabalho da OPPG declara o objetivo de prover subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas que

Tal estudo sobre o Brasil sustenta-se na elaboração de vários modelos de regressão. Em geral, considera-se como variável dependente o fato da família ser pobre ou não-pobre. O objetivo é que se detectem fatores que aumentem ou diminuam a probabilidade de uma família encontrar-se em situação de pobreza, estimando-se a magnitude de cada associação. As análises revelam que a pobreza no Brasil mostra-se associada a aspectos como a presença de crianças no lar, aos não-brancos, aos níveis mais baixos de educação, à falta de acesso à infra-estrutura, ao desemprego ou ao trabalho informal.

No decorrer do estudo, os pesquisadores consideram que as diversidades existentes entre os contextos rural e urbano justificam a realização de análises separadas para cada uma dessas situações. São então rodadas duas regressões distintas, uma voltada à análise dos dados das zonas rurais e outra baseada em dados de zonas urbanas. Nessa investigação, os fatores educação, acesso a infra-estrutura e setor de atividade destacam-se sobremaneira nas regressões que focalizam as áreas rurais (Menezes-Filho e Vasconcellos, 2004).

Também utilizando a técnica da regressão para analisar realidades de pobreza, coloca-se a iniciativa do “Mapa do Fim da Fome II”. A partir de dados sobre o estado do Rio de Janeiro, o referido trabalho efetua análises de regressão com dados de 91 municípios. Para compor os modelos, considera-se como variável dependente renda familiar *per capita*⁵⁷. Em princípio, tal trabalho tenta explicar a variabilidade da renda familiar *per capita* a partir da inclusão de apenas uma variável independente, o município. Com isso, consegue-se explicar 10,61% da variabilidade da renda da população ($R^2=0,1061$), ou seja, há a indicação de que 10,61% da variabilidade da renda associam-se à diversidade de contextos municipais. Em seguida, são

facilitem a participação das pessoas pobres no processo de crescimento. Dentro dessa série de 14 estudos de casos sobre países, que compreende regiões da África, Ásia, América Latina e Europa Oriental, a investigação realizada por Menezes-Filho e Vasconcellos (2004) encontra-se sob o título de “*A Country Case Study on Brazil*” (Um Estudo de Caso Nacional sobre o Brasil). O conjunto completo de estudos de casos dos países pode ser encontrado nos *websites* das organizações participantes: BMZ (www.bmz.de), DFID (www.dfid.gov.uk), GTZ (www.gtz.de), KfW Development Bank (www.kfw-entwicklungsbank.de/EN/Fachinformationen) e o Banco Mundial (www.worldbank.org).

⁵⁷ Há que se notar que, nessa iniciativa, os pesquisadores buscaram captar os fatores que influenciam a variação da renda de toda a população, e não apenas a distribuição da renda no universo das camadas pobres. Assim, pode-se dizer que o objetivo de estudar os pobres encontra-se diluído, uma vez que os resultados fornecidos não se concentram nos fatores associados à pobreza propriamente, mas se referem às características ligadas à renda da população como um todo. Some-se a isso o fato de que, como se sabe, as camadas mais abastadas da população obtêm parte significativa de suas rendas através de outros fatores que não se mostram relevantes em contextos de pobreza, tais como proventos de aluguéis, investimentos financeiros, heranças, dentre outros. A esse respeito, Medeiros (2003) analisa a realidade brasileira e encontra indicações de que a riqueza se origina, ou ao menos é perpetuada, por políticas de infra-estrutura, de investimento e políticas sociais que não possuem caráter redistributivo. Assim, como os modelos não contemplam tais fatores, é possível que haja uma redução do potencial explicativo da renda *per capita* da população, uma vez que a análise considera pessoas de todos os níveis socioeconômicos.

adicionadas outras variáveis explicativas: tamanho da cidade, nível educacional, idade, sexo e raça do chefe do domicílio. É então construído um novo modelo, que demonstra maior potencial de elucidação do fenômeno, explicando 37,80% da variabilidade da renda familiar *per capita* dos cariocas ($R^2=0,3780$). Em tal análise, as variáveis raça, cidades e tamanho das cidades são as que se mostram mais fortemente associadas à variável dependente (CPS/FGV, 2004).

No âmbito desse mesmo estudo, é desenvolvida uma análise semelhante para a cidade do Rio de Janeiro. De modo análogo ao que acontece para o nível estadual, busca-se inicialmente explicar a variabilidade da renda familiar *per capita* em função apenas das 32 regiões administrativas da cidade. Nesse caso, é explicada uma proporção de 24,45% da variabilidade do fenômeno ($R^2=0,2445$). Quando as características sociais do chefe da família são adicionadas ao modelo, o potencial de explicação aumenta para 43,42% ($R^2=0,4342$), sendo que a raça é a variável que se mostra mais relevante, desfavoravelmente aos negros.

Dentre os esforços investigativos empreendidos no Mapa do Fim da Fome II, os mesmos cálculos ora mencionados são repetidos, tomando-se como base apenas a PIA, pessoas com idades situadas no intervalo de 15 a 65 anos. Os resultados obtidos nessas novas análises não diferem dos anteriores de maneira pronunciada, nem no nível do estado, nem no de sua capital. Para o estado do Rio de Janeiro, as regressões rodadas com a PIA apresentam poder de explicação de 10,74% (modelo que considera os municípios como única variável independente) e de 40,72% (quando são acrescentadas as demais variáveis explicativas). No caso da capital, essas novas regressões apresentam capacidade de explicação de 24,24% e de 45,98% para os modelos com uma e com várias co-variáveis, respectivamente, conforme já mencionado⁵⁸.

A partir da observação dos estudos aqui mencionados, chama atenção a flexibilidade das análises propiciadas pela técnica de regressão. Isso pode ser constatado na medida em que tal procedimento comporta diversas possibilidades de contemplação de uma mesma realidade social. Em termos mais específicos, tal flexibilidade advém do fato de que se podem construir diferentes modelos que tentem explicar uma mesma variável dependente. As distinções entre eles residem na possibilidade de se usarem diferentes quantidades e tipos de variáveis

⁵⁸ Deve-se esclarecer que os coeficientes de determinação (R^2) não são comparáveis entre modelos formados por diferentes variáveis explicativas. Entretanto, a comparação entre os coeficientes de determinação é válida se estiver se tratando de modelos “aninhados” – diz-se que um modelo está “aninhado” em outro quando ele é composto por um subgrupo de co-variáveis presentes naquele outro modelo (Draper e Smith, 1998: 246). Note-se que as comparações entre os R^2 dos distintos modelos calculados pelo Mapa da Fome II foram realizadas dentro dessas circunstâncias.

explicativas. Essa diversidade pode ajudar a acrescentar novas nuances à compreensão do fenômeno estudado.

Pode acontecer ainda que modelos formalmente similares lancem luzes distintas sobre uma mesma realidade sob análise. Isso pode ser feito com base na utilização de dados referentes a subgrupos específicos da população estudada, desde que se tomem os devidos cuidados para que se tenha representatividade amostral⁵⁹. Tal possibilidade pode ser notada nos exemplos mencionados, em que foram construídas regressões separadas com dados urbanos e com dados rurais, ou ainda utilizando-se uma faixa etária específica da população estudada.

Apesar de todas as potencialidades oferecidas pelo método da regressão para a análise de fenômenos sociais, há que se ter cautela com algumas características que lhe são inerentes. Em princípio, pode-se comentar acerca da questão do peso atribuído a cada correlação. Segundo tal procedimento, os valores das relações entre variáveis emergem a partir da análise dos dados, ou seja, não há qualquer forma de atribuição externa, por parte do pesquisador, de pesos às relações estabelecidas no modelo. Assim, a força de cada associação reflete aquilo que é constatado na realidade empírica. Esse aspecto exime a técnica da regressão das discussões sobre a imputação arbitrária de ponderações, uma fragilidade apontada nos métodos anteriormente abordados.

Entretanto, há que se ter cuidado com relação ao viés⁶⁰ que pode ser produzido nas estimativas dos coeficientes de regressão a partir da análise dos dados. Em condições em que se produza um viés de grande magnitude, pode-se concluir erroneamente que uma co-variável exerce um efeito que, em realidade, ela não tem. Na situação oposta, em que se tenha um viés para menos, está-se sujeito à conclusão de que uma co-variável não produz um efeito sobre a variável resposta, quando ele deveria estar sendo indicado. Na linguagem dos cientistas sociais, diz-se que tais conclusões são “espúrias”.

⁵⁹ Essa preocupação emerge do fato de que a constituição de uma amostra baliza-se em parâmetros relativos às variáveis segundo as quais os resultados serão reportados e à população que se quer representar. Por isso, tendo-se uma amostra que foi selecionada de acordo com certos propósitos, não é recomendável retalhá-la sem que se considerem os seus critérios de formação, sob pena de que os resultados obtidos a partir disso percam em validade e precisão. Para maior detalhamento sobre os princípios básicos da amostragem, ver Kish (1995) e McClave, Benson e Sincich (2004).

⁶⁰ Diz-se que uma estimativa é “viesada” quando o seu valor se afasta sistematicamente da magnitude que, de fato, deveria assumir. A presença de um viés na estimação de um coeficiente faz com que o valor calculado seja maior ou menor do que sua magnitude “real”, de forma que se pode estar superestimando ou subestimando uma característica do objeto estudado.

Com isso, observa-se que, apesar de a técnica de regressão eliminar a preocupação sobre a arbitrariedade da atribuição de pesos, ela comporta a possibilidade de produzir estimativas viesadas. Usualmente, esse problema é contornado com base na seleção criteriosa das variáveis que entrarão no modelo. Isso se deve ao fato de que o viés é gerado pela omissão das chamadas “variáveis-controle”, aquelas que têm efeito sobre a variável dependente e que, ao mesmo tempo, estão correlacionadas com as demais co-variáveis. Por causa desses dois tipos de associação, a ausência das variáveis-controle pode induzir a produção de vieses nas estimativas da regressão⁶¹.

Como se vê, a elaboração de um modelo de regressão depende da escolha adequada das variáveis que o compõem. É importante que se incluam as variáveis-controle e aquelas que, por indicações teóricas, têm efeito sobre a variável dependente. Essa questão evoca a discussão sobre os conceitos e dimensões a serem contemplados pelo modelo. Da mesma forma como se discutiu nos métodos anteriormente abordados, é necessário que se considerem aspectos substantivamente relevantes para a análise do fenômeno estudado. Para tanto, deve-se ter uma compreensão sobre as relações entre os conceitos que irão participar da análise (Howell, 2002: 563).

Contudo, no âmbito da técnica da regressão, esse procedimento pode não ser suficiente para que se construa um modelo adequado. A complexidade dos fenômenos estudados pode incluir situações em que existam variáveis que mediem os efeitos de outras. Esses casos referem-se à existência de variáveis que exercem seus impactos de forma indireta, o que, muitas vezes, pode ser indicado pela teoria. Assim, se as mediadoras forem incluídas em um modelo de regressão, o efeito que deveria ser atribuído àquela que é mediada pode desaparecer. Em outras palavras, os resultados do modelo induziriam à conclusão de que uma determinada variável não exerce efeito sobre a dependente, quando, na verdade, o seu impacto de natureza indireta estaria sendo manifestado pela variável mediadora ou interveniente. Esse problema decorre do fato de que ambas são postas em condições semelhantes no modelo de regressão: as duas são igualmente consideradas como variáveis independentes. Como se vê, tal método apresenta limitações para lidar com situações como essa.

Uma outra questão inerente à regressão múltipla refere-se às relações existentes entre as co-variáveis que compõem um modelo. Ao se inserirem diversas variáveis explicativas, tem-

⁶¹ Uma breve explicação sobre o processo da produção de vieses por causa da exclusão de variáveis-controle pode ser dada da seguinte forma: uma vez que a variável-controle associa-se simultaneamente a uma co-variável e à variável-resposta, a sua ausência no modelo pode fazer com que o seu efeito sobre a variável-resposta manifeste-se através daquela outra co-variável, a qual passa a ter o coeficiente viesado.

se a intenção de que cada uma delas traga alguma contribuição para a explicação do fenômeno estudado. Isso significa que é desejável que co-variáveis sejam relativamente independentes entre si. Caso contrário, se duas co-variáveis forem altamente correlacionadas, não se estará acrescentando mais luzes à compreensão da situação estudada; sob tais circunstâncias, bastaria incluir apenas uma delas (Howell, 2002: 563). O problema é que, quando há muitas variáveis envolvidas no fenômeno, as altas correlações podem não ser aparentes de forma imediata e acabam sendo incluídas no modelo.

A questão da alta correlação entre variáveis independentes é denominado de “multicolinearidade”. Além de trazerem informações redundantes à análise, multicolinearidade cria complicações à estabilidade do modelo e à precisão das estimativas dos coeficientes. Isso decorre do fato de que altas correlações entre co-variáveis aumentam o valor do erro-padrão dos coeficientes⁶².

Conforme já se colocou, quanto mais alto o erro-padrão de um coeficiente, maior será a flutuação do seu valor estimado e, conseqüentemente, menos confiança pode-se ter em uma tal estimativa. Por isso, é provável que as estimativas dos coeficientes não se mostrem significantes, o que pode conduzir à conclusão de que as co-variáveis não possuem efeito sobre a variável-resposta, quando, em realidade, tal efeito pode existir e ser relevante. Por todos esses motivos, é desejável que se eliminem variáveis do modelo que sejam altamente correlacionadas entre si (Howell, 2002: 564).

As questões ora mencionadas – a dizer, a necessidade de inserção de variáveis-controle, a existência de efeitos indiretos e a multicolinearidade – são aspectos que se ligam à estrutura das relações existentes entre as variáveis inseridas em um modelo. Como se pode notar a partir das considerações feitas até aqui, no âmbito da técnica da regressão, tais questões constituem-se em problemas a serem enfrentados no decorrer do processo de construção dos modelos e podem comprometer os resultados produzidos. Por apresentar tais dificuldades, pode-se dizer que o método da regressão possui baixo potencial de lidar com a estrutura das inter-relações existentes entre as variáveis envolvidas em um fenômeno.

⁶² Como já se explicitou, para estimar a associação entre uma co-variável e a variável dependente, a técnica da regressão assume que as demais co-variáveis são mantidas constantes, controladas. Se há alta correlação entre co-variáveis, não é isso o que acontece: em vez de permanecerem inalteradas, elas também variam. Assim, há um desencontro entre a assunção metodológica e o que, de fato, ocorre com os dados empíricos. Devido a essa falta de correspondência entre os pressupostos do método e o comportamento dos dados, não são calculadas estimativas precisas e estáveis do efeito exercido por cada co-variável sobre a variável dependente. Essa falta de precisão e estabilidade reflete-se na elevação do valor do erro-padrão.

Nesse sentido, as limitações são mais acentuadas quando se trata das associações existentes entre as variáveis explicativas. Tal método examina as relações entre cada uma das variáveis independentes e a dependente, mas não se debruça sobre a natureza das associações que se estabelecem entre as co-variáveis. Sua proposta é isolar a influência direta exercida por cada uma delas, controlando para as demais, mas não se intenta capturar a forma como elas se articulam. No esquema da figura 4.3, encontra-se uma ilustração da estrutura de relações entre as variáveis, assumida pela modelagem da regressão.

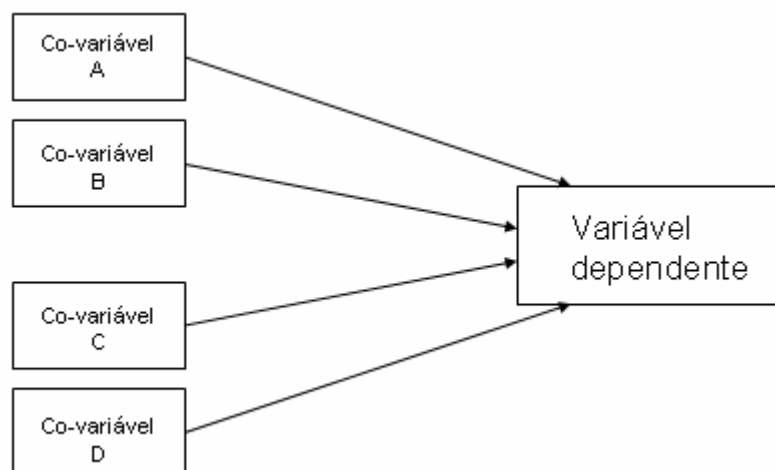


Figura 4.3. Estrutura das relações entre variáveis, assumida pela análise de regressão

Conforme mencionado, o problema reside no fato de que o procedimento da regressão consiste em incluir todos os aspectos na condição indistinta de co-variáveis, a despeito da posição que eles ocupam na estrutura das relações que conformam um fenômeno social. Nota-se então que, por não ter capacidade de refletir a articulação dos fatores envolvidos em um fenômeno complexo, o método da regressão possui baixo potencial de análise relacional de uma situação social.

Há que se comentar ainda sobre um aspecto relativo à questão da agregação de dados. Diferentemente das metodologias recém abordadas, a análise de regressão baseia-se na utilização de microdados, aqueles que apresentam a informação em seu mais baixo nível de desagregação. A vantagem dessa característica é ela faz da regressão um procedimento sensível às distribuições dos dados. O comportamento de cada variável é considerado na análise, de forma que os já referidos inconvenientes advindos do procedimento de agregação não se apresentam nos resultados fornecidos pela análise de regressão.

Embora não seja intrínseco à técnica da regressão, o procedimento da agregação pode ser encontrado em diversos modelos desse tipo. Alguns fatores confluem para que isso aconteça. Primeiramente, sabe-se que os problemas sociais caracterizam-se por serem complexos e

multidimensionais; muitas vezes, não existe uma única variável observável que represente adequadamente um conceito social que se queira estudar. A metodologia da regressão, por seu turno, admite que se inclua apenas uma variável dependente na construção de cada modelo. Dessa forma, é usual a prática de se criarem “compósitos”, que são medidas únicas que representam um conceito multidimensional. A idéia é que o compósito agregue em si uma gama de variáveis distintas, que se relacionam a um único conceito a ser incluído na análise. Assim, a criação de um compósito acontece por meio de procedimentos de cálculo que aglutinam as informações relativas a cada aspecto que compõe aquele conceito, à semelhança do que ocorre com a elaboração dos índices sintéticos. Em geral, os compósitos são feitos com a intenção de serem incluídos nas modelagens estatísticas, recebendo o mesmo tipo de tratamento dado às variáveis observáveis.

Por ser de natureza semelhante à do indicador sintético, tal procedimento traz à análise os já comentados problemas inerentes àqueles índices. Uma vez que um compósito tende a ser calculado como a média de diversas variáveis, pode-se falar em problemas ligados à opacidade presente nessa medida, à falta de precisão e mesmo à distorção de estimativas finais geradas pelo modelo. Como uma tentativa expandir as possibilidades de inclusão de conceitos sociais complexos na análise, os compósitos podem também ser encontrados nos lugares das variáveis independentes, apresentando os mesmos tipos de problemas.

Uma outra instância em que se pode encontrar o procedimento de agregação de dados em análises de regressão refere-se à agregação de dados por área, quando se está tratando de variáveis próprias dos indivíduos. Nesses casos, em vez de as regressões serem calculadas com informações individuais, são utilizadas as médias referentes a uma área, como um bairro, uma cidade, etc. Conforme já discutido, o processo de agregação de dados sempre implica a perda de detalhamento das informações, particularmente no que se refere à forma de distribuição dos dados. No caso da análise de regressão, quando se intenta reportar resultados referentes a variáveis próprias do nível do indivíduo e não do das áreas, essa perda de informações pode gerar distorções nos coeficientes de correlação entre variáveis. Trata-se do problema denominado “falácia ecológica”, que se caracteriza por aumentar o valor das correlações calculadas e por diminuir as flutuações estatísticas. Assim, por causa da falácia ecológica, apresentam-se conclusões impróprias para o nível individual, em decorrência do fato de que os cálculos foram feitos com dados agregados por área (Dias et al, 2002: 93). Apesar de não ser recomendável, algumas análises de regressão são realizadas com base em dados agregados por área.

4.2.4 As metodologias tradicionais e as características desejáveis para o estudo relacional da pobreza

As três metodologias expostas até aqui são as mais recorrentes nos estudos de pobreza. Elas caracterizam-se por abarcarem um número de fatores envolvidos no fenômeno, na tentativa de refletirem a multidimensionalidade inerente a essa questão social. Os resultados gerados por cada uma delas apresentam potencialidades próprias, que ajudam a compreender o fenômeno sob determinados pontos de vista. Entretanto, conforme foi abordado, tais técnicas apresentam também limitações analíticas para o estudo relacional da pobreza. Para aprofundar esse ponto de vista, a presente seção confronta as três técnicas com aqueles atributos que capacitam um método a apreender, no estágio da análise dos dados empíricos, o caráter relacional e complexo do objeto social. Já tendo sido discutidos no início deste capítulo, tais propriedades desejáveis podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1) É necessário *superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à pobreza*, seguindo em busca da apreensão da articulação entre as múltiplas facetas que conferem a complexidade ao fenômeno estudado.
- 2) Deve ser possível *estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema*, tais como antecipadas na teoria. Isso inclui a contemplação não só das relações entre os fatores socioeconômicos e as medidas de pobreza, mas também da forma como aqueles fatores se articulam entre si. Com isso, abre-se espaço para se possam analisar os efeitos diretos e indiretos de cada fator sobre as condições de vida dos indivíduos.
- 3) É desejável que se possa *ter uma representação gráfica do fenômeno*. Tal representação consiste em um diagrama que fornece uma visão pictórica das relações ou “linhas de força” que conectam os diversos elementos que compõem o fenômeno. A intenção é que uma representação dessa natureza venha a dar uma visão conjunta do objeto estudado, de modo a ajudar a compreensão do seu caráter relacional.
- 4) É importante que o método ajude a *determinar que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas*, com base em indicações das realidades empíricas.
- 5) Deve-se poder também *valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente*. Conhecimentos dessa natureza podem ajudar a compreender como a

pobreza se distribui entre aqueles por ela atingidos, permitindo também a realização de comparações entre as condições de vida dos próprios pobres.

- 6) É desejável que a metodologia apresente a habilidade de *explicar a variabilidade do fenômeno*. Em termos menos técnicos, pode-se dizer que esse tipo de conhecimento informa o potencial de explicação do fenômeno da pobreza, por parte de um conjunto de fatores considerados em um estudo. Ou ainda: tal habilidade refere-se ao poder de se determinar qual proporção da variação das condições de vida das pessoas pobres está associada aos fatores incluídos na análise, quanto tomados conjuntamente.
- 7) Um método deve poder *incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável*. Como se sabe, uma das dificuldades com que lida o pesquisador sobre pobreza é a existência de ligações desse fenômeno com outros processos sociais abstratos, não passíveis de mensuração através de variáveis diretamente observáveis. Assim, é desejável que um método propicie que tais processos complexos e abstratos sejam inseridos na análise de forma adequada.
- 8) Por fim, é importante que uma metodologia seja capaz de *avaliar os erros de mensuração das variáveis*, para que os resultados produzidos sejam mais confiáveis. A idéia é que a confiabilidade das variáveis possa ser levada em consideração durante os cálculos, de forma que se possam minorar as distorções exercidas por tais erros nos resultados finais das análises.

No que concerne à *capacidade de superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à pobreza*, pode-se dizer que os índices sintéticos e os sistemas de indicadores sociais não satisfazem a esse atributo, uma vez que estão calcados na agregação de dados. Um problema inicial a ser resgatado é que, por consistirem em valores agregados dos aspectos socioeconômicos pesquisados, os resultados oferecidos por tais métodos são números ou coeficientes derivados de processos de contagem ou de algum outro tipo de quantificação. Essas quantificações são vistas como insuficientes para o estudo relacional da pobreza, devendo ser apenas um estágio inicial das pesquisas. A idéia é que as investigações prossigam rumo a um entendimento mais profundo do fenômeno estudado, fornecendo conhecimentos sobre a identificação dos fatores que afetam a probabilidade das pessoas viverem em situações de carências e sobre a intensidade da influência de cada um desses fatores. Da mesma forma, a partir da pressuposição de que existem realidades heterogêneas de privações dentro da parcela desfavorecida da população, são valorizados saberes relativos à forma como os graus de pobreza se distribuem nessas camadas. Como tais propósitos

análíticos não podem ser atingidos por meio de agregação de dados, os índices sintéticos e os sistemas de indicadores sociais são de pouca contribuição para que se obtenha esses tipos de conhecimento.

A técnica da regressão comporta-se de maneira diferente em relação a esse atributo da quantificação. Ela não se limita a oferecer como resultado um índice que sumarie aspectos da pobreza, mas calcula suas estimativas segundo procedimentos sensíveis à distribuição dos dados. Com isso, geram-se coeficientes que expressam a maneira como as condições de privações variam dentro da camada desfavorecida da população, segundo as características socioeconômicas escolhidas para compor o estudo.

Tal potencialidade da regressão remete à discussão sobre a segunda propriedade desejável em um método relacional, qual seja: a *capacidade de estabelecer relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema*. No método da análise de regressão, o estabelecimento de relações entre variáveis se dá apenas parcialmente, pois cada uma das co-variáveis associa-se à variável dependente de forma isolada. Conforme discutido anteriormente, os modelos de regressão possuem uma estrutura única (vide figura 4.3), comum a todos eles, independentemente de quais sejam suas variáveis constituintes ou da estrutura do fenômeno que queiram representar. Tal disposição de elementos evidencia justamente uma das limitações inerente à regressão, qual seja: não contemplar as interligações de todos fatores. É a partir da análise de tais interligações que emerge a possibilidade de se conhecerem os efeitos que cada variável incluída na análise exerce sobre as condições de vida, tanto direta como indiretamente. Como a análise de regressão se constrói a partir da imposição de uma estrutura rígida sobre os elementos que compõem o estudo, não há espaço para que a configuração das relações entre os diversos fatores associados à pobreza venha a ser considerada na análise dos dados. Assim, não existe a possibilidade de que a complexidade advinda da articulação daqueles fatores venha a ser incorporada num modelo dessa natureza. Tais constatações permitem afirmar que essa técnica não espelha, na etapa de investigação dos dados empíricos, o sistema de proposições teóricas que serve de guia a uma investigação sobre a pobreza.

No caso dos indicadores sintéticos, o seu procedimento de construção tampouco parte do princípio de que as relações estruturais entre fatores envolvidos no fenômeno, tais como postuladas pela teoria, devem ser refletidas na própria organização do indicador. Por isso, as facetas do fenômeno são dispostas de forma indistinta dentro de sua estrutura; um indicador sintético aglutina todos os elementos como se eles fossem de natureza semelhante. Ou seja, desconsidera-se o fato de que podem estar sendo tratados aspectos relativos à mensuração da pobreza em si (como a renda e o acesso a serviços públicos) ou à mensuração de fatores

associados (como educação, saúde, emprego)⁶³. Não há espaço, portanto, para que essa metodologia venha a refletir um sistema de proposições teóricas que descreva a estrutura complexa produzida pela articulação dos diversos fatores envolvidos no fenômeno estudado.

Por fim, a metodologia dos sistemas de indicadores sociais também recebe críticas nessa direção. Como visto, tais sistemas oferecem dificuldade de interpretação de objetos sociais complexos, uma vez que apresentam seus resultados de forma bastante fragmentada. Além de complicar a análise, a desconexão entre os vários indicadores expostos nas tabelas faz com que tal metodologia tenha um baixo potencial de abordagem relacional do objeto social estudado, uma vez que é capaz de oferecer apenas uma visão parcial das articulações existentes na realidade social sob estudo. Um outro ponto que reforça a noção de que essa metodologia possui pouca capacidade de apreensão relacional do fenômeno é que, ainda que se realizem cruzamentos entre variáveis, os sistemas de indicadores sociais nada afirmam acerca das significâncias estatísticas das relações entre as mesmas. Por isso, não se podem fazer inferências sobre a existência daquelas ligações na população estudada.

Diante do exposto, nota-se que nenhum dos três métodos tradicionais tem a potencialidade de *representar graficamente o objeto social estudado*. Quanto a esse terceiro atributo, os indicadores sintéticos caracterizam-se pela opacidade dos seus resultados. Os estudos que se baseiam apenas em índices dessa natureza não propiciam uma perspectiva geral das ligações existentes entre “privações” (representadas por indicadores de condições de vida) e outros indicadores socioeconômicos, assim como não fornecem uma visão sobre as relações mútuas entre esses indicadores socioeconômicos.

No caso dos sistemas de indicadores sociais e da análise de regressão, tais representações pictóricas são também inviabilizadas. Em se tratando dos sistemas de indicadores, a excessiva fragmentação com que os resultados são apresentados acaba por impedir a construção de uma representação gráfica da forma como se conectam os fatores associados à pobreza. A análise de regressão, por sua vez, ao assumir uma estrutura única de relações entre fatores, tampouco abre espaço para que venha a emergir um diagrama sobre a articulação dos fatores.

Entre os atributos desejáveis em um método de análise relacional, o quarto e o quinto acima enumerados referem-se respectivamente à *capacidade de determinar os fatores mais influentes nas condições vida* e à *de valorar a intensidade de tais influências de forma direta*

⁶³ Essa mesma crítica referente ao fato de que não se levam em conta questões substantivas, relativas à forma como os fatores se estruturam dentro do processo estudado, é colocada em termos metodológicos por Jannuzzi (2001: 22): a aglutinação de fatores em um índice sintético não discrimina um “fator-insumo”, de um “fator-processo” ou “fator-produto”.

e indireta. Pode-se dizer que os índices sintéticos e os sistemas de indicadores sociais não correspondem a tais características. Nesses procedimentos, o pesquisador inclui nas análises os fatores que considera relevantes. Como não se abre a possibilidade de que a determinação dos fatores mais influentes sejam buscados nas próprias informações empíricas, não se tem como valorar, a partir da análise dos dados, quais as intensidades exercidas por cada fator sobre as condições de vida da população. Deve-se ressaltar a possibilidade de que, no caso dos índices sintéticos, sejam atribuídas ponderações distintas a cada um dos fatores como uma tentativa de reconhecer as diferentes relevâncias assumidas por cada elemento dentro do processo estudado. Entretanto, como já se disse, essa não é uma solução satisfatória, pois envolve uma dose de arbitrariedade, constituindo-se ainda em alvo de controvérsias. A análise de regressão, a seu turno, pode ser considerada em conformidade com o quarto e o quinto atributos desejáveis, uma vez que é possível, a partir do tratamento dos dados, determinar as associações entre variáveis e suas intensidades (ainda que essa metodologia só valere as influências diretas que cada fator exerce sobre as condições de vida).

O método da regressão também se apresenta em conformidade com o sexto atributo: *a habilidade de se explicar uma percentagem da variabilidade do fenômeno*, o qual costuma ser denotado, no âmbito das investigações empíricas, através da renda ou de outros indicadores das condições de vida. Cabe notar que os procedimentos metodológicos capazes de fornecer tal explicação são aqueles que estabelecem associações entre as medidas de pobreza e os demais indicadores socioeconômicos dos indivíduos, como é o caso desse método⁶⁴. No entanto, como esse mesmo atributo não é oferecido pelos índices sintéticos nem pelos sistemas de indicadores sociais, trabalhos calcados nessas duas outras metodologias não colaboram para a explicação da variabilidade do fenômeno.

A intenção de que se realizem estudos relacionais sobre o fenômeno da pobreza evoca ainda a necessidade de que uma dada metodologia *inclua conceitos complexos e abstratos de forma estável*. No caso de um indicador sintético, esse é o seu principal propósito: representar um conceito abstrato e multidimensional sob a forma de um só índice. Entretanto, muitas

⁶⁴ Em linhas gerais, a habilidade de explicar uma proporção da variabilidade da variável-resposta advém do estabelecimento de correlações entre essa variável e as variáveis independentes. No caso da regressão múltipla, é calculado o “coeficiente de correlação múltipla” (R), que denota a predição da variável-resposta pelo conjunto de todas as co-variáveis, simultaneamente. De fato, R é definido como a correlação entre o valor *observado* da variável-resposta (o dado empírico) e a melhor combinação linear de co-variáveis. Isso equivale a dizer que esse coeficiente indica a correlação entre o valor *observado* da variável-resposta e o valor predito pela equação da regressão, a partir daquele conjunto de variáveis independentes. Sendo assim, ao se elevar o valor de R ao quadrado, tem-se R², o coeficiente de determinação, que indica a percentagem da variabilidade do fenômeno que é explicada por aquele conjunto de co-variáveis (Howell, 2002: 546).

vezes, a elaboração de um indicador sintético não se sustenta em procedimentos que contribuam para a sua estabilidade, tais como a realização de testes empíricos que endossem as dimensões escolhidas para compô-lo. Em geral, tais índices são elaborados a partir da incorporação de dimensões que são consideradas relevantes pelo pesquisador, processo apoiado em lastros teóricos, mas que muitas vezes não conta com uma etapa de reafirmação por parte dos dados empíricos. Dessa forma, abre-se a possibilidade de que sejam construídos índices instáveis, já que se constituem segundo um arcabouço conceitual que pode não encontrar correspondência nas tendências delineadas pelos dados empíricos referentes a certos contextos. Por outro lado, tentativas de contornar essa fragilidade podem fazer com que o índice sintético venha a ser formado por facetas altamente correlacionadas do fenômeno – o que as torna redundantes, de modo que pouco da sua multidimensionalidade seja incorporada à análise.

Os sistemas de indicadores sociais, por sua vez, não propiciam uma maneira fácil de comunicar e interpretar conceitos complexos na análise. Para representar tais conceitos abstratos e multifacetados, esses sistemas apresentam os resultados referentes aos vários aspectos envolvidos no fenômeno de forma decomposta. Assim, devido a sua própria natureza fragmentária, essa metodologia dificulta a visão de conjunto da complexidade que marca o fenômeno estudado.

Nos modelos de regressão, os conceitos complexos e abstratos costumam ser admitidos sob a forma de compósitos. A inclusão de compósitos pode trazer alguns fatores complicadores à análise. Os problemas incluem questões como a alteração das informações iniciais através do cálculo de médias, as mudanças causadas na forma de distribuição dos dados e os impactos que tais modificações provocam nas estimativas finais do modelo. Há também os problemas ligados à estabilidade do índice criado para representar um conceito complexo; nesse sentido, os comentários feitos sobre o equilíbrio dos indicadores sintéticos também se aplicam à criação de compósitos.

Por último, cabe comentar como os métodos tradicionais posicionam-se em relação à capacidade de *avaliar erros de mensuração*. Pode-se dizer que os resultados das metodologias tradicionais são permeados pelas complicações geradas por erros de mensuração: as estimativas produzidas estão sujeitas a distorções, uma vez que nenhum desses métodos oferece a possibilidade de avaliar a magnitude desses componentes aleatórios, nem de ajustar os seus cálculos em função da confiabilidade dos dados.

No contexto específico das análises de regressão, os erros de mensuração provocam um tipo de problema nas estimativas dos coeficientes. Trata-se da “atenuação dos coeficientes”. O

problema caracteriza-se pelo fato de que o valor da correlação entre duas variáveis tende a diminuir, na medida em que as variáveis que lhe deram origem são menos confiáveis, ou seja, estão mais imbuídas de erro (Kline, 1998: 26). A causa de tal redução no valor dos coeficientes é que, conforme já colocado, os procedimentos estatísticos incluem nos cálculos tanto a parcela “verdadeira” da informação social, como os erros de mensuração. A incorporação da parte aleatória da medida faz com que o comportamento da informação “verdadeira” apresente uma tendência menos definida do que ela teria, se fossem expurgados tais erros. Com isso, as correlações calculadas tendem a ser mais fracas e, por conseguinte, os coeficientes de regressão tendem a ser menores do que o que eles realmente são.

Métodos Tradicionais Atributos desejáveis	Indicadores Sintéticos	Sistemas de Indicadores Sociais	Análise de Regressão
Superar os limites da simples quantificação	Trabalha no estágio da quantificação, gerando resultados agregados	Trabalha no estágio da quantificação, gerando resultados agregados	Não quantifica; trabalha de forma sensível à distribuição dos dados
Estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema	Não estabelece	Permite a realização de poucos cruzamentos; ainda assim, não estabelece relações	Estabelece parcialmente (apenas entre as co-variáveis e as variáveis dependentes)
Oferecer uma representação gráfica do fenômeno	Não oferece (não leva em consideração a estrutura do fenômeno)	Não oferece (trabalha com visões parciais do fenômeno)	Não oferece (trabalha com uma única forma estrutural de relações)
Determinar que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas	Não determina (inclui fatores considerados relevantes pelo pesquisador)	Não determina (abrange fatores considerados relevantes pelo pesquisador; não estabelece relações)	Determina (associações entre fatores emergem dos dados)
Valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente	Não valora (imposição externa de ponderações)	Não valora	Valora (intensidade de cada associação emerge dos dados)
Explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno	Não explica	Não explica	Explica (indica a proporção explicada pelo conjunto de fatores considerados)
Incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável	Inclui (mas pode haver fragilidades, devido ao grau de arbitrariedade envolvido na construção do indicador)	Não inclui (informação fragmentada)	Pode incluir (através de compósitos, sujeitos aos mesmos problemas dos indicadores sintéticos)
Avaliar os erros de mensuração das variáveis	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)	Não avalia (não ajusta resultados em função de uma estimativa de confiabilidade dos dados)

Tabela 4.1. Comparação entre os métodos tradicionais de análise da pobreza e características desejáveis em método de análise relacional

Assim, observa-se que as metodologias tradicionais de análise da pobreza têm capacidades variadas de apreender a complexidade do fenômeno, sendo que nenhuma delas apresenta-se

plenamente satisfatória para dar conta dessa tarefa. Cada uma delas reflete, de forma parcial, o caráter multidimensional e complexo do fenômeno.

Para retratar essa discussão de forma resumida, elaborou-se o quadro comparativo apresentado na tabela 4.1. Resumindo os principais pontos que foram desenvolvidos até aqui, ele aponta a forma como cada uma das metodologias ora abordadas se posiciona em relação às propriedades desejáveis em um método de análise da pobreza. A partir disso, pode-se ter uma idéia dos limites e potencialidades de que cada metodologia dispõe para refletir a construção relacional dessa questão social na etapa de análise de dados empíricos.

4.3 A MEE como método para a análise relacional da pobreza

Nesse ponto da discussão, há que se apresentar um método de análise de dados que se mostre capaz de refletir o caráter multidimensional e complexo da pobreza. De acordo com a argumentação que vem sendo desenvolvida até aqui, pode-se dizer que uma metodologia possui o potencial de apreender a natureza relacional dessa questão social se ela dispõe das propriedades já enumeradas, tidas como desejáveis em um método de investigação empírica do fenômeno.

Sob essa ótica, a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) coloca-se como uma metodologia adequada ao estudo relacional da pobreza, como se verá ao longo desta discussão. Tal técnica é relativamente nova, tendo surgido na década de 1960 como resultado da evolução da modelagem de multi-equações, desenvolvida principalmente nos campos da Psicologia, da Econometria e da Sociologia. Dentro do panorama evolutivo dos métodos quantitativos de pesquisa, pode-se dizer que as raízes da MEE remontam ao ano de 1918, quando o geneticista Sewall Wright apresentou um trabalho seminal sobre a técnica da Análise de Trajetórias, a qual só veio a ser exposta formalmente em uma série de artigos que datam do começo dos anos 1920 (Duncan, 1971: 116).

A análise de trajetórias caracteriza-se por abordar os problemas de dependência entre variáveis, típicos da regressão. Contudo, ela dá um passo adiante, pois envolve duas ou mais equações de regressão na modelagem do fenômeno estudado. Por isso, tal método delinea problemas de regressão através de um “diagrama de trajetórias”, que representa as associações entre variáveis observáveis, estimando-lhes os coeficientes (Turner e Stevens, 1971: 75). Com o passar do tempo, essas propriedades foram sendo aprofundadas e refinadas, o que veio a dar origem à MEE.

Em linhas gerais, a MEE caracteriza-se pela sua capacidade de especificar, estimar e testar relações hipotéticas entre um grupo de variáveis. Comporta também a inclusão de conceitos sociais abstratos sob a forma de construtos ou variáveis latentes (elaborados com base em variáveis observáveis que lhes servem de indicadores), que podem ser correlacionados entre si (Kline, 1998; Bentler e Wu, 2002). Uma outra feição dessa metodologia é que tais modelos são lineares, uma vez que as relações entre todas as variáveis, latentes ou observáveis, podem ser representadas por equações estruturais lineares ou podem ser assim transformadas (Bollen, 1989: 3). Além disso, propicia que as correlações entre variáveis e construtos sejam traduzidas sob a forma de um diagrama, ou seja, as relações que conformam o modelo são dispostas de modo gráfico ou pictórico, o que possibilita uma representação mais clara da teoria estudada (Kaplan, 2000: 4)⁶⁵. Kline (1998: 47-48) entende que essa representação pictórica assume centralidade no âmbito da MEE. O autor argumenta que, como essa técnica é usualmente aplicada à análise de fenômenos complexos e intrincados, tais diagramas mostram-se como dispositivos eficientes para ilustrar as diversas relações simultâneas estabelecidas entre as variáveis, além de sumarizarem os resultados das análises⁶⁶.

Da mesma maneira como procedem outras técnicas de análise quantitativa multivariada, a referida metodologia consiste em testar a plausibilidade de um modelo construído com base em uma teoria que sustenta o fenômeno estudado. Esse procedimento é usual a diversas técnicas tradicionais, tais como Análise Fatorial e Análise de Regressão⁶⁷. A diferença entre esses procedimentos clássicos e a MEE é que aqueles se caracterizam por contemplar múltiplas variáveis independentes, mas só admitir uma única relação entre as variáveis dependentes e independentes. A MEE, por sua vez, ultrapassa essa restrição, permitindo que se apreciem diversas relações possíveis entre variáveis e construtos, sejam eles dependentes ou independentes (Kline, 1998).

Em outras palavras, no âmbito da MEE, é possível que se analisem várias relações de dependência entre variáveis, incluindo a possibilidade de que uma variável dependente em uma equação seja independente em outra. Essa situação é ilustrada pela figura 4.4, que mostra o construto C exercendo o papel de variável independente na determinação de D, ao mesmo

⁶⁵ Em um diagrama de MEE, existe a convenção de se denotar os construtos ou variáveis latentes por meio de “balões”. As variáveis observáveis são indicadas graficamente por quadrados.

⁶⁶ Na MEE, há duas formas equivalentes de se denotarem as relações entre as variáveis: elas podem ser representadas através do diagrama e do sistema de equações estruturais.

⁶⁷ Muitos procedimentos estatísticos podem ser vistos como casos particulares da MEE. Dentre eles, pode-se citar a análise de regressão, a análise de trajetórias, a correlação canônica, a análise fatorial e a ANOVA (Kline, 1998: 8).

tempo em que aparece como variável dependente em outra equação, em que é função de A, B e E⁶⁸. Tendo em vista o posicionamento relativo que cada variável assume no modelo, cabe esclarecer que A, B e E são chamadas de variáveis “exógenas”, uma vez que não existem outras que exerçam efeito sobre elas; analogamente, C e D são tidas como “endógenas”, pois ambas recebem a influência de outras variáveis presentes no modelo.

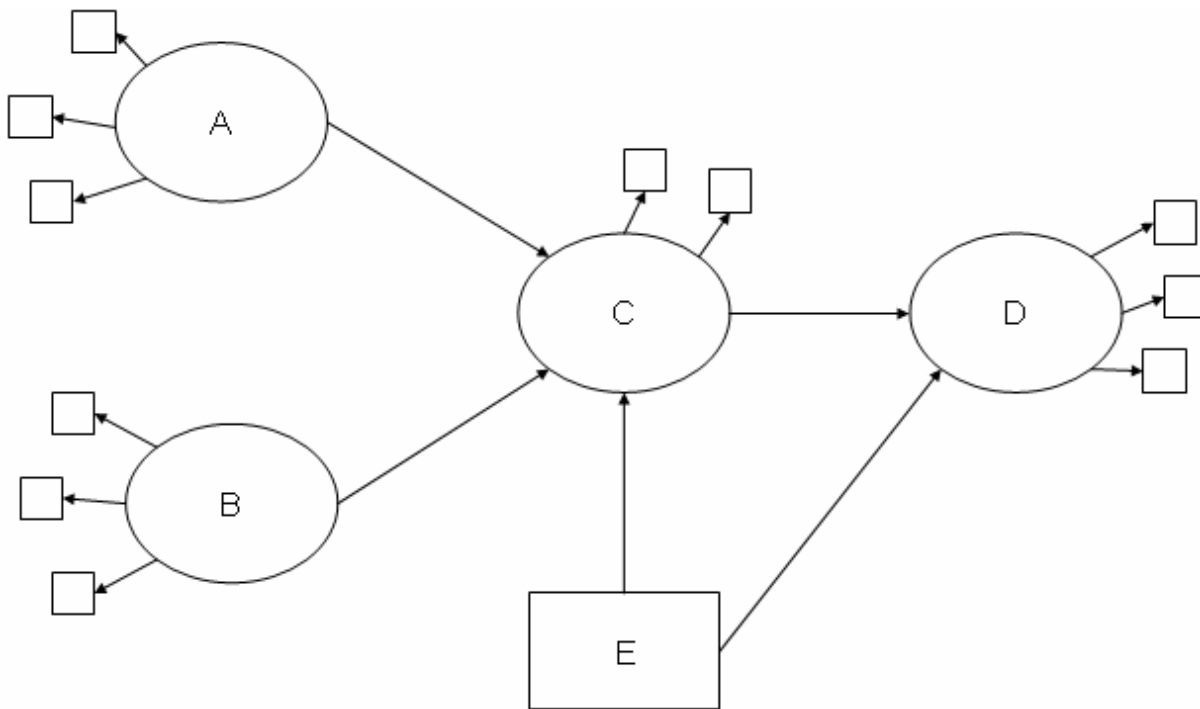


Figura 4.4. Esquema ilustrativo sobre relações estabelecidas em um Modelo de Equações Estruturais

A possibilidade de que as variáveis sejam dispostas de modo intrincado dentro do modelo abre espaço para que se possam distinguir e estimar os efeitos diretos, indiretos e totais que uma variável pode exercer sobre a outra (Bollen, 1989: 5; Kaplan, 2000: 4). Como se pode notar na figura 4.4, a variável E exerce efeito sobre D diretamente e também indiretamente, através de C. Por isso, sua influência total sobre D é dada pela soma dessas duas parcelas.

A partir desse exemplo, pode-se observar que a MEE representa um avanço em relação ao método da regressão: ela expande as possibilidades de análise de uma questão social, uma vez que oferece maior flexibilidade de representação das estruturas existentes entre os fatores envolvidos em um fenômeno. Por permitir que se calculem as correlações entre os diversos fatores que participam do modelo, a MEE contorna o problema da multicolinearidade. Além

⁶⁸ Observe-se que a notação usada na referida figura designa que as variáveis A, B, C e D são latentes, sendo E uma observável. Deve-se esclarecer também que os quadrados pequenos representam as variáveis observáveis a partir das quais são construídas as latentes, que se caracterizam por serem não diretamente mensuráveis. As relações de dependência entre as variáveis podem ser expressas ainda pelas funções matemáticas $D = f(C, E)$ e $C = f(A, B, E)$.

disso, com a possibilidade de se discernir efeitos diretos e indiretos, supera-se aquela limitação inerente à análise de regressão, referente aos problemas gerados pela inclusão de variáveis mediadoras ou intervenientes na modelagem.

Devido a tais potencialidades, a MEE permite que a articulação entre os diversos fatores associados à pobreza, tal como discutida pela teoria, seja traduzida na forma de um modelo empírico, que pode ser estatisticamente estimado e testado. Assim, essa técnica de análise multivariada é capaz de identificar quais são os fatores mais imediatamente ligados a situações de carências e privações, de oferecer uma visão da forma como eles se inter-relacionam e de calcular o peso de cada um na determinação das condições de pobreza. Nesse sentido, o método também apresenta a potencialidade de evitar que, durante a análise, as diferentes dimensões associadas ao fenômeno se confundam com os indicadores da pobreza propriamente dita, tal como alertou Mestrum (2002: 37) em sua discussão sobre a complexidade inerente à abordagem multidimensional dessa questão social.

Dentro de uma perspectiva mais técnica, pode-se dizer que a MEE é um método de modelagem estatística mais abrangente, que pode ser visto como a combinação da análise fatorial⁶⁹ com a análise de regressão. As principais potencialidades oferecidas por tal método decorrem dessa combinação: a possibilidade de inclusão de conceitos abstratos na modelagem através da síntese conceitual da variável latente; e o estabelecimento de relações estruturais entre os construtos teóricos (Bollen, 1989: 4).

De fato, um dos motivos que faz a MEE ser particularmente adequada aos estudos sociais é que muitas teorias e modelos elaborados nessa área do conhecimento baseiam-se em conceitos teóricos abstratos. Como já se disse, tais conceitos não podem ser diretamente observados, não sendo passíveis de mensuração. Suas inserções em modelagens estatísticas se dão através dos chamados “construtos” ou “variáveis latentes”, elaborados a partir da utilização de variáveis observáveis, que funcionam como indicadores daqueles conceitos

⁶⁹ A análise fatorial é um tipo de procedimento estatístico aplicado quando se desejam construir “fatores” – que usualmente representam conceitos abstratos ou não diretamente mensuráveis – a partir de variáveis observáveis disponíveis em uma base de dados. Os principais propósitos para a aplicação de técnicas analíticas de fatores são: a) a redução do número de variáveis (isso acontece quando se dispõem de variáveis altamente correlacionadas, que indicam um mesmo conceito; para evitar tal redundância, é criado um único fator para representá-las); b) a detecção da estrutura das relações entre variáveis, o que equivale a realizar uma “classificação de variáveis” em grupos ou “fatores”. Nesse caso, a análise fatorial revela a existência de padrões entre as variáveis, padrões esses que conduzem o processo de agrupamento daquelas variáveis em distintos fatores; a “classificação” se dá, portanto, por meio da criação de grupos constituídos por aquelas que forem altamente correlacionadas entre si. No âmbito da MEE, quando se fala em análise fatorial, está-se referindo à sua modalidade “confirmatória”, aquela que permite testar hipóteses que tenham sido previamente elaboradas acerca da estrutura fatorial de um grupo de variáveis.

trabalhados na seara teórica (Byrne, 1994). No âmbito da MEE, a incorporação de tais conceitos se deve à presença da análise fatorial, metodologia que estabelece quais variáveis observáveis designam, conjuntamente, uma noção abstrata. O fator criado dessa maneira constitui-se então em uma síntese conceitual, que é inserida no modelo sob a forma de uma variável latente. Assumindo tal formato, o conceito abstrato está apto a se correlacionar com os demais fatores e variáveis incluídos na análise (Hox e Bechger, 1998: 373).

A possibilidade de que se estabeleçam associações entre tais construtos liga-se à presença da análise de regressão no bojo da MEE. É possível que se calculem relações não apenas entre variáveis latentes, mas também aquelas estabelecidas com as observáveis. Todas essas inter-relações são parâmetros do modelo, representados por coeficientes de regressão. Dessa forma, os já mencionados benefícios oferecidos pela análise de regressão também fazem parte dos resultados produzidos pela metodologia ora abordada. Mais especificamente, é possível que se identifiquem quais os elementos mais relevantes dentro da análise, assim como podem ser determinadas as intensidades das correlações entre fatores. Deve-se salientar ainda que, da mesma maneira como acontece com os modelos de regressão, é possível calcular as proporções das variâncias das variáveis dependentes que são explicadas pelo conjunto das variáveis independentes. Neste ponto, deve-se lembrar que a MEE permite que, em um só modelo, existam diversas variáveis dependentes – são dependentes todas aquelas que assumem o *status* de “endógenas”. Para todas as variáveis endógenas presentes em um modelo de equações estruturais, sejam elas observáveis ou latentes, são estimadas as percentagens explicadas de suas variâncias.

Os aspectos recém abordados – a dizer, a inclusão de variáveis latentes e o estabelecimento de relações estruturais entre os fatores – são tratados por duas partes distintas ou “sub-modelos”, que compõem um modelo de equações estruturais completo: o de “mensuração” dos construtos e o das “relações estruturais” entre eles. O sub-modelo de mensuração específica como variáveis latentes dependem ou são indicados pelas variáveis observáveis. Como se disse, isso se dá por meio da realização de análise fatorial confirmatória, que determina a forma como os construtos são mensurados a partir das variáveis observadas. Esse sub-modelo oferece ainda uma descrição das propriedades de mensuração (validade e confiabilidade) dessas variáveis.

A parte estrutural, por seu turno, fundamenta-se no cálculo de sistemas de equações simultâneas. É ela que encerra os procedimentos de especificação e estimação das associações das variáveis latentes entre si ou com outras observáveis, descrevendo seus efeitos e

intensidades⁷⁰. Além disso, estão incluídas nessa parte as informações sobre a variância explicada e a não-explicada de cada termo endógeno presente no modelo (Kaplan, 2000: 5).

A proposta central da MEE é que se construam modelos que possam refletir as associações entre conceitos, tais como descritas pela teoria. Como se viu, essas associações são representadas nos modelos por uma série de relações estruturais, semelhantes às equações de regressão. Para sustentar tal construção, o procedimento metodológico consiste em elaborar e em testar um modelo hipotético, que espelhe aquelas disposições teóricas. Esse teste constitui-se na aplicação de um procedimento estatístico que analisa todo o sistema de variáveis simultaneamente, com a intenção de que se determine em que medida aquelas postulações que conformam o modelo hipotético são consistentes com os dados. Se o ajuste do modelo for considerado adequado, admite-se a plausibilidade das relações supostas entre variáveis; se for inadequado, a postulação de tais relações é rejeitada (Byrne, 1994).

Tecnicamente, a verificação da consistência entre o modelo hipotético e os dados empíricos consiste na análise da estrutura da matriz de covariância⁷¹ das medidas. Uma vez estimados os parâmetros do modelo, sua matriz de covariância deve ser comparada à matriz de covariância do “modelo nulo” – aquele que não impõe nenhum tipo de relação entre as variáveis, ou seja, elas são consideradas livremente, de modo que a sua matriz de covariância reflete as correlações “naturais” entre os dados, que são as efetivamente encontradas naquela base empírica. Se ambas as matrizes forem consistentes entre si, tem-se que as relações postuladas no modelo que está sendo testado se aproximam do comportamento natural dos dados. Com isso, aquele modelo construído com base na teoria, que intenta traduzir o fenômeno investigado, pode ser considerado uma explicação plausível para as relações entre as medidas⁷² (Kline, 1998).

⁷⁰ A estimação dos parâmetros do modelo de equações estruturais utiliza o método da máxima verossimilhança, que se caracteriza por fazer uma estimação “simultânea”, ou seja, por calcular todos os parâmetros do modelo de uma só vez. A denominação desse método descreve o princípio estatístico que subjaz o processo de derivação dos parâmetros: assume-se que os parâmetros do modelo são valores da população; assim, tal método estima os coeficientes que maximizam a semelhança (ou a probabilidade, “L”) de que os dados observados tenham sido tirados dessa população (Kline, 1998: 125).

⁷¹ A covariância é definida como uma medida absoluta do grau em que duas variáveis tendem a mudar juntas. A noção subjacente a esse conceito é similar à do coeficiente de correlação, já que ambos medem a intensidade da associação entre um par de variáveis. Uma matriz de covariância, por sua vez, é um quadro bidimensional que contém todas as variâncias e covariâncias existentes entre as variáveis de uma base de dados. No caso de um modelo que está sendo testado, sua matriz de covariância consiste no cálculo das relações entre cada uma de suas variáveis observadas e as demais. Por ser baseada em matrizes de covariância, a MEE é também conhecida como “Análise de Estruturas de Covariância” (Hox e Bechger, 1998: 373).

⁷² Em seu trabalho, Bollen (1989: 1) desenvolve uma explicação teórica sobre a metodologia da MEE. O autor afirma que o procedimento de comparação entre a matriz de covariância do modelo testado e a do “modelo nulo” encontra justificativa na assunção de que a matriz de covariância das variáveis observadas é função de

O fato de que a MEE utiliza-se da estrutura de covariância das variáveis observáveis coloca-se como uma idiossincrasia dessa metodologia. A esse respeito, Bollen (1989: 1) nota que a maioria dos pesquisadores que aplicam procedimentos estatísticos conduzem seus raciocínios em termos da modelagem de observações individuais. Na regressão múltipla, por exemplo, os coeficientes de regressão ou as estimativas de outros parâmetros são gerados pela minimização da soma das diferenças dos quadrados das variáveis dependentes previstas e observadas, para cada caso individual. Da mesma forma, a análise dos resíduos, etapa que visa a aferir o ajuste do modelo aos dados empíricos, expõe as discrepâncias entre valores preditos e observados para cada membro da amostra.

Para Bollen (1989: 1), a MEE demanda uma reorientação nesse tipo de pensamento, uma vez que tal procedimento enfatiza as covariâncias em vez dos casos⁷³. Ao se referir a procedimentos metodológicos de verificação do ajuste de um modelo de equações estruturais aos dados, o autor chama atenção para o fato de que, no caso da MEE, os resíduos são formados pelas diferenças entre as covariâncias observadas e as previstas. Assim, em vez de se minimizarem funções de valores observados e preditos de casos individuais, devem-se minimizar as diferenças entre as covariâncias da amostra (isso é, do modelo nulo) e as covariâncias previstas pelo modelo que está sendo testado. A partir da comparação entre essas matrizes de covariância – e da noção de que é desejável que suas estruturas mostrem-se conciliadas – que se desenvolvem os coeficientes voltados para a aferição do ajuste do modelo aos dados.

A literatura sobre MEE mostra a existência de diversos testes que avaliam o ajuste de um modelo hipotético aos dados observados⁷⁴. Como se disse, tais testes de ajuste, em geral, consistem em comparar a matriz de covariância dos dados (a observada) com a implicada pelo

um conjunto de parâmetros. Assim, se ambas as matrizes se aproximarem, de modo que o modelo testado possa ser considerado “correto” ou bem ajustado, pode-se dizer que foram revelados os parâmetros que regem as relações entre aquelas variáveis no mundo empírico.

⁷³ Como se disse, os cálculos realizados por programas computacionais de estimação de modelos de equações estruturais baseiam-se em matrizes de covariância. Entretanto, o pesquisador pode alimentar esse programa com uma base de dados composta por casos individuais (microdados), uma vez que o próprio *software* se encarrega de calcular a matriz de covariância correspondente àqueles dados (Kline, 1998: 8).

⁷⁴ A literatura sobre MEE é bastante farta, tanto com relação aos estudos que discutem conceitualmente esse método e suas propriedades, como àqueles que o utilizam como instrumento para a análise de questões sociais substantivas. Dentre os trabalhos realizados na área, podem-se citar Bedeian, Day e Kelloway (1997); Boomsma (2000); Edwards e Bagozzi (2000); Fincham et al. (1997); Hoyle e Smith (1994); Klem (2000); MacCallum et al. (1993); Marshall e Lang (1990); McDonald e Ringo Ho (2002); Pierce, Vinokur e Buck (1998; 1999); Raykov, Tomer e Nesselroade (1991); Tomas e Oliver (1999); Vinokur, Price e Caplan (1996); Vinokur, e Schul (1997; 2002). Cabe notar aqui que, apesar da existência de uma plethora de índices de ajuste dos modelos de equações estruturais, serão abordados neste trabalho apenas os mais utilizados nos estudos recentes.

modelo. Em sua forma mais simples, essa noção é traduzida na realização de teste que calcula a diferença entre ambas as matrizes e analisa os resíduos existentes entre elas.

Conforme exposto, o cenário ideal na avaliação dos resíduos é que não haja diferença entre aquelas matrizes. Em sua aplicação a situações reais, essa lógica indica apenas que os resíduos devem ser o mais próximos de zero quanto for possível, para que o ajuste do modelo seja considerado satisfatório. De fato, é usual que as matrizes apresentem diferenças, o que denota que algumas variâncias e covariâncias das variáveis observadas não são exatamente previstas pelo modelo (Bollen, 1989: 257).

Esse tipo de avaliação do ajuste do modelo aos dados se concretiza através de um teste de qui-quadrado⁷⁵. Ao comparar ambas as matrizes, o qui-quadrado testa a hipótese de que elas são idênticas. Como se disse, é desejável que elas sejam próximas, similares, de modo que tal teste não aponte uma discrepância significativa entre as covariâncias observadas e as implicadas pelo modelo. Entretanto, há que se notar que esse teste mostra-se falível, uma vez que é altamente dependente do tamanho da amostra (quando se trabalha com grandes amostras, o valor do qui-quadrado tende a ser alto). Nessas circunstâncias, ele tende a acusar a significância da diferença entre aquelas matrizes, mesmo quando esse resultado não é apropriado. Em outras palavras, uma amostra grande pode conduzir a um resultado em que a matriz residual não é zero, mas apresenta magnitudes ínfimas, de modo que a significância substantiva dessas diferenças pode ser negligenciada⁷⁶ (Bollen, 1989; 268).

Por isso, é necessário que se disponham de medidas mais robustas e estáveis, que não sejam tão dependentes do tamanho da amostra. Nesse sentido, foram desenvolvidos outros índices de verificação do ajuste do modelo aos dados, que são menos vulneráveis a essas influências amostrais. Tal propriedade mostra-se particularmente necessária no contexto da MEE já que, em geral, a estimação desses modelos tende a requerer o uso de grandes amostras (Kline, 1998: 8).

⁷⁵ O Qui-Quadrado é um teste estatístico que prima detectar a significância de relações entre variáveis categóricas. Mais especificamente, ele avalia se são significantes as diferenças entre os valores *observados* e os *esperados* de certas variáveis. No contexto da MEE, o qui-quadrado é usado para comparar a matriz de covariância observada e a implicada pelo modelo.

⁷⁶ Conforme ilustra Bollen (1989: 268), essa situação é análoga a uma outra em que se rejeite a hipótese nula de que um coeficiente de correlação é zero entre duas variáveis, por se ter encontrado uma correlação amostral no valor de 0,03 com base em uma amostra extremamente grande. Segundo a argumentação do autor, o grande tamanho da amostra pode indicar que é improvável que a correlação populacional seja zero, mas o significado substantivo de uma correlação no valor de 0,03 é nulo, na maioria dos casos.

Para se contornar o problema da influência do tamanho amostral, o ajuste de um modelo deve ser aferido relativamente a outro modelo que tenha sido construído com o mesmo conjunto de dados. Sob esse prisma, três tipos de modelos fazem-se fundamentais: a) o modelo hipotético, aquele que foi elaborado a partir de alguma base teórica e que está sendo testado; b) o modelo nulo que, como já se disse, caracteriza-se por não impor nenhum tipo de relação entre as variáveis; e c) o modelo saturado ou “cheio”, que estabelece todas as relações possíveis entre as variáveis, contemplando, portanto, a estimação de todos os parâmetros (com isso, esse modelo oferece o ajuste máximo, produzindo covariâncias exatamente iguais às dos dados observados⁷⁷).

Sendo o modelo saturado aquele que apresenta o ajuste mais perfeito aos dados observados, ele é o primeiro a ser utilizado como base de comparação quando se quer verificar a adequação de um modelo hipotético. Assim, a medida de ajuste do modelo saturado é comparada à do hipotético. Como o método de estimação usado na MEE é o da máxima verossimilhança – que calcula os valores dos coeficientes que maximizam a probabilidade (L) de que os dados da amostra tenham saído da população que é regida por certos parâmetros –, o ajuste de um modelo estimado por tal método é aferido por meio do logaritmo da probabilidade L, o $\log(L)$ ⁷⁸. Como se disse, o modelo saturado é aquele que, por simplesmente reproduzir os dados observados, apresenta o melhor ajuste. Assim, o valor do $\log(L_s)$ é tomado como referência de ajuste perfeito. A idéia é então checar se o valor do $\log(L_h)$ aproxima-se do de $\log(L_s)$; se eles forem próximos, tem-se que o modelo hipotético apresenta um bom ajuste. Uma grande diferença entre esses valores indica que o modelo testado não tem uma boa adequação aos dados (Xie e Powers, 2000, 26).

O procedimento ora descrito conforma um indicador usual de verificação do ajuste de um modelo, que é a estatística da razão de verossimilhança (G^2). Ela mede o quanto o modelo hipotético afasta-se do saturado. Em termos técnicos, a razão de verossimilhança é calculada como “menos duas vezes o logaritmo da razão de probabilidades do modelo hipotético com o saturado”⁷⁹ (Xie e Powers, 66-67).

⁷⁷ O modelo saturado é uma construção sem lastro teórico; seu objetivo é apenas ajudar o processo de aferição do ajuste de um modelo que está sendo testado. Como ele é pensado para reproduzir exatamente a distribuição dos dados observados, estimando todas as relações possíveis, ele não acrescenta informação alguma que possa iluminar a análise da estrutura de um fenômeno estudado.

⁷⁸ Para facilitar a fluência deste texto, será utilizada a seguinte notação: $\log(L_h)$ designa o logaritmo da probabilidade L do modelo hipotético; de modo análogo o $\log(L_s)$ e o $\log(L_{nu})$ referem-se aos modelos saturado e nulo, respectivamente.

⁷⁹ A expressão matemática para esse cálculo é $G^2 = -2\log(L_h/L_s)$, o que é equivalente a $G^2 = -2(\log L_h - \log L_s)$.

A estatística da razão de verossimilhança apresenta uma distribuição semelhante à do qui-quadrado, a ponto de serem consideradas como equivalentes (Dobson, 2002: 76). Por isso, em vez de se trabalhar com a própria função do logaritmo da probabilidade, os cálculos são feitos com base na função do qui-quadrado, que se mostra uma alternativa mais conveniente do ponto de vista computacional (Bollen, 1989: 270). Assim, os resultados são apresentados em termos de valores de qui-quadrado, que designam a diferença de um modelo qualquer em relação ao saturado.

O ajuste do modelo estimado, entretanto, não pode se dar apenas com base na razão de verossimilhança. De modo similar ao que acontece com o qui-quadrado, o valor dessa razão é dependente do tamanho da amostra – menores valores de G^2 associam-se com grandes amostras. Assim, a verificação do ajuste deve prosseguir dentro da lógica da comparação entre diferentes modelos construídos com a mesma amostra, passando a levar em consideração o modelo nulo (Xie e Powers, 2000, 26).

A inclusão do modelo nulo como base de comparação para o ajuste do modelo hipotético baseia-se na lógica da “redução proporcional no erro”. Essa lógica avalia a adequação de um modelo hipotético relativamente ao nulo que, como já se definiu, é aquele em que todas as correlações são zero. Ele é o mais simples que pode existir, já que o número de parâmetros a serem estimados é o menor possível⁸⁰.

Uma outra forma de compreender o modelo nulo liga-se à já mencionada assunção de que a matriz de covariância das variáveis observadas é função de um conjunto de parâmetros que regem as relações entre aquelas variáveis no mundo empírico. Sob tal prisma, um modelo é considerado adequado se ele ajudar a descobrir quais são aqueles parâmetros. O modelo nulo é então aquele que está o mais longe possível do ajuste aos dados, uma vez que ele não estima tais parâmetros, por não postular a existência de relação alguma entre as variáveis (em outras palavras, ele não oferece nenhuma predição melhor do que a média da variável dependente). As estimativas por ele fornecidas são as que contêm maior parcela de erro, uma vez que tal modelo não conta com nenhuma associação entre variável independente e dependente que possa ajudar a explicar a variabilidade dessa última. Dessa forma, a diferença entre o $\log(L_{nu})$ e o $\log(L_s)$ – ou o seu equivalente, o valor do qui-quadrado, X^2_{nu} – assume o maior valor

⁸⁰ Cabe esclarecer que a MEE estima apenas os coeficientes de correlação entre variáveis, pois não trabalha com o parâmetro da “constante” que, usualmente, se apresenta em uma equação linear. Nesse contexto, o modelo nulo não estima parâmetro algum. Entretanto, em outras técnicas de modelagem que calculem o valor da “constante”, o modelo nulo estima apenas esse parâmetro, que indica o valor médio da variável dependente estudada.

possível, já que essa discrepância denota a distância entre os modelos que apresentam o pior e o melhor ajuste, respectivamente.

A partir dessas considerações, a lógica da “redução proporcional do erro” consiste em comparar a medida de ajuste do modelo hipotético à do nulo. Dessa forma, mede-se o quão melhor é o ajuste de um modelo testado relativamente ao modelo nulo. Tal melhoria é calculada a partir da diferença entre a medida de ajuste do modelo nulo (X^2_{nu}) – que é considerado o pior possível em termos de poder de predição da variável dependente – e a medida de ajuste de um modelo hipotético (X^2_h), que foi construído com base em alguma teoria. Como se trata de calcular a proporção da melhoria oferecida pelo modelo hipotético em relação ao modelo nulo, essa diferença deve ser dividida pela medida de ajuste desse último.

Em termos formais, essa operação pode ser expressa de acordo com a seguinte fórmula:

$$\Delta = (X^2_{nu} - X^2_h) / X^2_{nu}$$

onde

X^2_{nu} = medida de ajuste do modelo nulo

X^2_h = medida de ajuste do modelo hipotético

Assim, pode-se calcular a percentagem de melhoria no ajuste oferecida pelo modelo hipotético em relação ao nulo – ou, dito de outra forma, a proporção da diminuição do erro na predição, fornecida pelo modelo que está sendo testado.

Para um índice dessa natureza, o melhor cenário é indicado quando X^2_h é zero, o que leva Δ ao valor máximo de 1. Por outro lado, um ajuste ruim será designado por um Δ mais próximo de zero, já que o X^2_h vai assumir um valor mais alto e, portanto, mais próximo do valor de X^2_{nu} . Nesse caso, o modelo testado não estará acrescentando melhorias no ajuste ou na predição, relativamente ao modelo nulo (Bollen, 1989: 270).

A partir dessa lógica de comparação entre os ajustes dos modelos nulo e hipotético, são criados coeficientes que verificam o ajuste global de um modelo de equações estruturais. Tais coeficientes são também chamados de “índices de ajuste incremental”, por indicarem qual melhora incremental do modelo hipotético em relação ao nulo, em termos do seu poder de predição e de ajuste. Vale frisar que, como se disse, a verificação do ajuste de um modelo com base na comparação com outros que tenham sido formulados com a mesma amostra apresenta a vantagem de contornar o problema da influência do tamanho amostral,

complicação à qual está sujeito o teste do qui-quadrado inicialmente comentado, que coteja diretamente as matrizes de covariância observada e predita.

Após essa discussão, vale a pena mencionar exemplos de alguns índices de ajuste incremental que são encontrados na literatura sobre MEE⁸¹. Um dos mais utilizados e que mais se aproxima da lógica recém exposta é o “*Bentler-Bonnet Normed Fit Index*”⁸² (NFI). A sua estrutura corresponde exatamente ao que foi colocado, uma vez que ele é calculado pela mesma fórmula já explicada:

$$\text{NFI} = (X^2_{\text{nu}} - X^2_{\text{h}}) / X^2_{\text{nu}}$$

O valor do NFI varia de zero a um, indicando a proporção na melhoria do ajuste geral do modelo proposto pelo pesquisador em relação ao modelo nulo. Se o NFI assumir o valor de 0,80, por exemplo, então o ajuste geral do modelo hipotético é 80% melhor do que o do modelo nulo, que foi estimado com os mesmos dados amostrais.

Vale notar que esse índice de ajuste incremental não controla para o número de graus de liberdade⁸³ do modelo avaliado. O número de graus de liberdade de um modelo é um indicador de sua complexidade: quanto mais complexo for um modelo (isso é, quanto mais relações forem estabelecidas entre as variáveis), menor será o seu número de graus de liberdade. Assim, a inclusão dos graus de liberdade na fórmula de cálculo de um índice dessa natureza fornece um resultado ajustado para a complexidade do modelo.

Tendo em vista essa noção, foi criada uma versão modificada do NFI, o *Comparative Fit Index* (CFI)⁸⁴, que é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{CFI} = (\text{GL}_{\text{nu}} - \text{GL}_{\text{h}}) / \text{GL}_{\text{nu}}$$

onde

GL_{nu} = graus de liberdade do modelo nulo

⁸¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre os índices de ajuste mencionados a seguir, vide Bollen (1989) e Kaplan (2000).

⁸² Índice de Ajuste Normalizado de Bentler-Bonnet.

⁸³ Os graus de liberdade podem ser definidos como o número de “valores” ou “pedaços de informação” que estão livres para variar, após o processo de estimação de uma estatística. De modo mais amplo, essa noção pode ser também aplicada a uma técnica de modelagem que estime um ou mais parâmetros. No caso da MEE, o número de graus de liberdade é calculado de acordo com a seguinte fórmula: $n(n+1)/2 - k$, onde n é o número de variáveis observáveis e k é o número de parâmetros a serem estimados pelo modelo. Como os índices de ajuste incremental baseiam-se no qui-quadrado – que varia em função do nível de confiança e do número de graus de liberdade –, eles podem ser refinados se seus cálculos inserirem o número de graus de liberdade do modelo sob análise.

⁸⁴ Índice de Ajuste Comparativo.

GLh = graus de liberdade do modelo hipotético

Como se vê, o CFI apresenta uma estrutura equivalente à do NFI. Dessa forma, ambos os índices podem ser interpretados da mesma maneira, ou seja de acordo com a perspectiva de ajuste incremental do modelo testado em relação ao nulo. Por não se basear no valor do qui-quadrado, mas no número de graus de liberdade de cada modelo, o CFI mostra-se menos afetado pelo tamanho da amostra.

Um outro índice que se apresenta como um refinamento do NFI é o *Bentler-Bonnet Non-Normed Fit Index* (NNFI)⁸⁵. Ao embutir o número de graus de liberdade do modelo em seus cálculos, o NNFI fornece um valor de coeficiente corrigido para a complexidade da modelagem que se quer avaliar. O cálculo de tal índice é expresso da seguinte maneira:

$$\text{NNFI} = (X^2_{\text{nu}}/\text{GLnu} - X^2_{\text{h}}/\text{GLh}) / (X^2_{\text{nu}}/\text{GLnu} - 1)$$

Como se observa, ao dividir o valor do qui-quadrado pelo número de graus de liberdade, o NNFI realiza a comparação do *ajuste por grau de liberdade* entre ambos os modelos. Com isso, obtém-se uma diminuição da sensibilidade daquela estatística ao tamanho da amostra. Note-se também que, por ser oriundo da fórmula acima, os valores do NNFI podem cair fora da faixa de 0 a 1.

Há também uma outra forma bastante utilizada de se aferir a adequação de um modelo aos dados, que não segue a lógica do ajuste incremental. Trata-se do *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA)⁸⁶, que se fundamenta no “parâmetro da não-centralidade”⁸⁷. Sem se ater ao arsenal estatístico que subjaz a formulação desse índice, é suficiente dizer que o RMSEA pode ser entendido como uma medida do “desajuste” do modelo, que focaliza o quão distante ele se situa em relação aos dados. Além disso, o RMSEA é um índice leva em conta a complexidade de um modelo, pois fornece uma avaliação do *desajuste por grau de liberdade*, o que pode ser notado na sua expressão matemática:

$$\text{RMSEA} = [(X^2_{\text{h}}/\text{GLh} - 1) / (N - 1)]^{1/2}$$

onde

N = número de variáveis observáveis no modelo

⁸⁵ Índice de Ajuste Não Normalizado de Bentler-Bonnet.

⁸⁶ Índice Raiz Quadrada do Quadrado Médio do Erro de Aproximação.

⁸⁷ São chamadas de “distribuições não-centrais” aquelas que são derivadas da distribuição normal, cujas médias são diferentes de zero, como é o caso do qui-quadrado. O “parâmetro da não-centralidade” dessa distribuição coincide com a expressão apresentada no numerador da fórmula do RMSEA. Uma explicação aprofundada desse assunto pode ser encontrada em Huber (1977).

Os exemplos de índices recém expostos são as medidas de ajuste mais usualmente reportadas em estudos baseados na MEE. Vale notar que essas são medidas de ajuste global, que se referem à adequação do modelo como um todo. Caso uma parte da modelagem mostre uma melhor adequação aos dados do que outra, esses diferenciais de ajuste não são captados nem reportados pelos índices ora mencionados.

Há que se notar também que os referidos coeficientes refletem facetas diferentes do ajuste de um modelo. Por isso, é recomendável que a adequação de um modelo aos dados seja aferida por esse conjunto de índices. Em decorrência de tal recomendação, é de praxe que os pesquisadores reportem os valores de todos eles, de modo que o leitor tenha uma noção mais completa do ajustamento daquilo que lhe é apresentado (Kline, 1998: 129-130).

Um outro ponto a ser comentado diz respeito à interpretação da magnitude de tais coeficientes. Nesse sentido, há uma convergência na literatura da área, que considera como adequados os modelos que obtiverem índices de ajuste incremental (NFI, CFI, NNFI) maiores que 0,90. Com relação ao RMSEA, são tidos como aceitáveis aqueles modelos que apresentem valores inferiores a 0,10; valores superiores a tal patamar são considerados insatisfatórios, sugerindo que o modelo não explica bem as correlações observadas. Lembre-se que esse é um coeficiente de “desajuste”, de modo que uma adequação aceitável aos dados é indicada através de baixos valores (Kline, 1998: 131; McDonald e Ringo Ho, 2002: 72).

A questão do ajuste do modelo aos dados remete a uma outra discussão, que se relaciona à existência de erros de mensuração que permeiam a modelagem e sua análise. Sobre esse assunto, deve-se ter em mente que uma das principais características dos modelos de equações estruturais é que eles incluem o estudo de variáveis não-observáveis ou não-mensuráveis. Tais variáveis não-mensuráveis referem-se não apenas às variáveis latentes ou construtos – que, conforme já discutido, designam conceitos sociais abstratos a serem examinados –, mas podem também representar os resíduos que são estimados por tal modelagem. Como se sabe, o resíduo é um termo que “perturba” a variável, seja ela observável ou latente; ele denota o fato de que existem aspectos desconhecidos ou não levados em consideração pelo modelo, que exercem influências sobre as variáveis estudadas.

Dentro de um modelo de equações estruturais, os resíduos podem se apresentar sob duas formas diferentes. Primeiro, há os resíduos associados à mensuração de cada variável

observável, que são indicativos de que aquelas medidas estão imbuídas de erros⁸⁸. Há também os resíduos ligados às predições dos fatores endógenos do modelo, designando o fato de que as predições de tais termos não-observáveis são “menos que perfeitas”. Apesar de ambos representarem a existência de erros, convencionou-se tratar o primeiro tipo de resíduo sob a denominação de “erro” e o segundo tipo sob a de “*disturbance*”⁸⁹ (Byrne, 1994: 8).

Ainda com relação aos tipos resíduos que são levados em conta pela MEE, deve-se comentar que os erros de mensuração das variáveis observáveis são particularmente relevantes para essa metodologia. Isso se deve ao fato de que eles estão amalgamados com as variáveis observáveis, encontrando-se, portanto, na base de todos os cálculos que serão desenvolvidos no modelo. Dessa forma, a consideração desses elementos é fundamental para que possam ser estimados e ajustados os demais parâmetros, inclusive o outro tipo de termo residual, as “*disturbances*”.

Os termos residuais são incluídos na MEE na condição de variáveis não-observáveis, de modo que suas magnitudes sejam estimadas e avaliadas. Isso denota que tal metodologia apresenta o diferencial de admitir em seus procedimentos a noção de que as medidas das variáveis são “menos que perfeitas”, ou seja, estão imbuídas do elemento aleatório. É a partir da incorporação dessa noção que se torna possível estimar as relações “verdadeiras” – que são aquelas consideradas como “puras” ou “descontaminadas dos erros” – entre as variáveis dependentes e independentes. Por isso, a MEE é tida como um método que permite o estudo da influência que um construto “livre de erros” exerce sobre outro, eliminando-se, dessa forma, potenciais vieses devidos à atenuação. Dito de outra forma, a consideração dos erros no processo de cálculo dos parâmetros do modelo faz com que os resultados produzidos por tal metodologia sejam mais confiáveis (Bedeian, Day e Kelloway, 1997: 787).

O problema da atenuação dos coeficientes já foi mencionado na discussão sobre análise de regressão. A esse respeito, os ajustes dos parâmetros em função dos erros de mensuração, que são realizados no âmbito da MEE, acarretam uma “correção para a atenuação”. Esse processo de correção baseia-se na assunção de que todos os erros aleatórios nos indicadores observáveis de uma variável latente são essencialmente variâncias residuais; assim sendo, a correlação entre dois construtos é estimada sem essas variâncias residuais (Bedeian, Day e Kelloway, 1997: 789).

⁸⁸ A natureza desses erros de mensuração e seus impactos na estimação de coeficientes de correlações entre variáveis (particularmente o problema da “atenuação dos coeficientes”) já foram abordados na discussão relativa à análise de regressão.

⁸⁹ “Perturbação”.

Em termos técnicos, a “correção para a atenuação” consiste em se estimar a correlação “teórica” entre duas variáveis, x e y . Tal correlação “teórica” é entendida como aquela que seria encontrada se ambas fossem perfeitamente confiáveis, ou seja, se fossem medidas sem erro. O cálculo para isso consiste na divisão da correlação observada entre as variáveis pela raiz quadrada do produto de suas confiabilidades⁹⁰. Dessa maneira, obtém-se a correlação “desatenuada”⁹¹ ou “verdadeira”.

Como o próprio nome indica, a magnitude do coeficiente de correlação “desatenuado” é maior que a do observado. Sendo o valor desse coeficiente inversamente proporcional à confiabilidade da mensuração das variáveis, tem-se que quanto menos confiáveis forem as medidas de x ou y , maior será a diferença entre suas correlações observadas e “desatenuadas”. (Kline, 1998: 197). Note-se que é através do processo de “desatenuação” das correlações observadas que as confiabilidades das variáveis são levadas em conta pela MEE⁹². É por meio desse procedimento que se expurga dos cálculos de correlação a parcela de erro de mensuração que se encontra misturada com a informação social “verdadeira”. Dessa forma, é possível trabalhar com a parcela “líquida” da informação social, o que faz com que os coeficientes calculados sejam mais precisos.

Como indicam as características da MEE que foram discutidas até aqui, essa metodologia apresenta alguns traços distintivos em relação aos procedimentos tradicionais de análise multivariada. Em princípio, note-se que esse tipo de modelagem desenvolve uma análise confirmatória em vez de exploratória – apesar de que, em algumas etapas do processo de desenvolvimento de um modelo de equações estruturais, existe a possibilidade de se

⁹⁰ Quando se trata de estimar a confiabilidade de um fator, que é composto por um grupo de variáveis observáveis, o cálculo é feito com base nas correlações entre elas. A medida mais comum de confiabilidade é o Coeficiente Alfa de Cronbach, (α) que afere a consistência interna entre aqueles itens que compõem o fator. De modo simplificado, tal coeficiente fornece a proporção da variação da variável latente que é comum entre os itens que a compõem. Em outras palavras, ele indica a proporção da informação social “verdadeira” ou “confiável” existente naquele fator. Em geral, variáveis latentes que tenham valores de α iguais ou superiores a 0,70 são considerados satisfatórios. A partir desse patamar, as variáveis latentes são vistas como suficientemente confiáveis para participarem das modelagens.

⁹¹ O uso desse neologismo justifica-se pelo fato de que se quer passar a idéia de que o problema da atenuação dos coeficientes, causado pelos erros de mensuração, foi revertido. De maneira análoga, essa questão é designada na literatura de língua inglesa pela expressão “*disattenuated correlation coefficient*”.

⁹² Variáveis com distintos níveis de confiabilidade podem participar de um mesmo modelo. Para que as diferenças entre os níveis de confiabilidade das variáveis possam ser percebidas de modo intuitivo, basta pensar que a variável “idade” está menos sujeita a erros de mensuração do que a variável “grau de inserção no mercado de trabalho”. Entretanto, frente às diferenças de suas precisões, não se pode confiar nelas igualmente, quando se deseja calcular suas influências sobre as condições de pobreza dos indivíduos. Nessas circunstâncias, reforça-se a necessidade de que as estimativas geradas por um tal modelo sejam ajustadas para essas diferenças de confiabilidade das variáveis; caso contrário, a utilização de métodos que desconsiderem os diferentes níveis de mensuração e operem como se as medidas fossem igualmente (e perfeitamente) confiáveis pode gerar resultados enganosos.

realizarem procedimentos de exploração dos dados (Kline, 1998: 8). Em outras palavras, pesquisadores tendem a utilizar tal metodologia para determinar se um certo modelo é válido, em vez de usar tal técnica para “achar” um modelo que combina com os dados. Nesse sentido, Bollen (1989: 4) ressalta que o conhecimento substantivo sobre o objeto estudado desempenha um papel fundamental como guia para a realização da maioria dos estágios do processo de modelagem.

Um outro ponto a ser notado é que, por requerer que as relações entre variáveis sejam formuladas *a priori* (apesar de serem passíveis de modificações posteriores), tal metodologia presta-se bem à análise de dados para propósitos inferenciais. Por contraste, a maioria dos outros procedimentos multivariados possuem natureza essencialmente descritiva (a exemplo da análise fatorial exploratória e da criação de indicadores sociais), dificultando ou mesmo impossibilitando o teste de hipóteses.

Note-se também que os procedimentos tradicionais multivariados são incapazes de avaliar ou corrigir erros de mensuração. A MEE, por seu turno, é capaz de prover estimativas explícitas desses parâmetros. Conforme discutido, é justamente por incorporar e modelar os erros de mensuração que tal metodologia gera estimativas não-viesadas para as relações entre os construtos latentes. Ligada a esse aspecto está ainda uma outra diferença que deve ser frisada: enquanto os procedimentos clássicos de análise de dados modelam apenas as mensurações observáveis, análises feitas com base na MEE incorporam tanto variáveis não-observáveis (latentes) quanto observáveis. Isso faz com que o uso de tal metodologia seja recomendado em estudos que trabalham com conceitos sociais abstratos.

Para que um modelo de equações estruturais possa ser construído e testado, Kline (1998: 48) descreve, de modo sumarizado, todas as etapas que devem ser percorridas pelo pesquisador. Em princípio, é necessário especificar as relações entre variáveis que compõem o modelo. Nesse estágio, as hipóteses de pesquisa são expressas sob a forma de um sistema de equações. Contudo, é possível que o processo de especificação seja iniciado com o desenho do diagrama, que deve ser posteriormente traduzido sob a forma da série de equações. Em tais equações, são definidos os parâmetros a serem estimados pelo modelo; como já se disse, eles correspondem às correlações entre variáveis latentes e observáveis, a serem testadas e calculadas por programas de computador, com base nos dados da amostra. A esse respeito, cabe mencionar a existência de diversos *softwares* disponíveis para a estimação de modelos de equações estruturais. Dentre os mais populares, podem-se citar: AMOS, EQS, SAS e LISREL.

Em seguida, vem uma etapa de natureza “matemática”: deve-se determinar se o modelo está identificado. Um modelo está identificado se for teoricamente possível para o computador derivar uma estimativa única para cada um dos parâmetros que devem ser calculados. Como acontece com a resolução de qualquer sistema de equações lineares, é necessário que haja uma compatibilidade entre o número de parâmetros desconhecidos (aqueles que devem ser estimados pelo modelo) e o número de parâmetros conhecidos (que se relaciona à quantidade de variáveis observáveis que o compõem)⁹³. Entretanto, diversas complicações se interpõem ao longo desse caminho: diferentes tipos de modelos de equações estruturais devem atender a requerimentos específicos para serem identificados. Se um modelo falhar em atendê-los, ele não estará identificado e as tentativas de estimá-lo podem não ser bem sucedidas⁹⁴ (Kline, 1998: 49).

Após a etapa da identificação, deve-se partir para a coleta e preparação das variáveis que fazem parte do modelo⁹⁵. Uma vez que se esteja de posse dessas variáveis, pode-se chegar ao procedimento de análise dos dados. Este passo envolve o uso de programas computacionais capazes de calcular os parâmetros desejados, com base nos dados empíricos. Como já se disse, tal estimação se dá, em geral, por meio de métodos sofisticados, como o da máxima verossimilhança.

Após uma primeira estimação do modelo hipotético, é chegada a hora de avaliar o seu ajuste, de acordo com os coeficientes apropriados para esse fim. Conforme já discutido, isso significa determinar o quão adequadamente o modelo explica os dados. Segundo Kline (1998:

⁹³ Para que um modelo esteja identificado, o número de parâmetros conhecidos deve ser maior do que os incógnitos. No âmbito da MEE, a quantidade de parâmetros conhecidos em um modelo é calculada pela fórmula $k = N(N + 1)/2$; onde N é o número de variáveis observáveis. O número de desconhecidos é obtido pela contagem da quantidade de relações a serem estimadas pelo modelo.

⁹⁴ A etapa de identificação de um modelo a ser testado é considerada como uma das mais difíceis em todo o processo de modelagem. Diversos detalhes e exigências se impõem ao pesquisador. Para uma abordagem mais aprofundada desse tópico, vide Kenny, Kashy e Bolger (1998).

⁹⁵ A MEE baseia-se nas suposições de que suas variáveis devem ser contínuas e normalmente distribuídas. Para que sigam a distribuição normal, pode ser necessário que se realizem algumas transformações nas variáveis antes que elas sejam introduzidas na modelagem. Com relação à suposição sobre a natureza contínua das variáveis, vale esclarecer que é possível incluir variáveis categóricas na modelagem. Tal inclusão respalda-se na abordagem econométrica sobre a natureza da variável categórica, que assume a existência de uma variável contínua não-observável ou “latente”, subjacente a toda categórica observável. É essa variável latente que carrega a verdadeira informação social que se quer aferir. No entanto, sua natureza não permite a aferição daqueles valores subjacentes de forma precisa: esse tipo de variável só é “parcialmente observável”, deixando-se apreender apenas sob o formato discreto. Nessas condições, quando o valor da latente cruza um certo patamar, é possível observar uma mudança no valor na variável categórica, que é a parte que se manifesta no mundo empírico. Isso significa que os valores observados das categóricas referem-se apenas aos intervalos dentro dos quais as latentes se inserem (Xie e Powers, 2000: 10). É com base nessa concepção que as variáveis categóricas são inseridas nos modelos de equações estruturais. Um maior aprofundamento sobre esse tema é encontrado em Bollen (1989).

50), é freqüente – e até esperado – que os modelos iniciais dos pesquisadores não se ajustem bem aos dados. Quando isso acontecer, deve-se então partir para a reespecificação do modelo que, da mesma forma como ocorreu com sua especificação inicial, deve incluir modificações que sejam guiadas pelas hipóteses do pesquisador. Tal reespecificação deve reiniciar toda a trajetória ora descrita, de modo que se chegue novamente à etapa de avaliação do ajuste do modelo que foi revisado e construído com base nos mesmos dados, e assim sucessivamente.

Uma vez que se chegue a um resultado estável e bem ajustado, é hora de partir para a discussão substantiva dos achados. Além das correspondências encontradas entre teoria e prática, é possível que as proposições teóricas iniciais não encontrem ressonância perfeita no modelo empírico. Isso pode abrir espaço para a realização de diversos tipos de análises, havendo inclusive a possibilidade de que a teoria venha a ser atualizada ou reformulada com base nos achados que não tenham sido por ela antecipados.

Esse processo de construção e testagem de um modelo de equações estruturais constitui-se em uma abordagem convencional de proceder à modelagem. Tal abordagem é também descrita por Kaplan (2000: 8), que sumariza e dispõe as etapas recém mencionadas (vide figura 4.5).

Os traços gerais da MEE que foram delineados até aqui fornecem subsídios suficientes para que se possa analisar sua capacidade de apreender relacionalmente a pobreza. Dentro da argumentação que vem sendo desenvolvida neste trabalho, a habilidade de um método de pesquisa refletir a complexidade daquele fenômeno pode ser indicada através da presença de algumas características vistas como desejáveis, uma vez que propiciam a realização de tal abordagem relacional. Dessa forma, cabe assinalar em que medida a MEE apresenta-se afinidade com tais características⁹⁶.

Por não trabalhar com a agregação de dados, mas conferir-lhes um tratamento sensível a suas distribuições, a MEE corresponde à primeira característica, que é *superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à pobreza*. Uma vez que não busca condensar as informações em uma só medida, tal método propicia que se examine a heterogeneidade das condições de vida existente entre aqueles que vivenciam a pobreza. De fato, pode-se notar que a MEE vai além dos propósitos da quantificação, uma vez que desenvolve uma análise que busca capturar a complexidade do fenômeno, analisando a articulação das múltiplas

⁹⁶ A essa altura da discussão, os referidos atributos já foram suficientemente discutidos, assim como já foram analisados os motivos que fazem com que um método de pesquisa corresponda àquelas características ou não. Por isso, o exame da aproximação entre a MEE e aqueles atributos será feito de maneira sucinta, para que se evitem repetições de argumentos que já foram expostos no presente trabalho.

dimensões que compõem essa questão social. Nesse sentido, essa técnica atende também ao segundo atributo desejável um método de estudo da pobreza, que é *estabelecer relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema*, o que se desdobra na possibilidade de que se possam analisar os efeitos diretos, indiretos e totais que cada fator exerce sobre as condições de vida dos indivíduos.

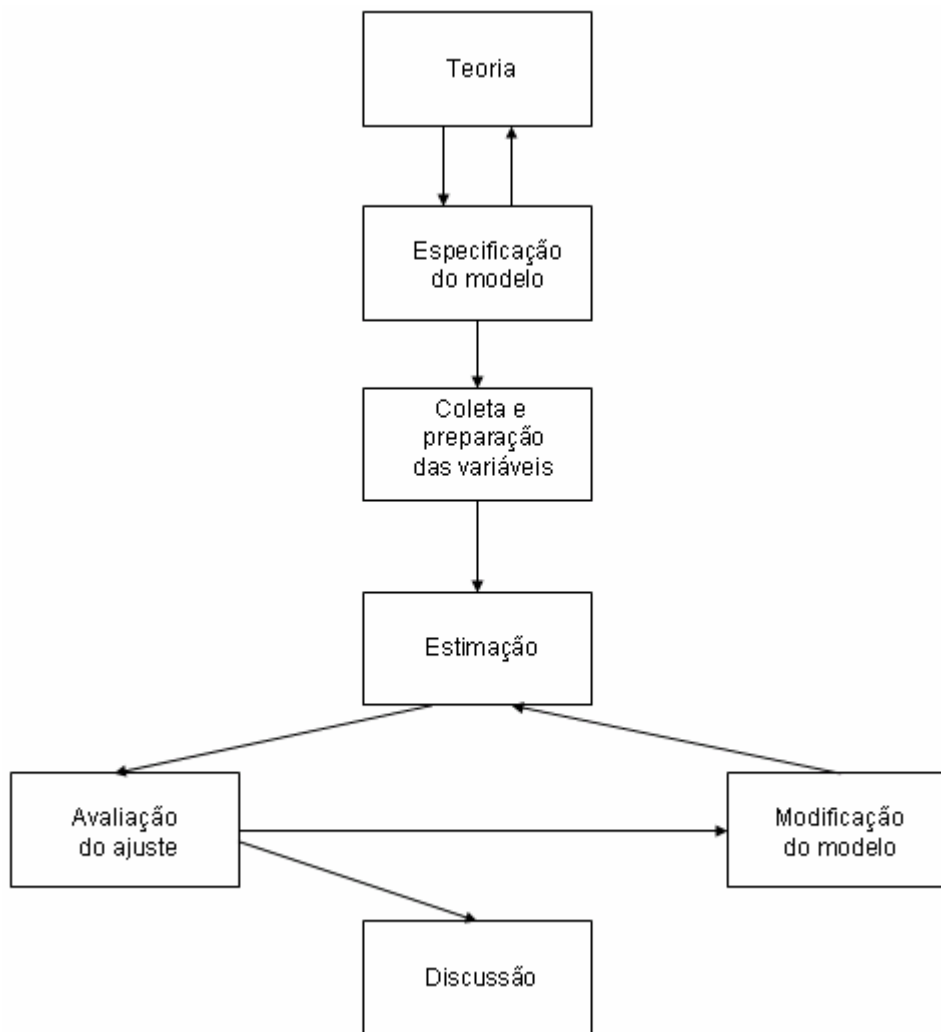


Figura 4.5. Etapas a serem percorridas para a construção de um modelo de equações estruturais

É também evidente a aproximação da MEE à terceira propriedade desejável em um método de análise daquele fenômeno complexo, que é *ter uma representação gráfica do fenômeno*. Conforme explicitado, está no cerne dessa metodologia o procedimento de construção de um diagrama que exponha tanto as relações existentes entre fatores socioeconômicos e medidas de pobreza, como as associações existentes entre os próprios fatores. Esse atributo faz com que a MEE apresente de maneira transparente a forma como se estruturam as relações analisadas. Por oferecer tal explicitação, tal método mostra-se

adequado à investigação de fenômenos complexos e intrincados, já que comunica a configuração das diversas relações entre as variáveis – ou seja, o caráter relacional do objeto social estudado – de maneira inteligível.

No que diz respeito à forma como se estruturam tais relações, há que se comentar que a MEE tem a potencialidade de refletir a configuração dos fatores associados ao fenômeno de maneira flexível. Isso significa que esse método não impõe a aplicação de uma estrutura única, inerente ao método, aos diversos tipos de fenômenos que forem estudados, tal como acontece com a análise de regressão. De modo contrário, há aqui a possibilidade de que sejam testados modelos com configurações diversas, que sejam delineadas a partir de teorias específicas que iluminem cada estudo.

Tal flexibilidade acompanha todo o processo de construção e testagem de um modelo de equações estruturais. Observe-se, por exemplo, a situação em que a configuração postulada pela hipótese inicial não corresponda aos achados empíricos. Nessas circunstâncias, tal configuração deve sofrer sucessivas modificações, até que venha a emergir um modelo que se ajuste bem aos dados⁹⁷.

A estimação das relações entre fatores consiste na detecção de quais são as associações significativas e na quantificação de suas magnitudes, através do cálculo de coeficientes de correlação. Assim, a MEE é capaz de *determinar que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas*, mostrando-se também apta a *valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente*. Por meio desses atributos, torna-se possível analisar as circunstâncias que afetam a probabilidade das pessoas vivenciarem situações de carências e privações, além de se abrir espaço para a compreensão da maneira como a pobreza se distribui entre os desfavorecidos.

Ligado a essas potencialidades encontra-se ainda o fato de que, com a utilização de tal técnica, é possível *explicar a variabilidade do fenômeno*. Conforme já explicado, a capacidade de se explicar uma proporção da variabilidade da variável-resposta de um estudo deriva do estabelecimento de correlações entre essa variável e as independentes. Por dispor dessa

⁹⁷ Deve-se chamar atenção para o fato de que é nesse processo de busca do ajuste satisfatório, em que se incluem as sucessivas reespecificações e testagens empíricas do modelo, que a análise confirmatória abre espaço para a realização do procedimento de natureza exploratória.

prerrogativa, a MEE ajuda a determinar qual é a percentagem da variação das condições de vida das pessoas pobres que se encontra associada ao conjunto de fatores que estão sendo analisados⁹⁸.

Com relação à capacidade de *incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável*, pode-se dizer que essa é uma das principais propriedades da MEE. Tal inclusão se dá através da síntese conceitual proporcionada pela presença de variáveis latentes na modelagem, que podem ser correlacionadas entre si e com outras observáveis que venham a participar do modelo. Elas são construídas a partir da utilização de variáveis observáveis, segundo um procedimento que se baseia não apenas em indicações teóricas, mas que encontra respaldo também na fase de análise dos dados empíricos, por meio da técnica de análise fatorial. A vantagem desse procedimento está no fato de que tal técnica confere uma certa estabilidade à variável latente, pois agrupa itens cujas variações tendem a confluir em uma mesma direção; isso indica que os itens que compõem um dado construto, de fato, refletem um mesmo conceito subjacente. Um outro benefício advindo da análise fatorial é que ela possibilita a estimação do coeficiente de confiabilidade de um construto, coeficiente esse que, posteriormente, será utilizado para refinar os resultados fornecidos pelo modelo. Por abranger esses aspectos, a MEE propicia que conceitos complexos e abstratos sejam inseridos na análise de forma confiável e estável.

Há ainda que se comentar sobre a potencialidade de se *avaliar os erros de mensuração das variáveis*. De acordo com a discussão que foi desenvolvida, pode-se dizer que esse é um dos maiores diferenciais oferecidos pela MEE. Tal técnica reconhece o fato de que medidas de variáveis sociais estão imbuídas de erros e a assimila essa noção em seus procedimentos. Nessas circunstâncias, a MEE não apenas fornece estimativas explícitas desses erros, mas ajusta os cálculos dos demais coeficientes em função da presença desses elementos aleatórios na análise. Isso se baseia em procedimentos que levam em consideração os diferentes níveis de confiabilidade das variáveis, de modo que as estimativas finais das análises sejam mais precisas, conforme já discutido.

Como se vê, a MEE oferece todos os atributos que são apontados na literatura como desejáveis em um método de pesquisa sobre a pobreza. De acordo com a argumentação que vem sendo desenvolvida neste trabalho, a presença de tais características em uma metodologia confere-lhe a capacidade de apreender a articulação dos fatores associados ao fenômeno.

⁹⁸ Como se pode observar, por ter a análise de regressão como uma de suas partes constitutivas, a MEE dispõe de todas as vantagens oferecidas por essa técnica. Os pontos fracos da análise de regressão (no que tange à abordagem relacional de um objeto social complexo) são contornados por outros atributos presentes na MEE.

Dessa forma, a MEE coloca-se como uma técnica mais adequada para refletir a complexidade e a multidimensionalidade que marcam as discussões teóricas sobre essas situações sociais.

Note-se que, além da referida metodologia, foram abordadas neste trabalho as técnicas de análise de dados que são mais freqüentes nos estudos sobre o tema. Dentro das discussões conceituais sobre todos esses métodos, a MEE é o único que apresenta todos aqueles atributos tidos como desejáveis para a investigação da pobreza. Com isso, ele coloca-se em vantagem em relação àqueles outros, no que se refere a sua habilidade de abordagem relacional desse objeto social, ou seja, às suas potencialidades analíticas sobre a articulação dos fatores envolvidos nas situações de carências e privações.

Resta agora construir modelos de equações estruturais empíricos sobre os fatores articulados à pobreza, a fim de avaliar sua capacidade de representação relacional do fenômeno. A idéia é que, a partir do referencial teórico sobre pobreza, se especifique um modelo de equações estruturais hipotético a ser testado com base em dados empíricos sobre a realidade baiana.

4.4 Modelo hipotético sobre a articulação dos fatores associados à pobreza

Essa discussão conceitual sobre a MEE e o referencial teórico sobre os fatores associados à pobreza fornece subsídios suficientes para que se possa construir um modelo de equações estruturais que descreva a forma como se articulam aqueles fatores. Tal modelo consiste em uma elaboração hipotética que reflete as proposições teóricas sobre as relações existentes entre os referidos fatores. Conforme o procedimento metodológico já descrito, essa configuração inicial deve ser aplicada a uma base de dados empíricos e, em seguida, ter seu ajuste aferido. Em não havendo uma correspondência satisfatória entre as relações postuladas na hipótese inicial e as correlações observadas na base empírica, o modelo deve sofrer modificações e ser novamente submetido a testes de ajuste. Tal processo deve prosseguir até que se chegue a uma configuração que, por se adaptar bem aos dados empíricos, seja considerada como uma representação aceitável das relações existentes entre as variáveis que compõem o estudo.

Com relação ao fenômeno social que interessa a este trabalho, algumas considerações substantivas devem ser lembradas neste momento. Em princípio, há que se notar que o modelo a ser testado inclui quatro conceitos amplos, que são tratados na literatura sobre o tema: as condições de pobreza do indivíduo, as circunstâncias em que se dá a sua inserção no mercado de trabalho, suas características demográficas e a composição de sua família. Cada

um desses elementos deve ser introduzido no modelo por meio de variáveis latentes ou observáveis que os representem, de modo que as inter-relações postuladas na teoria possam ser estimadas. Vale lembrar que todas as informações ora mencionadas referem-se ao chefe do domicílio.

As condições de pobreza apresentam-se no modelo por meio da variável observável “renda domiciliar *per capita*” e das variáveis latentes “conforto no lar” e “acesso a saneamento básico”⁹⁹. Essas são diferentes formas de se mensurar a pobreza, que retratam facetas distintas do problema. Conforme recomendações teóricas (Salama e Destremau, 2001: 20; Rocha, 2003: 28; Mendonça: 2002: 79; Vos e Mejía, 1999: 176), elas devem ser integradas em uma mesma análise, correlacionando-se umas às outras. Entende-se que, por meio de tal procedimento, pode-se delinear uma visão mais completa e estável das condições de vida dos indivíduos que se encontram nessa situação. O modo de inserção no mercado de trabalho, por seu turno, é representado no modelo por uma variável latente e as características demográficas dos indivíduos – a dizer, sexo, idade, raça, educação, localização urbana ou rural do domicílio – são todas inseridas como variáveis observáveis. Por fim, o tópico da composição da família é representado no modelo pelas diretamente mensuráveis “taxa de dependentes por renda no domicílio” e “situação conjugal”.

A tabela 4.2 sumariza esses conceitos. No caso daqueles que são abstratos, é explicitada a forma como eles vão sendo sucessivamente decompostos em variáveis latentes e em observáveis. Pode-se perceber assim o modo como os conceitos intangíveis aproximam-se das medidas concretas que viabilizam suas inserções na modelagem, tal como descrito nos parágrafos precedentes.

A partir dessas variáveis – latentes e observáveis – e das indicações encontradas na revisão da literatura é que se podem estabelecer as hipóteses sobre as relações entre os fatores socioeconômicos e as condições de pobreza. De forma direta, as associações podem ser postuladas nas seguintes proposições: a) moradores da zona urbana têm maior acesso a saneamento básico e mais conforto no lar do que aqueles situados na zona rural; b) domicílios com altas taxas de dependentes por renda têm menor renda *per capita*; c) domicílios chefiados por pessoas que vivem em companhia de cônjuge apresentam maior renda *per capita*; d) chefes de domicílio com melhor inserção no mercado de trabalho associam-se com maior renda *per capita*.

⁹⁹ As variáveis observáveis que funcionam como indicadores dos construtos a serem incluídos no modelo encontram-se listadas no quadro abaixo.

Tipo de Variável Conceito	Variáveis Latentes	Variáveis Observáveis (mensuração)
Pobreza	--	Renda domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$)
	Conforto no lar	Existência de geladeira no domicílio (1=não; 2=sim) Existência de televisor no domicílio (1=não; 2=sim) Existência de banheiro no domicílio (1=não; 2=sim)
	Saneamento básico	Abastecimento de água, origem (1=outra; 2=poço ou nascente; 3=rede geral) Abastecimento de água, canalização (1=não canalizada; 2=canalizada só na propriedade ou terreno; 3=canalizada em pelo menos um cômodo)
Inserção no mercado de trabalho	Tipo de inserção no mercado de trabalho	Qualidade da ocupação / grau de garantias e proteção social (1=desocupado; 2=trabalhador não contribuinte; 3=trabalhador contribuinte) Condição de inserção na organização social do trabalho (1=desinserido; 2=conta-própria; 3=empregado/trabalha para terceiros)
Características demográficas	--	Sexo (1=feminino; 2=masculino)
		Idade (anos)
		Raça (1=outras; 2=preta; 3=parda; 4=branca)
		Educação (anos completos de estudo ¹⁰⁰)
		Localização do domicílio (1=rural; 2=urbana)
Composição da família	--	Taxa de dependentes por renda no domicílio (%) Vive em presença de cônjuge (1=nunca viveu; 2=não, mas já viveu; 3=sim)

Tabela 4.2. Variáveis latentes e observáveis utilizadas nos modelos de equações estruturais

¹⁰⁰ O número de “anos completos de estudo” é calculado pelo IBGE em função do último curso e série concluídos pela pessoa recenseada. Com isso, a informação contida nessa variável refere-se ao nível máximo de estudo alcançado pelo indivíduo, já que não são computados os anos referentes a possíveis eventos de abandono e repetência durante a vida escolar.

Da mesma forma, espera-se que os fatores associados à pobreza estejam articulados entre si, da seguinte maneira:

- a) domicílios chefiados por homens têm menor taxa de dependentes por renda do que aqueles chefiados por mulheres; chefes de domicílios do sexo masculino vivem em companhia de cônjuge mais frequentemente do que chefes do sexo feminino, assim como os homens têm melhor inserção no mercado de trabalho do que as mulheres;
- b) domicílios chefiados por pessoas mais velhas têm menor taxa de dependentes por renda, assim como chefes de domicílios com maior idade têm uma inserção no mercado de trabalho mais estável;
- c) melhor inserção no mercado de trabalho liga-se a uma menor taxa de dependentes por renda no domicílio;
- d) pessoas com maior grau educacional têm uma inserção no mercado de trabalho mais estável;
- e) pessoas brancas têm maior nível educacional do que pretos e pardos e são melhor inseridas no mercado de trabalho;
- f) domicílios com maior renda *per capita* apresentam correlação positiva com acesso a saneamento básico e com o conforto no lar; o conforto no lar associa-se positivamente a acesso a saneamento básico.

Deve-se enfatizar que todas as associações recém mencionadas encontram lastros em trabalhos que já foram discutidos anteriormente. Tais fundamentos podem ser de natureza teórica – estudos que descrevem e analisam os processos sociais envolvidos no fenômeno da pobreza – ou prática, como as pesquisas empíricas que já se dedicaram a analisar dados sobre realidades de carências e privações. Dentro de tal perspectiva, a tabela 4.3 indica algumas referências bibliográficas que sustentam as associações a serem testadas sob a forma de um modelo de equações estruturais. Por uma questão de parcimônia, são citadas no máximo cinco referências para a sustentação de cada correlação (Verhine, 1993: 268). Observe-se que referências adicionais para muitas das relações ora apresentadas foram fornecidas e discutidas no capítulo teórico sobre fatores associados à pobreza.

Como se sabe, essas associações apresentam-se de modo simultâneo em realidades empíricas de carências e privações. Para auxiliar a compreensão da multidimensionalidade e da complexidade que marcam esse fenômeno, todas as correlações ora descritas encontram-se ilustradas na figura 4.6. Tal diagrama provê uma visão da forma como se articulam os fatores

socioeconômicos associados à pobreza, articulação essa que constitui a natureza relacional inerente a esse problema.

Correlação	Referência Bibliográfica
Sexo → Tx. Dep. Renda	Salles e Tuirán (2002: 70-71); Carvalho (2002b: 130)
Sexo → Cônjuge	Carvalho (2002b: 130); Garfinkel e McLanahan (1994: 208); Jenkins e O’Leary (1998: 413-414)
Sexo → Ins. Merc. Trab.	Ziccardi (2002: 144); Guimarães (2002b: 105); Ramos e Vieira (2000:172); Neri (2000: 521); Woldon (2000: 63)
Educ. → Ins. Merc. Trab.	Verhine (1993: 54); Reis e Schwartzman (2003: 17); Sen (1999; 90; 2003); Barros, Corseuil e Leite (2000); PNUD (1997: 16)
Idade → Tx. Dep. Renda	Carvalho (2002b: 30); Székely (1996: 22); Rocha (2003; 188)
Idade → Ins. Merc. Trab.	Wolff (1997: 158-159); Barros e Mendonça (1995: 41); Pastore e Valle Silva 2000: 18); Ramos e Vieira (2000: 171); Carvalho (2002b: 130)
Raça → Ins. Merc. Trab.	Guimarães (2002a: 69); Rosemberg e Piza (1997: 126); Ramos e Vieira (2000:172)
Raça → Educ.	Guimarães (2002a: 67); Soares (2000: 23); Pastore e Valle Silva (2000: 96); Schwartzman (2004: 112); Plank (1996: 170)
Tx. Dep. Renda → Renda <i>p. c.</i>	Barros e Camargo (1994: 83); Carvalho (2002b:125); Garfinkel e McLanahan (1994: 207)
Cônjuge → Renda <i>p. c.</i>	Barros e Camargo (1994: 84); Neri (2000: 521); Garfinkel e McLanahan (1994:207); Carvalho (2002b: 128); Funkhouser (1999: 129)
Ins. Merc. Trab. → Renda <i>p. c.</i>	Castel (1997a; 1997b; 1998); Pochmann(2001: 111); Székely (2001); Rocha (2003; 185-186); Barros. Corseuil e Leite (2000: 210)
Rural/Urb. → Conf. Lar	Oster (1978: 44); Plank (1996: 174); White e Killick: 2001: 66); Woldon (2000; 65-66); IFAD (2001: 23)
Rural/Urb. → Saneamento	Rocha (2003: 19); Székely (1996: 28); White e Killick (2001: 66); Castaño (1999: 208); Woldon (2000: 66)
Ins. Merc. Trab. → Tx. Dep. Renda	Wolff (1997: 102); Guimarães (2002b: 104-105)
Renda <i>p. c.</i> ↔ Conf. Lar	Rocha (2003: 18); Salama e Destremau (2001: 20); Deaton e Zaidi (2002: 37); Vos e Mejía (1999: 176); United Nations (1998)
Renda <i>p.c.</i> ↔ Saneamento	Rocha (2003:18); Salama e Destremau (2001: 20); CEPAL (2001:24); Conde (1999: 143); Deaton e Zaidi (2002: 37)
Conf. Lar ↔ Saneamento	Rocha (2003: 18); Salama e Destremau (2001: 20); CEPAL (2001:24); Deaton e Zaidi (2002: 37); United Nations (1998)

Tabela 4.3: Referências bibliográficas selecionadas para sustentação das relações hipotéticas entre fatores socioeconômicos envolvidos no fenômeno da pobreza.

As equações matemáticas que refletem as relações postuladas na figura 4.6 encontram-se no Anexo 1. É a partir de tais equações que o programa computacional utilizado neste estudo – o EQS 6.0, *software* especificamente criado para realizar a MEE – estima os parâmetros relativos a cada associação apresentada no modelo. Cabe ressaltar que a representação gráfica abaixo reflete uma seqüência lógica e temporal que acompanha as relações estabelecidas entre os fatores analisados. Essa configuração conforma o modelo de equações estruturais hipotético, a partir da qual são construídos e testados os modelos apresentados no próximo capítulo deste trabalho.

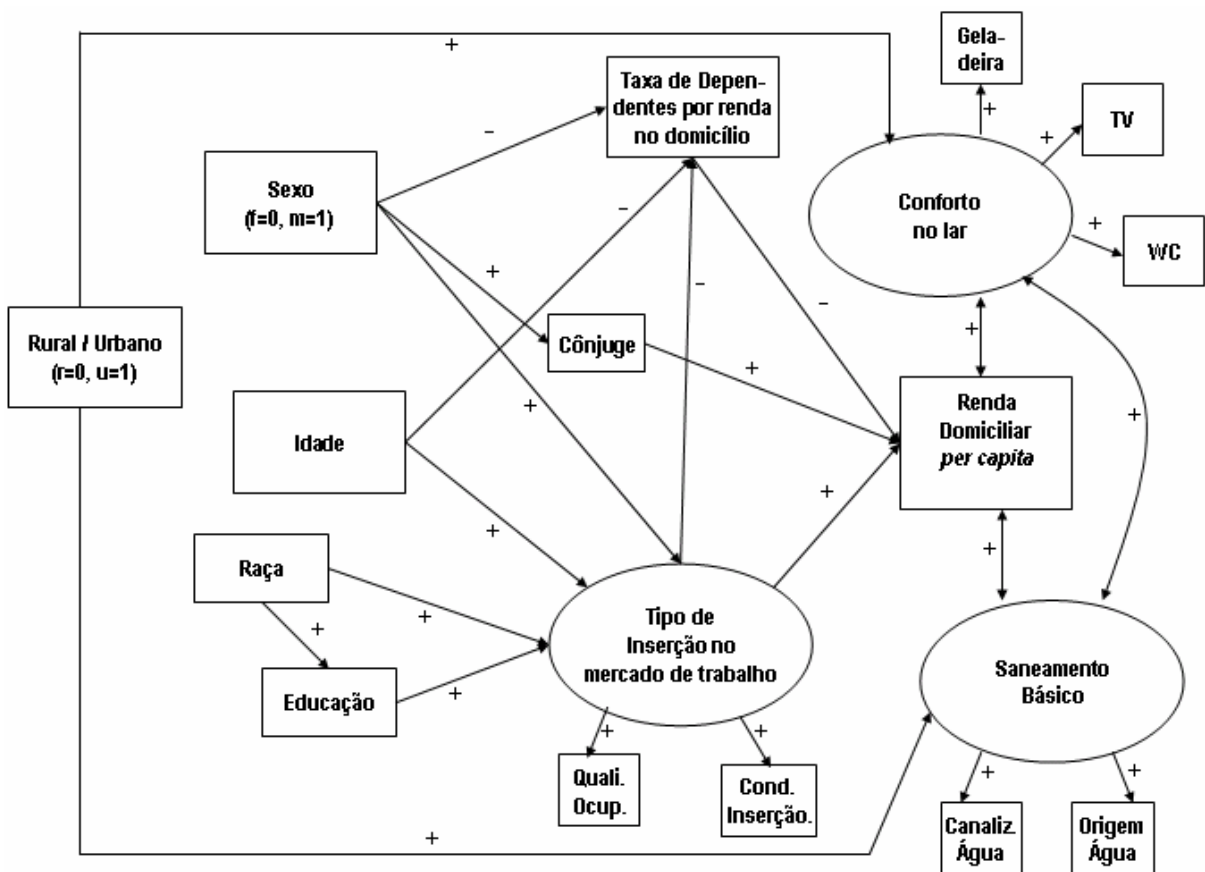


Figura 4.6. Modelo hipotético sobre a articulação dos fatores associados à pobreza

Capítulo 5. Uma análise articulada dos fatores associados à pobreza na Bahia

O modelo de equações estruturais recém proposto foi elaborado com a intenção de se estudar a articulação entre os fatores associados ao fenômeno da pobreza. Para que a análise possa ser levada adiante, o passo subsequente consiste em se construir e testar tal configuração hipotética com base em dados empíricos. No âmbito deste trabalho, os dados que sustentam a constituição da MEE referem-se à população pobre do estado da Bahia. Por isso, é necessário se proceder a uma breve descrição sobre o contexto econômico baiano. Conjugada ao referencial teórico sobre os fatores associados à pobreza, a abordagem do contexto baiano pode ajudar a fundamentar a interpretação substantiva dos achados do modelo.

5.1 O contexto baiano

5.1.1 Panorama socioeconômico

Dentro do atual contexto socioeconômico brasileiro, a Bahia destaca-se por exibir altos níveis de pobreza e desigualdades. Situada no Nordeste do Brasil – região que apresenta os maiores graus de concentração de renda do país, assim como os menores níveis de desenvolvimento econômico –, seus níveis de pobreza e de desigualdade sobressaem-se mesmo em relação aos demais estados nordestinos. Tais constatações são apresentadas em um estudo realizado por Osório e Medeiros (2002: 256), que desenvolvem uma análise comparativa com base em dados empíricos daquela região. Os autores observam que, de forma dissonante à tendência geral delineada entre os estados do Nordeste, os indicadores de desigualdade e pobreza da Bahia pioraram nas duas últimas décadas: seu nível de pobreza permaneceu estável, enquanto que, nos demais estados nordestinos, a tendência de crescimento de renda fez com que a proporção e a intensidade da pobreza diminuíssem para as camadas desfavorecidas. Tais achados levam os autores a afirmarem que a evolução do quadro de pobreza daquele estado mostra-se diferente do padrão nordestino, “à medida que mantém, no final da década de 1990, a mesma proporção de pobres de 20 anos antes, porém apresentando uma pobreza mais intensa” (Osório e Medeiros, 2002: 263). Com isso, a Bahia piorou sua posição dentro da classificação dos estados, encontrando-se hoje entre os cinco com maior proporção de pobres no Brasil. Segundo os prognósticos daqueles autores, se a

tendência atual for mantida, dentro em breve a Bahia pode se tornar o estado com a maior parcela de pobres no país.

Dentre as diversas razões que confluíram para que se chegasse a tal situação, pode-se destacar o fato de que, em relação aos demais estados nordestinos, a Bahia apresentou uma das menores taxas de crescimento de renda *per capita* durante os últimos 20 anos. Aliado a isso, o estado manteve-se entre as dez piores distribuições de renda do país, levando os autores a afirmarem que a distribuição de renda baiana é uma das piores do mundo (Osório e Medeiros, 2002: 263).

Uma outra abordagem da realidade socioeconômica baiana é encontrada no “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” (PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2004). Reafirmando o panorama recém delineado, o referido trabalho informa que, em 2000, 55,32% da população baiana vivia abaixo da linha de pobreza. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal calculado para o estado da Bahia era de 0,688. Segundo a classificação do PNUD, isso significa que o estado está entre as áreas consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Entretanto, como já se discutiu, tal coeficiente possui baixo potencial informativo sobre as condições de pobreza a que se refere, se for tomado de forma direta e isolada. Para que tal resultado possa ganhar uma interpretação mais precisa e plena de sentido, devem-se realizar comparações com IDH's de outros lugares. Dentro dessa perspectiva, quando considerado de forma relativa aos índices de outros estados do Brasil, o IDH no valor de 0,688 indica que a Bahia apresenta-se em uma situação ruim: ele ocupa a 22ª posição, sendo que 21 estados (77,8%) estão em melhor situação e 5 estados (22,2%) estão em situação pior ou igual.

Os trabalhos ora mencionados apresentam a vantagem de comunicarem, de forma global e sintética, um perfil da situação baiana. Contudo, conforme se argumentou anteriormente, o procedimento de agregação de dados relativos a grandes áreas pode incorrer em perda de informações acerca da diversidade de situações ali existentes. No caso da Bahia, que compreende um território de 564.273,0 km² de área, é natural existam distintas realidades socioeconômicas, culturais, políticas e geográficas. Nesse sentido, as medidas globais referentes a toda sua extensão não permitem entrever as especificidades que caracterizam seus distintos contextos; tais coeficientes comunicam, sob a forma numérica, qual seria a “situação média” encontrada no estado.

De fato, a Bahia abrange contextos díspares, notadamente no que concerne aos graus de dinamismo econômico de suas distintas localidades. De acordo com pesquisa realizada no ano 2000 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/Seplantec), a

forte concentração da produção e da riqueza em determinadas áreas do estado é um dos fatores determinantes para as grandes diferenças econômicas entre as regiões da Bahia. Tal concentração favorece a existência de bolsões de pobreza, principalmente nas regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Médio São Francisco. A magnitude da concentração da riqueza na Bahia pode ser indicada pelo fato de que, dos 415 municípios pesquisados, apenas 41 detinham 75,88% do PIB estadual. Segundo tal pesquisa, Salvador concentrava 23,4% do PIB baiano e os 76,6% restantes encontravam-se divididos entre os demais municípios; a chamada Região Metropolitana de Salvador (RMS) era então responsável por uma parcela de 48,2% da riqueza produzida no estado.

Vista como um todo, pode-se dizer que a economia baiana demonstra caráter agro-exportador, calcado em velhas estruturas socioeconômicas excludentes. Entretanto, como denotam os dados acima, o estado inclui também áreas de certa pujança econômica. Nesse cenário, destaca-se a participação de sua capital, Salvador, terceira maior cidade do Brasil, que possui quase 2,5 milhões de habitantes e se coloca como a sexta área metropolitana do país.

Um breve retrospecto sobre a história da cidade mostra que, no período compreendido entre o século dezesseis até finais do século dezoito, Salvador ocupava lugar de destaque não apenas como a capital do Brasil-Colônia, mas principalmente como porto obrigatório da navegação européia durante aquele período (Loiola e Miguez, 1998). O final do século dezoito e início do dezenove inauguraram a era da meridionalização da política e da economia brasileira. Esse processo desencadeou uma longa fase de “mormaço político e decadência econômica” para Salvador, fase essa que se estendeu desde a transferência do governo geral do país para o Rio de Janeiro, em 1763, até a década de 1950, quando houve a descoberta do petróleo no Recôncavo Baiano e sua conseqüente exploração.

Durante aqueles quase duzentos anos, Salvador manteve-se longe dos processos de modernização política e econômica que ocorreram no sudeste brasileiro. A ausência de uma vitalidade econômica – característica daquele período de falta de contato com os centros mais dinâmicos do país – continuou a caracterizar o cenário soteropolitano mesmo em tempos posteriores: descontinuidade e ausência de um projeto global de desenvolvimento marcaram a vida econômica da cidade na segunda metade do século XX. Tendo em vista tais considerações, é coerente constatar que a retomada do crescimento de Salvador, ocorrida a partir dos anos cinquenta, foi majoritariamente impulsionada por iniciativas exógenas à cidade, que visavam ao desenvolvimento econômico do estado da Bahia (Lima, 1999).

Por isso, a abordagem de um panorama sobre a evolução socioeconômica da cidade durante a segunda metade do século XX deve ser situada dentro do processo de

desenvolvimento econômico por que passou a Bahia como um todo. Para os fins deste trabalho, importa delinear brevemente tal processo de desenvolvimento econômico estadual, uma vez que ele veio a moldar não apenas a formação do perfil socioeconômico de Salvador, mas também influenciou as trajetórias de outras cidades baianas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento estadual alicerçou-se no uso de políticas regionais, que visavam a levar investimentos estruturantes às regiões que se desejassem desenvolver. Conforme já comentado, até a primeira metade da década de cinquenta, o estado da Bahia apenas assistiu à industrialização da região Sudeste, mais intensamente em curso no estado de São Paulo. Naquela época, a Bahia passava por um processo de crise econômica e de perda de hegemonia política. Esse quadro pode ser sucintamente explicado pela baixa acumulação de capital gerada pela economia do cacau frente à decadência do preço do produto no mercado internacional – que se traduzia na insuficiência de recursos para investir na indústria, além da não formação de um mercado urbano de bens finais que pudesse estimular a industrialização –, aliado à impossibilidade de dotação de infra-estrutura por parte do Estado, importante fator para a expansão do mercado interno. Um outro elemento a corroborar a dificuldade do processo de industrialização da Bahia naquele período foi a falta de capacidade empresarial e tecnológica, que não abria espaço para a transformação do capital mercantil em industrial. Paralelamente, a cafeicultura concentrada nos estados do Sudeste, e mais fortemente no estado de São Paulo, gerava um excedente capaz de bancar o nascimento da industrialização no país (Fernandes, 1998).

O processo de industrialização então em curso no Brasil era guiado pela a lógica da substituição de importações. Tal lógica consistia na tentativa de inverter a posição do país dentro da divisão internacional da economia: almejava-se deixar a função de exportador de matérias-primas e importador de bens de capital e de consumo industriais, passando-se a assumir o papel de produtor de bens industriais intermediários e de consumo, duráveis e não duráveis, para mercados internos e externos (Furtado, 1977).

O processo de substituição de importações foi intensificado pelo Estado brasileiro a partir da década de cinquenta, mediante ações que visassem à integração regional, à desconcentração industrial e à criação de um mercado consumidor no país. De acordo com a descrição de Fernandes (1998), até a década de setenta, as ações públicas no Brasil consistiam em políticas setoriais de caráter nacional e em políticas de planejamento de corte regional (a criação da SUDENE, por exemplo, coloca-se como um marco daquele período). A partir do início dos anos setenta, a estratégia de integração territorial do Brasil passou a enfatizar o cunho urbano-metropolitano.

Foi dentro daquele contexto, ainda na primeira metade da década de cinquenta, que se iniciou a industrialização na Bahia, com a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso e da Refinaria Landulfo Alves. A partir de então, desencadeou-se o aquecimento econômico de Salvador, gerando um aumento do emprego industrial e de uma massa de salários que, por sua vez, estimularam novas indústrias, a construção civil, atividades de serviços e comércio, dentre outras. Tais acontecimentos repercutiram no crescimento da cidade em termos populacional, econômico e urbano, trazendo dinamismo também às áreas vizinhas, o que veio a dar nascimento à chamada Região Metropolitana de Salvador (Lima, 1999).

A economia do lugar continuou a ganhar propulsão a partir de outros investimentos industriais feitos na década de sessenta, quando se assistiu à construção do Centro Industrial de Aratu (CIA) e, no final da década de setenta, à instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001). Naquela época, a estratégia do governo federal com vistas à regionalização ou à desconcentração econômica costumava se calcar na acumulação privada e na intervenção estatal direta (através da participação estatal na constituição de capital) e indireta (como instrumento de fomento e investimento). Para que se efetivasse a almejada integração regional, a estratégia do governo se baseava no estabelecimento de pólos de desenvolvimento industrial em cada região; a instalação do COPEC na Região Metropolitana de Salvador configura um desses casos. Há que se notar que, por sua própria natureza, esse tipo de ação tende a favorecer a concentração da produção e da riqueza em determinadas áreas; foi justamente isso o que acabou acontecendo dentro da realidade baiana.

Como se percebe a partir do que foi descrito, o desenvolvimento industrial mais intenso da Bahia concentrou-se em torno da Região Metropolitana de Salvador. A crescente industrialização, juntamente às migrações de pessoas saídas do interior provocadas pela estagnação da agropecuária e da decadência da pequena manufatura existente no Recôncavo produziram um intenso crescimento populacional na cidade do Salvador, conforme mostra a tabela abaixo.

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULACIONAL
1940	294.253	10.831
1950	424.142	129.889
1960	649.453	225.311
1970	892.392	242.939
1980	1.525.831	633.439
1991	2.075.273	549.442
2000	2.443.107	367.834

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1995 e Censo Demográfico 2000

Tabela 5.1. Crescimento Populacional de Salvador, 1940-2000

Embora Salvador não abrigue as indústrias da RMS, o município sofreu grandes impactos causados pelo processo de industrialização que foi aqui brevemente delineado. Quase todos os trabalhadores das indústrias do CIA e COPEC fixaram residência naquela cidade, o que provocou um aumento de suas atividades de comércio e serviços, além da ampliação de seu mercado imobiliário.

A constatação de que Salvador passou por uma urbanização acompanhada de uma fraca industrialização ajuda a compreender por que, nos dias de hoje, o setor de comércio e serviços assume grande importância na economia local; como se sabe, atualmente esse é o setor que concentra a maior parte dos postos de trabalho da cidade (sendo uma fonte de oportunidades de trabalho particularmente relevante para a população de baixa renda). Uma análise da distribuição setorial do emprego na RMS confirma tal afirmação. Conforme se pode ver na tabela abaixo, o setor de serviços aparece como o que mais aloca a população trabalhadora dessa cidade.

Setores Períodos	Indústria de Transform.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Outros
1996	8,7	5,2	17,6	66,7	1,8
1997	8,6	5,5	17,8	66,5	1,6
1998	7,6	5,6	17,4	67,0	2,4
1999	7,9	5,3	15,0	70,5	1,3
2000	8,2	6,3	16,4	68,1	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE, adaptada

Tabela 5.2. Distribuição percentual dos ocupados por setor de atividade econômica na Região Metropolitana de Salvador – Bahia 1996-2000

Dada a importância do setor de serviços para a vida econômica da cidade, cabe assinalar o fato de que Salvador é a capital política do estado da Bahia. Sobre este aspecto, Paz (1994) chama atenção para o fato de que os lugares que sediam serviços de administração pública, especialmente os estaduais e federais, possuem um setor gerador de renda *sui generis*. Para o autor, o fator “capital política” é um segmento de produção de serviços governamentais destinados a todo o espaço de sua jurisdição, que forma parte do conjunto de atividades voltadas para mercados externos a ela. Assim, essa atividade funciona como um elo de ligação econômica da capital política com outras localidades. Nessas circunstâncias, importa notar que o fornecimento de serviços governamentais a lugares externos à capital política influencia a formação dos seus mercados internos, pois contribui para a apropriação e internalização de renda, servindo assim de escoramento ao desenvolvimento das atividades internas ao próprio local.

Uma vez delineado o panorama histórico de formação econômica do estado e a forma como ele repercutiu no desenvolvimento de sua capital, cabe notar que Salvador chega ao ano 2000 com uma série de problemas sociais a serem enfrentados. O fato de que 30,7% de sua população viviam abaixo da linha de pobreza¹⁰¹ naquele mesmo ano deixa entrever a gravidade da situação (PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2004).

A esse respeito, pode-se mencionar o fato de que o processo de industrialização nos arredores da cidade atraiu para ela um grande contingente populacional de baixa renda. Essas pessoas conformam uma parcela da população que, caracteristicamente, são absorvidas pelo setor terciário da economia e continuam obtendo baixas remunerações. Desse modo, conforme já discutido, é comum que elas se engajem em atividades do tipo “biscates” ou que os membros mais jovens das famílias procurem se inserir no mercado de trabalho para que as rendas familiares sejam complementadas.

Entretanto, a migração de pessoas de baixa renda para a capital é apenas um fator coadjuvante para que a pobreza em Salvador atinja uma proporção tão alta da população. A principal razão para isso é de caráter estrutural e deve ser compreendida dentro da perspectiva histórica aqui apresentada: o período de aquecimento econômico da década de 70 não se prolongou até os dias atuais. Além do esgotamento do modelo que o sustentava, baseado na lógica da substituição de importações, aconteceu que, mais recentemente, a economia regional foi negativamente afetada pelo avanço da crise dos anos 90. Durante tal década, assistiu-se a uma tendência de realocação do dinamismo econômico nas regiões Sudeste e Sul do país, com a implementação das “reformas estruturais” ou “políticas de ajuste”, caracterizadas pela ênfase nos mecanismos de mercado e pelo encolhimento da ação estatal no âmbito industrial ou regional, além da reformulação do papel do Estado enquanto provedor de políticas sociais e econômicas. Com isso, a frágil estruturação do mercado de trabalho soteropolitano também foi abalada, voltando a assumir as feições tradicionalmente associadas ao atraso da região: o desemprego estrutural, a informalidade, a precariedade e a instabilidade na ocupação, conformando-se assim uma tendência geral à queda dos rendimentos reais dos trabalhadores (Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001).

A problemática ligada à redução dos rendimentos do trabalho e ao aumento das desigualdades é comum às metrópoles brasileiras. No entanto, Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) afirmam que o fenômeno da pauperização em Salvador vem assumindo feições mais

¹⁰¹ Lembre-se que a linha de pobreza no Brasil é definida pela renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

intensas do que no resto do país. Isso decorre de um acentuado quadro de desemprego, subemprego e baixos salários na capital baiana, devido principalmente à criação limitada e insuficiente de postos de trabalho. Para ilustrar essa situação, pode-se mencionar que, em agosto de 2000, a taxa de desemprego total em Salvador foi 25,3%, com o desemprego aberto atingindo a casa dos 14,3% e o desemprego oculto ou “sub-emprego”, 10,9% (PED/RMS, 2000).

No que concerne às demais regiões do estado – onde não existiram fatores que desencadeassem processos de desenvolvimento econômico e social, capazes de alterar as tradicionais estruturas concentradoras da riqueza e produtoras das situações de carência e privação dos direitos sociais para maior parte da população – a pobreza permanece como uma marca do cenário baiano, assumindo feições específicas em suas distintas paragens.

A maioria dos municípios dessas regiões se caracteriza por ser de pequeno porte, cujas economias, se tomadas isoladamente, não contribuem de maneira expressiva para o produto estadual. Apesar das diversidades culturais e geográficas existentes entre eles, pode-se dizer que tais cidades apresentam perfis socioeconômicos semelhantes, no sentido de que suas bases econômicas são de caráter eminentemente rural. Especificamente, está-se falando aqui das 403 localidades com menos de 100.000 habitantes que compunham o estado da Bahia no ano 2000.

Como ocorre em qualquer cidade, as parcelas pobres das populações desses municípios compreendem indivíduos que estão desempregados ou que assumem ocupações precárias, trabalhando sem carteira assinada e recebendo baixas remunerações. Além disso, devido ao fato de que grande parte das pessoas habita as zonas rurais, a maioria da população de baixa renda envolve-se em atividades econômicas do setor agropecuário. Nesses contextos, ainda hoje vigoram as tradicionais estruturas que centralizam a riqueza nas mãos de uma minoria e que, conseqüentemente, são geradoras de pobreza. Por isso, é significativa a quantidade de pessoas pobres que se incluem nas categorias dos sem terra e dos pequenos produtores de subsistência.

Além dos pequenos municípios, há ainda algumas cidades baianas que se destacam por possuírem economias mais dinâmicas e desenvolvidas. Está-se falando aqui de 11 grandes municípios, com níveis de urbanização relativamente mais elevados, cujas populações variam de 100.000 a 500.000 habitantes¹⁰². Dentro do contexto baiano, além de se destacarem pelas

¹⁰² Este grupo é formado pelos seguintes municípios: Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista.

magnitudes de suas populações, tais cidades situam-se entre aquelas que obtiveram os maiores produtos municipais do ano 2000 (Silva, 2004: 208).

Em cada um dos casos, percursos históricos particulares e fatores distintos confluíram para que essas municipalidades atingissem tal expressividade econômica. Algumas delas foram impulsionadas pela prosperidade de atividades agro-exportadoras vigentes em certos períodos (como se deu com os casos dos desenvolvimentos de cidades como Ilhéus e Itabuna, durante a época em que vicejava a atividade cacaueteira e, mais recentemente de Barreiras, cujo dinamismo econômico encontra-se, ainda hoje, em função da cultura da soja); duas delas fazem parte da RMS e, por isso, ganharam propulsão a partir do processo de industrialização recém descrito. Por terem adquirido um maior grau de desenvolvimento, muitas dessas localidades exercem atualmente o papel de pólos econômicos de suas regiões.

Em consonância com o maior dinamismo econômico dessas cidades, constata-se o fato de que grande parte de suas populações habita a zona urbana. No que concerne às pessoas pobres que ali vivem, pode-se dizer que elas enfrentam complicações semelhantes às que já foram discutidas no contexto de Salvador: dificuldade de inserção no mercado de trabalho e redução dos rendimentos advindos de suas atividades laborais. Como se sabe, problemas dessas naturezas estão relacionadas à incapacidade do sistema produtivo local de expandir o número de postos de trabalho estáveis. Assim, o trabalho por conta-própria, o desemprego e a precarização das oportunidades de trabalho passam a fazer parte do cotidiano dessas cidades, sendo que o setor de comércio e serviços acaba sendo aquele que mais absorve essa mão-de-obra (Silva, 2004).

Há que se notar que o trabalho por conta-própria, o desemprego e a precarização dos postos de trabalho são também problemas a serem enfrentados pelos trabalhadores das zonas rurais. Além da questão da distribuição desigual das terras, que priva as pessoas pobres do usufruto dos seus benefícios, as dificuldades de obtenção de postos de trabalho estáveis têm crescido em várias localidades, principalmente naquelas onde as atividades agropecuárias, baseadas nas grandes propriedades, encontram-se em estado de debilidade.

Pelo exposto, nota-se que a Bahia comporta em seu território realidades socioeconômicas de perfis distintos, podendo-se demarcar três tipos de contextos: Salvador, a metrópole que se destaca em relação aos demais municípios baianos tanto pela sua pujança econômica quanto pela magnitude de sua população. Um outro tipo de realidade refere-se às cidades que possuem grandes populações e graus relativamente elevados de urbanização e de desenvolvimento. Além da existência dessas municipalidades mais expressivas dentro do

contexto baiano, há ainda uma grande massa de municípios pequenos, que não passaram por algum processo que lhes impulsionasse as atividades econômicas.

Embora o estado abranja esses três tipos de contextos que se distinguem por exibirem níveis de desenvolvimento econômico dessemelhantes, vale dizer que a pobreza se apresenta como um traço marcante em todos eles. Conforme sugerem alguns autores (Townsend, 1993; Schwatzman, 1997; Salama e Destremau, 2001), a manifestação do fenômeno modifica-se em função do contexto socioeconômico em que se insere. Por isso, no âmbito deste estudo, a articulação dos fatores associados ao fenômeno será investigada em cada um desses tipos de realidades, de modo que se possam apreender as nuances e especificidades que essa questão social assume ao se apresentar sob cenários distintos.

5.1.2 Considerações sobre procedimentos amostrais

Para sustentar a construção do modelo de equações estruturais anteriormente descrito, serão utilizados neste trabalho dados empíricos sobre a população pobre da Bahia. Tais dados foram coletados pelo IBGE, por ocasião do Censo do ano 2000. Vale esclarecer que, dentro dos processos de pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE, costumam-se usar dois tipos de questionários: o primeiro é um instrumento simplificado, que contém apenas perguntas básicas e é aplicado à totalidade da população. O segundo questionário é um instrumento mais completo que, além de conter as perguntas que constam no questionário básico, incluem também outras questões mais minuciosas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas religião, cor ou raça, deficiência, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento. Devido à sua extensão e ao seu grau de detalhamento, esse segundo tipo de questionário é aplicado a apenas uma amostra, que abarca todos os municípios da população pesquisada¹⁰³.

No âmbito deste estudo, serão utilizados os dados amostrais fornecidos por esse segundo tipo de questionário, já que ele oferece informações mais completas sobre as características socioeconômicas da população de cada município. Entretanto, ainda que se trate de uma fração da população total, a amostra selecionada pelo IBGE para representar a Bahia não será utilizada em sua integridade para basear esta pesquisa. Para que os dados utilizados venham a

¹⁰³ O desenho amostral adotado pelo IBGE “compreende a seleção sistemática e com equiprobabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município. Para a realização do Censo Demográfico de 2000 (...), foram definidas duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios” (IBGE, 2003).

corresponder aos propósitos da presente investigação, é necessário proceder a um estreitamento de foco, a ser realizado por meio de uma redução da amostra do IBGE.

Alguns fatores confluem para que tal redução amostral se faça necessária. Em princípio, deve-se estar atento ao fato de que o IBGE prima por representar as populações totais de cada município através de conjuntos amostrais que, quando tomadas conjuntamente, conformam uma amostra maior que representa a totalidade da população estadual. A população-alvo deste trabalho, entretanto, é aquela composta por pessoas pobres, ou seja, apenas pelas pessoas que, em agosto de 2000 viviam com renda domiciliar *per capita* inferior à metade do salário mínimo em vigor naquele período. Ademais, conforme discutido no referencial teórico anteriormente apresentado, interessa investigar aqui as características dos chefes dos domicílios que se encontravam em situação de pobreza durante o período de coleta de dados do Censo 2000. Assim, nota-se a necessidade de se proceder a uma redução inicial daquela base de dados: dentre os casos que compõem a amostra total do IBGE, serão considerados apenas aqueles referentes aos chefes de domicílios¹⁰⁴, cujas rendas domiciliares *per capita* eram iguais ou inferiores a R\$ 75,50 no ano 2000.

Além disso, mesmo contendo apenas dados referentes aos chefes de domicílios pobres, as bases de dados relativas a cada um dos tipos de contextos a serem analisados neste trabalho – a dizer, os municípios pouco desenvolvidos economicamente, os de desenvolvimento médio e Salvador – são ainda compostas por quantidades de casos bastante elevadas. Para que se possa ter uma idéia, com relação aos 403 municípios com menos de 100.000 habitantes, a base amostral composta por chefes de domicílios pobres compreende 150.376 casos; para as 11 municipalidades cujas populações se situam entre 100.000 e 500.000 habitantes, tal banco é formado por 29.691 casos; e em Salvador, são 20.181 casos referentes aos chefes de domicílios que vivem em situação de pobreza.

Como se vê, as magnitudes dessas bases são excessivas. Tendo em vista os cálculos que se pretendem realizar neste trabalho, elas podem chegar a inviabilizar a realização das análises computacionais. Portanto, é necessário que se efetuem diminuições calculadas dos seus tamanhos. Os procedimentos utilizados para que se realizem tais reduções devem se balizar na

¹⁰⁴ Deve-se especificar ainda que, neste trabalho, o termo “domicílio” refere-se apenas ao domicílio de caráter particular, definido pelo IBGE (2003) como “moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência”. Assim, não se incluem nesta pesquisa os “domicílios coletivos”, definidos como “moradia onde o relacionamento entre os seus ocupantes é restrita a normas de subordinação administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, como, por exemplo, hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, escolas, asilos, orfanatos, conventos, mosteiros, hospitais, clínicas (com internação), alojamentos de trabalhadores, motéis, campings etc” (IBGE, 2003).

preocupação de que sejam mantidas características probabilísticas das amostras municipais inicialmente selecionadas pelo IBGE. Isso significa que, a partir das bases de dados referentes a cada uma das três categorias de municípios supracitadas, devem-se efetivar novos processos de amostragem que produzam amostras aleatórias, cujos tamanhos sejam adequados e manipuláveis computacionalmente. No âmbito deste trabalho, é conveniente que as novas amostragens sejam conduzidas de forma a produzirem três amostras de tamanhos similares para representar cada um dos tipos de cenários encontrados no estado da Bahia. Tal equivalência entre os tamanhos das amostras finais encontra justificativa na área de estudos amostrais.

Segundo convenções vigentes no campo dos estudos amostrais, a Bahia pode ser entendida como uma totalidade que se divide em três estratos diferentes, definidos segundo os níveis de desenvolvimento econômico local, que conformam populações distintas e independentes entre si. Frente à intenção de que se realizem comparações entre os resultados calculados para cada contexto, é recomendável que se siga inicialmente a lógica da “Amostragem Estratificada de Alocação Igual”: a estratificação justifica-se pelo fato de que, apesar da população estudada ser heterogênea, é possível detectar a existência de subpopulações ou “estratos” relativamente homogêneos dentro dela. No caso da modalidade de “alocação igual”, como o próprio nome indica, são produzidas amostras de tamanhos semelhantes para representar cada estrato. Devido a tal equidade, as estimativas geradas possuem precisões similares, o que possibilita a realização de comparações entre os resultados obtidos em cada um dos estratos, conforme se deseja proceder neste trabalho (Kish, 1995).

Assim, apesar das populações dos três contextos baianos terem tamanhos diferentes, o propósito da comparação entre eles torna recomendável que as amostras não sejam proporcionais, mas que apresentem magnitudes semelhantes. A esse respeito, deve-se ressaltar que, em estudos que primam pelo cotejo, é costumeira a utilização de amostras de tamanhos similares para representar populações de extensões distintas, uma vez que tal procedimento não prejudica a representatividade das populações estudadas. A razão para isso está no fato de que a representatividade de uma amostra é função dos processos aleatórios segundo os quais ela foi extraída, mas não depende da relação entre o seu tamanho e o da população a que ela se refere.

Uma vez estabelecida a noção de que os três contextos devem ser representados por amostras de mesmo tamanho, há então que se definir qual deve ser essa magnitude. Em geral, a determinação do tamanho de uma amostra segue um cálculo matemático que se baliza nos seguintes parâmetros: o erro amostral máximo admitido na pesquisa, o nível de confiança

desejado para os resultados gerados e uma estimativa do grau de heterogeneidade da população estudada¹⁰⁵. Em termos substantivos, tais parâmetros ajudam a determinar um tamanho de amostra que seja grande o suficiente para que se possam detectar relações relevantes que existam naqueles dados. Por outro lado, evitam que se utilizem amostras exageradamente grandes que, além de serem custosas e de prejudicarem os processos computacionais, podem fazer com que associações irrelevantes pareçam ser estatisticamente significativas.

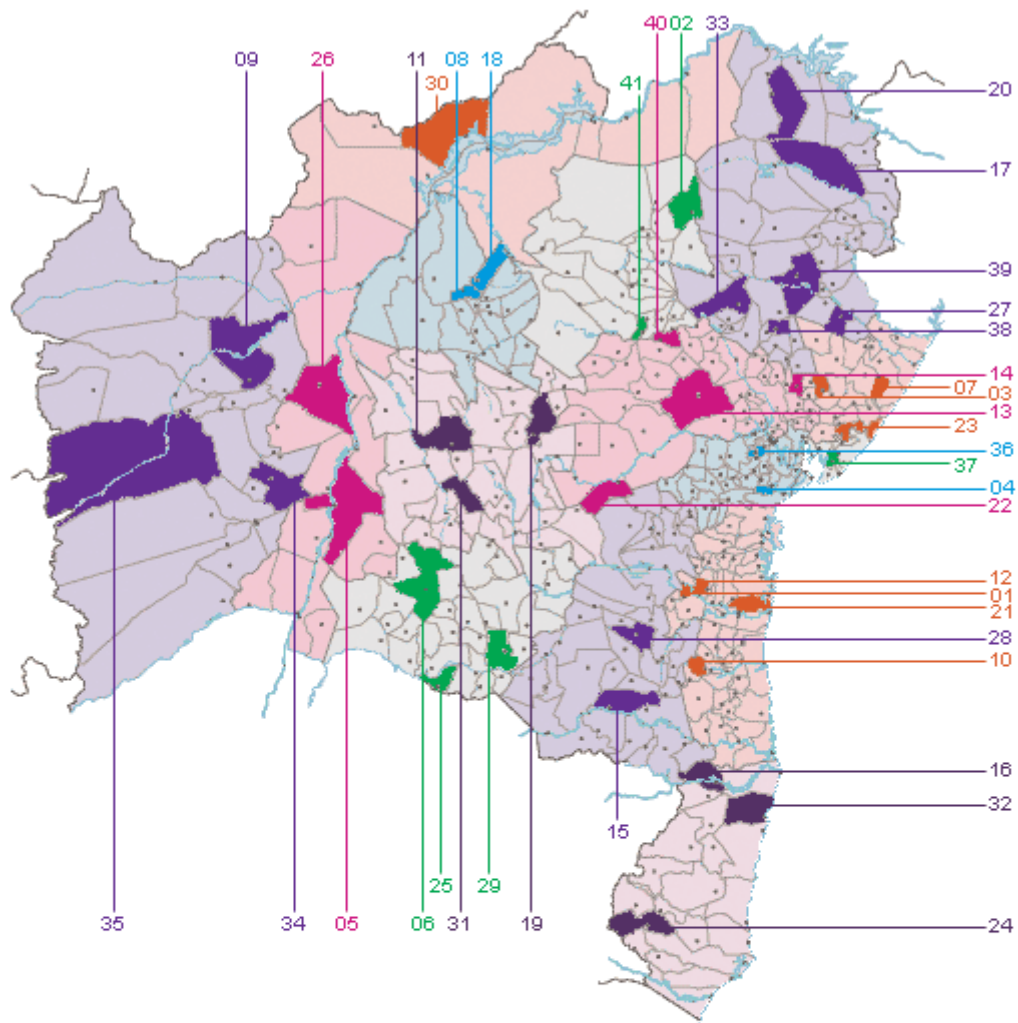
Neste estudo, a determinação do número de casos das amostras atende a aspectos relativos à representatividade amostral dos contextos baianos e a requisições metodológicas da MEE. Por um lado, a preocupação de preservar as propriedades probabilísticas da amostra original do IBGE faz com que exista um limite para diminuição do seu tamanho: há razões estatísticas para que seja mantido um número mínimo de trinta casos para representar cada estrato em que a Bahia é dividida para efeitos de amostragem¹⁰⁶. Por outro lado, a técnica da MEE demanda que existam, no mínimo, dez casos para cada variável observável presente no modelo. A convergência dessas considerações teóricas com estimativas dos números de estratos que compõem cada contexto empírico indica que um tamanho de amostra com cerca de 2000 casos é apropriado para embasar as análises deste trabalho.

Definido o tamanho de amostra de aproximadamente 2000 casos para representar cada estrato baiano, deve-se dar continuidade ao processo de amostragem. A partir desse ponto, a cada grupo de municípios será aplicado o procedimento de Amostragem Proporcional Estratificada¹⁰⁷, até que se chegue às amostras com as magnitudes desejadas. Tal procedimento deve ser aplicado sucessivas vezes nos distintos grupos, a depender da estrutura de agrupamento ou de “estratificação” segundo a qual cada um deles esteja organizado.

¹⁰⁵ Usualmente, o erro amostral máximo de 5% é considerado satisfatório em pesquisas sociais, assim como um nível de confiança de 95%. O grau de heterogeneidade, por sua vez, varia conforme o tema da pesquisa e a população estudada. Assim, não existem níveis pré-estabelecidos que possam se aplicar a esse parâmetro. Uma abordagem conservadora consiste em considerar que a população apresenta grande heterogeneidade em relação à variável que se quer estudar; isso implica na utilização de valores relativamente altos de desvios-padrão durante o cálculo do tamanho da amostra.

¹⁰⁶ De acordo com a teoria probabilística, se uma população normalmente distribuída for representada por uma grande amostra ($n > 30$), a distribuição da amostra também tende a seguir a forma normal. Assim sendo, para que os comportamentos das variáveis da população possam ser refletidos e detectados nos dados amostrais com certa integridade, emerge a preocupação de que cada estrato esteja representado na amostra por pelo menos trinta casos.

¹⁰⁷ A amostragem proporcional estratificada obtém os elementos da amostra de forma proporcional ao número de casos pertencentes a cada estrato que compõe a população. Uma vez determinado o número de elementos de cada estrato que vai participar da amostra, a seleção de quais serão eles é feita aleatoriamente. Para um maior aprofundamento sobre essa técnica, vide Kish (1995).



- | | | |
|-----------------------|-----------------------------|------------------------------|
| 01. Aiquara | 15. Itambé | 29. Presidente Jânio Quadros |
| 02. Andorinha | 16. Itapebi | 30. Remanso |
| 03. Aramari | 17. Jeremoabo | 31. Rio do Pires |
| 04. Aratuípe | 18. Jussara | 32. Santa Cruz Cabralia |
| 05. Bom Jesus da Lapa | 19. Lençóis | 33. Santaluz |
| 06. Caetité | 20. Macururé | 34. Santana |
| 07. Cardeal da Silva | 21. Maraú | 35. São Desidério |
| 08. Central | 22. Marcionílio Souza | 36. Sapeaçu |
| 09. Cotegipe | 23. Mata de São João | 37. Simões Filho |
| 10. Floresta Azul | 24. Medeiros Neto | 38. Teofilândia |
| 11. Ibitiara | 25. Mortugaba | 39. Tucano |
| 12. Ipiaú | 26. Muquém de São Francisco | 40. Várzea da Roça |
| 13. Ipirá | 27. Olindina | 41. Várzea do Poço |
| 14. Irará | 28. Poções | |

Figura 5.1. Municípios com menos de 100 mil habitantes selecionados aleatoriamente para compor a amostra

Com relação ao grupo de municípios cujas populações são inferiores a 100.000 habitantes, a amostragem inicia-se com a redução do número de localidades integrantes da amostra. Sendo que 403 cidades se enquadram nessa categoria, considera-se razoável adotar uma fração de 10% para participar deste estudo. A justificativa para o valor dessa fração está na já referida consideração de que é desejável ter pelo menos trinta casos para representar cada estrato. Nessas circunstâncias, a seleção de trinta municípios em um total de 403 representa

uma fração de 7,44%. Frente a tal cifra, opta-se pela realização de um procedimento conservador, que ajude a reforçar a diversidade de municípios participantes do estudo: aquela fração é arredondada para o valor de 10%. Estabelece-se assim que, de forma aproximada, 41 cidades do estado devem ser selecionadas.

A partir disso, a seleção de tais municípios passa a se basear no procedimento da Amostragem Proporcional Estratificada propriamente. Considerando-se que os 403 municípios pertencentes a este grupo ocupam praticamente a totalidade do estado, a realização de tal seleção fundamenta-se no critério da microrregião: sendo a Bahia dividida em 32 microrregiões, é possível entendê-las como estratos formados por municípios homogêneos em relação a algumas características. Assim sendo, os municípios são selecionados aleatoriamente dentro de cada microrregião, seguindo a regra da proporcionalidade em relação ao tamanho da população de cada uma delas¹⁰⁸. Os municípios selecionados a partir desse processo e suas disposições espaciais dentro do estado da Bahia podem ser observados no mapa representado pela figura 5.1.

Uma vez estabelecidos aleatoriamente quais são esses 41 municípios, o passo seguinte do processo de amostragem consiste em selecionar, dentro de cada localidade, os chefes de domicílios que, de fato, vêm a ser os casos constituintes da amostra final. Para a consecução dessa etapa, é necessário utilizar a estrutura das áreas de ponderação¹⁰⁹ presente em cada município, para que se possa realizar novamente o procedimento de amostragem estratificada proporcional. Nessa nova etapa, as áreas de ponderação são tomadas como estratos e o número de casos a serem sorteados segue o critério da proporcionalidade em relação ao tamanho da população residente em cada área.

¹⁰⁸ A Bahia divide-se em 32 microrregiões. Como se disse, a seleção dos municípios componentes da amostra segue o critério de proporcionalidade em relação ao tamanho da população residente em cada microrregião. Assim, da mais populosa, Ilhéus-Itabuna, são extraídas três cidades; de modo similar, dois municípios são sorteados de cada uma das seguintes microrregiões: Irecê, Feira de Santana, Serrinha, Santo Antonio de Jesus, Jequié, Guanambi e Porto Seguro. De cada uma das demais 24 microrregiões, que são as menos populosas, apenas um município é selecionado.

¹⁰⁹ A área de ponderação é uma unidade geográfica interior ao município, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, na qual existe uma certa homogeneidade de características. A depender do porte da municipalidade (em termos de número de domicílios e de população), ela pode ser composta por uma ou mais áreas de ponderação. No Censo 2000, a formação das áreas de ponderação baseou-se em métodos que conjugam os seguintes critérios: tamanho da área (para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas); contigüidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico); e homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas, tais como: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios no setor, número médio de pessoas por domicílio particular permanente, proporção de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água, média de anos de estudo dos responsáveis por domicílios (IBGE, 2003).

De modo similar ao ocorrido no nível das microrregiões, a lógica subjacente a esse processo de amostragem considera cada área de ponderação como um agrupamento da população que possui uma certa “consistência interna”, o que permite enxergá-la como uma “sub-amostra”. Sob esse prisma, frente à necessidade de que sejam mantidas as propriedades probabilísticas da amostra inicial, há a preocupação de que todas as áreas de ponderação estejam representadas por pelo menos trinta casos na amostra final, conforme já comentado. Para que isso possa acontecer de forma proporcional, deve ser aplicada uma fração amostral de 13% a todos os estratos, ou seja, a finalização desse processo de amostragem se dá com a extração aleatória de 13% dos casos de cada área de ponderação.

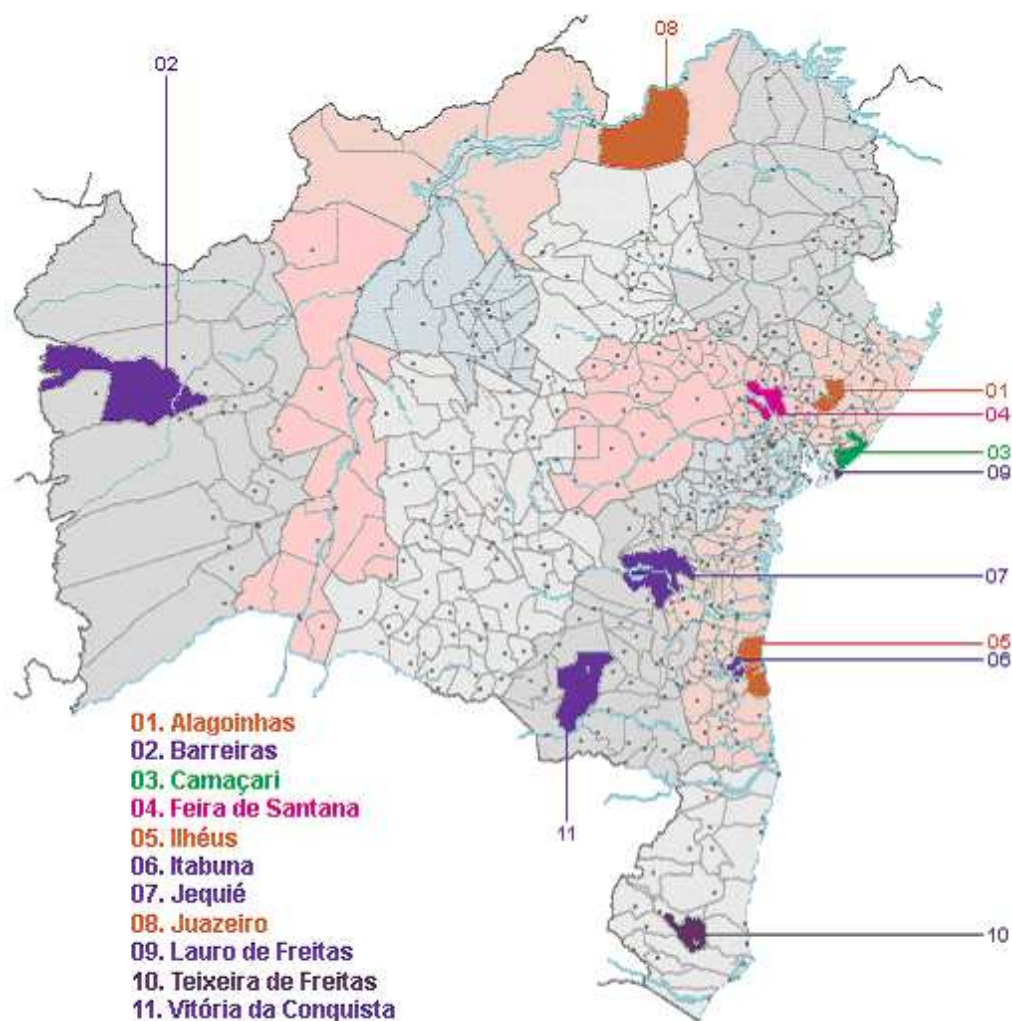


Figura 5.2. Municípios baianos com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes

No âmbito deste estudo, o seguimento da seqüência de etapas ora descrita dá origem à amostra que sustenta a construção do modelo de equações estruturais. Ao final da realização desse processo, chegou-se a uma amostra probabilística composta por 2.066 casos para

representar os chefes de domicílios pobres, residentes nos municípios baianos com menos de 100.000 habitantes¹¹⁰.

Procedimento similar foi seguido para a obtenção da amostra da população pobre residente no segundo grupo de municípios, aqueles relativamente mais desenvolvidos economicamente. Devido ao número reduzido de localidades incluídas nesse grupo (onze, ao todo, conforme ilustra o mapa representado pela figura 5.2), todas elas foram incorporadas na amostra. Com isso, o processo de amostragem tem início no estágio de seleção dos casos em cada área de ponderação. Uma vez examinados os tamanhos das populações residentes em cada um desses estratos, a seleção aleatória dos casos prosseguiu dentro da mesma lógica: foram mantidos pelo menos trinta casos em cada agrupamento. Dessa forma, a seleção aconteceu segundo a aplicação de uma taxa 11% a cada estrato, de modo que a proporcionalidade entre eles pôde ser mantida. No final do processo, a amostra extraída compôs-se de 2.207 casos¹¹¹.

Em Salvador, a seleção amostral ocorreu da mesma forma. De acordo com a metodologia adotada pelo IBGE, a cidade encontra-se dividida em 88 áreas de ponderação. Entretanto, as três áreas referentes às zonas mais nobres de Salvador – o bairro da Graça, a região da Barra/Barra Avenida e a do Itaipara/Caminho das Árvores – não podem participar da amostragem, devido ao pouco número de chefes de domicílios pobres ali residentes. Assim, a amostragem estratificada proporcional consiste no sorteio de uma fatia de 13% de cada uma das demais 85 áreas de ponderação soteropolitanas. Dessa forma, assegura-se que a proporcionalidade existente entre aqueles estratos, relativa à quantidade de habitantes pobres em cada um deles, seja conservada na amostra. Ao final do processo, foi obtido um conjunto de 2.298 casos que representam os chefes de domicílios pobres da cidade¹¹².

Como se percebe, todos esses procedimentos convergem para que se componham amostras capazes de representar as parcelas pobres das populações residentes em cada um dos três tipos de contextos baianos supracitados. Cabe resgatar aqui a noção de que a confecção de amostras aleatórias visa a fornecer subsídios para que o propósito deste trabalho possa ser

¹¹⁰ Esse procedimento foi realizado duas vezes, de modo a se extraírem duas amostras aleatórias diferentes para representar essa mesma população. A segunda amostra assim selecionada contém 2095 casos. A razão para a dupla consecução desse procedimento é inerente à MEE, que recomenda que as etapas de construção e testagem de um mesmo modelo teórico sejam realizadas em mais de um conjunto de dados que represente a população estudada. A fundamentação para isso é checar se o modelo, de fato, se mostra estável frente à mudança de dados.

¹¹¹ No caso dos municípios com populações entre 100.000 e 500.000 habitantes, a segunda amostra gerada pelo mesmo procedimento abrange 2.240 casos.

¹¹² Para Salvador, a segunda amostra compõe-se de 2.322 casos.

alcançado: a investigação, a partir da utilização de métodos de cálculos probabilísticos, das relações existentes entre condições de vida em tais domicílios, a composição da família, as características do chefe e a sua inserção no mercado de trabalho.

Uma vez definidas as amostras, deve-se passar à abordagem das variáveis a serem empregadas na elaboração dos modelos empíricos, que são aquelas obtidas a partir da base de dados do IBGE. Algumas delas foram usadas diretamente, com a mesma formatação fornecida pela base do Instituto; outras foram criadas especificamente para este trabalho, a partir das informações disponíveis naquele mesmo banco de dados. Isso significa que algumas variáveis da base do IBGE tiveram seus formatos “rearranjados” ou “recategorizados”, de modo que suas novas conformações refletissem, de maneira mais adequada, aspectos de interesse para este estudo.

5.1.3 Descrição das variáveis da amostra

Esta seção discute informações sobre as variáveis empregadas para a construção dos modelos de equações estruturais neste estudo. Para tanto, o Anexo 2 expõe estatísticas que descrevem as características de suas distribuições em cada uma das três amostras referentes aos distintos contextos baianos sob investigação¹¹³. Além disso, as tabelas incluem informações sobre as confiabilidades das variáveis latentes que compõem os modelos. A esse respeito, cabe notar que todas elas apresentam Coeficientes de Cronbach (α) superiores a 0,70, o que indica que suas confiabilidades são satisfatórias para que elas participem da modelagem. Isso significa que as variáveis observáveis utilizadas na composição de cada construto, de fato, apresentam-se em confluência, constituindo-se então em boas representações dos conceitos abstratos a serem incluídos no modelo.

A partir das informações apresentadas nas tabelas em anexo, é possível depreender um panorama descritivo sobre as características socioeconômicas das populações pobres do estado da Bahia. Sem ter a intenção de esgotar a discussão sobre o conteúdo das tabelas, devem-se assinalar aqui apenas alguns pontos.

Com relação aos indicadores de pobreza utilizados neste trabalho, observa-se que as distribuições da renda domiciliar *per capita* mensal dos três contextos estudados são

¹¹³ O modelo de equações estruturais hipotético anteriormente proposto será construído e testado em cada um dos contextos baianos. Para cada um dos cenários, os resultados reportados neste trabalho referem-se a apenas uma das amostras selecionadas, uma vez que a realização dos cálculos estatísticos com base nas segundas amostras serve apenas como procedimento de checagem e garantia da estabilidade do modelo construído.

parecidas, sendo que a média é inferior nos municípios menos desenvolvidos. No que tange aos itens referentes às variáveis latentes “conforto no lar” e “saneamento básico”, nota-se que as condições de vida tendem a ser mais favoráveis na medida em que se passa das localidades menores, onde a maior parte da população habita as zonas rurais, para as mais desenvolvidas. Esses achados mostram-se em consonância com as colocações feitas na parte teórica deste trabalho, que apontavam a existência de disparidades de acesso a bens e a serviços básicos entre as populações rurais e urbanas.

Os itens relativos ao tipo de inserção no mercado de trabalho, por sua vez, indicam as difíceis condições laborais enfrentadas pelos chefes de domicílios pobres na Bahia. As dificuldades são generalizadas nos distintos contextos aqui abordados: a maioria dos trabalhadores não obtém remuneração a partir do exercício de atividade no mercado de trabalho ou apresenta um modo precário de inserção, já que não desfrutam de garantias relacionadas a postos estáveis de trabalho. Esse achado é reafirmado pela observação de que o número daqueles que trabalham em postos formais é ínfimo em todos os contextos. Como se vê, tais achados empíricos refletem as discussões teóricas anteriores, que indicam que a pobreza encontra-se associada ao fato de que o mercado de trabalho mostra-se incapaz de absorver essa mão-de-obra; mais especificamente, os problemas enfrentados no mundo do trabalho manifestam-se sob as formas do desemprego, da precariedade e da falta de garantias que caracterizam a maioria das relações laborais nas sociedades atuais. Dentro do contexto baiano, pode-se notar ainda que a tendência ao desligamento do mercado laboral tende a ser progressivamente mais acirrada nos centros mais desenvolvidos.

Com relação às questões ligadas às características demográficas, percebe-se que os perfis de idade dos chefes de domicílio são similares nos três contextos, mas diferentes no que concerne aos anos de educação. Para que se pudesse aferir a significância das diferenças entre as médias dessa variável nos três contextos estudados, realizou-se uma análise de variância, cujos resultados encontram-se no Anexo 3. De fato, tal análise aponta que os níveis de estudo dos chefes de domicílio diferem entre tais contextos, sendo que o número de anos de estudo tende a crescer com o grau de desenvolvimento do município. Tal achado vem a corroborar a noção de que o estado da Bahia abarca distintas realidades socioeconômicas, confirmando a adequação de se analisá-las separadamente.

Ainda que tenha sido detectada a diferença entre a quantidade de anos de escolaridade dos chefes de domicílios nos distintos contextos, chama atenção o fato de que, em geral, o número médio de anos de estudo é bastante baixo nessa parcela da população. Mesmo no caso de Salvador, que se destaca por apresentar o valor mais elevado, o número médio de anos de

estudo do chefe continua sendo pequeno. Note-se que os dados aqui apresentados permitem avaliar apenas o aspecto quantitativo da educação; contudo, deve-se lembrar que a qualidade da educação é um outro aspecto importante para que esse fator possa contribuir de forma positiva para a inserção do sujeito no mercado de trabalho. Apesar de não se ter informações empíricas sobre a dimensão qualitativa da educação das pessoas pobres na Bahia, pode-se intuir que, também nessa dimensão, as elas encontram-se desfavorecidas. Usualmente suas formações educacionais são obtidas nos sistemas públicos que, de uma maneira geral, oferecem ensino de qualidade discutível.

Um outro ponto que merece ser comentado refere-se ao sexo do chefe de domicílio. Sobre esse aspecto, a capital do estado destaca-se em relação aos demais contextos baianos por exibir uma alta percentagem de domicílios chefiados por mulheres. Esse achado se coaduna com uma outra informação apresentada no Anexo 2: Salvador apresenta o menor índice de chefes de domicílio que vivem em presença de cônjuge. De modo mais abrangente, os dados indicam a tendência de que, quanto menos desenvolvidas as localidades, menores as proporções de famílias monoparentais. Apesar de se poder notar essa variação relativa às composições familiares dos distintos cenários, as taxas de dependentes por renda são praticamente as mesmas em toda a Bahia. Isso pode decorrer do fato de que, para ajudar no sustento das famílias monoparentais, outros membros procuram se engajar em atividades econômicas. De todo modo, a taxa de dependência pode ser considerada elevada, o que, conforme discutido, se constitui em um traço marcante das famílias pobres. Dentre os diversos fatores abordados, pode-se depreender daí a existência de dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte dos membros familiares.

Esse breve panorama sobre o perfil socioeconômico das populações baianas pobres foi delineado com base nas estatísticas do referido anexo, produzidas a partir dos dados brutos. No entanto, cabe esclarecer que na etapa subsequente da análise, relativa aos cálculos da MEE propriamente ditos, algumas das variáveis não entram na modelagem dessa forma, mas são submetidas a transformações matemáticas, já que, sob a forma bruta, suas distribuições afastam-se da curva normal¹¹⁴. Nesse sentido, para os três contextos baianos, a variável idade

¹¹⁴ Lembre-se que um dos pressupostos da MEE é que as variáveis seguem a curvatura gaussiana. No âmbito deste trabalho, os histogramas de todas as variáveis foram analisados. Com isso, foi possível perceber o modo como suas distribuições aproximavam-se ou não da normalidade (é também possível intuir o grau de distanciamento da normalidade por parte das distribuições das variáveis com base nos dados da tabela acima; isso pode ser feito através do exame do posicionamento das médias em relação aos valores máximos e mínimos de cada variável). Nos casos em que a normalidade não foi encontrada, o exame do perfil de afastamento indicou também qual a transformação matemática deveria ser operada, para que a distribuição adquirisse maior afinidade com a curva gaussiana.

é transformada através da operação da raiz quadrada, de modo que suas distribuições tendam à normalidade. Com o mesmo intuito, as taxas de dependentes por renda são elevadas ao quadrado em todas as amostras, e à variável “anos de estudo” é aplicada uma transformação logarítmica, exceto na amostra relativa à Salvador. Assim, por passarem a demonstrar distribuições mais próximas à referida curva, as versões transformadas das variáveis são as que efetivamente participam dos cálculos da MEE.

Com relação às variáveis categóricas, existe a mesma preocupação em fazer com que a assunção da normalidade seja atendida. Nesse sentido, deve-se reforçar que os valores das escalas que medem as categóricas não devem ter suas quantidades interpretadas de forma literal, como se designassem intensidades; em verdade, seus significados referem-se apenas a uma ordem existente entre as categorias analisadas¹¹⁵. Em afinidade a essas considerações, é adotada a abordagem econométrica sobre a natureza da variável categórica para fundamentar a inclusão dessas variáveis nos modelos de equações estruturais. A referida abordagem permite que o pesquisador trabalhe de maneira mais “próxima” da variável subjacente (que é contínua, tendendo à distribuição normal, como requer a MEE) à categórica.

Tal objetivo é atingido por meio de uma modificação nas escalas: em vez de se utilizarem pontos arbitrários para denotar as categorias – por exemplo, atribuindo os algarismos 1, 2 e 3 para demarcá-las, como se faz usualmente –, a idéia é que se passe a trabalhar com as proporções de casos da amostra que se situam em cada uma delas. A partir do pressuposto de que a variável subjacente segue a curva normal, o procedimento consiste em dividir a gaussiana em intervalos, cujas áreas correspondam às proporções de casos da amostra que cabem a cada uma das categorias da variável observável (ver figura 5.3). Em seguida, calculam-se as percentagens acumuladas de casos que se situam até o ponto médio de cada um desses intervalos; são esses pontos que devem vir a constituir a nova escala. Uma vez localizados em função das referidas percentagens cumulativas, a eles são atribuídos os valores da distribuição normal padronizada (z) correspondentes a suas localizações. Dessa maneira, as categorias da variável observada passam a ser designadas não mais por valores apostos pelo pesquisador, mas por escores que refletem a distribuição normal das variáveis contínuas

¹¹⁵ Mais especificamente, está-se falando aqui das variáveis categóricas ordinais. Com relação às nominais (que neste estudo são as variáveis sexo, raça e localização urbana/rural do domicílio), os números funcionam apenas como marcadores, não implicando nenhum tipo de ordem ou hierarquia entre categorias.

subjacentes às categóricas¹¹⁶. É com base nessa nova escala que os cálculos da modelagem são efetuados.

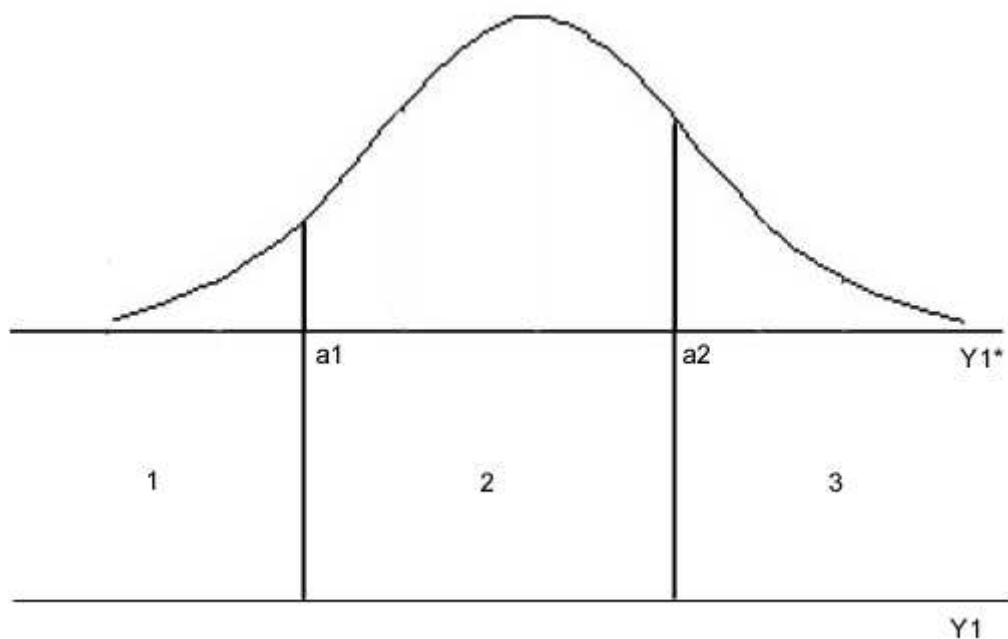


Figura 5.3. Ilustração de uma variável $Y1$ com três categorias e dois pontos de transição observáveis (*thresholds*) e uma variável subjacente $Y1^*$

Neste ponto do trabalho, as variáveis oriundas da pesquisa realizada pelo IBGE se encontram em formatos adequados para que possam ser aplicadas nos cálculos realizados. Dessa maneira, já se dispõe de elementos suficientes para que se possa partir para a construção e testagem dos modelos de equações estruturais sobre a articulação dos fatores associados à pobreza na Bahia. Uma vez que tais modelos tenham passado por todo o processo descrito por Kaplan (2000: 8, vide figura 4.5) – que envolve sucessivos ciclos compostos pelas etapas de estimação, avaliação do ajuste aos dados empíricos e modificações, quando se deve reiniciar todo o processo até possam ser considerados como prontos –, deve-se rumar para o estágio de interpretação substantiva dos achados empíricos. Seguindo essa linha procedimental, este trabalho apresenta os modelos estimados e suas respectivas análises e discussões na próxima seção.

5.2 Análises dos modelos empíricos

Os modelos de equações estruturais estimados neste estudo fornecem informações sobre um grande número de relações entre variáveis. Ainda que todas essas associações devam ser abordadas ao longo da discussão, a ênfase recairá sobre os fatores que se mostrarem

¹¹⁶ Para uma explicação mais minuciosa sobre tal procedimento, vide Bollen (1989).

preponderantes na análise das condições de vida dos indivíduos pobres em cada um dos contextos baianos. Nesse sentido, as discussões desenvolvidas nas próximas seções balizam-se nos seguintes pontos-chave:

- Quais fatores envolvidos no fenômeno da pobreza mostram-se influentes nas condições de vida dos indivíduos.
- Quais são as intensidades relativas dos impactos (diretos, indiretos e totais) exercidos por cada um dos fatores sobre as condições de vida.
- Como os distintos fatores inter-relacionam-se.
- Que proporção do fenômeno da pobreza é explicada pelo conjunto de fatores considerados neste estudo.

Adicionalmente, tendo em vista o propósito de se realizar uma análise comparativa entre as situações de pobreza relativas a cenários baianos de diferentes níveis de desenvolvimento econômico, há que se explorar também o seguinte aspecto:

- Que especificidades o fenômeno da pobreza assume em cada um dos distintos contextos estudados.

Durante a análise dos achados substantivos, é natural que surjam várias divergências entre o modelo hipotético e os empíricos que foram estimados. Numa tentativa de iluminar as razões por detrás de tais divergências, lança-se mão, nas sub-seções que se seguem, de algumas conjecturas explicativas. Deve-se ressaltar que esta pesquisa não tem a pretensão de validar ou consubstanciar tais conjecturas, mas apenas provocar futuros estudos que possam verificar a sua plausibilidade.

5.2.1 Municípios com menos de 100.000 habitantes

O modelo hipotético anteriormente apresentado passou pelos processos de construção e testagem com base nos dados empíricos referentes aos municípios baianos com populações menores que 100.000 habitantes. Após a realização das diversas etapas relativas à estimação, à avaliação de ajuste e às reespecificações do modelo, chegou-se ao resultado apresentado na figura 5.4.¹¹⁷

¹¹⁷ Em todos os diagramas apresentados daqui por diante, serão mostrados valores padronizados dos coeficientes. Todas as relações que compõem os modelos constituem-se de estatísticas significantes no nível de 5%.

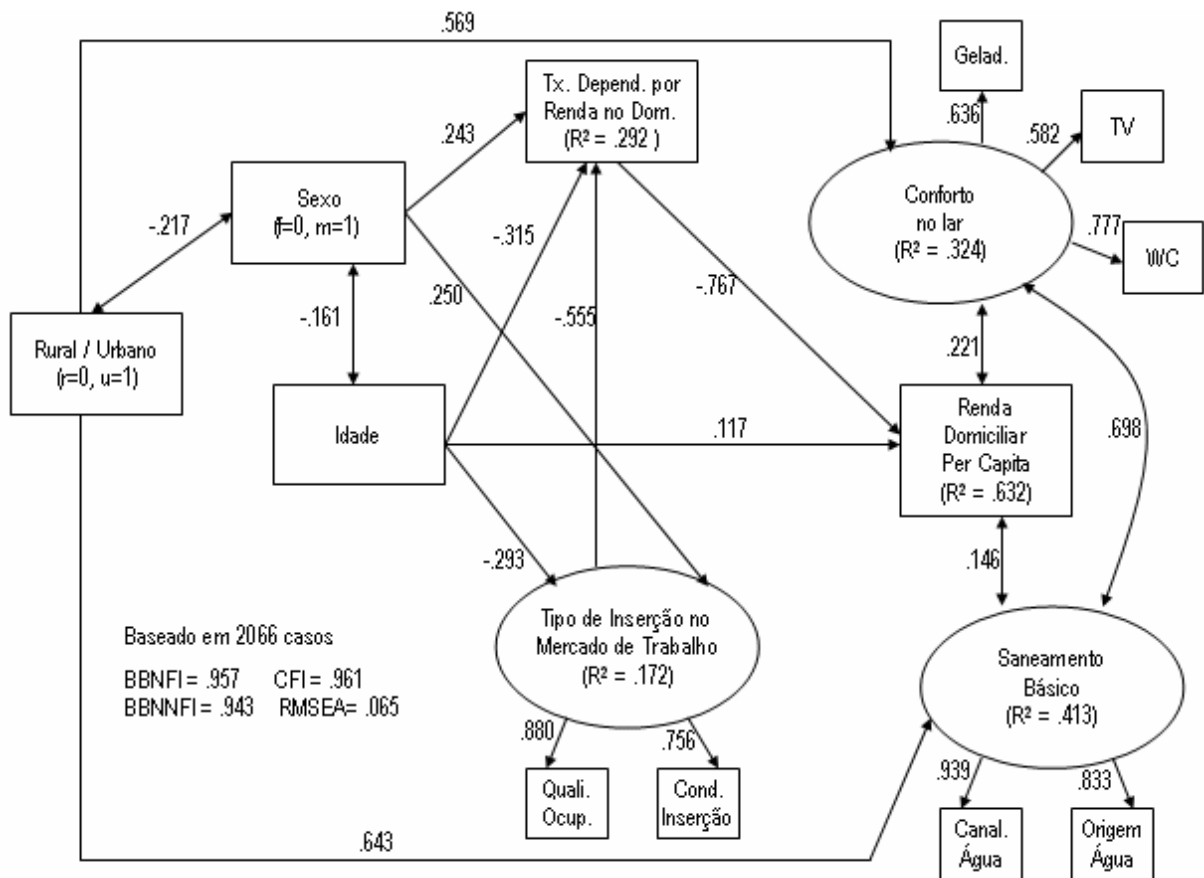


Figura 5.4. Modelo de equações estruturais para os municípios com menos de 100 mil habitantes

Como se percebe, os coeficientes BBNFI, BBNNFI, CFI e RMSEA indicam que esse modelo apresenta ajuste satisfatório aos dados empíricos¹¹⁸. Isso significa que tal modelo – que tem por propósito se constituir numa tradução empírica das formulações teóricas sobre o fenômeno – pode ser considerado como uma explicação plausível para as relações encontradas entre as variáveis focalizadas no estudo. Apesar de tais evidências apontarem que essa é uma representação adequada do fenômeno, é necessário que se avalie também o seu potencial esclarecedor sobre a variabilidade das condições de vida da população estudada (Wilber, 1975: 168-169). Sob esse prisma, o modelo também se apresenta de maneira satisfatória. Sua capacidade de explicação da variabilidade da renda domiciliar mensal *per capita* da população pobre é alta, atingindo a cifra de 63,2%. Com relação aos demais indicadores de condições de vida, os construtos “conforto no lar” e “saneamento básico”, o modelo oferece proporções razoáveis de explicação de suas variabilidades: 32,4% e 41,3%, respectivamente.

¹¹⁸ Cabe lembrar aqui que, de acordo com a discussão realizada sobre a metodologia da MEE, o ajuste de um modelo é considerado satisfatório se os seus coeficientes BBNFI, BBNNFI e CFI assumirem valores superiores a 0,90 e se o RMSEA for menor que 0,10.

O modelo estimado tende a refletir o arranjo geral das relações que foram postuladas na hipótese inicial de trabalho. Embora os achados empíricos sobre a articulação dos fatores associados à pobreza afine-se com aquelas indicações teóricas, podem-se notar também algumas dessemelhanças em relação ao que foi antecipado. Para que se possa ter uma compreensão sobre essas nuances, deve-se proceder a uma análise de cada parte do modelo empírico.

Em princípio, focalizando-se as ligações que partem do construto “tipo de inserção no mercado de trabalho”, pode-se notar que a única diferença em relação ao modelo hipotético é a ausência da associação com a renda domiciliar *per capita*. Tal ausência não pode ser compreendida a partir da análise isolada entre o “tipo de inserção no mercado de trabalho” e a renda domiciliar *per capita*. Como o modelo de equações estruturais exhibe o resultado da participação simultânea dos diversos fatores incluídos na análise, é necessário que, ao se interpretar uma associação específica, sejam levadas em consideração as influências exercidas por outros aspectos envolvidos no fenômeno.

De fato, pode-se ver que não há relação direta entre o referido construto e a variável renda. Entretanto, há uma relação indireta entre eles, que se dá através da variável “taxa de dependentes por renda no domicílio”. Possivelmente, a associação direta não aparece devido à influência dessa taxa: sendo que é alta a proporção de dependentes por renda no domicílio (cerca de 72%), uma melhoria do tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho não chega a se manifestar diretamente em um aumento significativo da renda *per capita* domiciliar¹¹⁹.

Com relação à composição da família, nota-se que a diferença em relação à hipótese é que a presença de cônjuge no domicílio não se mostra como um fator relevante para a análise da pobreza. Talvez isso advenha do fato de que, nos municípios menos desenvolvidos do estado, tendam a vigorar estruturas familiares de perfis mais tradicionais. Tal conjectura se coaduna com a descrição dos dados empíricos – a partir da qual se pode ver que a maioria dos domicílios pobres é chefiada por homens que vivem em presença de cônjuge – e com a possibilidade de que suas esposas não exerçam atividades remuneradas. Com isso, a antecipação teórica de que o cônjuge pode ajudar a aumentar a renda doméstica não se concretiza nesses contextos.

¹¹⁹ Tal interpretação foi construída com base no referencial teórico adotado neste estudo e na comparação entre os resultados referentes aos três tipos de contextos focalizados (estatísticas descritivas das variáveis e modelos estimados). As discussões sobre esses achados serão retomadas e complementadas adiante, quando forem abordados os resultados dos demais cenários baianos.

Algumas diferenças também podem ser notadas nos aspectos relativos às características demográficas dos chefes de domicílios. Observa-se que as variáveis “educação” e “raça” não aparecem no modelo estimado. Isso se deve ao fato de que as relações hipotéticas que envolviam tais variáveis não se mostraram significantes no modelo final.

A ausência da significância dessas relações pode ser atribuída a alguns motivos. No que concerne à “educação”, as estatísticas descritivas dessa variável mostram que o nível médio de anos de estudo do chefe do domicílio é baixo (2,02 anos), assim como o é o seu espectro de variação, ou seja, a maioria das pessoas concentra-se numa faixa referente a poucos anos de estudo. Dessa forma, a educação dos chefes de domicílios pobres não apresenta uma variação “relevante” para a análise: como a maior parte dos casos aglomera-se dentro de um estreito intervalo de valores, não é possível apreender a existência de correlações significantes entre “educação” e “inserção no mercado de trabalho” ou mesmo entre “educação” e “raça”.

Apesar de a variável educação não participar do modelo ora analisado – que se interessa pela contemplação do comportamento dessa variável em conjunção com outros fatores associados à pobreza –, deve-se reconhecer a congruência que existe entre a manifestação empírica da variável educação e as formulações teóricas anteriormente discutidas: como este trabalho focaliza apenas a parcela pobre da população, é coerente que os chefes de domicílios pobres possuam poucos anos de estudo, já que, conforme antecipado nas discussões teóricas, menores níveis educacionais associam-se a baixos níveis de renda.

Um outro comentário a ser feito sobre o baixo nível educacional dos chefes de domicílios pobres refere-se à reprodução das condições de pobreza para as gerações futuras. Conforme se discutiu teoricamente, filhos de pais pouco educados tendem a repetir os baixos níveis educativos de seus genitores, o que pode repercutir em dificuldades para que eles possam conseguir melhores oportunidades ocupacionais. Com isso, tem-se um fator que pode reforçar o ciclo de perpetuação da pobreza para essas famílias residentes nos pequenos municípios baianos.

No que se refere às relações que envolvem a variável “raça”, podem-se cogitar algumas razões pelas quais aquelas associações não se tenham mostrado significantes. Em princípio, a falta de significância pode estar indicando o fato de que discriminações de raça não afetam de maneira relevante a vida das pessoas pobres que vivem nos municípios baianos menos desenvolvidos, notadamente no que se refere a suas oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho. Sob tal prisma, a interpretação da não-significância das relações permite inferir que os acessos à educação e ao trabalho mostram-se difíceis para todas as pessoas pobres, independentemente de suas raças. Uma outra possibilidade de justificativa

para a falta de significância das relações que envolvem tal variável diz respeito à relativa homogeneidade racial da população pobre, majoritariamente composta por pretos e pardos. Contudo, há que se mencionar a imprecisão que marca a variável “raça” dentro da realidade brasileira. Além do alto grau de miscigenação que caracteriza a população, é possível que a forma fluida e ambígua como essa variável é coletada pelo IBGE tenha contribuído para que não se pudesse delinear nenhuma tendência de associação entre “raça” e outros fatores associados à pobreza.

Outros pontos a serem notados referem-se a algumas correlações que emergiram durante o processo de estimação do modelo, mas que não tinham sido antecipadas pela teoria. Trata-se das associações existentes entre as variáveis “sexo” e “localização urbana/rural do domicílio” e entre “sexo” e “idade”. Tais correlações não fizeram parte da hipótese inicial, uma vez que não designam efeitos que uma variável exerce sobre a outra; elas apenas denotam tendências de associação entre os referidos atributos demográficos, tendências essas que vieram a ser evidenciadas através do procedimento que analisa conjuntamente as distribuições das variáveis empíricas. Nesse sentido, o diagrama acima mostra que domicílios chefiados por mulheres são mais frequentes nas zonas urbanas; expressa também a tendência de que chefes de domicílio de sexo masculino sejam mais jovens que chefes do sexo feminino.

Apesar de não terem sido descritas como hipóteses iniciais, diretamente derivadas do referencial teórico adotado neste trabalho, ambas as correlações são cabíveis. O fato de que os domicílios chefiados por mulheres são mais comuns nas zonas urbanas coaduna-se com o caráter mais moderno e dinâmico que os ambientes urbanos têm em relação aos rurais, uma vez nestes predomina um padrão de família mais tradicional. Por outro lado, a associação entre a idade do chefe e o seu sexo também faz sentido, quando se tem em mente que as pessoas mais jovens encontram-se na fase da vida de constituição de família; nessas circunstâncias, casais jovens têm filhos pequenos e os homens geralmente assumem a chefia da casa. Em fases posteriores do ciclo de vida, situações de separação e de viuvez são mais usuais, quando então as mulheres colocam-se em posição de chefia.

De acordo com a discussão teórica que foi desenvolvida anteriormente, as características demográficas dos indivíduos podem interferir nas condições de pobreza indiretamente, através do tipo de participação no mercado de trabalho ou por meio do contexto familiar. Observe-se que é essa mesma compreensão que se encontra refletida nas postulações que compõem o modelo hipotético sobre o qual se sustenta este estudo. Dentro dessa perspectiva, é inesperado o fato de o modelo estimado a partir dos dados empíricos evidencie a existência de uma relação direta entre idade do chefe e a renda domiciliar *per capita*.

Conforme colocado, existem duas perspectivas teóricas que justificam a influência indireta e positiva da idade sobre a renda: a do ciclo de vida e a da experiência do trabalhador. Segundo o prisma do ciclo de vida, a idade afeta a renda em função da fase de vida em que a família se encontra. Essa noção está representada na hipótese através da relação negativa entre idade e taxa de dependentes por renda. Por outro lado, a idade pode ser interpretada como um indicador da experiência do trabalhador, um atributo que contribui para uma melhoria da sua inserção no mercado de trabalho. Sob essa ótica, o aumento da idade se associa a uma elevação da remuneração laboral (no modelo hipotético, tal perspectiva está representada por meio da ligação existente entre a idade e a variável latente “tipo de inserção no mercado de trabalho”).

Como uma tentativa de explicar a existência dessa relação direta entre idade e renda, este trabalho lançou mão da informação de que o Brasil apresenta uma especificidade no que diz respeito à relação entre idade e pobreza. Trata-se do fato de que os idosos – que, em tese, são considerados vulneráveis devido a suas limitações físicas e de dependência – são favorecidos por políticas públicas que lhes transferem renda através do sistema nacional de assistência social (Rocha, 2003: 187). Com base nessa informação, foi construído um novo modelo de equações estruturais que passou a inserir a variável “aposentado”¹²⁰, conforme se observa na figura 5.5.¹²¹

De fato, esse novo modelo evidencia que a relação direta entre idade e renda é espúria, pois deixa de ser significativa quando se insere a variável “aposentado”. Com esse achado, é ressaltada a importância que a renda advinda da aposentadoria assume dentro dos domicílios pobres: a relação entre aposentadoria e renda domiciliar *per capita* se faz significativa mesmo em uma amostra em que uma pequena proporção de pessoas recebe esse benefício social.

Cabe comentar aqui que a utilização de um método como a MEE – que permite que se diferenciem os efeitos diretos dos indiretos – facilita a apreensão desse tipo de nuance sobre a forma como a idade influencia a renda. Uma técnica como a análise de regressão, por exemplo, informaria apenas o efeito total de uma variável sobre a outra, sem dar conta da forma como esse efeito seria produzido. Com isso, não haveria espaço para que se pudessem contemplar minúcias sobre a maneira como a idade liga-se à renda e, conseqüentemente, não

¹²⁰ Essa variável indica se o chefe do domicílio recebe o benefício da aposentadoria. Assim, sua mensuração se dá através de uma escala composta por duas categorias: “1=não aposentado”; “2=aposentado”. Suas estatísticas descritivas encontram-se no Anexo 2.

¹²¹ Este modelo calca-se na mesma amostra que baseou a construção anterior e, como se pode notar, assume a mesma configuração; a única diferença está na inserção da variável “aposentado” entre “idade” e “renda domiciliar *per capita*”. Deve-se assinalar também que: a) os coeficientes de ajuste desse novo modelo são satisfatórios; b) o poder explicativo da variabilidade do fenômeno e as intensidades das relações entre as diversas variáveis permanecem praticamente inalterados em comparação com os resultados do modelo anterior.

seria chamada a atenção para a necessidade de incluir a variável “aposentado” como modo de explicação da emergência de uma relação que não tinha sido prevista, tal como ocorreu no bojo deste estudo.

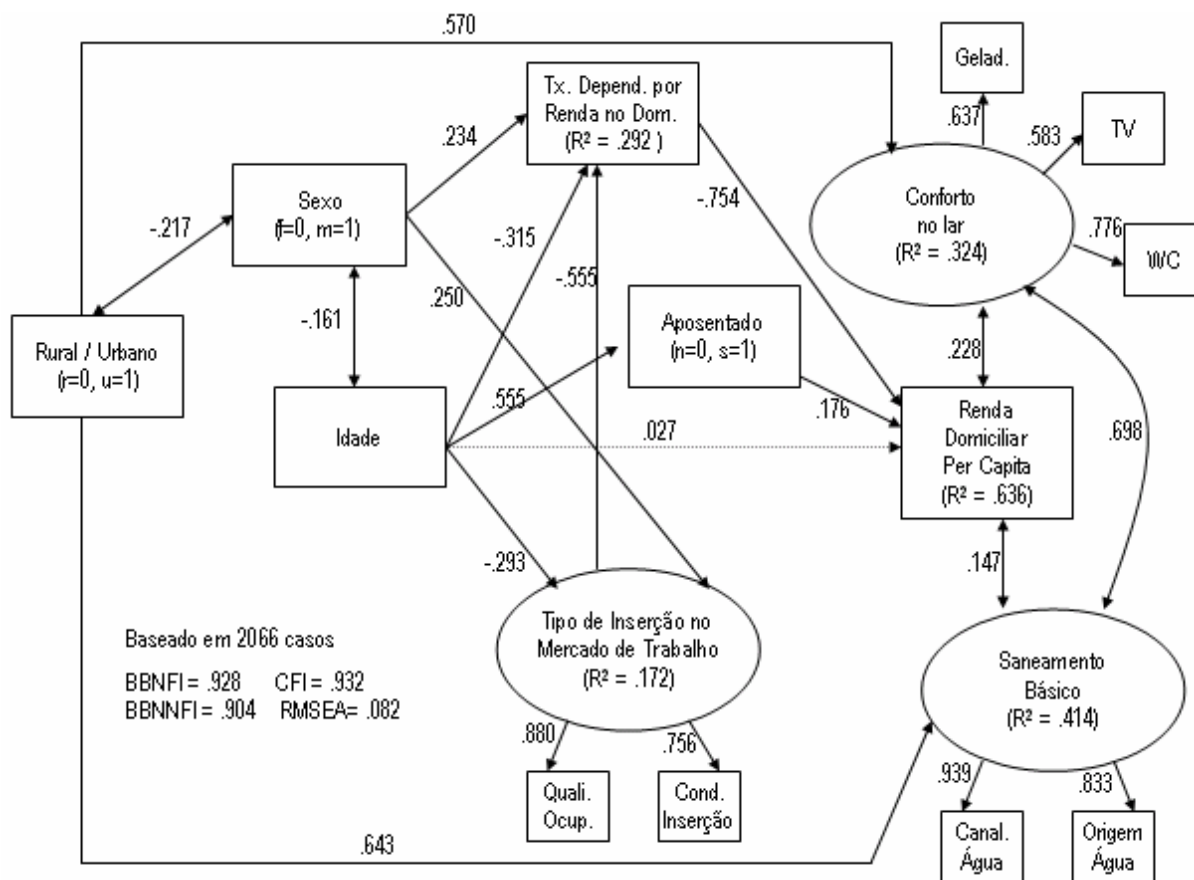


Figura 5.5. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para os municípios com menos de 100 mil habitantes

Ainda com relação à variável idade, pode-se notar uma discrepância dos achados dos modelos estimados em comparação à hipótese inicial. O seu efeito sobre a variável latente “inserção no mercado de trabalho” assume sinal negativo, indicando que pessoas com idades mais elevadas têm maior dificuldade de inserção estável nas atividades laborais. Apesar de não refletir as formulações teóricas que identificam a idade com experiência profissional – o que colocaria os trabalhadores mais velhos em posição vantajosa em termos de inserção no mercado de trabalho –, este achado pode ser justificado pelo fato de que a população pobre, em geral, apresenta baixa formação educacional e, portanto, tende a ocupar-se com tarefas manuais. Muitas vezes, essas tarefas requerem força física para que possam ser realizadas. Com isso, os trabalhadores mais jovens apresentam-se em posição mais favorável do que os mais velhos, já que, em diversas circunstâncias, o atributo da experiência profissional passa a ser preterido em relação à disposição física.

Por fim, uma última divergência entre as antecipações teóricas e os achados empíricos deve ser assinalada: domicílios chefiados por homens apresentam taxas de dependentes por renda mais elevadas que aqueles chefiados por mulheres. Mais uma vez, pode-se conjecturar uma justificativa para a ocorrência de tal inversão em relação ao que era esperado. Como se sabe, é usual que indivíduos jovens deixem a casa de seus pais em idade avançada, após ingressarem no mercado de trabalho. Essa situação pode ser acentuada no caso de pessoas jovens que não têm condições de constituírem seus próprios lares e acabam não apenas permanecendo na casa dos pais, mas também agregando seus cônjuges e filhos ao convívio domiciliar. Esse tipo de situação parece ser mais comum em domicílios chefiados por homens, uma vez que aqueles chefiados por mulheres já tendem a enfrentar maiores dificuldades econômicas. Por isso, esses últimos podem não se colocar como uma alternativa adequada para que novas famílias venham se juntar ao mesmo âmbito doméstico.

Apesar das diferenças até aqui comentadas, pode-se dizer que o modelo de equações estruturais ora analisado espelha, de uma maneira geral, a configuração de fatores indicada pela teoria. Com relação aos achados que se afinam à hipótese inicial, alguns comentários devem ser feitos. Em princípio, há que se falar das correlações existentes entre os indicadores de condições de vida adotados neste trabalho: “renda domiciliar *per capita*”, “conforto no lar” e “saneamento básico”. Como se colocou inicialmente, a utilização simultânea dos três indicadores visa ao fornecimento de um retrato mais completo das condições em que vivem as pessoas pobres, já que cada um deles prima por refletir diferentes facetas do mesmo problema.

Com efeito, os três indicadores encontram-se correlacionados no modelo construído com base nos dados empíricos. Dentre as correlações que se estabelecem, chama atenção aquela entre “conforto no lar” e “saneamento básico”. O coeficiente entre essas duas variáveis latentes (0,698) é mais alto do que aqueles que as associam à renda *per capita* do domicílio (0,228 e 0,147, respectivamente). Isso põe em evidência o fato de que, para a parcela pobre da população, a renda *per capita* domiciliar não é um fator capaz de garantir, por si só, a melhoria da situação em que vivem essas pessoas. Os coeficientes de correlação entre renda e os outros dois construtos indicam que é relativamente baixa a possibilidade de que a renda se “converta” no usufruto de bens e instalações dentro do âmbito doméstico e em qualidade de vida no que concerne a questões relativas à saúde pública. Nesse sentido, é possível conjecturar que a maior parte do dispêndio da renda deve se dar com gêneros mais essenciais à manutenção da família, tais como alimentos e roupas. Tem-se assim a indicação de que os

acessos a conforto no lar e a saneamento básico, que estão intimamente ligados entre si, dependem de algum outro fator.

De fato, uma outra informação disponível no modelo permite afirmar que os níveis de “conforto no lar” e de “saneamento básico” dependem antes da localização do domicílio do que da sua renda *per capita*. Essa afirmação deriva da comparação entre as magnitudes dos coeficientes que correspondem a tais associações (0,570 e 0,643 para as associações dos construtos com a localização do domicílio, e 0,228 e 0,147 para suas relações com a renda). Reafirmam-se então as antecipações teóricas que anunciam a maior facilidade com que populações urbanas acessam bens e serviços em relação ao que acontece nas zonas rurais.

As demais relações apresentadas no modelo refletem as discussões teóricas. A esse respeito, cabe mencionar que: pessoas do sexo masculino tendem a obter uma melhor inserção no mercado de trabalho do que as do sexo feminino; uma melhor inserção no mercado de trabalho diminui a taxa de dependentes por renda no domicílio, uma vez que a própria inserção do chefe já contribui para a diminuição do número de pessoas que não auferem renda no domicílio; o aumento dessa taxa tem impacto negativo sobre a renda *per capita* domiciliar.

Conforme se colocou anteriormente, a utilização da MEE permite que se analisem os efeitos diretos, indiretos e totais que cada um dos aspectos incluídos no modelo exercem sobre a pobreza. Dentro dessa perspectiva, foi elaborado o quadro-resumo abaixo, que se refere ao modelo recém exposto (aquele que inclui a variável “aposentado”, já que ele é melhor que o anterior, pois prescinde da relação espúria e assim fornece uma visão mais fidedigna do que acontece na realidade). Optou-se por exibir neste quadro as influências de cada um dos fatores considerados neste estudo sobre a renda domiciliar *per capita*, já que esse é o indicador de pobreza mais usualmente adotado nos trabalhos sobre o tema e que tem grande proporção de sua variabilidade explicada pelas variáveis que participam da análise. Note-se que, apesar de tal quadro fornecer uma síntese quantitativa dos efeitos produzidos por cada fator sobre a renda, a maneira como se processam as influências diretas, indiretas e totais pode ser acompanhada na representação pictórica acima, que evidencia a forma como ocorre a articulação simultânea entre todos os fatores.

Variáveis	Efeitos		
	Total	Direto	Indireto
Idade	0,240	0,027	0,213
Sexo	-0,072		-0,072
Tx. Depend. Renda	-0,754	-0,754	
Inserção	0,418		0,418
Aposentado	0,176	0,176	

Tabela 5.3. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar *per capita* nos municípios com menos de 100 mil habitantes

No que concerne aos efeitos totais, nota-se que o fator que mostra maior influência sobre a renda *per capita* domiciliar é a taxa de dependentes por renda no domicílio. Com efeito, se for considerado que, de uma maneira geral, as famílias pobres caracterizam-se por auferirem poucas rendas ao mesmo tempo em que tendem a ser numerosas, tal taxa se conforma como um fator proeminente na determinação da renda *per capita* domiciliar.

Um outro aspecto que se evidencia como relevante é o tipo de inserção do chefe do domicílio no mercado de trabalho, tal como se argumentou na parte teórica deste estudo. Apesar de o modelo não exibir uma influência direta desse fator sobre a renda domiciliar *per capita*, o efeito de tal inserção se dá indiretamente, através da taxa de dependentes por renda, conforme já foi discutido. O quadro acima mostra que, mesmo de maneira indireta, tal efeito é intenso, configurando-se como a segunda maior influência sobre a renda domiciliar *per capita*.

Com relação às demais variáveis que compõem o modelo, breves pontuações podem ser feitas. Percebe-se que, em seguida à inserção no mercado de trabalho, a idade aparece como a variável que exerce maior influência sobre a renda *per capita*. Além disso, é estimada a influência que a aposentadoria exerce dentro da análise da pobreza nos municípios baianos menos desenvolvidos. Há ainda um coeficiente que designa a influência da variável “sexo” sobre a renda domiciliar *per capita*. Em tese, tal coeficiente indica o impacto que o sexo do chefe gera sobre a renda, impacto esse de natureza indireta, que se dá por meio do contexto familiar e da inserção no mercado de trabalho, como se pode perceber na representação pictórica do fenômeno. Contudo, apesar desse coeficiente exibir significância estatística, a sua magnitude é modesta (-0,072), de forma que, em termos substantivos, a influência do sexo do chefe sobre renda *per capita* domiciliar pode ser considerada irrelevante. A partir disso, pode-se dizer que, mesmo em contextos menos desenvolvidos, onde a vigência de estruturas sociais tradicionais pode fazer com que as desvantagens a serem enfrentadas pelas mulheres nos processos familiares e laborais sejam mais marcantes, o sexo não se destaca como uma influência notável sobre a renda domiciliar¹²².

Neste ponto da discussão, deve-se referir ainda a uma outra possibilidade de análise oferecida pela MEE: a capacidade de o modelo explicar uma percentagem da variabilidade de todos os seus fatores endógenos, ou seja de todos aqueles que recebem a influência de outras

¹²² No âmbito deste estudo, as associações entre variáveis são consideradas relevantes apenas se os seus coeficientes forem maiores ou iguais a 0,10. A idéia é que, a partir desse procedimento, a análise ora desenvolvida se atenha aos aspectos que, de fato, influenciam as condições de vida das pessoas pobres, dentro da abordagem relacional do fenômeno.

variáveis presentes no estudo. No modelo ora em foco, a “taxa de dependentes por renda no domicílio” e o “tipo de inserção no mercado de trabalho” são fatores endógenos, além dos três indicadores de pobreza que já foram abordados. Nesse sentido, nota-se que uma proporção de 29,2% da variabilidade da taxa de dependentes por renda é explicada pelo modelo, explicação essa que se deve à influência que tal taxa recebe das variáveis sexo, sua idade e tipo de inserção no mercado de trabalho. Em outras palavras, isso quer dizer que o sexo do chefe, a sua idade e o seu perfil de inserção no mercado de trabalho respondem pela variação de 29,2% das taxas de dependentes por renda encontradas entre os domicílios pobres. De modo semelhante, o modelo responde por 17,2% da variação do “tipo de inserção no mercado de trabalho”, proporção que se deve aos efeitos que a idade e o sexo do chefe de domicílio exercem sobre tal construto.

5.2.2 Municípios com populações entre 100.000 e 500.000 habitantes

De maneira similar à forma como se procedeu com o grupo de municípios pequenos, foi construído um modelo de equações estruturais sobre a articulação dos fatores associados à pobreza a partir da amostra referente aos municípios relativamente mais desenvolvidos, cujas populações situam-se na faixa entre 100.000 e 500.000 habitantes. Tais localidades caracterizam-se por terem economias mais complexas e por disporem de um mercado de trabalho mais dinâmico, notadamente em suas partes urbanas. A realização de todas as etapas envolvidas no processo de estimação culminou com o estabelecimento do modelo apresentado na figura 5.6.

Em princípio, cabe notar que o modelo pode ser considerado como uma boa representação do fenômeno estudado. Isso é indicado pelos valores dos coeficientes de ajuste do modelo (BBNFI, BBNNFI, CFI e RMSEA), que denotam sua boa adaptação aos dados empíricos. Nesse sentido, pode-se considerar que as relações postuladas acima refletem as associações que se estabelecem entre as variáveis presentes na base de dados.

Um outro parâmetro que indica que o modelo funciona como uma boa abordagem do fenômeno está no seu potencial explicativo da variabilidade dos indicadores de pobreza referentes à população analisada. A esse respeito, tem-se que tal capacidade pode ser considerada satisfatória, uma vez que ele explica uma alta proporção da variabilidade da renda domiciliar *per capita* (60,2%). No que concerne aos demais construtos relativos a condições de vida, o “conforto no lar” e “saneamento básico”, o modelo explica 19,5% e 23,7% de suas variabilidades, respectivamente. Apesar de significativas, tais proporções não são tão altas, o que se justifica pelo tipo de contexto que está sendo focalizado. Desta vez,

está-se tratando de municípios mais desenvolvidos e urbanizados, o que faz com que o acesso a bens e serviços seja facilitado para toda a população, inclusive para as camadas pobres, como será discutido mais adiante. Frente a tais considerações, pode-se dizer que o modelo demonstra bom poder explicativo das condições de vida das populações pobres residentes nos municípios baianos relativamente mais desenvolvidos.

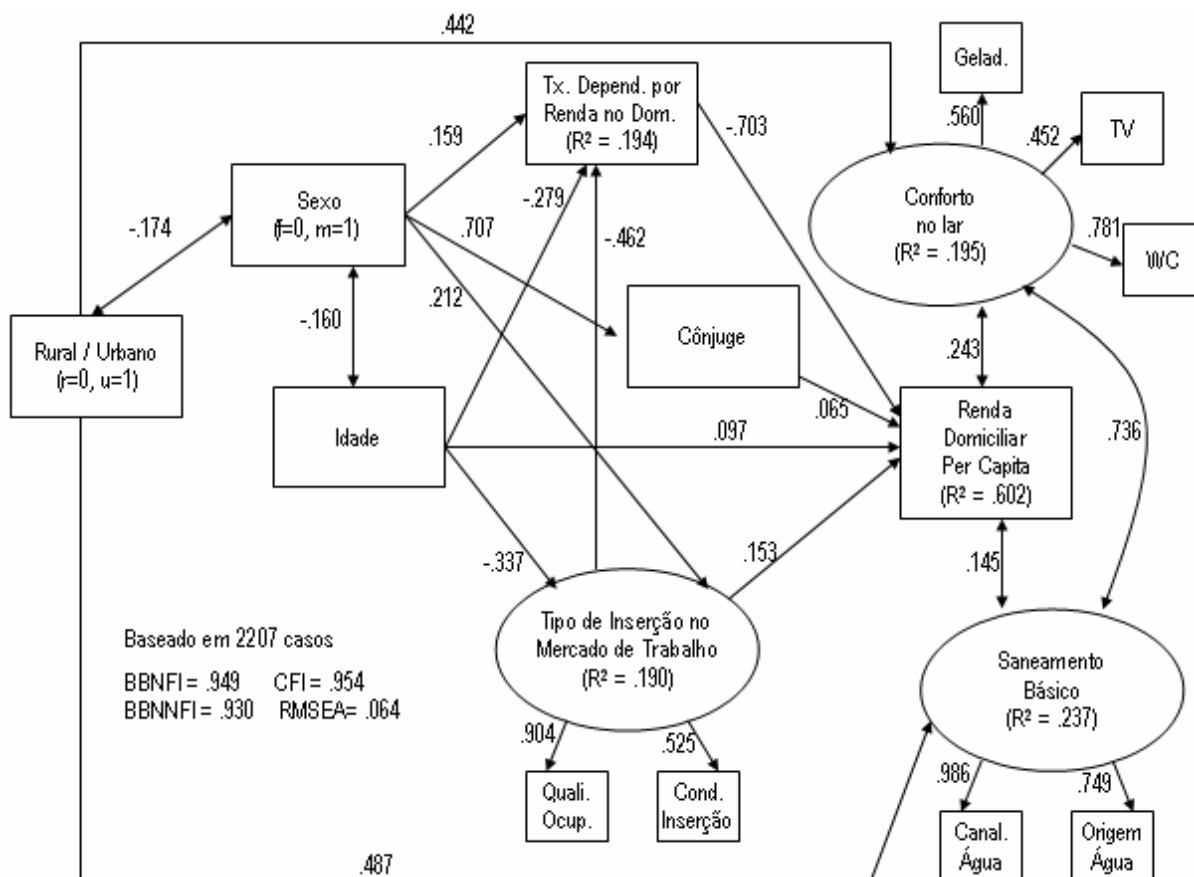


Figura 5.6. Modelo de equações estruturais para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes

Assim como aconteceu com o grupo de municípios pequenos, a configuração geral do modelo ora analisado assemelha-se à hipótese inicial que baliza este estudo. Apesar disso, algumas divergências também podem ser encontradas. Dentre elas, pode-se mencionar que as relações hipotéticas que envolvem as variáveis “educação” e “raça” não se mostraram significativas no modelo estimado. Os motivos que podem justificar a falta de significância de tais relações assemelham-se àqueles declarados na análise do contexto anterior.

Particularmente no que tange à “educação”, cabe comentar que as estatísticas descritivas indicam que o número médio de anos de estudo do chefe é baixo (3,18 anos). Mesmo que se leve em conta a faixa de valores dentro da qual se distribuem os casos que compõem a amostra, ainda assim a maioria dessas pessoas possui número insuficiente de anos de

formação educacional. Por outro lado, pode-se pensar também que a noção de fragilidade da preparação educacional dessas pessoas é corroborada pelo aspecto qualitativo: mesmo que a quantidade de anos de estudo do chefe possa ser considerada razoável, é provável que essas pessoas tenham estudado em sistemas educacionais públicos, que possuem qualidade insatisfatória. Sob essa ótica, é possível que a variável “educação” não se tenha manifestado em relações significantes porque o número de anos de estudo não diferencia, efetivamente, uma variação na preparação educacional dessas pessoas. Tomados de maneira conjunta, esses argumentos podem justificar o fato de que não foi possível observar, empiricamente, em que medida a variação no número de anos de estudo se conforma em uma vantagem para que uma pessoa pobre se insira no mercado de trabalho, tal como proposto pela teoria.

Da mesma forma como ocorreu com o contexto anterior, o modelo ora estimado indica a existência de correlações entre as variáveis “sexo” e “localização urbana/rural do domicílio” e entre “sexo” e “idade”, que não tinham sido prescritas teoricamente. Cabe reforçar aqui a compreensão de que tais correlações não denotam a influência que uma variável exerce sobre a outra, mas apenas evidenciam que tais variáveis tendem a se distribuir de maneira correlacionada. Em termos substantivos, os achados são semelhantes àqueles discutidos na seção anterior, podendo-lhes ser aplicadas as mesmas interpretações; nas zonas urbanas, chefes de domicílios do sexo feminino são mais freqüentes que nas zonas rurais (o que tem a ver com o grau de modernidade mais elevado dos ambientes urbanos), assim como suas idades tendem a ser mais elevadas que as dos chefes de sexo masculino (já que, levando-se em conta a perspectiva do ciclo de vida, é mais freqüente que as mulheres assumam a chefia do lar em fases mais avançadas de suas existências).

Um outro ponto de divergência em relação ao modelo hipotético inicial refere-se à emergência de uma relação direta entre “idade” e “renda *per capita* domiciliar”, tal como se observou na análise do contexto anterior. Conforme já discutido, era inesperada a emergência de tal relação, uma vez que as perspectivas teóricas que baseiam este trabalho prevêem que o efeito da idade sobre a renda se dê de forma indireta, através do contexto familiar ou da inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Mais uma vez, optou-se então por inserir a variável “aposentado” entre idade e renda. Tal procedimento gerou o modelo expresso pela figura 5.7 ¹²³.

¹²³ Este modelo foi construído com base na mesma amostra. Tendo em vista esse novo modelo, deve-se pontuar que: a) excetuando-se a inclusão da variável “aposentado”, ele exibe a mesma configuração entre fatores que conformava a construção anterior; b) seus coeficientes de ajuste são satisfatórios; c) seu poder explicativo das variabilidades dos indicadores de pobreza permanece praticamente inalterado em comparação àquele do

A partir desse novo modelo, pode-se perceber que a relação direta entre idade e renda perde a significância quando a variável “aposentado” participa da análise. Tem-se então mais uma confirmação da natureza indireta da associação entre esses dois aspectos. Além disso, é reafirmada a relevância que o benefício da aposentadoria assume em domicílios marcados pela pobreza.

No contexto ora focalizado, pode-se observar também que a associação entre “idade” e “tipo de inserção no mercado de trabalho” assume sinal negativo, em oposição ao que tinha sido postulado na hipótese inicial. Tal achado assemelha-se ao resultado encontrado para os municípios pequenos, podendo-lhe ser atribuída interpretação similar: na camada pobre da população, o atributo do potencial físico assume preponderância em relação à experiência profissional, a qual costuma ser identificada com a idade.

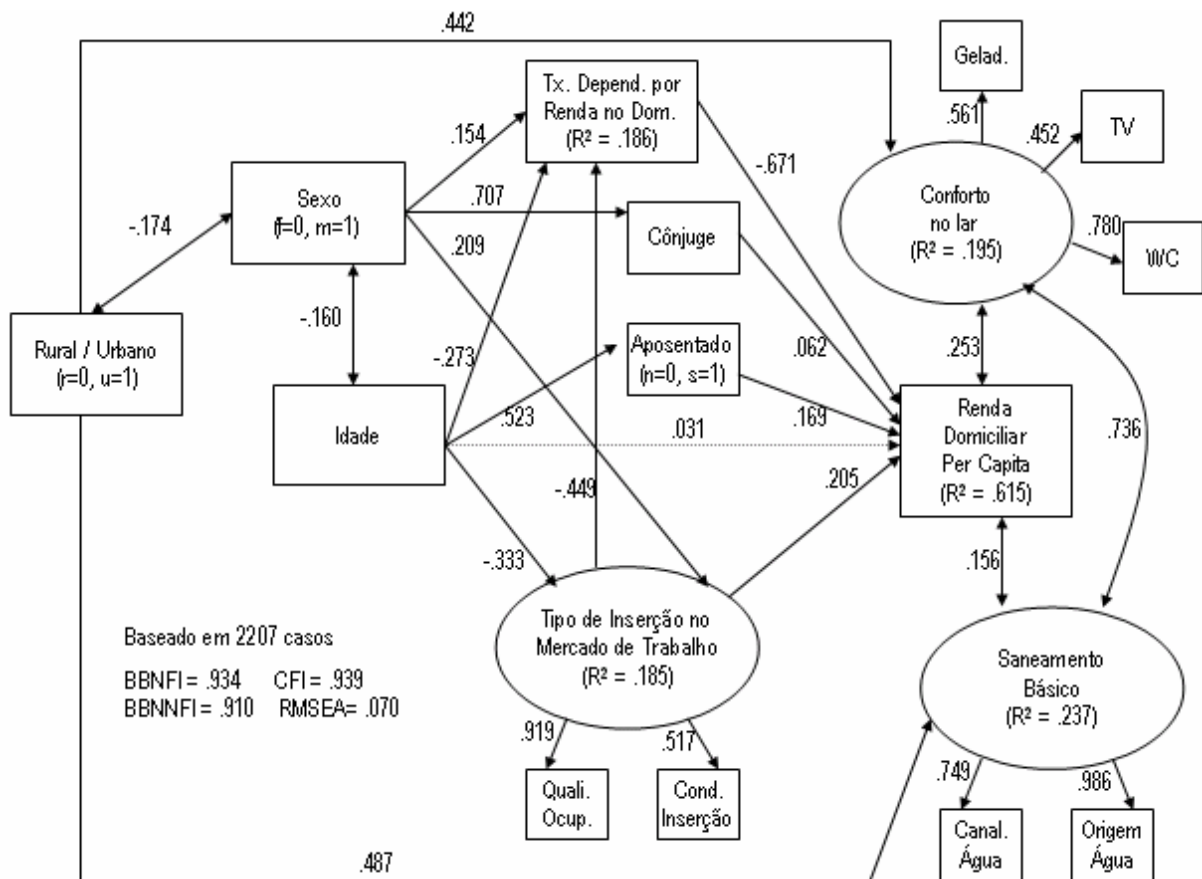


Figura 5.7. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes

anterior; e d) a inserção da variável “aposentado” provocou uma redistribuição de efeitos, de modo que as intensidades das relações entre as diversas variáveis sofreram pequenas alterações em seus valores; entretanto, tais alterações não são de magnitudes relevantes, o que permite que as mesmas interpretações que vêm sendo feitas até aqui possam ser aplicadas a esse novo modelo.

Há que se assinalar ainda uma última discrepância entre modelo estimado e o hipotético. O coeficiente encontrado na análise empírica indica que a taxa de dependentes por renda tende a ser mais elevada naqueles domicílios chefiados por homens (0,154). Mais uma vez, tal achado aproxima-se daquele encontrado quando se analisou o contexto dos municípios baianos de menor desenvolvimento econômico. Assim, as mesmas conjecturas que foram então explicitadas podem ser novamente aplicadas ao presente contexto, para que se explique tal relação (lares chefiados por homens tendem a ser mais estáveis economicamente do que aqueles chefiados por mulheres; por isso, demonstram maior potencial para que outros indivíduos permaneçam ou venham a ser agregados ao convívio doméstico).

Após se terem tecido tais comentários sobre as divergências encontradas em relação às hipóteses iniciais, cabe evidenciar os pontos de aproximação que foram encontrados entre os modelos estimado e hipotético. Inicialmente, deve-se falar nas correlações estabelecidas entre os três indicadores de condições de vida adotados neste estudo, a “renda domiciliar *per capita*”, o “conforto no lar” e o “saneamento básico”. A esse respeito, os achados são bastante similares aos resultados analisados na seção anterior. O coeficiente de correlação entre “conforto no lar” e “saneamento básico” (0,736) é mais alto do que aqueles encontrados entre cada um desses construtos e a renda domiciliar *per capita* (0,253 e 0,156, respectivamente). Mais uma vez, pode-se depreender daí que, para a população pobre, a renda *per capita* não é o aspecto proeminente para a melhoria do cotidiano vivido nesses domicílios, mas que o acesso a bens e a serviços coloca-se antes em função de outros atributos.

Com efeito, o modelo mostra que as associações entre cada um dos referidos construtos e a variável “localização rural/urbana do domicílio” (0,442 e 0,487) são mais fortes do que aquelas que eles estabelecem com a renda *per capita*. Tem-se assim a constatação empírica de que as populações rurais enfrentam maiores dificuldades de acesso a bens e serviços do que as urbanas, tal como já se discutiu. Ainda que a defasagem na oferta de bens e serviços exista entre os ambientes urbano e rural seja constatada nas cidades relativamente mais desenvolvidas e urbanizadas, a análise da magnitude dos coeficientes indica que ela é atenuada em relação ao que foi encontrado no grupo de pequenos municípios. Isso se deve ao fato de que o grau de desenvolvimento das cidades maiores aumenta o acesso a bens e serviços para a população como um todo, tal como se pode perceber a partir das estatísticas descritivas dessas variáveis.

As outras associações que compõem o modelo estimado também se aproximam das postulações teóricas. Mais especificamente, tem-se aqui que a relação positiva entre o “tipo de inserção no mercado de trabalho” a renda domiciliar *per capita*, de fato, se faz significativa.

Estabelecem-se também como significativas as relações que envolvem a variável “cônjuge”. A esse respeito, detecta-se que os chefes de domicílio do sexo masculino tendem a viver em companhia de cônjuge com maior frequência do que os chefes do sexo feminino; tem-se ainda que a presença do cônjuge no domicílio apresenta relação positiva com a renda *per capita* (ainda que, como será discutido logo adiante, esse impacto seja considerado irrelevante por causa de sua baixa intensidade). Além disso, o modelo empírico confirma que: as mulheres apresentam maior dificuldade de inserção estável no mercado de trabalho; uma melhor inserção no mercado de trabalho por parte do chefe manifesta-se numa redução da taxa de dependentes por renda no domicílio; e que o incremento dessa taxa associa-se negativamente com a renda *per capita* domiciliar.

Da mesma forma como se procedeu na seção anterior, vale a pena elaborar um quadro-resumo que contenha os efeitos diretos, indiretos e totais que cada variável incluída no modelo produz sobre a renda *per capita* domiciliar. Tais efeitos são apresentados na tabela 5.4.

Efeitos			
Variáveis	Total	Direto	Indireto
Idade	0,132	0,031	0,101
Sexo	0,046		0,046
Cônjuge	0,062	0,062	
Tx. Dep. Renda	-0,671	-0,671	
Inserção	0,506	0,205	0,301
Aposentado	0,169	0,169	

Tabela 5.4. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar *per capita* nos municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes

O exame dos efeitos totais de cada variável indica que a taxa de dependentes por renda é o aspecto que apresenta maior influência sobre a renda *per capita* domiciliar. Tal achado pode ser justificado pelo fato de que, também nos municípios relativamente mais desenvolvidos, as famílias pobres tendem a ser compostas por várias pessoas, dentre as quais apenas algumas delas são remuneradas (como mostram as estatísticas descritivas, a taxa de dependentes por renda nesse grupo de cidades é alta, assumindo o valor médio de 71%). Deve-se lembrar que, pelo fato de se estar tratando de pessoas pobres, as remunerações obtidas por aqueles membros são baixas ou pelo menos insuficientes para que a renda *per capita* domiciliar atinja patamares mais elevados. Sob tais circunstâncias, a taxa de dependentes no domicílio se coloca como um fator de peso na determinação desse indicador de renda.

O segundo maior impacto sobre a renda *per capita* cabe ao fator “tipo de inserção no mercado de trabalho” do chefe do domicílio. A sua influência acontece tanto direta como

indiretamente, através da taxa de dependentes por renda, sendo que o efeito indireto é preponderante. Isso decorre do fato de que, por se tratar da renda domiciliar “*per capita*”, a capacidade de geração de renda do chefe é diluída pelo número de pessoas dependentes que vivem no domicílio. No modelo, isso se manifesta justamente através do fato de que uma parcela da influência do construto “tipo de inserção no mercado de trabalho” sobre a renda *per capita* é absorvida pela variável “taxa de dependentes por renda”; é tal parcela que constitui a parte indireta do efeito do referido construto, apresentada na tabela acima.

Dentre as demais variáveis que participam do modelo, pode-se dizer que “idade” e “aposentado” são as que mais se destacam pelos efeitos exercidos sobre a renda *per capita* domiciliar. Ainda que “sexo” e “cônjuge” apresentem coeficientes com significância estatística, pode-se desconsiderar a influência dessas variáveis sobre a renda *per capita* domiciliar; suas magnitudes são pequenas (0,046 e 0,062, respectivamente), o que permite afirmar que essas associações são irrelevantes para a análise substantiva. Com relação à presença de cônjuge no domicílio, cabe comentar que a baixa intensidade do coeficiente não permite que se reconheça aqui a antecipação teórica de que a presença de um outro adulto no lar, o companheiro do chefe, ajuda diretamente a elevar a renda domiciliar. Isso pode estar sinalizando a dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfrentada pelo cônjuge, dificuldade essa que também pode atingir qualquer um dos demais membros da família (o que pode justificar a alta taxa de dependentes por renda encontrada nos domicílios pobres).

Há que se comentar ainda a respeito da capacidade do modelo relativa à explicação da variabilidade dos elementos que lhes são endógenos. Além dos já abordados indicadores de pobreza, o modelo ora analisado esclarece cerca de 19% da variabilidade da taxa de dependentes por renda no domicílio; tal explicação é arrogada à influência que as variáveis sexo, idade e tipo de inserção no mercado de trabalho exercem sobre essa taxa. No que tange ao “tipo de inserção no mercado de trabalho”, explica-se em torno de 19% de sua variabilidade, proporção essa que se pode atribuir aos efeitos que a idade e o sexo do chefe de domicílio exercem sobre tal construto.

5.2.3 Salvador, município com mais de 500.000 habitantes

A análise realizada com base na amostra referente a Salvador se deu de modo similar aos casos anteriores. A partir daquele mesmo modelo hipotético, efetuaram-se os cálculos que deram origem ao modelo de equações estruturais representado pela figura 5.8.

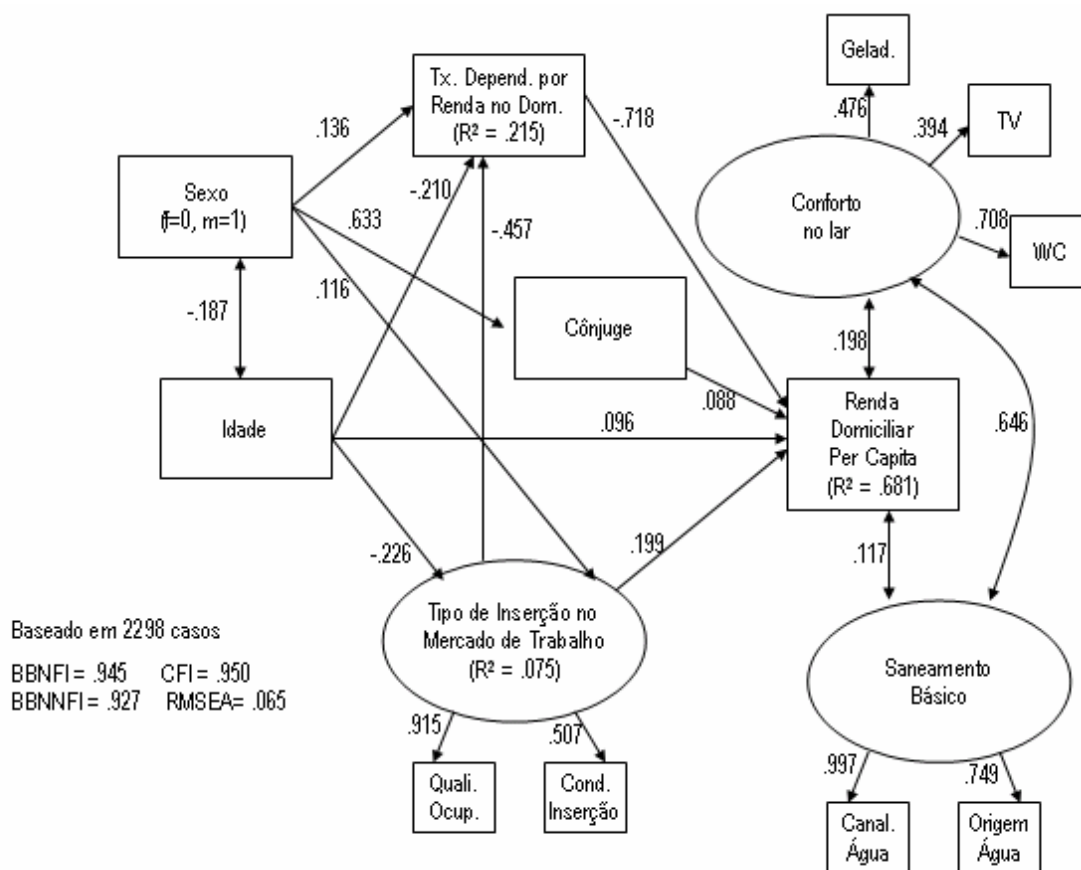


Figura 5.8. Modelo de equações estruturais para Salvador

Com relação ao seu ajuste, observa-se que os coeficientes BBNFI, BBNNFI, CFI e RMSEA assumem valores satisfatórios, conforme se colocou durante a discussão teórica sobre a MEE. Assim, pode-se considerar que essa é uma representação adequada do fenômeno estudado, uma vez que tais coeficientes indicam o alto grau de coincidência entre as relações postuladas no modelo e aquelas que são encontradas entre as variáveis empíricas que compõem o estudo. No que concerne à capacidade de explicação do fenômeno estudado, o modelo dá conta de uma grande proporção da variabilidade da renda *per capita* domiciliar, 68,1%. Note-se que, no caso de Salvador, não são oferecidas explicações das variabilidades dos construtos “conforto no lar” e “saneamento básico”. Isso decorre do fato de que, no presente contexto, esses fatores não são endógenos ao modelo, pois não recebem influência da variável “localização urbana/rural do domicílio”, tal como aconteceu nas seções anteriores. No caso da capital baiana, a localização do domicílio não entra no modelo, já que 99,87% dos casos da amostra situam-se na zona urbana.

A ausência da referida variável já se constitui em uma dessemelhança entre o modelo estimado para Salvador e o hipotético. Adicionalmente, a maioria das divergências encontradas nos contextos anteriores também aparece desta vez. Mais uma vez, as relações hipotéticas que as envolvem as variáveis “educação” e “raça” não se mostraram significantes,

podendo-se lançar mão das mesmas razões já apontadas para justificar a não significância de tais associações.

No que se refere à variável “educação”, as estatísticas descritivas mostram que o número médio de anos de estudo dos chefes de domicílios pobres em Salvador é mais elevado que nos contextos anteriores (5,05 anos). Se for levada em conta a medida de dispersão da distribuição dessa variável (o valor do desvio-padrão é 3,60), vê-se que ela demonstra um espectro de variação razoável. Ainda que esses aspectos tornem sua distribuição propícia ao tipo de análise estatística aqui realizada, a associação entre “educação” e “tipo de inserção no mercado de trabalho” não se faz significativa. Possivelmente, a justificativa para isso está no fato de que, apesar da variação, o nível de formação educacional dessas pessoas ainda permanece baixo para que seus efeitos possam ser percebidos. Além disso, a conjectura anteriormente levantada sobre a qualidade da preparação educacional dessas pessoas também pode ser aplicada ao contexto soteropolitano: a variação do número de anos de estudo pode não refletir adequadamente os diferentes níveis de competências que vão sendo adquiridos ao longo do processo educacional¹²⁴.

No modelo ora analisado, pode-se observar a emergência da correlação entre “sexo” e “idade”, evidenciando o fato de que chefes de domicílio de sexo masculino tendem a ser mais jovens que chefes do sexo feminino. Conforme já explicitado, tal achado pode ser respaldado na dinâmica das relações familiares, segundo a perspectiva do ciclo de vida.

Assim como aconteceu nos contextos anteriores, nota-se também aqui a emergência da relação direta entre “idade” e “renda domiciliar *per capita*”. Por causa disso, partiu-se para a elaboração de um outro modelo de equações estruturais com base na amostra referente a Salvador, que passou a incluir a variável “aposentado”, situada entre a “idade” e a “renda domiciliar *per capita*”. Esse novo modelo encontra-se ilustrado na figura 5.9¹²⁵:

¹²⁴ Sobre a ausência de significância das relações que envolvem a variável educação, pode-se dizer que os três contextos aqui analisados apresentam o mesmo problema: dentro de cada um deles, a população pobre apresenta-se substantivamente homogênea no que concerne a esse atributo. Para que tais relações aparecessem significantes, seria necessário realizar as modelagens com base em populações mais heterogêneas, compostas por pessoas pobres e não-pobres.

¹²⁵ Mais uma vez, cabe chamar atenção para o fato de que esse novo modelo apresenta ajuste satisfatório. Além disso, a inserção da variável “aposentado” provocou uma leve redistribuição dos efeitos das variáveis, o que se manifesta através de pequenas alterações nos valores dos coeficientes referentes a cada associação. Como as magnitudes de tais alterações são ínfimas, as interpretações que vêm sendo feitas até aqui permanecem válidas para esse novo modelo.

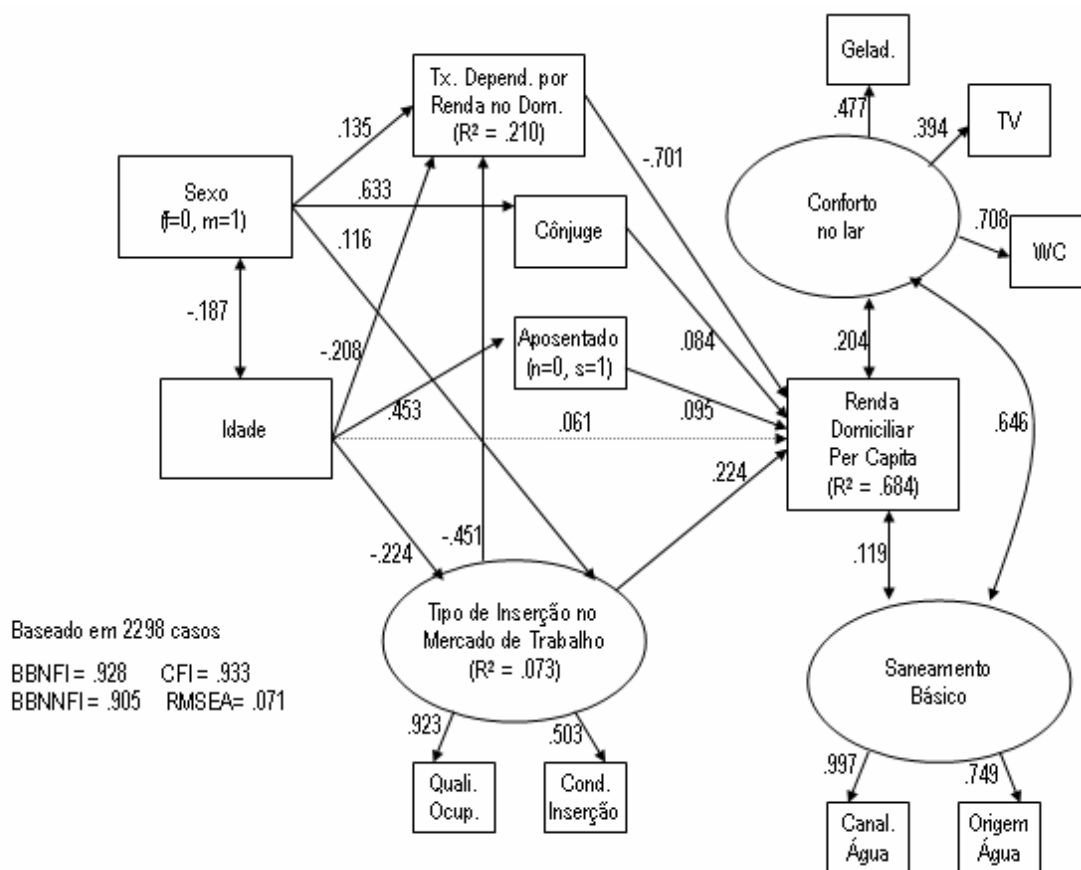


Figura 5.9. Modelo de equações estruturais, incluindo a variável “aposentado”, para o município de Salvador

Também no caso de Salvador, a relação direta entre idade e renda perde sua relevância após a inserção da variável “aposentado”, ressaltando a importância que a renda advinda da aposentadoria assume dentro dos domicílios pobres. Ainda no tocante à variável idade, deve-se mencionar que o seu efeito sobre o construto “tipo de inserção no mercado de trabalho” é negativo. Tal achado assemelha-se àqueles obtidos quando se analisaram os contextos anteriores. Mais uma vez, reafirma-se a noção de que, para a parcela pobre da população, o aspecto da experiência do trabalhador não se coloca como um fator determinante para a sua inserção no mercado de trabalho; conforme discutido, essas pessoas tendem a realizar tarefas manuais.

Deve-se também tecer um comentário sobre a relação observada empiricamente entre o sexo do chefe do domicílio e a taxa de dependentes por renda: a referida taxa tende a ser mais elevada nos domicílios chefiados por homens. Esse achado coincide com os resultados encontrados nos modelos anteriores, de modo que a mesma explicação levantada naquelas seções pode ser aplicada ao contexto soteropolitano.

Apesar das diferenças até aqui mencionadas, o modelo estimado para Salvador também tende a refletir a configuração geral das relações que foram apresentadas no modelo

hipotético inicial. A esse respeito, cabe comentar inicialmente acerca das correlações observadas entre os três indicadores de condições de vida adotados neste estudo. Mais uma vez, observa-se que os construtos “conforto no lar” e “saneamento básico” encontram-se mais fortemente correlacionados entre si (0,646) do que com a renda domiciliar *per capita* (0,204 e 0,119, respectivamente). Tal achado pode ser interpretado de modo consonante aos contextos anteriores. Como praticamente a totalidade da população de Salvador reside na zona urbana, pode-se dizer que o acesso a aspectos que contribuam para a melhoria do cotidiano das pessoas pobres liga-se antes à disponibilidade de bens e serviços proporcionada pelo contexto urbano do que a suas capacidades monetárias.

Conforme já se referiu na discussão teórica, é usual que a provisão saneamento básico esteja ao alcance de pessoas dos diversos níveis socioeconômicos nas grandes cidades. Dentre diversos fatores que confluem para que isso aconteça, sabe-se que as aglomerações populacionais em ambientes urbanos colocam o acesso a tais serviços como uma questão primaz para a preservação da saúde pública. Com relação à posse de bens duráveis que colaboram para o aumento do conforto usufruído pelos residentes dos domicílios pobres, os mercados urbanos são mais desenvolvidos tanto no que diz respeito à quantidade e à diversidade de produtos oferecidos, como à facilidade de pagamento que tem sido disponibilizada às classes populares¹²⁶.

O fato de que largas fatias da população pobre de Salvador desfrutam de acesso a bens e a saneamento permite afirmar que se está em presença de uma situação em que as necessidades relativas a tais domínios não-monetários da pobreza estão, em grande medida, atendidas, ainda que a pobreza monetária não tenha sido eliminada. Note-se que, conforme colocou Mestrum (2002: 38), só é possível apreender essa faceta do fenômeno a partir de uma abordagem que reflita a multidimensionalidade dessa questão social. O uso da metodologia da MEE, por sua vez, oferece a possibilidade de se contemplar a forma como a renda se relaciona a esses outros indicadores não-monetários de pobreza, abrindo espaço para que as explicações e análises ora realizadas pudessem emergir.

¹²⁶ No Brasil, alguns fatos recentes denotam que os setores comerciais têm-se movimentado em direção ao aumento da facilidade das condições de pagamento para as classes populares. Dentre tais esforços, podem-se mencionar a maior facilidade de acesso a crédito e a elevação do número parcelas de pagamento em que se podem dar as vendas. A título de ilustração, pode-se mencionar a política recente da empresa Credicard que, por não conseguir maior expansão entre as classes A e B, vem há quatro anos investindo no segmento de menor poder aquisitivo. Segundo a empresa, cerca de 20,6% dos seus cartões emitidos hoje no Brasil pertencem a pessoas de baixa renda; para dar uma indicação do potencial de sustentabilidade dessa política da empresa, é pertinente salientar aqui a informação de que a taxa de inadimplência dos clientes de baixa renda não é superior às das demais classes socioeconômicas (Safatle e Pacheco, 2005).

As demais relações apresentadas no modelo também espelham as antecipações teóricas. Nota-se que os homens têm melhor perfil de inserção no mercado de trabalho do que as mulheres; vê-se também que as inserções mais estáveis no mercado de trabalho por parte dos chefes de domicílios acarretam uma redução da taxa de dependentes por renda e que a elevação dessa taxa gera uma queda na renda *per capita* domiciliar. É evidenciada ainda a existência de uma relação positiva entre o “tipo de inserção no mercado de trabalho” a renda domiciliar *per capita*. Além disso, as relações estabelecidas com a variável “cônjuge” mostram-se significantes: os homens que chefiam domicílios tendem a viver em companhia de cônjuge com maior frequência do que as mulheres e a presença do cônjuge no domicílio relaciona-se de forma positiva com a renda *per capita* (ainda que tal relação venha a ser considerada irrelevante, devido à pequena magnitude do seu coeficiente).

Para a análise dos efeitos diretos, indiretos, e totais de cada um dos elementos incluídos no estudo sobre a renda *per capita*, foi elaborada a tabela 5.5.

Efeitos	Total	Direto	Indireto
Variáveis			
Idade	0,123	0,061	0,062
Sexo	0,021		0,021
Cônjuge	0,084	0,084	
Tx. Dep. Renda	-0,701	-0,701	
Inserção	0,54	0,224	0,316
Aposentado	0,095	0,095	

Tabela 5.5. Quadro-resumo dos efeitos totais, diretos e indiretos exercidos sobre a renda domiciliar *per capita* em Salvador

A taxa de dependentes por renda no domicílio mostra-se novamente como o fator mais influente sobre a renda *per capita*. Cabe notar aqui que, dentre os contextos estudados, Salvador é aquele em que os domicílios pobres possuem a média mais elevada da referida taxa, 74%. Além do fato de que as famílias pobres tendem a ser numerosas, tal taxa pode ser acentuada pela dificuldade de inserção dos membros da casa em atividades laborais no contexto da metrópole baiana, conforme já discutido.

Secundariamente, o tipo de inserção do chefe do domicílio no mercado de trabalho coloca-se como fator preponderante na determinação da renda *per capita* domiciliar. Assim como aconteceu no contexto das cidades medianamente desenvolvidas, o efeito da inserção do chefe se dá direta e indiretamente, sendo que a parcela indireta assume maior peso. Para isso, pode-se lançar mão da mesma explicação utilizada na seção anterior; como se trata da renda domiciliar “*per capita*”, o rendimento monetário do chefe é distribuído pelo número de pessoas que dele dependem.

Dentre as demais variáveis que participam do modelo, a idade é aquela que aparece como a mais influente sobre a renda *per capita*. É estimado também o efeito direto exercido pela variável “aposentado” que, no caso de Salvador, se mostra menos intenso que nos contextos anteriores. No que concerne à variável “sexo”, pode-se dizer que sua influência sobre a renda *per capita* domiciliar é desprezível. Da mesma forma, tem-se que o achado relativo à variável “cônjuge” assemelha-se àquele referente ao contexto anterior: a modesta magnitude de tal coeficiente não permite detectar uma consistência com as elaborações teóricas, que afirmam que a presença de um outro adulto no lar contribui de maneira relevante para o aumento da renda domiciliar. Esse resultado reafirma, mais uma vez, a dificuldade de inserção laboral com que as pessoas se deparam na capital baiana.

Por fim, cabe abordar a capacidade explicativa do modelo em relação à variabilidade dos fatores endógenos. Em Salvador, devido às influências que recebe das variáveis sexo, idade e tipo de inserção no mercado de trabalho, a taxa de dependentes por renda no domicílio tem uma fatia de 21% de sua variabilidade explicada pelo modelo. No tocante ao “tipo de inserção o mercado de trabalho”, tem-se uma baixa capacidade de explicação: cerca de 7% de sua variabilidade. Tal proporção se deve aos efeitos que a idade e o sexo do chefe de domicílio exercem sobre tal variável latente. A esse respeito, é razoável pensar que, como o contexto econômico da capital baiana é mais moderno e dinâmico que o das demais cidades do estado, a idade e o sexo do chefe são insuficientes para explicar o seu potencial de inserção no mercado de trabalho. Tal conjectura encontra-se em sintonia com os achados relativos aos outros contextos que foram analisados, em que essas duas características do chefe foram capazes de esclarecer proporções mais elevadas do construto “tipo de inserção no mercado de trabalho”.

5.2.4 Análise comparativa entre os três contextos baianos

Nas seções anteriores, os achados referentes a cada um dos contextos baianos foram analisados separadamente. Tendo em vista o propósito de que se conheçam, de maneira mais minuciosa e sistemática, as especificidades que o fenômeno da pobreza assume em cada uma das distintas situações, vale a pena realizar aqui uma análise conjunta, que prime por comparar os resultados encontrados.

Em princípio, cabe notar que os três contextos são semelhantes no que diz respeito aos fatores que se mostram mais influentes na determinação da renda *per capita* domiciliar. Com base na intensidade dos coeficientes dos efeitos totais, pode-se dizer que a taxa de

dependentes por renda no domicílio, o tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho e sua idade são, nesta ordem, os fatores mais relevantes nos três cenários baianos.

Dentro da perspectiva comparada, observa-se que é no grupo dos pequenos municípios que a taxa de dependentes por renda assume o coeficiente mais intenso (-0,754). Isso pode estar associado ao fato de que, em tais contextos, tendem a vigorar estruturas socioeconômicas mais tradicionais, em que as famílias são numerosas e as remunerações dos membros que trabalham costumam ser baixas, como será discutido logo adiante. O segundo coeficiente mais elevado está em Salvador (-0,701), onde a dificuldade de inserção das pessoas no mercado de trabalho chama atenção como um dos principais problemas a serem enfrentados. Tal conjectura respalda-se na análise das estatísticas descritivas das variáveis referentes ao tema do “trabalho”; ao se comparem os três contextos, vê-se que, em Salvador, a parcela da população que se encontra fora do mercado de trabalho supera aquelas referentes aos outros grupos de municípios, nos quais vigoram atividades de subsistência que ocupam parte significativa da mão-de-obra disponível.

No que tange ao construto “tipo de inserção no mercado de trabalho”, percebe-se que é no contexto metropolitano que tal fator assume maior relevância (0,540). Tal achado permite inferir que, na capital baiana, a principal fonte de sustento das famílias pobres está no exercício de atividades laborais. De fato, uma análise comparativa dos resultados ligados à variável “aposentado” mostra que, nos municípios pequenos e médios, a aposentadoria coloca-se como um fator relevante para o aumento da renda domiciliar *per capita* (0,176; 0,169, respectivamente), não demonstrando intensidade similar no contexto soteropolitano (0,095).

Essa perspectiva é reforçada quando se parte para a análise do terceiro fator mais influente na análise, a idade. O coeficiente mais elevado da variável idade manifesta-se nos municípios menores (0,240), assim como acontece com o coeficiente relativo à aposentadoria. Reafirma-se então a noção de que o fator “aposentadoria” assume grande importância para as populações pobres residentes em cidades pequenas, importância essa que vai diminuindo gradualmente, conforme o aumento do porte do município.

Um outro ponto a ser notado nessa análise comparativa refere-se ao fato de que, no grupo dos pequenos municípios, o efeito do “tipo de inserção no mercado de trabalho” sobre a renda domiciliar *per capita* aparece apenas de maneira indireta, enquanto que nos demais contextos essa influência se manifesta tanto direta como indiretamente. Esse assunto já foi mencionado quando cada um dos contextos foi abordado isoladamente. Entretanto, vale a pena retomá-lo aqui, para que essa nuance possa ser discutida.

Conforme se colocou, a manifestação indireta do “tipo de inserção no mercado de trabalho” acontece porque o potencial de obtenção de renda por parte do chefe é diluído pelo número de dependentes no domicílio. Contudo, a consideração descontextualizada dessa taxa de dependentes não justifica o fato de que, apenas nos municípios pequenos, a totalidade do efeito do “tipo de inserção no mercado de trabalho” seja sugada por essa variável – como se pode perceber através das estatísticas descritivas, as médias dessa taxa são bastante similares nos três contextos (72% no grupo de cidades pequenas, 71% nas cidades médias e 74% em Salvador).

Dessa forma, o fato de que o efeito da inserção do chefe é totalmente absorvido pelo número de dependentes no domicílio pode ser atribuído a características socioeconômicas dos pequenos municípios. Mais especificamente, pode-se pensar que, como em tais contextos as rendas auferidas por outros moradores do domicílio – que não se declararam dependentes durante a coleta de dados, por exercerem atividades remuneradas, independentemente da magnitude de suas remunerações – tendem a ser baixas, elas acabam não sendo suficientes para que a renda total aumente substantivamente. Isso significa que o exercício de atividades remuneradas por parte de outras pessoas da casa não assegura que suas contribuições venham a ser relevantes para o aumento da renda domiciliar, que fica então eminentemente calcada naquela que é oriunda da inserção do chefe no mercado de trabalho. Com isso, o impacto que o tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho exerce sobre a renda domiciliar *per capita* fica reduzido, já que foi dividido pelo número de membros da casa. Essa redução chega a tal ponto que a relação direta entre essas duas variáveis não se manifesta como significativa no âmbito do modelo de equações estruturais.

Para que esse ponto de vista pudesse ser explorado de maneira mais aprofundada, optou-se por construir modelos similares, em que a variável renda domiciliar *per capita* fosse substituída pela renda do chefe do domicílio. Tais modelos encontram-se expostos no Anexo 4 ¹²⁷. Para a análise ora desenvolvida, importa notar aqui que, de fato, esses novos modelos demonstram uma intensificação da relação direta do “tipo de inserção no mercado de trabalho” e a renda, ao mesmo tempo em que a relação entre a taxa de dependentes por renda no domicílio e a renda do chefe perde sua relevância. A observação conjunta desses achados

¹²⁷ De uma maneira geral, esses novos modelos são bastante próximos daqueles calcados na renda domiciliar *per capita*. Suas capacidades de explicação da variabilidade da renda são cerca de 10% maiores que as dos modelos anteriores, em todos os contextos. Isso pode ser atribuído ao fato de que a substituição da renda domiciliar *per capita* pela renda total do chefe acarreta uma maior coerência entre as informações associadas no modelo: a variável renda passa a ser um dado sobre o chefe (assim como as demais variáveis que participam da modelagem), em vez de ser uma informação do domicílio, como acontece com a renda *per capita*.

com os dos modelos calculados com a renda domiciliar *per capita* confirmam a plausibilidade da explicação dada acima: o número de dependentes por renda no domicílio absorve e atenua o efeito positivo que o “tipo de inserção no mercado de trabalho” exerce sobre a renda *per capita* domiciliar.

Note-se ainda que são manifestadas relações diretas entre a inserção do chefe e a renda domiciliar *per capita* nos modelos referentes aos municípios medianamente desenvolvidos e a Salvador. Por analogia, pode ter aí a indicação de que, nesses outros contextos, as remunerações obtidas pelos demais membros da família, de fato, contribuem para o aumento da renda domiciliar. Com isso, pode-se inferir que é apenas nos municípios menores que as remunerações de membros coadjuvantes no sustento do lar podem chegar a ser extremamente baixas¹²⁸.

Um outro ponto que merece ainda ser comentado refere-se ao fato de que os modelos aqui apresentados possuem altas capacidades explicativas da pobreza, especialmente no que se refere ao indicador de renda. Cada modelo esclarece proporções superiores a 60% da variabilidade dessa variável, cifra que pode ser considerada alta dentro da área de estudos sociais. Ainda que se estejam tratando de populações relativamente homogêneas – o que contribui para que se obtenha uma elevada taxa de explicação –, essa capacidade explicativa permite depreender que os fatores que compõem os modelos, de fato, influenciam o fenômeno; com isso, tem-se a indicação de que se está em presença de boas representações empíricas dessa questão social.

No tocante às demais variáveis endógenas dos modelos sobre pobreza aqui apresentados, as proporções explicadas foram mais modestas, o que decorre do fato de que os modelos foram construídos com o principal propósito de esclarecer as variações dos indicadores de pobreza. Ainda assim, as explicações das variabilidades desses outros fatores endógenos trouxeram informações interessantes para o estudo. Isso pôde ser constatado, por exemplo, no já referido fato de que as variáveis sexo e idade do chefe são pouco capazes de dar conta da variabilidade do “tipo de inserção no mercado de trabalho” no contexto metropolitano, mas explicam proporções relevantes das variabilidades desse construto nos demais contextos

¹²⁸ É possível que se esteja tratando aqui de postos de trabalhos pouco produtivos ou de atividades rurais de subsistência, que geram baixas remunerações. Uma outra possibilidade refere-se a situações de exploração do trabalho humano, como o trabalho infantil, cujas remunerações podem ser tão baixas que não repercutem, de forma substantiva, na elevação do rendimento familiar. De fato, essas situações são mais prováveis de serem encontradas nos municípios menores, onde o mercado de trabalho é menos desenvolvido e, conseqüentemente, as estruturas arcaicas ali vigentes podem lhes proporcionar algum tipo de convivência.

baianos, onde as economias podem ser marcadas por estruturas menos complexas, como as tradicionais atividades de subsistência.

Pelo exposto, percebe-se que as distintas realidades de pobreza apresentam semelhanças tanto no que diz respeito aos fatores que se mostram mais influentes na análise, quanto à configuração geral da articulação entre eles. Apesar das afinidades entre os modelos, as análises comparativas ora realizadas evidenciam que as situações de carências e privações apresentam peculiaridades, conforme o contexto socioeconômico em que ocorram. Mais especificamente, nota-se que alguns dos fatores envolvidos no fenômeno manifestam-se de maneiras e intensidades distintas, a depender do cenário em que se insiram. Tal achado encontra-se em sintonia com a noção trabalhada por Townsend (1993), que afirma que o fenômeno da pobreza é imbuído de um componente relativo, pois apresenta expressões diferenciadas em distintos territórios.

Um exemplo disso está na questão da aposentadoria que, de uma maneira geral, se constitui em um fator relevante para o aumento da renda *per capita* dos domicílios pobres. Entretanto, nota-se que tal fator adquire maior relevância nos municípios pequenos e médios do que na capital baiana. Possivelmente, tal variação pode ser atribuída a algumas razões: ao maior dinamismo econômico de Salvador, que pode fazer com que a renda auferida do trabalho seja mais elevada do que as remunerações laborais obtidas em contextos menos desenvolvidos; ou ao fato de que a distribuição dos benefícios da aposentadoria tende a priorizar as populações residentes em zonas rurais. Assim, a aposentadoria acaba não assumindo na capital baiana a mesma centralidade para o sustento dos lares pobres que possui em outras localidades.

Um outro fator que tem sua manifestação variável em função do contexto é o tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho. Como já se discutiu, é nos municípios pequenos que o impacto desse construto sobre a renda *per capita* domiciliar assume sua menor magnitude. Possivelmente, isso ocorre em função dos baixos salários obtidos pelos trabalhadores daquelas localidades, que são marcadas pelo baixo dinamismo econômico e pela vigência de traços arcaicos em suas estruturas produtivas.

Assim, os resultados das comparações ora realizadas confluem para que se possa afirmar que, apesar de a pobreza se manifestar objetivamente em aspectos ligados ao indivíduo, o fenômeno depende do contexto social mais amplo em que se inserem as pessoas. Ainda que os estudos sobre o tema costumem se basear na renda e em outros atributos individuais, não se pode negligenciar o fato de que a manifestação do fenômeno depende da realidade socioeconômica que o envolve; como se constatou neste trabalho, as associações entre

variáveis aparecem de formas diferentes, podendo ser intensificadas, mediadas ou anuladas pela conjuntura social em que se inserem. Tais evidências empíricas confirmam a noção das “síndromes de pobreza”, tal como foi proposta por Schwartzman (1997), que chama atenção para a necessidade de que as condições complexas encontradas em cada situação sejam interpretadas de maneira contextualizada, em conformidade com as especificidades do local em que se manifestam.

Capítulo 6. Conclusões

Nesta seção final, retoma-se a linha de argumentação desenvolvida ao longo deste trabalho, enfatizando-se os pontos-chave de cada capítulo. Destaca-se, nesta finalização, a avaliação da MEE enquanto instrumento de análise da pobreza frente às oito características desejáveis em um método relacional, tanto do ponto de vista conceitual, conforme apresentado no capítulo 4, quanto a partir dos achados empíricos recém discutidos no capítulo 5. Por fim, tecem-se comentários acerca das limitações da MEE para o estudo da pobreza e sugerem-se pontos sobre essa temática a serem explorados em estudos futuros.

Assim sendo, esta seção inicia-se recuperando a intenção central deste trabalho, que se propôs a discutir o potencial de abordagem relacional dos métodos de pesquisa aplicados aos estudos sobre pobreza, em particular da Modelagem de Equações Estruturais. Tal discussão foi estimulada pelo fato de que as concepções sobre o tema têm convergido para o entendimento de que se trata de um fenômeno complexo, que envolve múltiplos fatores e dimensões. Esse tipo de entendimento encontra-se em afinidade com as reflexões recentemente desenvolvidas no campo do pensamento científico sobre a natureza do objeto social de pesquisa e sobre a forma de abordá-lo: entende-se que os objetos sociais estão imersos em um conjunto de relações que os influenciam e que condicionam suas características. Impõe-se assim a necessidade de que as realidades sociais sejam pensadas sob a forma de um “espaço de relações”, ou seja, “relacionalmente”.

Frente a isso, este estudo partiu da consideração de que as técnicas tradicionalmente utilizadas nas pesquisas sobre pobreza não refletem adequadamente as formulações teórico-conceituais recentes, que enfatizam a natureza relacional do objeto. Buscou-se então, em meio ao estado da arte das metodologias quantitativas de pesquisa, encontrar uma técnica que fizesse frente a essa complexidade; destacou-se então a MEE como um método promissor para ajudar a pensar objetos sociais relacionalmente, uma vez que ele é o mais avançado do ponto de vista da capacidade de articulação de variáveis sociais, pois calcula simultaneamente todas as relações entre os fatores associados a um fenômeno. Assim, decidiu-se utilizar os dados do Censo IBGE 2000 sobre a população pobre da Bahia como contexto de aplicação e avaliação dessa metodologia enquanto instrumento para análise relacional da pobreza.

Para orientar o desenvolvimento da argumentação que sustenta esta pesquisa, delineou-se inicialmente a trajetória do pensamento científico sobre a questão da pobreza. Observou-se que esse tema veio a se constituir em objeto de investigação científica a partir da revolução industrial, quando a preocupação de se medir sua dimensão e de se compreenderem as suas causas passou a atrair a atenção de pesquisadores e governantes.

Viu-se como as acepções sobre o problema têm evoluído desde então. À noção inicialmente cunhada – a da “subsistência”, que definia a pobreza com base no critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo – somaram-se outras formulações mais abrangentes. Um primeiro passo em relação à ampliação do conceito veio com a formulação das “necessidades básicas”, que instaurou a perspectiva de que a pobreza tem várias faces, manifestando-se através de diversos tipos de carências. A partir daí, desdobraram-se outras formulações, como a da “privação relativa”, centrada na noção de que a pobreza deve ser definida socialmente, e a da “privação de capacidades”, que se caracteriza por desenvolver uma reflexão de caráter mais abstrato sobre a natureza do problema, remetendo a discussão aos campos da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade.

Tal evolução conceitual não significa que as formulações mais antigas tenham sido descartadas pelas mais recentes. É possível observar, ainda nos dias de hoje, a coexistência entre todas elas. Entretanto, nota-se que as discussões atuais sobre o tema tendem a enfatizar a idéia de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados.

Essa perspectiva encontra-se em consonância com o entendimento de que os objetos sociais caracterizam-se por estarem situados em meio a um conjunto de relações que os afetam. No caso da pobreza, a literatura indica que as condições de carências e privações sofrem influências de fatores socioeconômicos associados aos processos de geração de renda das famílias pobres, tais como: o tipo de inserção do chefe do domicílio no mercado de trabalho, a composição da sua família, suas características pessoais (sexo, nível educacional, raça, idade), além da localização urbana ou rural do seu domicílio. Nesse sentido, a discussão aqui realizada buscou contemplar a forma como todos aqueles fatores associam-se entre si e à capacidade de geração da renda familiar. As situações de pobreza, por sua vez, foram representadas na análise através de indicadores diretos de condições de vida (renda domiciliar *per capita*, acesso a bens duráveis e a serviços públicos, os quais constituem diferentes

maneiras de se mensurar o fenômeno). Tais indicadores retratam as distintas facetas do problema, as quais encontram-se inter-relacionadas.

Dentro da perspectiva apresentada, o tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho coloca-se como o fator proeminente na determinação da renda daqueles que vivenciam situações de pobreza. Questões como desemprego e precariedade das relações e das condições de trabalho assumem preponderância no debate. Note-se que é através do mercado de trabalho que as referidas características pessoais se mostram influentes nas condições de vidas. A esse respeito, as discussões teóricas apontaram que mulheres tendem a ter maior dificuldade de inserção estável no mercado de trabalho, o mesmo acontecendo com as pessoas não-brancas, os indivíduos mais jovens e aqueles com menores graus de formação educacional.

O contexto familiar também aparece como um fator relevante na determinação da renda domiciliar *per capita*. Focalizam-se aspectos relativos à taxa de dependentes por renda no domicílio e à situação de famílias monoparentais. Essa discussão enfatiza também o fato de que domicílios chefiados por mulheres estão sujeitos ao enfrentamento de maiores dificuldades do que aqueles chefiados por homens, o mesmo acontecendo com aqueles chefiados por indivíduos mais jovens, o que se deve a processos ligados ao ciclo de vida da família. A discussão sobre os fatores associados à pobreza considera também a localização urbana ou rural do domicílio. Coloca-se que as populações urbanas têm maior facilidade de acesso a bens e a serviços públicos do que as residentes nas zonas rurais.

Dessa forma, viu-se que a construção teórica da pobreza, de fato, delineou uma realidade complexa, caracterizada pela participação simultânea de todos esses aspectos. Confirmou-se assim a necessidade de que as pesquisas empíricas sobre esse objeto social reflitam o seu caráter relacional. Para tanto, buscou-se a utilização de um procedimento que fosse capaz de refletir, na etapa de manipulação dos dados empíricos, o sistema de proposições teóricas que designam as relações existentes entre os elementos envolvidos no fenômeno. Tal método deveria permitir investigar a forma como se articulam os fatores associados às situações de carências e privações, assim como aqueles que exercem as maiores influências sobre as condições de vida dos indivíduos. Foram então discernidas algumas características tidas como desejáveis em uma técnica a ser utilizada nesse tipo de investigação empírica.

A revisão da literatura sobre métodos de abordagem da pobreza indicou que, a fim de refletir a noção de “espaço relacional”, a construção empírica desse objeto social deve ser capaz de *superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à pobreza*, uma vez que interessa apreender a forma como se articulam as múltiplas facetas que imputam complexidade ao fenômeno estudado. Ademais, deve-se poder *estabelecer as relações entre*

os diferentes aspectos envolvidos no problema, tais como antecipadas na teoria. A idéia é que se possam contemplar não apenas as associações entre os fatores socioeconômicos e as medidas de pobreza, mas também a configuração segundo a qual aqueles fatores encontram-se interligados. Com isso, torna-se factível a análise dos efeitos diretos e indiretos que cada fator exerce sobre as condições de vida dos indivíduos.

Uma vez estabelecidas as relações entre os diversos fatores associados à pobreza, é desejável *ter uma representação gráfica do fenômeno*, que forneça uma visão pictórica do modo como se interligam os diversos elementos envolvidos. A visualização conjunta do objeto estudado contribui para facilitar a compreensão do seu caráter relacional. Além disso, é recomendável que uma metodologia de análise da pobreza proporcione um melhor conhecimento sobre os aspectos que afetam a tendência das pessoas vivenciarem situações de carências. Nesse sentido, deve ser possível *determinar que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida dessas pessoas*, assim como se deve poder *valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente*. A partir de tais propriedades, produzem-se informações sobre como a pobreza se distribui entre as pessoas por ela atingidas, o que evidencia o fato de que há heterogeneidades entre as condições de vida dos indivíduos pertencentes à parcela pobre da população.

Um outro atributo tido como desejável em um método de análise relacional da pobreza é que ele seja capaz de *explicar a variabilidade do fenômeno*. Isso significa que ele deve estimar qual proporção da variação das condições de vida das pessoas pobres encontra-se associada aos fatores que participam na análise, quando tomados conjuntamente. Um método também deve ter a habilidade de *incluir conceitos sociais complexos e abstratos de forma estável* e, finalmente, deve ser capaz de *avaliar os erros de mensuração das variáveis*, de modo que se produzam resultados mais confiáveis. A idéia é que a confiabilidade das variáveis faça parte dos cálculos, para que se possam minorar as distorções exercidas pelos erros de mensuração nos resultados finais das análises.

Tais atributos desejáveis passaram então a ser utilizados como parâmetros de avaliação de uma metodologia, em termos de sua capacidade de apreender relacionalmente a pobreza. Sob essa ótica, procedeu-se à análise das técnicas mais usualmente aplicadas aos estudos sobre o tema: os índices sintéticos, os sistemas de indicadores sociais e as análises de regressão. Essa discussão foi motivada pela observação de que, até os dias de hoje, as pesquisas que buscam captar a multidimensionalidade do fenômeno freqüentemente se baseiam em tais procedimentos metodológicos; dessa forma, vem se delineando um descompasso entre a evolução teórico-conceitual – que aponta para a necessidade de se pensar esse objeto social de

forma articulada – e as metodologias tradicionais. Assim sendo, partiu-se para a discussão de algumas limitações desses métodos enquanto instrumentos relacionais de análise.

Ao se confrontar a técnica dos índices sintéticos com os atributos supracitados, notou-se que tal metodologia apresenta capacidade restrita para abordar o fenômeno relacionamente. Por ser um procedimento calcado na agregação de dados, com vistas à sumarização da informação social sob a forma de um único coeficiente, o índice sintético consiste justamente na quantificação de aspectos relativos à pobreza, não chegando ao estágio do estabelecimento de relações entre variáveis. Conseqüentemente, tal método caracteriza-se pela opacidade gerada em torno da forma como se inter-relacionam os fatores ligados ao fenômeno.

Notou-se também que a construção de um índice sintético não leva em consideração a estrutura das relações que compõem o fenômeno, tal como se postula teoricamente; os fatores são incluídos na constituição do índice de maneira “amorfa” ou indistinta, uma vez que não se consideram os papéis que cada um deles assume dentro do processo estudado (ou seja, não se diferenciam os indicadores da pobreza em si daqueles referentes aos fatores associados ao fenômeno). Ligado a isso está o fato de que tal metodologia também não propicia que se conheçam os fatores mais influentes nas condições de vida dos indivíduos, mas inclui na análise apenas aqueles aspectos considerados relevantes pelo pesquisador. É também tarefa do pesquisador atribuir pesos aos fatores incluídos na análise, não se abrindo espaço para que as intensidades de tais influências venham a emergir da análise dos dados. Essas propriedades confluem para que, sob a égide dessa metodologia, não seja possível estimar a proporção da variabilidade do fenômeno que é explicada pelos fatores incluídos no estudo.

Um outro ponto que foi notado refere-se ao fato de que a criação de um índice sintético nada mais é do que uma tentativa de representar empiricamente um conceito social complexo e abstrato. Entretanto, os procedimentos segundo os quais se constroem tal representação não garantem sua estabilidade. As diversas etapas necessárias para a elaboração de um índice dessa natureza requerem que se tome uma série de decisões, sendo que muitas delas podem ser arbitrárias. Isso pode repercutir em uma instabilidade do índice, uma vez que as escolhas conceituais que o estruturam podem não corresponder às tendências apresentadas nos dados empíricos. Por fim, observou-se que tal metodologia não dispõe de procedimentos que avaliem os erros de mensuração embutidos nas variáveis, o que torna seus resultados menos confiáveis.

No que concerne aos sistemas de indicadores sociais, observou-se que eles tampouco possuem todas as propriedades que capacitam um método a abordar a pobreza relacionamente. Uma vez que tal metodologia consiste na exibição de uma série de

indicadores relativos às várias dimensões de um fenômeno social que se deseja analisar, ela trabalha no estágio da quantificação de aspectos ligados à questão estudada. Por outro lado, ela permite que se efetuem alguns cruzamentos entre variáveis, o que fornece uma noção parcial de como se articulam os fatores associados à pobreza. Entretanto, ainda que realizem tais cruzamentos, não está no escopo dos sistemas de indicadores sociais o estabelecimento de relações significantes entre fatores.

Da mesma forma como acontece com os índices sintéticos, viu-se que os sistemas de indicadores sociais incluem na análise apenas os fatores considerados relevantes pelo pesquisador. Assim, não é possível detectar, a partir da apreciação dos dados empíricos, que fatores mostram-se mais importantes nas realidades de pobreza estudadas, assim como não se podem estimar as intensidades de suas influências. Por conseguinte, tal metodologia não é capaz de explicar uma percentagem da variabilidade do fenômeno, com base nos fatores que participam da análise.

Devido à maneira fragmentada como a informação é exposta nesse tipo de metodologia, não há espaço para que se representem conceitos sociais abstratos de forma concisa; os indicadores sociais que compõem tais sistemas referem-se a noções passíveis de observação e mensuração no mundo empírico. Por fim, tal técnica não conta com mecanismos que ajudem a avaliar os erros de mensuração das variáveis, o que faz com que os resultados apresentados possam conter algumas distorções.

Ao se examinar a técnica da análise de regressão, por sua vez, notou-se que ela tampouco apresenta todos os atributos necessários para que se possa fazer uma abordagem relacional da pobreza. Ainda que a regressão ultrapasse a etapa da quantificação dos aspectos envolvidos no fenômeno, trabalhando de forma sensível à distribuição dos dados, o estabelecimento de relações entre variáveis se dá apenas parcialmente. Isso acontece porque as associações entre os fatores que participam do estudo são consideradas segundo uma única forma estrutural: cada uma das co-variáveis é correlacionada somente à variável dependente, não sendo então possível apreciar a forma como tais fatores encontram-se articulados entre si, nas realidades de pobreza.

Por outro lado, as análises de regressão têm a potencialidade de determinar, a partir do tratamento dos dados empíricos, que fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas, assim como valoram as intensidades de cada associação; contudo, devido à estrutura rígida entre variáveis assumida por essa técnica, estimam-se apenas os efeitos diretos que cada co-variável exerce sobre as condições de vida dos indivíduos, quando consideradas

isoladamente. Como consequência de tais atributos, a técnica da regressão é capaz de explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno estudado.

No que tange à inclusão de conceitos abstratos na análise, tal método aproxima-se do que acontece com os índices sintéticos: é possível que se elaborem compósitos para representar tais conceitos, que se caracterizam por aglutinarem a informação social. Entretanto, tal procedimento acaba por modificar as distribuições originais dos dados, o que pode fazer com que sejam produzidos resultados menos precisos ou até distorcidos. Finalmente, notou-se que as análises de regressão não tratam de avaliar os erros de mensuração das variáveis, o que acentua a possibilidade de que os coeficientes estimados sejam menos confiáveis.

Como nenhum dos métodos considerados dispõe de todas aquelas propriedades tidas como desejáveis para a análise relacional da pobreza, evidenciou-se que as abordagens sobre o tema neles calcadas são capazes de apreender o caráter multidimensional e complexo do fenômeno apenas de forma parcial. Frente a isso, este trabalho veio então avaliar o potencial da Modelagem de Equações Estruturais enquanto instrumento relacional para a construção empírica de tal objeto social.

A descrição analítica que se realizou acerca da MEE mostrou que tal método possui todos aqueles atributos. Ele supera o estágio da simples quantificação de aspectos relativos à pobreza, uma vez que ele especifica, estima e testa relações hipotéticas entre um grupo de variáveis. Podem-se estabelecer diversas relações de dependência entre variáveis, contemplando-se inclusive situações em que uma variável dependente em uma equação seja independente em outra.

Como a MEE calcula relações entre todas as variáveis que compõem o modelo, é possível que se identifiquem quais são os fatores mais influentes sobre as situações de carências e privações e que se determinem os pesos de seus impactos sobre as condições de pobreza. A possibilidade de que as variáveis sejam dispostas de modo intrincado dentro do modelo abre espaço para que se venham a distinguir e a calcular os efeitos diretos, indiretos e totais que uma variável pode exercer sobre as demais. Frente a isso, tal metodologia apresenta-se capaz de explicar uma percentagem da variabilidade da pobreza, assim como das demais variáveis endógenas ao modelo.

Tal técnica comporta também a inclusão de conceitos sociais abstratos, os quais são representados sob a forma de construtos ou variáveis latentes, elaborados com base na técnica da análise fatorial. Além disso, propicia que as diversas correlações entre variáveis e construtos sejam expressas sob a forma de um diagrama, o que possibilita uma representação

mais clara da teoria estudada. Finalmente, os procedimentos de cálculos inerentes à MEE levam em consideração as confiabilidades das variáveis, o que permite que se avaliem seus erros de mensuração. No âmbito dessa metodologia, tais erros são incluídos na modelagem na condição de variáveis não-observáveis, de modo que suas magnitudes são estimadas e avaliadas. A partir disso, são produzidos coeficientes “livres” da parcela de erro das medidas, o que os torna mais confiáveis.

Frente a essas reflexões conceituais acerca dos métodos de pesquisa sobre a pobreza, evidenciou-se que a MEE coloca-se como um procedimento mais adequado à abordagem relacional desse objeto social do que os métodos usualmente empregados. Como não se dispõem de investigações sobre o tema calcadas em tal metodologia, o presente estudo empreendeu a construção de modelos de equações estruturais baseados em dados empíricos sobre a população pobre do estado da Bahia. A idéia era que as potencialidades metodológicas da MEE para a apreensão relacional do fenômeno pudessem ser constatadas não apenas em nível da discussão conceitual sobre a técnica, mas também nos achados substantivos de um estudo empírico sobre realidades de pobreza de um dos estados com maior proporção de pobres do país.

Assim, foi elaborado um modelo hipotético que refletisse o caráter articulado da questão, tal como discutido na seção teórica. Tal elaboração hipotética serviu de ponto de partida para que se estimassem empiricamente modelos calcados em dados do Censo IBGE 2000 sobre as realidades de pobreza de três contextos baianos, distintos em termos de seus níveis de desenvolvimento econômico: os municípios pequenos, com populações menores que 100 mil habitantes; municípios médios, cujas populações variam entre 100 mil e 500 mil habitantes; e a capital do estado, Salvador.

As análises substantivas dos modelos revelaram que, em todos os contextos focalizados, a forma geral de articulação dos fatores tende a se aproximar daquela configuração exposta no modelo hipotético. Com isso, constatou-se empiricamente que, de fato, a pobreza é uma situação complexa, podendo ser vista como uma “síndrome” composta por diversos fatores que se inter-relacionam e se reforçam mutuamente. Entretanto, apesar de terem sido encontrados modelos de conformações genéricas semelhantes às postulações da hipótese, algumas divergências foram também notadas; para justificá-las, algumas conjecturas foram levantadas ao longo da análise. Como tais achados e conjecturas já foram discutidos de forma minuciosa durante o desenvolvimento do texto, cabe resgatar aqui apenas os pontos que merecem maior destaque.

Inicialmente, uma semelhança importante encontrada entre os três modelos diz respeito aos fatores que se mostraram mais influentes na determinação da renda *per capita* dos domicílios pobres. Foram eles, nesta ordem: a taxa de dependentes por renda, o tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho e a sua idade. Mesmo tendo sido detectada essa constância entre os modelos, as intensidades das influências de cada um desses fatores variaram conforme o contexto. A taxa de dependentes por renda e a idade apareceram com maiores intensidades nos municípios pequenos; o tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho, por seu turno, mostrou-se progressivamente mais influente em localidades com maiores níveis de desenvolvimento econômico.

A esse respeito, observou-se que a relação direta entre tipo de inserção do chefe no mercado de trabalho e a renda domiciliar *per capita* não se mostrou significativa no modelo referente aos municípios com menos de 100 mil habitantes. A discussão qualitativa que foi desenvolvida, baseada inclusive na estimação e análise de modelos paralelos (calcados na renda total do chefe em lugar da renda domiciliar *per capita*, conforme Anexo 4), permitiu atribuir tal achado ao fato de que, em tais contextos, as remunerações obtidas pelos demais membros familiares tendem a ser demasiadamente baixas; por isso, no âmbito da modelagem, a taxa de dependência por renda no domicílio absorveu e atenuou o efeito positivo que a inserção do chefe poderia exercer sobre a renda domiciliar *per capita*.

Chamou atenção também o fato de que todos os modelos empíricos evidenciaram que a aposentadoria do chefe do domicílio contribui significativamente para o aumento da renda domiciliar *per capita* da parcela pobre da população. Tal influência se faz mais pronunciada nos municípios menores. Esse achado não condiz com as antecipações teóricas, que apontam o grupo dos idosos como potencialmente vulnerável à vida em condições de privações. Contudo, ele é justificado pelo fato de que os idosos brasileiros vivenciam uma situação *sui generis*, pois são beneficiados por programas de transferências de renda do sistema nacional de assistência social, principalmente nas zonas rurais. Tem-se assim uma evidência da relevância desse tipo de política social para a melhoria das condições de vida das camadas pobres da população.

No tocante aos construtos “conforto no lar” e “saneamento básico”, confirmaram-se as postulações teóricas indicativas de que quanto maior o grau de desenvolvimento municipal, mais fácil tende a ser o acesso a bens e serviços por parte da parcela pobre da população. Além disso, a análise conjunta dos modelos indicou também que o desnível entre a oferta de bens e serviços entre as zonas rural e urbana tende a ser mais acentuada nos municípios menores. No que concerne ao contexto de Salvador, onde praticamente toda a população

habita a zona urbana, é larga a oferta de bens duráveis e de saneamento básico às pessoas que vivem em condições de pobreza. Observe-se que se está em presença de uma situação de pobreza monetária, em que necessidades relativas a domínios não-monetários são satisfeitas. A análise de como se manifestam conjuntamente essas distintas facetas do fenômeno foi possível graças à abordagem multidimensional oferecida pela MEE, que permitiu a contemplação da forma como a renda se relaciona a esses outros indicadores não-monetários de pobreza.

De um modo geral, os modelos de equações estruturais aqui construídos foram considerados como boas representações do fenômeno estudado. Isso foi depreendido não apenas dos seus coeficientes de ajuste – que indicaram os elevados níveis de coincidência entre as relações postuladas nos modelos e aquelas encontradas entre as variáveis empíricas que participaram do estudo –, mas também de suas altas capacidades explicativas da variável dependente “renda domiciliar *per capita*” (todos os modelos explicaram mais de 60% de sua variabilidade). Com isso, foi possível afirmar que os fatores incluídos nas modelagens, de fato, atuam de forma relevante na determinação da renda das famílias pobres da Bahia. Conforme assinalado ao longo da discussão, isso não quer dizer que eles sejam as “causas” da pobreza, mas apenas que suas manifestações influenciam a renda domiciliar *per capita* de maneira significativa quando se tem em vista essa camada da população. Ainda a respeito da grande capacidade explicativa dos modelos, cabe pontuar que a relativa homogeneidade da população-alvo deste estudo, definida como aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, coloca-se como um fator que contribui para a elevação dessa capacidade de explicação.

A discussão conjunta sobre os achados substantivos dos modelos evidenciou também que, mesmo tendo sido notadas similaridades em termos da configuração geral da articulação dos fatores e daqueles que se revelam mais influentes nas análises, as situações de pobreza apresentam peculiaridades, variando em função do contexto em que se manifestam. Isso significa que as associações entre fatores podem ser intensificadas, mediadas ou atenuadas pela conjuntura social que as circunda. Dessa forma, os resultados das comparações intermodelos permitiram afirmar que, apesar da pobreza se manifestar em aspectos ligados aos indivíduos, o fenômeno depende do contexto social mais amplo em que se inserem as pessoas.

Assim como ocorreu durante a avaliação conceitual da MEE, também frente à análise dos modelos empíricos pôde-se constatar que o método se apresenta adequado à abordagem relacional do fenômeno. Ele ajuda a enxergar as nuances que se manifestam nos distintos cenários, não apenas em termos da intensidade que cada fator assume na análise, mas também da forma como essa questão social se processa nas várias realidades socioeconômicas. De

posse de tais resultados substantivos, vale a pena pontuar, a seguir, as potencialidades analíticas da MEE para o estudo da pobreza, com base nas oito características desejáveis em um método relacional.

A observação dos modelos demonstrou que a MEE ofereceu resultados que superaram o estágio da simples quantificação dos aspectos envolvidos no fenômeno. Foram estabelecidas relações entre eles, que puderam ser visualizadas nos diagramas que representava cada modelo. Com isso, evitou-se que o processo estudado sofresse supersimplificações advindas do uso de médias ou de outros procedimentos de condensação da informação social, que impedissem a contemplação de nuances relativas à forma como os fatores se articulam dentro da população estudada.

A esse respeito, cabe assinalar a transparência oferecida pela MEE, mostrando a forma como se estruturam as relações que conformam o fenômeno. Como se pôde notar, os diagramas apresentados funcionaram como “radiografias” dos processos estudados, pois ofereceram imagens da estrutura interna do corpo de relações que constituem o fenômeno em cada contexto. Assim, propiciaram um conhecimento mais profundo sobre o modo como se processa a articulação dos fatores associados à pobreza, o que pode abrir perspectivas para a realização de diagnósticos, conjecturas e ações capazes de ajudar a enfrentar o problema.

Além disso, evidenciou-se a flexibilidade com que a MEE é capaz de apreender a forma como se articulam os fatores. A contemplação dos modelos relativos aos diversos contextos mostrou que suas configurações apresentam distinções, refletindo o fato de que cada situação possui especificidades. Uma vez que não impuseram uma estrutura rígida de análise ao fenômeno estudado, os modelos de equações estruturais abriram espaço para que as nuances e peculiaridades manifestadas em cada contexto fossem apreendidas durante a análise dos dados empíricos.

Um outro ponto a ser comentado refere-se aos coeficientes produzidos por esse método. Como se pôde perceber, as relações estabelecidas entre variáveis tiveram suas intensidades estimadas, de modo que se tornou possível detectar quais são os fatores que se fazem mais influentes nas condições de vida das pessoas pobres na Bahia. Note-se ainda que, como a MEE ofereceu a possibilidade de que se estabelecessem relações entre as diversas variáveis consideradas no estudo, foram calculados não apenas os efeitos diretos que uma variável exerce sobre a outra, mas também os indiretos; a soma de ambos veio a constituir a influência total. Devido a tais aspectos, foi possível compreender a forma como um fator exerce impacto sobre o outro. Isso pôde ser detectado, por exemplo, no episódio relativo à variável “idade”, que manifestou seu efeito sobre a renda de maneira indireta, através da inserção no mercado

de trabalho, do contexto familiar e da aposentadoria. Também no caso da variável “tipo de inserção no mercado de trabalho”, viu-se como a influência sobre a renda domiciliar *per capita* foi totalmente absorvida pela taxa de dependentes no contexto dos pequenos municípios, devido a idiosincrasias presentes naquelas realidades socioeconômicas.

Observou-se também que os modelos de equações estruturais foram capazes de estimar a proporção do fenômeno estudado explicada pelas variáveis incluídas na análise. Mais propriamente, foram calculadas as percentagens explicadas de todas as variáveis endógenas, o que pôde trazer luzes adicionais à compreensão do fenômeno estudado. Tal atributo apresentou-se como um meio de avaliar o quão satisfatórios foram os modelos.

Deve-se comentar ainda acerca da possibilidade de inclusão de alguns conceitos na modelagem que, devido a suas complexidades, não são passíveis de mensuração direta. Nesse sentido, foi possível construir variáveis latentes que representassem os conceitos de “tipo de inserção no mercado de trabalho”, “conforto no lar” e “saneamento básico”. Como se disse anteriormente, o uso de tais variáveis latentes permitiu que noções sociais abstratas viessem a participar da análise de maneira adequada, contribuindo para que as estimativas finais do modelo fossem mais confiáveis.

Por fim, deve-se mencionar a potencialidade da MEE em avaliar os erros inerentes à mensuração das variáveis empíricas. Conforme discutido na explanação teórica sobre o método, o motivo para que se modelem os erros é de caráter técnico; consiste no fato de que os cálculos realizados serão ajustados às confiabilidades das variáveis, de modo que se produzam valores de coeficientes mais precisos e “desatenuados”. Por isso, as modelagens dos parâmetros referentes aos erros não foram expostas nos diagramas que denotam as relações substantivas entre os fatores associados à pobreza, mas se encontram no Anexo 5. Tal anexo contém os sistemas de equações que equivalem às relações estabelecidas no modelo. Naquelas equações estão exibidos os valores estimados para as magnitudes dos erros e “*disturbances*” de cada variável que participou da análise. O anexo apresenta não apenas as expressões referentes aos “efeitos diretos” entre variáveis – que equivalem às relações postuladas nos diagramas –, mas também exhibe conjuntos de equações para denotar os “efeitos indiretos” e os “efeitos totais” que uma variável exerce sobre a outra.

A partir das reflexões que foram realizadas sobre a aplicação da MEE ao estudo de contextos empíricos, pode-se perceber que a presença daqueles atributos desejáveis em um método de análise relacional da pobreza, de fato, enriquece e refina as possibilidades de compreensão do fenômeno. Como tal metodologia dispõe de todas aquelas propriedades, ela se coloca como uma abordagem mais adequada para apreender a natureza complexa dessa

questão social – que se caracteriza pela articulação de vários fatores, como têm apontado os estudos teóricos recentes. Pelo exposto, a MEE afirma-se como um instrumento de pesquisa afim à noção apresentada por Bourdieu no capítulo introdutório, segundo a qual os objetos sociais são essencialmente “relacionais” e, portanto, demandam que suas análises se dêem através de métodos que sejam capazes de apreendê-los de maneira coerente.

Além das colocações teórico-conceituais e metodológicas, demonstrou-se empiricamente que tal técnica é capaz de fazer com que a complexidade que marca essa questão social transite para a etapa da análise dos dados referentes às realidades de pobreza. Dessa forma, tem-se aqui uma contribuição metodológica para a área de estudos sobre a pobreza, já que a MEE coloca-se como um meio de expressão e análise empírica que se encontra em consonância com as postulações teóricas recentes sobre o tema.

Ainda que tenham sido reconhecidos esses méritos, o estudo empírico deixou entrever alguns limites da MEE para a análise da pobreza. Sendo essa uma metodologia fortemente dependente da variação dos elementos considerados, seus resultados podem ser ofuscados quando se referem a populações marcadas por uma certa homogeneidade de características. Nos modelos aqui estimados, esta limitação pôde ser constatada no fato de que as variáveis educação e raça não se mostraram significantes, quando se sabe que a teoria as indica como fatores influentes sobre as condições de vida dos indivíduos¹²⁹.

Mesmo tendo-se ciência desta limitação, fez-se a opção por considerar apenas a camada pobre da população baiana, com a intenção de que se pudesse analisar a sua heterogeneidade intrínseca, conforme recomendações teóricas discutidas ao longo do texto. De fato, para aquelas características em que havia variabilidade suficiente para ser captada pelo método, a MEE mostrou-se satisfatória, por estimar as associações entre variáveis, indicando suas intensidades. Contudo, como a população pobre da Bahia caracteriza-se por exibir baixos níveis de formação educacional, assim como por ser eminentemente composta por pessoas pretas e pardas, a homogeneidade de tais variáveis não permitiu que elas se mostrassem relevantes dentro deste tipo de análise.

Considerando-se o cenário alternativo de se adicionar à modelagem faixas mais elevadas de renda, viu-se que o potencial de explicação da variável dependente caiu bastante. Essa diminuição do poder explicativo decorreu do fato de que as variáveis preditivas incluídas nos

¹²⁹ Não se trata de afirmar que essas duas variáveis não exerçam influência sobre o fenômeno da pobreza na Bahia, mas apenas que o método da MEE, baseando-se nas amostras consideradas, nada permite afirmar acerca de tais influências.

modelos foram aquelas indicadas pela literatura como as que mais se encontram associadas especificamente às condições de pobreza, e não às condições relativas a outros níveis socioeconômicos. Assim, teve-se que a idade, por exemplo, mostrou-se relevante para a explicação da renda dos pobres, mas não para explicar os rendimentos de não-pobres. Portanto, o estudo da pobreza nas circunstâncias aqui apresentadas requereu uma definição mais estrita da população-alvo em nome de um aumento no poder de explicação do modelo. Essa restrição não necessariamente ocorreria em estudos voltados a outros objetos sociais, cujas características fossem, por natureza, mais diversificadas.

É necessário ressaltar que os méritos da MEE aqui apontados referem-se apenas a sua aplicação em análises relacionais complexas. Nos casos de estudos que tenham propósitos mais simples, sem a preocupação de uma análise aprofundada da estrutura do fenômeno, métodos tradicionais podem ser mais adequados do que a MEE. Para a rápida comparação entre situações socioeconômicas distintas, por exemplo, indicadores sintéticos permitem construir tabelas para consulta instantânea; seria difícil comparar centenas de modelos de equações estruturais com a mesma agilidade. Da mesma forma, para uma simples averiguação da associação entre poucas variáveis observáveis, a regressão pode dar conta da tarefa sem que seja necessária uma complexa modelagem relacional. Não se tem aqui, portanto, a pretensão de indicar a Modelagem de Equações Estruturais como um método quantitativo genericamente substitutivo aos tradicionais, mas como uma alternativa analítica para o avanço do estudo dos fenômenos sociais enquanto objetos relacionais.

Por fim, uma crítica comum a métodos quantitativos como a MEE é a de que ele negligencia aspectos qualitativos do problema. Na verdade, o próprio processo de aplicação da MEE a um objeto complexo como a pobreza demonstrou como as dimensões quantitativa e qualitativa de estudos sociais são freqüentemente indissociáveis. De fato, a construção da modelagem pressupõe uma etapa de análise qualitativa das variáveis envolvidas, absorvendo influências de múltiplos estudos não-quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos após a modelagem quantitativa adquirem uma feição qualitativa no instante em que lhes são atribuídas interpretações substantivas, que podem se desdobrar em etnografias, estudos de casos ou lastrear debates sobre o fenômeno.

Nesse sentido, o uso da MEE pode contribuir também para a formulação de políticas para redução da pobreza, uma vez que o refinamento metodológico que ela proporciona conduz à produção de resultados mais precisos e, portanto, apropriados para a orientação dos gestores públicos. A apreensão simultânea de todos os fatores envolvidos no fenômeno faz com que se reproduza, no âmbito dos modelos de equações estruturais, uma visão mais fidedigna dos

processos sociais que acontecem na realidade. A potencialidade de a MEE discernir efeitos diretos e indiretos, por exemplo, permite a tais gestores conhecerem não apenas a influência total que um fator exerce sobre as condições de vida, mas também a forma como tal influência se processa e quais são os outros elementos socioeconômicos interferentes naquele processo. Isso pode expandir as possibilidades de análise e o leque de intervenções sociais, como também propiciar o desenvolvimento de ações mais bem informadas e eficazes.

Como, sob o ponto de vista da formulação de políticas, a informação relevante é aquela que aponta quais são os fatores mais influentes nas condições de pobreza, os resultados fornecidos pela MEE possibilitam a identificação de um ou alguns fatores que expliquem uma parcela significativa do fenômeno. Outras metodologias, pelo contrário, tendem a elencar uma série de fatores, sem que se possam inferir quais deles se mostram empiricamente mais relevantes. Além disso, a ausência de uma visão de conjunta sobre a forma como se interligam os fatores associados à pobreza restringe as possibilidades de intervenção pública, dificultando a identificação de fatores críticos junto a certos subgrupos populacionais específicos.

Instâncias desse potencial de uso da MEE como subsídio a decisões públicas podem ser apreendidas deste estudo, na medida em que foram apontados alguns fatores que se destacam pelas suas influências sobre as condições de vida das populações pobres estudadas, os quais podem constituir alvos de políticas sociais. No âmbito do contexto familiar, por exemplo, a taxa de dependentes por renda no domicílio se coloca como fator preponderante na determinação da renda *per capita*. Assim sendo, fica clara a necessidade de políticas públicas que atenuem os efeitos dessa taxa de dependência, tais como se propõem as iniciativas do Bolsa-Família e do Bolsa-Escola.

O tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, outro fator de destaque, confirma que são necessárias políticas de combate à precariedade das relações e das condições de trabalho, como instrumentos de redução da pobreza. Nesse sentido, é fácil discernir a motivação de programas como o Primeiro Emprego e os Programas de Geração de Emprego e Renda financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Destaca-se ainda como exemplo de fator proeminente, sujeito a intervenções públicas, a iniciativa da transferência de renda por meio da aposentadoria. Observou-se que esse benefício mostra-se particularmente relevante nos municípios pequenos, em que o aumento da renda *per capita* domiciliar depende diretamente desse benefício. Portanto, face aos desafios advindos da tendência recente de envelhecimento da população brasileira, que estimulam o debate sobre a Reforma da Previdência, há que se levar em consideração a relevância dessa

fonte de renda para o bem-estar das famílias pobres das zonas rurais, que pode inclusive se desdobrar em um mecanismo de fixação desses grupos no interior do país, evitando um inchaço ainda maior dos grandes centros.

Como se viu, os fatores relevantes supracitados são críticos para a compreensão do fenômeno da pobreza e para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria das condições de vida das pessoas atingidas. Por isso, eles merecem receber um acompanhamento mais pormenorizado do aquele que poderia ser propiciado pelos métodos quantitativos tradicionais. Assim, como uma das principais recomendações deste estudo, sugere-se a realização de estudos que acompanhem as condições de vida de um mesmo grupo de famílias pobres ao longo de vários anos. Tais estudos longitudinais calcados na MEE – método que funciona como uma “radiografia” de um determinado processo social e de suas relações estruturais – permitiriam a contemplação da evolução desses fatores, dentro de uma abordagem relacional. Com isso, seria possível acompanhar a sucessão de “quadros” ao longo dos anos, o que permitiria diagnosticar a forma como evoluem determinados fatores críticos associados ao fenômeno da pobreza e verificar os impactos das referidas políticas na dinâmica das associações entre todas variáveis implicadas.

A viabilidade de tais estudos, entretanto, está condicionada à coleta de dados longitudinais sobre as condições socioeconômicas de uma mesma amostra. Para isso, é necessário que institutos de pesquisa projetem *surveys* especificamente desenhados para essa finalidade. Conquanto os custos deste tipo de pesquisa sejam consideravelmente superiores aos de procedimentos trans-seccionais usualmente aplicados, e embora suas implicações logísticas sejam mais complexas, chama-se a atenção para os benefícios que uma pesquisa desta natureza poderia trazer para a elaboração de políticas públicas de combate à pobreza no país. Tais benefícios incluem a possibilidade de acompanhamento quali-quantitativo de amostras selecionadas, tanto por meio de estudos de casos particulares quanto pela tendência de comportamento da população. Seria factível, por exemplo, perceber as nuances do fenômeno frente a transformações macroeconômicas, tais como planos de estabilização inflacionária, mudanças de políticas governamentais, catástrofes naturais, etc.

Investigações mais simples e imediatas podem ser também empreendidas com base na metodologia proposta. Estudos empíricos, similares aos que foram aqui desenvolvidos, podem por exemplo examinar o mesmo fenômeno em outros contextos socioeconômicos brasileiros. Podem ser examinados quais fatores se mostram mais influentes nas condições de vida das pessoas pobres residentes em outras regiões do país, assim como se pode buscar entender as articulações em seus respectivos contextos. Esse tipo de abordagem relacional do fenômeno

propicia que a construção e a contemplação científicas desse objeto social se dêem segundo um ângulo “imprevisto”, tal como sugere Bourdieu.

Recomenda-se também que a MEE venha a sustentar trabalhos dedicados a outras faixas de renda da população brasileira, tendo em vista a importância de se conhecerem os fatores associados à capacidade de geração de renda familiar em outros estratos socioeconômicos. A idéia é que se possam detectar os fatores que explicam a geração de renda por parte dos estratos superiores da população brasileira. Nesse processo, deverão emergir fatores que se mostram influentes em determinados contextos socioeconômicos, mas não em outros. O confronto dos achados empíricos correspondentes às diversas camadas possibilitaria uma melhor compreensão sobre a dinâmica de apropriação da riqueza que permeia a sociedade.

Além de estudos baseados na técnica de MEE, outras investigações de natureza quantitativa e qualitativa podem ser derivadas deste trabalho, tomando-se por base as divergências aqui encontradas entre os modelos empíricos sobre a pobreza na Bahia e as postulações teóricas. Como se viu, essa pesquisa não teve a pretensão de conciliar tais divergências, mas apenas ofereceu conjecturas que poderiam explicá-las. Essas conjecturas podem ser tomadas como ponto de partida para novas investigações, voltadas para questões como:

- a) por que a presença do cônjuge no domicílio não se mostrou relevante para o aumento da renda domiciliar *per capita*? Que influência as estruturas familiares tradicionais, vigentes principalmente nos pequenos municípios, exercem sobre essa questão? Em que medida a ausência de significância daquela relação pode ser atribuída majoritariamente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho?
- b) por que a idade do chefe associa-se negativamente ao seu potencial de inserção no mercado de trabalho? O fator “experiência” é de fato preterido em relação à disposição física do trabalhador, quando se trata da parcela pobre da população? Em que medida isso se associa ao tipo de trabalho realizado pelo indivíduo?
- c) por que as taxas de dependentes por renda tendem a ser mais elevadas nos domicílios chefiados por homens do que naqueles chefiados por mulheres? Que fatores da dinâmica familiar fazem com que filhos adultos e outras pessoas venham a se agregar com maior frequência em tais domicílios?
- d) por que a variável raça não mostrou influência significativa sobre o potencial de inserção do chefe no mercado de trabalho? Como a aferição de tal variável pode ocorrer de

maneira mais fidedigna e coerente com a realidade sócio-cultural brasileira, que se caracteriza pelo alto grau de miscigenação da população?

De maneira conclusiva, cabe sintetizar que, se o problema central desta tese foi o exame da metodologia de Modelagem de Equações Estruturais como instrumento capaz de refletir, na esfera das investigações empíricas, a concepção relacional da pobreza, em afinidade com as formulações teóricas mais recentes, a argumentação aqui desenvolvida leva à conclusão de que, de fato, a MEE é uma metodologia mais adequada ao estudo relacional da pobreza do que os métodos quantitativos tradicionais. Isso foi detectado tanto conceitualmente, através da sua conformidade com as oito características desejáveis em uma metodologia relacional, quanto empiricamente, pelas potencialidades analíticas observadas na sua aplicação à Bahia. Entretanto, ainda que se tenha demonstrado um método satisfatório para a abordagem relacional da pobreza, a MEE teve a contemplação de todo o seu potencial analítico ofuscada pela relativa homogeneidade desse objeto social ao qual foi aplicada, já que é um instrumento fundamentado na variação dos elementos considerados.

Além do fenômeno da pobreza, outros objetos sociais complexos podem se beneficiar das características relacionais inerentes à Modelagem de Equações Estruturais exploradas neste estudo. A utilização de tal método pode propiciar um refinamento de futuros estudos sociais quantitativos, fornecendo uma melhor compreensão sobre a natureza relacional de tais objetos, assim como servir de base para que sejam lançados estudos qualitativos especificamente voltados para aprofundar determinadas nuances encontradas no processo.

A partir do estudo da pobreza na Bahia com a MEE, este trabalho buscou contribuir para a percepção de que a multidimensionalidade inerente aos estudos sociais requer métodos quantitativos que reflitam sua natureza complexa e relacional. Trata-se de buscar uma maior consistência entre a “idéia que se deseja expressar e os meios de expressá-la”. Essa é uma discussão de incontestável relevância e centralidade para o campo das pesquisas sociais, uma vez que, como disse Bourdieu, o real é relacional.

Bibliografia

- Almeida, Edson Pacheco e Pereira, Rosângela Saldanha. Críticas à Teoria do Capital Humano (uma Contribuição à Análise de Políticas Públicas em Educação). *Revista de Educação Pública*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, v. 12, n. 21, jan.-jun. 2003.
- Anand, Sudhir e Sen, Amartya. Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) *Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2003a. p. 204-219.
- Anand, Sudhir e Sen, Amartya. Human Development Index: Methodology and Measurement. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) *Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2003b. p. 115-125.
- Atkinson, Anthony B. The Distribution of Wealth and the Individual Life Cycle. In: *Oxford Economic Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1971 (July). p. 239-254.
- Babbie, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- Barros, Ricardo Paes de e Camargo, José Márcio. As Causas da Pobreza no Brasil. In: Velloso, João Paulo dos Reis e Albuquerque, Roberto Cavalcanti (Orgs.) *Modernidade e Pobreza*. São Paulo: Nobel, 1994. p. 81-112.
- Barros, Ricardo Paes de e Lam, David. Income and Educational Inequality and Children's Schooling Attainment. In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996; p. 337-336
- Barros, Ricardo Paes de e Ramos, Lauro. Temporal Evolution of the Relationship between Wages and Education of Brazilian Men. In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996; p. 193-214.
- Barros, Ricardo Paes de, Corseuil, Carlos Henrique e Leite, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: Henriques, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 177-229.
- Barros, Ricardo Paes e Mendonça, Rosane Silva Pinto. *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- Beccaria, Luis, Feres, Juan Carlos e Sáinz, Pedro. *Poverty Measurement Present Statust of Concepts and Methods*. Bangkok: ECLAC, 1999.
- Bedeian, A. G., Day, D. V., & Kelloway, E. K. Correcting for Measurement Error Attenuation in Structural Equation Models: Some important reminders. *Educational and Psychological Measurement*, 57(5), 785-799. Copyright Holder: Sage Publications, Inc., 1997.
- Behrman, Jere R., Birdsall, Nancy e Kaplan, Robert. The Quality of Schooling and Labor Market Outcomes. In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996. p. 245-266
- Bentler, Peter M. e Wu, Eric J. C. *EQS 6 for Windows User's Guide*. Encino: Multivariate Software Inc., 2002.
- Betti, Gianni, D'Agostino, Antonella e Neri, Laura. *Panel Regression Models for Measuring Multidimensional Poverty Dynamics*. Colchester: Institute for Social and Economic Research of the University of Essex, 2000.
- Beveridge, Sir William. *Social Insurance and Allied Services – Presented to Parliament by Command of His Majesty (The Beveridge Report)*, 1942. (<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1942beveridge.html>) Acessado em 07 de julho de 2004.
- Blinder, Alan S. Intergenerational Transfers and Life-Cycle Consumption. In: *American Economic Review*. Nashville: American Economic Association, 1976 (May, n. 66). p. 87-93.
- Blum, Zahavad e Rossi, Peter H. Social Class Research and Images of the Poor: A Bibliographic Review. In: (Org.) Moynihan, Daniel P. *On Understanding Poverty: Perspectives from the Social Sciences*. New York: American Academy of Arts and Sciences, 1969. p.343 – 397.
- Bollen, Kenneth A. *Structural Equations with Latent Variables*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1989.
- Boomsma, A. Reporting Analyses of Covariance Structures. *Structural Equation Modeling*, 7(3), 461-482. Copyright Holder: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2000.
- Booth, Wayne C., Colomb, Gregory G. e Williams, Joseph M. *A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- Byrne, Barbara M. *Structural Equation Modeling with EQS and EQS/Windows: Basic Concepts, Applications and Programming*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.
- Carvalho, Inaiá M. *Brasil: Reestruturação Produtiva e Condições Sociais*. Revista CRH. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002a.
- Carvalho, Inaiá M. *Família e Pobreza. Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2002b. p. 117-134
- Carvalho, Inaiá M., Almeida, Paulo Henrique e Azevedo, José Sérgio Gabrielli. *Dinâmica Metropolitana e Estrutura Social em Salvador*. Tempo Social. São Paulo: USP, 2001. p. 89-114.
- Carvalho, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.
- Castaño, Hugo López. *Pobreza y Mercado Laboral em el Sector Rural*. In: *Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición*. Santafé de Bogotá: Cinep, 1999. p. 201-222.
- Castel, Robert. *As armadilhas da questão social*. In: Wanderley-Belfiore, Mariangela; Bogus, Lúcia; e Yazbek, Maria Carmelita (Org.). *Desigualdades e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997a.
- Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1998.
- Castel, Robert. *As transformações da questão social*. In: Wanderley-Belfiore, Mariangela; Bogus, Lúcia; e Yazbek, Maria Carmelita (Org.). *Desigualdades e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997b.
- CEPAL. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2003*. Santiago: Naciones Unidas, 2004.
- CEPAL. *El Uso de Indicadores Socioeconómicos em la Formulación y Evaluación de Proyetos Sociales: Aplicación Metodológica*. Santiago: CEPAL, 2001.
- Chahad, José P. Z. *Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e Funcionamento*. In: Pinho, Diva B. (Org.); *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- Conde, Manuel Muñoz. *Los Indicadores de Pobreza Utilizados em Colombia: una Crítica*. In: *Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición*. Santafé de Bogotá: Cinep, 1999. p. 139 – 155.
- CPS/FGV. *Mapa do Fim da Fome II*. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CPS/FGV. *Mapa do Fim da Fome: Metas Sociais contra a Miséria nos Municípios Baianos*. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- Datt et al. *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)*. Ministério do Plano e Finanças, Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares. Dezembro 1998.
- Deaton, Angus e Zaidi, Sahnun. *Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analysis*. The Living Standards Measurement Study Working Paper, n. 135. Washington D.C.: The World Bank, 2002.
- Dias, Taciana de Lemos, Oliveira, Maria da Piedade, Câmara, Gilberto e Carvalho, Marília Sá. *Problemas de Escala e a Relação Área-Indivíduo em Análise Espacial de Dados Censitários*. In: *Revista IP - Informática Pública*. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Estudos da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte. Ano 4, n. 1, junho de 2002. p.89-104.
- Dobson, Annette J. *An Introduction to Generalized Linear Models*. Boca Raton: Chapman & Hall, 2002.
- Draper, Norman R. e Smith, Harry. *Applied Regression Analysis*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1998.
- Drewnowski, J. e Scott, W. *The Level of Living Index*. Report #4, Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1966.
- Duncan, Otis Dudley. *Path Analysis: Sociological Examples*. In: Blalock Jr, H. M. (Org). *Causal Models in the Social Sciences*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1971. p. 115-138.
- Edwards, J. R. e Bagozzi, R. P. *On the nature and direction of relationships between constructs and measures*. *Psychological Methods*, 5(2), 155-174. Copyright Holder: American Psychological Association, 2000.
- Fernandes, A. S. *Empresarialismo Urbano em Salvador: A Recuperação do Centro Histórico Pelourinho*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1998.
- Ferreira, Francisco H. G., Lanjouw, Peter e Neri, Marcelo. *A Robust Poverty Profile for Brazil Using Multiple Data Sources*. Salvador: Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2001.
- Fincham, F. D., Beach, S. R. H., Harold, G. T. e Osborne, L. N. *Marital satisfaction and depression: Different causal relationships for men and women?* *Psychological Science*, 8(5), 351-357. Copyright Holder: American Psychological Association, 1997.
- Fitoussi, Jean-Paul e Rosanvallon, Pierre. *La Nueva Era de Las Desigualdades*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1998.
- Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva. *The Concept of Human Poverty*. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) *Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 38-47.

- Fundação Getúlio Vargas. Mapa do Fim da Fome. São Paulo: Centro de Políticas Sociais, FGV, 2001.
- Funkhouser, Edward. La Medición de la Pobreza y su Aplicación em el Análisis del Impacto de Câmbios Macroeconômicos en la Pobreza. In: Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición. Santafé de Bogotá: Cinep, 1999. p. 119 – 138.
- Furtado, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1977.
- Garfinkel, Irwin e McLanahan, Sara. Single-Mother Families, Economic Insecurity, and Government Policy. In: Danziger, Sheldon, Sandefur, Gary D. and Weinberg, Daniel H. (Orgs.) Confronting Poverty: Prescriptions for Change. New York: Russel Sage Foundation, 1994. p. 205-225.
- Ghai et al. Agrarian Systems and Rural Development. London: Macmillan Press, 1979.
- Goode, Judith e Maskovsky, Jeff. Households Headed by Women: The Politics of Class, Race, and Gender. In: Goode, Judith e Maskovsky, Jeff (Orgs.). New Poverty Studies: The Ethnography of Power, Politics, and Impoverished People in the United States. New York: New York University Press, 2001. p. 37 - 56.
- Grossi, Mauro Eduardo Dell. Pobreza Rural e Agrícola no Brasil. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002. p. 181-196.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002a.
- Guimarães, José Ribeiro Soares. Pobreza e Desigualdade no Brasil: do Discurso Hegemônico e Medição Espúria às Raízes da Questão. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002b. p.85 -115
- Haan, Arjan de. Exclución Social em la Política y la Investigación: Operacionalización del Concepto. In: Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición. Santafé de Bogotá: Cinep, 1999. p. 19-38.
- Hall, Robert E. Stochastic Implications of the Life Cycle-Permanent Income Hypothesis: Theory and Evidence. In: Journal of Political Economy. Chicago: The University of Chicago Press, 1978 (December). p. 971-987.
- Haq, Mahbub ul. The Birth of the Human Development Index. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 103-113.
- Harvey, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- Haveman, Robert, Wilson, Kathryn e Wolfe, Barbara. A Structural Model of the Determinants of Educational Success. In: Jenkins, Stephen, Kapteyn, Arie e Van Praag, Bernard (Orgs.) The Distribution of Welfare and Household Production: International Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 346-363
- Herrera, José Fívero. Educación y Exclución en América Latina: Reformas en Tiempos de Globalización. Lima: Tarea, 1999.
- Hines, Colin. Localization: A Global Manifesto. London: Earthscan Publications Ltd, 2000.
- Hobsbawn, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Howell, David C. Statistical Methods for Psychology. Pacific Grove: Duxbury, 2002.
- Hox, J. J. e Bechger, T. M. An Introduction to Structural Equation Modeling. In: Family Science Review, 11, 354-373. Minneapolis, 1998.
- Hoyle, R. H. e Smith, G. T. Formulating clinical reserach hypotheses as structural equation models: A conceptual overview. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62(3), 429-440. Copyright Holder: American Psychological Association, 1994.
- Huber, P. J. Robust Statistical Procedures. Philadelphia: SIAM, 1977.
- IBGE - Anuário Estatístico do Brasil: 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- IBGE. Censo Demográfico 2000: Microdados da Amostra – BA. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- IFAD – International Fund for Agricultural Development. Rural Poverty Report 2001. New York: Oxford University Press, 2001.
- Ivo, Anete. A Destituição do 'Social': Estado, Governo e Políticas Sociais. Revista CRH. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.
- Ivo, Anete. Políticas Sociais de Combate à Pobreza nos Anos 1990: Novas Teses, Novos Paradigmas. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002. p.7 – 27
- Jannuzzi, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- Jenkins, Stephen P. e O'Leary, Nigel. The Incomes of UK Women: Limited Progress Towards Equality with Men? In: Jenkins, Stephen P., Kapteyn, Arie e Van Praag, Bernard (Orgs.). The Distribution of Welfare and Household Production: International Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 398-417.

- Kaplan, David. *Structural Equation Modeling: Foundations and Extensions*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.
- Kenny, D. A., Kashy, D. A. e Bolger, N. *Data Analysis in Social Psychology*. In: Gilbert, D., Fiske, E. e Lindzey, G. (Orgs.) *Handbook of Social Psychology*, vol. 1, pp. 252-259. Boston: McGraw-Hill, 1998.
- Kish, Leslie. *Survey Sampling*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1995
- Klem, L. *Structural equation modeling*. In L. G. Grimm, e P. R. Yarnold (Eds.), *Reading and understanding more multivariate statistics*. Washington, D.C.: American Psychological Association. Copyright Holder: American Psychological Association, 2000.
- Kliksberg, Bernardo. *O Desafio da Exclusão: Para uma Gestão Social Eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.
- Kline, Rex B. *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. New York: The Guilford Press, 1998.
- Lima, Ana Luiza Machado de Codes. *Mensuração da Pobreza: uma Reflexão sobre a Necessidade de Articulação de Diferentes Indicadores*. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 17, n. 40, p. 129-141, 2004.
- Lima, Ana Luiza Machado de Codes. *Combate à Pobreza na América Latina: uma Abordagem Comparativa*. In: BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos E Sociais da. (Org.). *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador, 2002, v. 63, p. 1-263.
- Lima, Ana Luiza Machado de Codes. *Gestão Local do Desenvolvimento Econômico na Cidade do Salvador: O Governo Lídice da Mata 1993-1996*. Dissertação de Mestrado. UFBA: Escola de Administração. Salvador, 1999.
- Loiola, E. e Miguez, P. *Possíveis Caminhos de Futuro: O Planejamento Estratégico e a Cidade do Salvador*. In: *Anais do 22º Encontro da ANPAD*. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.
- Lok-Dessallien, Renata. *Review of Poverty Concepts and Indicators*. http://www.undp.org/poverty/publications/pov_red/Review_of_Poverty_Concepts.pdf. Acessado em 18/06/2003.
- MacCallum, R. C., Wegener, D. T., Uchino, B. N. e Fabrigar, L. R. *The problem of equivalent models in applications of covariance structure analysis*. *Psychological Bulletin*, 114(1), 184-199. Copyright Holder: American Psychological Association, 1993.
- Maricato, Ermínia. *Dimensões da Tragédia Urbana. Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 175-180.
- Marshall, G. N. e Lang, E. L. *Optimism, self-mastery, and symptoms of depression in women professionals*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(1), 132-139. Copyright Holder: American Psychological Association, 1990.
- Martínez, Consuelo Corredor. *El Problema de la Pobreza: una Reflexión Conceptual*. In: *Pobreza y Desigualdad: Reflexiones Conceptuales y de Medición*. Santafé de Bogotá: Cinep, 1999. p. 39-68.
- Mattoso, Jorge. *O Brasil Desempregado: Como Foram Destruídos Mais de 3 Milhões de Empregos nos Anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- McClave, James T., Benson, P. George, Sincich, Terry. *Statistics for Business and Economics*. New York: Prentice Hall, 2004.
- McDonald, R. P. e Ringo Ho, Moon-Ho. *Principles and Practice in Reporting Structural Equation Analyses*. *Psychological Methods*, 7(1), 64-82. Washington D.C.: American Psychological Association, 2002.
- McGee, R. e Brock, K. *From Poverty Assessment to Policy Change: Processes, Actors and Data*, IDS Working Paper 133. Brighton: Institute of Development Studies, Jul. 2001. [disponível online em <http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp133.pdf>.]
- Medeiros, Marcelo. *O que faz os Ricos ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília / Departamento de Sociologia, 2003.
- Mejía, José Antonio e Vos, Rob. *Poverty in Latin America and the Caribbean – An Inventory: 1980-95*. Washington D.C.: The Inter-American Development Bank, 1999.
- Mendonça, Eduardo Luiz de. *Reflexões Críticas sobre a Pobreza e sua Mensuração no Brasil dos Anos 1990*. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 75-84.
- Menezes-Filho, Naércio e Vasconcellos, Ligia. *Has Economic Growth Been Pro-Poor in Brazil? Why? A Country Case Study on Brazil*. In: *Operationalising Pro- Poor Growth: A joint initiative of AFD, BMZ (GTZ, KfW Development Bank), DFID, and the World Bank*. São Paulo: University of São Paulo, October 2004.
- Mestrum, Francine. *Mondialisation et Pauvreté: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial*. Paris: L'Harmattan, 2002.
- Moore, David. *The Basic Practice of Statistics*. New York: Freeman, 2004.
- Morettin, Luiz Gonzaga. *Estatística Básica. Volume2 – Inferência*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- Neri, Marcelo et al. *Mapa do Fim da Fome II*. São Paulo: Centro de Políticas Sociais – FGV, 2004.

- Neri, Marcelo, Carvalho, Kátia e Nascimento, Mabel. *Ciclo de Vida e Motivações Financeiras*. Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas (Ensaio Econômico, nº 393), 2000.
- Neri, Marcelo. *As Mudanças da Pobreza e da Desigualdade Cariocas na Década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Neri, Marcelo. *Assets, Markets and Poverty in Brazil*. In: *Economic Research and Development Policy in Latin America*. Washington D.C.: (OCE) / IADB Research Department, 1999.
- Neri, Marcelo. *Políticas Estruturais de Combate à Pobreza no Brasil*. In: Henriques, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 503-526.
- Neri, Marcelo; Nascimento, Mabel e Pinto, Alexandre. *O Acesso ao Capital dos Idosos Brasileiros: uma Perspectiva do Ciclo de Vida*. Rio de Janeiro, IPEA: 1999.
- Osório, Rafael Guerreiro e Medeiros, Marcelo. *Concentração de Renda e Pobreza na Bahia: 1981-1999. Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2002.
- Oster, Sharon. *The Definition and Measurement of Poverty*. Boulder: Westview Press Inc., 1978.
- Pastore, José e Zylberstajn, Hélio. *Social Mobility: The Role of Education in Determining Status*. In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996; p. 289-315.
- Pastore, José; do Valle Silva, Nelson. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- Paula, Gilberto A. *Modelos de Regressão com Apoio Computacional*. São Paulo: Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 2004.
- Paz, R. J. *A Riqueza das Regiões - As fontes da prosperidade regional*. Carta da CPE. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos. 1994.
- Pereira, Elvira Sofia. *Implicações da Evolução do Conceito de Pobreza para a Luta contra a Pobreza: uma Reflexão*. In: *Colóquio Internacional O Modelo Latino de Proteção Social – Reflexões sobre o Estado Providência em Portugal, Espanha e Brasil*. Lisboa: ISEG, 2001.
- Pierce, P. F., Vinokur, A. D. e Buck, C. L. *Effects of war-induced maternal separation on children's adjustment during the Gulf War and two years later*. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(14), 1286-1311. Copyright Holder: V. H. Winston e Sons, Inc., 1998.
- Pinto, Alexandre e Neri, Marcelo. *Mobilidade Ocupacional e Raça: Origens, Destinos e Riscos dos Afro-Brasileiros*. Caxambu: Anais do XIV SINAPE - Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística da Associação Brasileira de Estatística, 2000.
- Plank, David N. *The Means of Our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995*. Boulder: Westview Press, 1996.
- PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD, 2004.
- PNUD. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1997.
- PNUD. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1999.
- Pochmann, Márcio. *O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- Pochmann, Márcio; Fonseca, Ana; Ribeiro, Tiago; Amorim, Ricardo; Moreto, Amilton; Silva, Ronnie; Freitas, Stanislau e Guerra, Alexandre. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- Polachek, S. e Siebert, S. *The Economics of Earnings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- Ramos, Lauro e Vieira, Maria Lúcia. *Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores*. In: Henriques, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Ravallion, Martin. *Poverty Comparisons*. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.
- Raworth, Kate e Stewart, David. *Critiques of the Human Development Index: A Review*. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) *Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 141-151.
- Raykov, T., Tomer, A. e Nesselroade, J. R. *Reporting structural equation modeling results in Psychology and Aging: Some proposed guidelines*. *Psychology and Aging*, 6(4), 499-503. Copyright Holder: Copyright Holder: American Psychological Association, 1991.
- Reis, Elisa Maria Pereira e Schwartzman, Simon. *Pobreza e Exclusão Social – Aspectos Sociopolíticos*. (<http://www.schwartzman.org.br/simon/exclusion.pdf>) Acessado em 23/07/2003.
- Robbins, Donald e Minowa, Mari. *Do Returns to Schooling Vary Across Industries?* In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 215-243.

- Rocha, Sônia. On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement. In: Seminar on Poverty Statistics. Santiago, 1997.
- Rocha, Sônia. Pobreza no Brasil: Afinal, de que se Trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Romão, Maurício Costa. Pobreza: Conceito e Mensuração. Rio de Janeiro, IPEA: 1993.
- Rosemberg, Fúlvia e Piza, Edith. Analfabetismo, Gênero e Raça no Brasil. In: Bógus, Lúcia e Paulino, Ana Yara. Políticas de Emprego, Políticas de População e Direitos Sociais. São Paulo: EDUC, 1997. p. 115-142.
- Rosenthal, Gerald. Identifying the Poor: Economic Measures of Poverty. In: (Org.) Moynihan, Daniel P. On Understanding Poverty: Perspectives from the Social Sciences. New York: American Academy of Arts and Sciences, 1969. p.330 – 342.
- Ross, David e Shillington, Richard. The Canadian Fact Book on Poverty. Ottawa: Canadian Council on Social Development Publications, 1989.
- Safatle, Amália e Pacheco, Paula. Só Falta a Grana: Em Cada Cinco Brasileiros, Dois só Ganham o Suficiente para Comprar o Básico. CARE Brasil (http://64.29.218.115/?pobreza_artigos05). Acessado em 10/01/2005.
- Salama, Pierre e Destremau, Blandine. O Tamanho da Pobreza: Economia Política da Distribuição de Renda. Petrópolis: Editora Garamond, 2001.
- Salama, Pierre e Valier, Jacques. Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1997.
- Salles, Vania e Tuirán, Rodolfo. Cargan las mujeres con el peso de la pobreza. In: López, María de la Paz e Salles, Vania (Org.). Família, Género y Pobreza. México: Ed. Miguel Ángel Porrúa, 2000.
- Salles, Vania e Tuirán, Rodolfo. Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002. p. 65- 74
- Saunders, Peter e Whiteford, Peter. Measuring Poverty: A Review of the Issues. Australia: Discussion paper, Office of the Economic Planning Advisory Council), nov. 1989.
- Scalon, Maria Celi. Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM, 1999.
- Schwartzman, Simon. As Causas da Pobreza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- Schwartzman, Simon. Brazil: Expert Group on Poverty Statistics. In: Seminar on Poverty Statistics. Santiago, 1997.
- Sedlacek, Guilherme Luis; Barros, Ricardo Paes e Varandas, Simone. Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma Análise da Área Metropolitana de São Paulo. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- SEI. Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos: 1998. Salvador: SEI, 2002.
- Sen, Amartya K. Hunger and Entitlements: Research for Action. Finland: World Institute for Development Economics Research, United Nations University, 1988.
- Sen, Amartya K. Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. In: Subramanian, S. (Org.). Measurement of Inequality and Poverty. Delhi: Oxford University Press, 1997.
- Sen, Amartya Kumar. Development as Freedom. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Sen, Amartya. Human Capital and Human Capability. In: Fukuda-Parr, Sakiko e Kumar, A. K. Shiva (Orgs.) Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 35-37.
- Silva, Sylvio Bandeira de Mello. Desequilíbrios Regionais no Estado da Bahia: Avaliação e Questões Estratégicas. In: Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, 2004. p. 203-218.
- Sliwiany, Regina Maria. Sociometria: Como Avaliar a Qualidade de Vida e Projetos Sociais. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Soares, Rodrigo Reis. Segmentação versus Concorrência: um Teste de Dualidade no Mercado de Trabalho Brasileiro. Rio de Janeiro: PUC-RIO, Dissertação de Mestrado defendida em 28/06/97.
- Soares, Sergei Suarez Dillon. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. Brasília: IPEA, 2000.
- Sposati, Aldaísa; Koga, Dirce; Câmara, Gilberto e Nakano, Kazuo. “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo 2000: Dinâmica Social dos Anos 90”. São Paulo: Pólis/INPE/PUC-SP, 2000.
- Strauss, John e Thomas, Duncan. Wages, Schooling and Background: Investments in Men and Women in Urban Brazil. In: Birdsall, Nancy e Sabot, Richard (Orgs.) Opportunity Foregone: Education in Brazil. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996; p. 147-191.
- Székely, Miguel. Explaining Poverty. Oxford: St. Anthony's College, Queen Elizabeth House Development Studies Working Papers. N. 98. October, 1996.
- Székely, Miguel. The 1990s in Latin America: Another Decade of Persistent Inequality, but with Somewhat Lower Poverty. Washington D. C.: Inter-American Development Bank, 2001.

- Telles, Vera da Silva. Direitos Sociais e Direitos dos Trabalhadores: Por uma Ética de Cidadania e de Justiça. In: Bógus, Lúcia e Paulino, Ana Yara (Orgs.) Políticas de Emprego, Políticas de População e Direitos Sociais. São Paulo: EDUC, 1997. p. 213-224.
- Telles, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno. In: Telles, Vera da Silva (Org.). Direitos Sociais: Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999a.
- Telles, Vera da Silva. Sociedade Civil e Espaços Públicos: Os Caminhos (Incertos) da Cidadania no Brasil Atual. In: Telles, Vera da Silva (Org.). Direitos Sociais: Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b.
- Tomas, Jose M. e Oliver, Amparo. Rosenberg's Self-Esteem Scale: Two factors or method effects. *Structural Equation Modeling* 6(1), 84-98. Copyright Holder: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1999.
- Townsend, Peter. *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- Turner, Malcom E. e Stevens, Charles D. The Regression Analysis of Causal Paths. In: Blalock Jr, H. M. (Org.) *Causal Models in the Social Sciences*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1971. p. 75-100.
- Ulyssea, Gabriel. *Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma resenha da Literatura*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- United Nations. *Meeting the Millennium Poverty Reduction Targets in Latin America and the Caribbean*. Santiago: United Nations Publication, 2002.
- United Nations. *Poverty Reduction Strategies: A Review*. New York: United Nations – Department of Economic and Social Affairs; Division for Social Policy and Development, 1998.
- Valladares, Lícia do Prado. Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil. In: Boschin, Renato R. (org.) *Corporativismo e Desigualdade: a Construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991. p. 81-112.
- Veltmeyer, Henry e Petras, James. *The dynamics of social change in Latin America*. London: MacMillan Press Ltd, 2000.
- Verhine, Robert E. Educação e Mercado de Trabalho: Perspectivas Alternativas e suas Implicações para o Problema da Pobreza. In: Castro, Nadya Araújo e Flavo, Lícia Queiroz (Orgs.). Salvador: Centro de Recursos Humanos – Gráfica Universitária do Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982. p. 85-129.
- Verhine, Robert E. *Educational Alternatives and the Determination of Earnings in Brazilian Industry*. Frankfurt an Main: Peter Lang, 1993.
- Vinokur, A. D. e Schul, Y. Mastery and inoculation against setbacks as active ingredients in the JOBS intervention for the unemployed. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65(5), 867-877. Copyright Holder: American Psychological Association, 1997.
- Vinokur, A. D. e Schul, Y. The web of coping resources and pathways to reemployment following a job loss. *Journal of Occupational Health Psychology*, 7(1), 68-83. Copyright Holder: American Psychological Association, 2002.
- Vinokur, A. D., Pierce, P. F. e Buck, C. L. Work-Family Conflicts of Women in the Air Force: Their influence on Mental Health and Functioning. *Journal of Organizational Behavior*, 20, 865-878. Copyright Holder: John Wiley e Sons, Ltd., 1999.
- Vinokur, A. D., Price, R. H. e Caplan, R. D. Hard times and hurtful partners: How financial strain affects depression and relationship satisfaction of unemployed persons and their spouses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71 (1), 166-179. Copyright Holder: American Psychological Association, 1996.
- White, Howard e Killick, Tony. *African Poverty at the Millennium: Causes, Complexities and Challenges*. Washington D.C.: The World Bank, 2001.
- Wilber, George. *Poverty: A New Perspective*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975.
- Wisnik, José Miguel. *O Som e o Sentido: Uma Outra História das Músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Woldon, Quentin T. *Poverty and Policy in Latin America and the Caribbean*. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2000.
- Wolff, Edward N. *Economics of Poverty, Inequality and Discrimination*. Cincinnati: South-Western College Publishing, 1997.
- World Bank. *World Development Indicators 2004 (WDI)*. Washington D. C.: World Bank, 2004.
- Xie, Yu e Powers, Daniel A. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. San Diego: Academic Press, 2000.
- Ziccardi, Alcía. Las Ciudades y la Cuestion Social. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, 2002. p. 135-174.

Anexo 1. Sistema de equações que corresponde às relações postuladas no modelo hipotético

a. Variáveis observáveis:

- V1=Idade;
- V2=Sexo;
- V3=Educação;
- V4=Raça;
- V5=Rural/urbano;
- V6=Cônjuge;
- V7=Taxa de dependentes por renda;
- V8=Condição de inserção na organização social do trabalho;
- V9=Qualidade da ocupação (grau de garantias e proteção social);
- V10=Existência de geladeira no domicílio;
- V11=Existência de televisor no domicílio;
- V12=Existência de banheiro no domicílio;
- V13=Abastecimento de água, origem;
- V14=Abastecimento de água, canalização;
- V15=Renda domiciliar *per capita* mensal.

b. Variáveis latentes:

- F1 =Inserção no mercado de trabalho;
- F2 =Conforto no lar;
- F3 =Saneamento básico.

Observação: As variáveis “E” e “D” designam os erros de mensuração associados às variáveis observáveis e as *disturbances* vinculadas às variáveis latentes, respectivamente. Tais termos aleatórios serão estimados através da inserção desses parâmetros nas equações abaixo.

c. Equações estruturais:

- $V8 = F1 + E8$
- $V9 = F1 + E9$
- $V10 = F2 + E10$
- $V11 = F2 + E11$
- $V12 = F2 + E12$
- $V13 = F3 + E13$
- $V14 = F3 + E14$
- $V3 = V4 + E3$
- $V6 = V2 + E6$
- $V7 = V1 + V2 + F1 + E7$
- $V15 = V6 + V7 + F1 + E15$

- $F1 = V1 + V2 + V3 + V4 + D1$
- $F2 = V5 + D2$
- $F3 = V5 + D3$

Observação: nos modelos que inserem a variável “Aposentado” (V19), a equação que determina V15 altera-se para:

- $V15 = V6 + V7 + V19 + F1 + E15$

Além disso, é adicionada a seguinte equação: $V19 = V1 + E19$

Anexo 2. Estatísticas Descritivas das Variáveis Utilizadas

OBSERVAÇÃO: As estatísticas abaixo estão baseadas em dados brutos. Os Coeficientes “ α ” de Cronbach, que estimam a confiabilidade de cada variável latente, foram calculados com base nas escalas modificadas pela abordagem econométrica, conforme discussão realizada ao longo do texto.

a. Municípios com menos de 100 mil habitantes, variáveis contínuas

	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Renda domiciliar <i>per capita</i> mensal	2066	34,05	24,41	0	75,5
Idade	2066	43,73	14,78	10	98
Anos completos de estudo	2066	2,02	2,56	0	15
Taxa de dependentes por renda no domicílio	2066	0,72	0,2	0	1

b. Municípios com menos de 100 mil habitantes, variáveis categóricas

Var. Latente	Variável Observável	Categorias	n	%
Conforto no lar ($\alpha=0,71$)	Existência de geladeira no domicílio	não	1407	68,12
		sim	636	30,78
		dados faltantes	23	1,10
	Existência de televisor no domicílio	não	982	47,56
		sim	1061	51,34
		dados faltantes	23	1,10
	Existência de banheiro no domicílio	não	1260	60,98
		sim	783	37,92
		dados faltantes	23	1,10
Saneamento básico ($\alpha=0,82$)	Abastecimento de água, origem	outra	721	34,90
		poço ou nascente	382	18,50
		rede geral	940	45,49
		dados faltantes	23	1,10
	Abastecimento de água, canalização	não canalizada	960	46,45
		canalizada só na propriedade ou terreno	406	19,65
		canalizada em pelo menos um cômodo	677	32,79
dados faltantes	23	1,10		
Tipo de inserção no mercado de trabalho ($\alpha=0,80$)	Condição de inserção na organização social do trabalho	desinserido	946	45,83
		conta-própria	493	23,87
		empregado/trabalha para terceiros	627	30,30
	Qualidade da ocupação (grau de garantias e proteção social)	desocupados	1114	53,93
		trabalhadores não contribuintes	919	44,49
		trabalhadores contribuintes	33	1,58
Características individuais do chefe do domicílio	Sexo	feminino	447	21,62
		masculino	1619	78,38
	Raça	outras	32	1,53
		preta	321	15,48
		parda	1261	61,07
		branca	452	21,91
	Localização do domicílio	rural	1179	57,05
		urbana	887	42,95
	Vive em presença de cônjuge	nunca viveu	79	3,79
		não, mas viveu	407	19,70
		sim	1580	76,51
Aposentado	não	1783	86,30	
	sim	283	13,70	

c. Municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, variáveis contínuas

	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Renda domiciliar <i>per capita</i> mensal	2207	40,70	24,50	0	75,5
Idade	2207	42,94	14,78	10	98
Anos completos de estudo	2207	3,18	3,22	0	15
Taxa de dependentes por renda no domicílio	2207	0,71	0,19	0	1

d. Municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, variáveis categóricas

Variável Latente	Variável Observável	Categorias	n	%
Conforto no lar ($\alpha=0,75$)	Existência de geladeira no domicílio	não	900	40,77
		sim	1279	57,94
		dados faltantes	28	1,29
	Existência de televisor no domicílio	não	495	22,41
		sim	1684	76,30
		dados faltantes	28	1,29
	Existência de banheiro no domicílio	não	776	35,13
		sim	1403	63,58
		dados faltantes	28	1,29
Saneamento básico ($\alpha=0,85$)	Abastecimento de água, origem	outra	265	12,01
		poço ou nascente	404	18,27
		rede geral	1510	68,43
		dados faltantes	28	1,29
	Abastecimento de água, canalização	não canalizada	486	22,01
		canalizada só na propriedade ou terreno	401	18,14
		canalizada em pelo menos um cômodo	1292	58,56
dados faltantes	28	1,29		
Tipo de inserção no mercado de trabalho ($\alpha=0,83$)	Condição de inserção na organização social do trabalho	desinserido	963	43,62
		conta-própria	405	18,36
		empregado/trabalha para terceiros	839	38,02
	Qualidade da ocupação (grau de garantias e proteção social)	desocupados	1409	63,85
		trabalhadores não contribuintes	752	34,06
		trabalhadores contribuintes	46	2,09
Características individuais do chefe do domicílio	Sexo	feminino	648	29,35
		masculino	1559	70,65
	Raça	outras	33	1,51
		preta	412	18,63
		parda	1342	60,83
		branca	420	19,03
	Localização do domicílio	rural	433	19,61
		urbana	1774	80,39
	Vive em presença de cônjuge	nunca viveu	75	3,38
		não, mas viveu	594	26,90
sim		1538	69,72	
Aposentado	não	1955	88,60	
	sim	252	11,40	

e. Salvador, variáveis contínuas

	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Renda domiciliar <i>per capita</i> mensal	2298	39,01	26,26	0	75,5
Idade	2298	41,32	13,31	12	94
Anos completos de estudo	2298	5,05	3,60	0	15
Taxa de dependentes por renda no domicílio	2298	0,74	0,19	0	1

f. Salvador, variáveis categóricas

Variável Latente	Variável Observável	Categorias	n	%
Conforto no lar ($\alpha=0,75$)	Existência de geladeira no domicílio	não	413	17,95
		sim	1866	81,23
		dados faltantes	19	0,82
	Existência de televisor no domicílio	não	274	11,91
		sim	2005	87,27
		dados faltantes	19	0,82
	Existência de banheiro no domicílio	não	327	14,24
		sim	1952	84,94
		dados faltantes	19	0,82
Saneamento básico ($\alpha=0,84$)	Abastecimento de água, origem	outra	109	4,75
		poço ou nascente	30	1,29
		rede geral	2140	93,14
		dados faltantes	19	0,82
	Abastecimento de água, canalização	não canalizada	104	4,53
		canalizada só na propriedade ou terreno	217	9,45
		canalizada em pelo menos um cômodo	1958	85,20
dados faltantes	19	0,82		
Tipo de inserção no mercado de trabalho ($\alpha=0,84$)	Condição de inserção na organização social do trabalho	desinserido	1276	55,55
		conta-própria	270	11,74
		empregado/trabalha para terceiros	752	32,71
	Qualidade da ocupação (grau de garantias e proteção social)	desocupados	1749	76,13
		trabalhadores não contribuintes	493	21,45
		trabalhadores contribuintes	56	2,42
Características individuais do chefe do domicílio	Sexo	feminino	1010	43,94
		masculino	1288	56,06
	Raça	outras	39	1,68
		preta	656	28,53
		parda	1266	55,11
		branca	337	14,67
	Localização do domicílio	rural	3	0,13
		urbana	2295	99,87
	Vive em presença de cônjuge	nunca viveu	152	6,60
		não, mas viveu	825	35,91
		sim	1321	57,49
Aposentado	não	2119	92,20	
	sim	179	7,80	

Anexo 3. Análise de variância das médias da variável "Anos completos de estudo" nos três contextos baianos estudados

Estatísticas descritivas

Anos Completos de Estudo	Intervalo de 95% de confiança para a média							
	N	Média	Desvio-Padrão	Erro-padrão	Limite inferior	Limite superior	Mín.	Máx.
Municípios								
Até 100.000 hab.	2066	2,02	2,556	0,056	1,91	2,13	0	15
De 100.000 a 500.000 hab.	2207	3,18	3,216	0,068	3,08	3,35	0	15
Mais de 500.000 hab.	2298	5,05	3,595	0,075	4,90	5,20	0	15
Total	6571	3,47	3,410	0,042	3,39	3,55	0	15

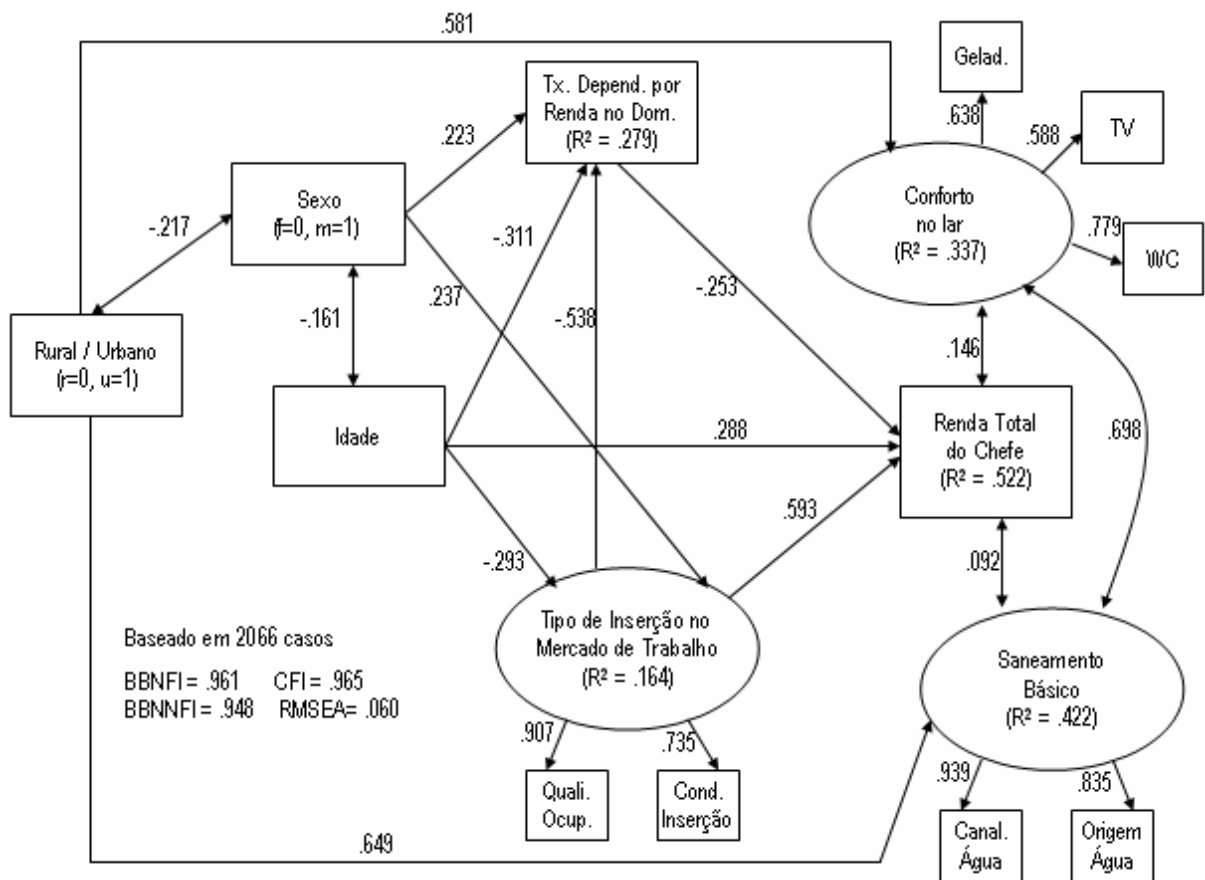
ANOVA

Anos completos de estudo	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F	Sig.
Inter-grupos	10266,10	2	5133,05	858,37	0,000
Intra-grupos	39275,3	6568	5,98		
Total	49541,4	6570			

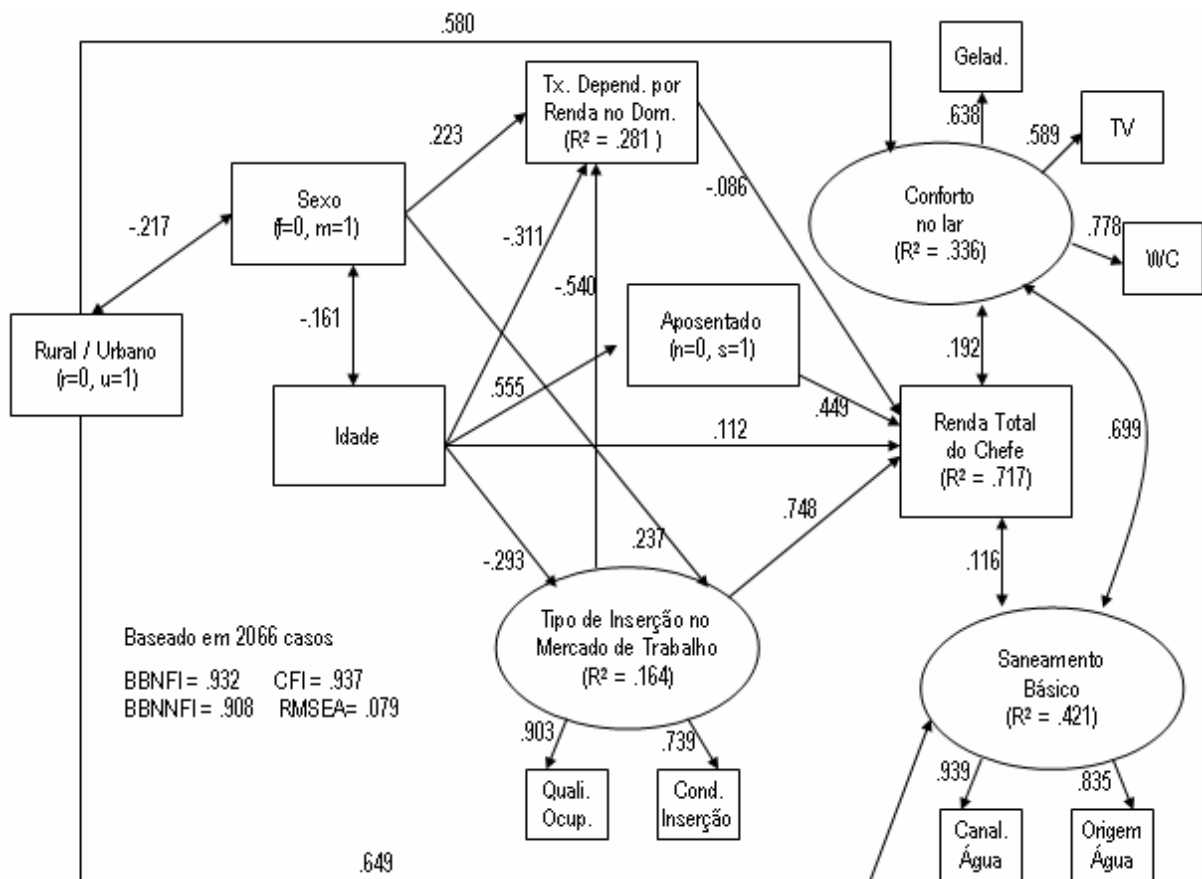
Anexo 4. Modelos de Equações Estruturais Estimados com Base na Renda Total do Chefe do Domicílio

Os diagramas abaixo representam modelos semelhantes aos trabalhados ao longo desta pesquisa; aqui, no entanto, a variável renda domiciliar *per capita* foi substituída pela variável “renda total do chefe do município”.

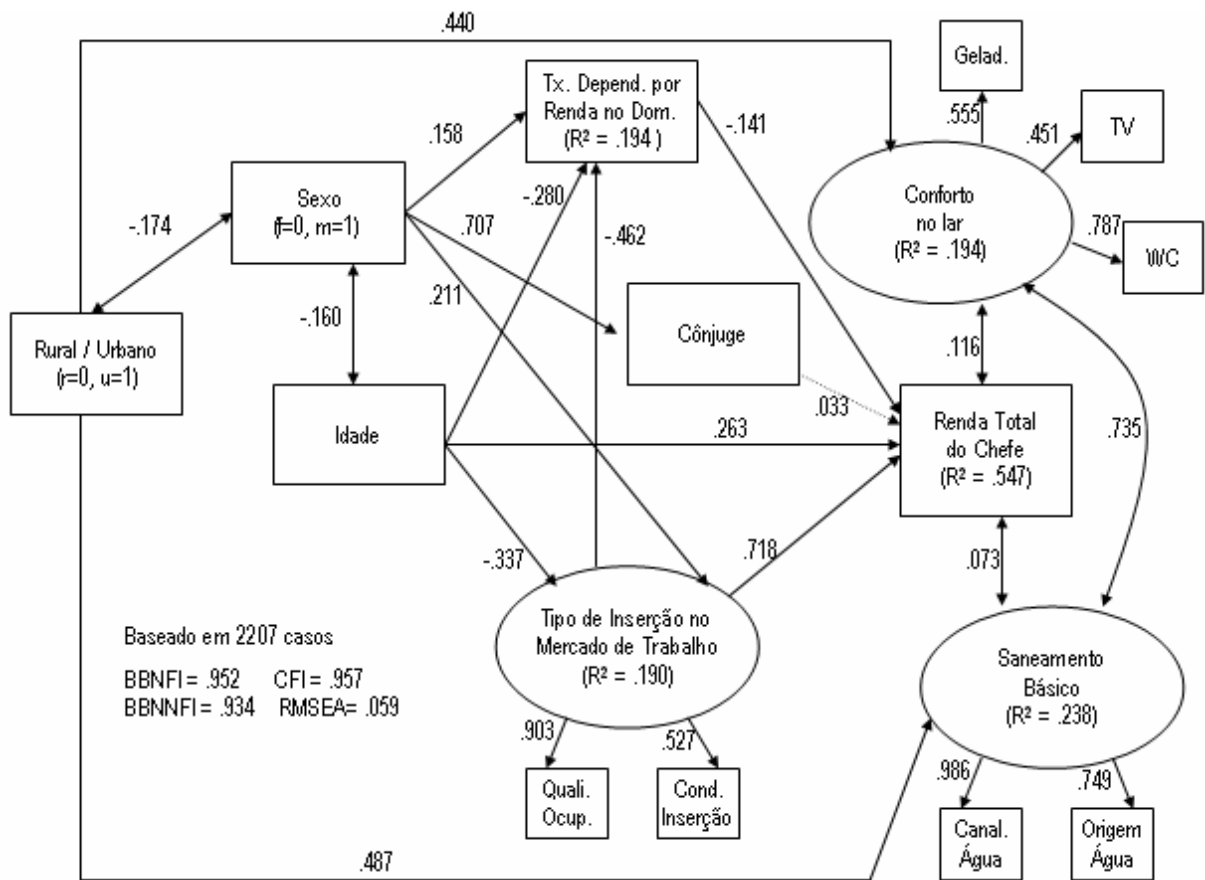
Modelo para municípios com menos de 100 mil habitantes



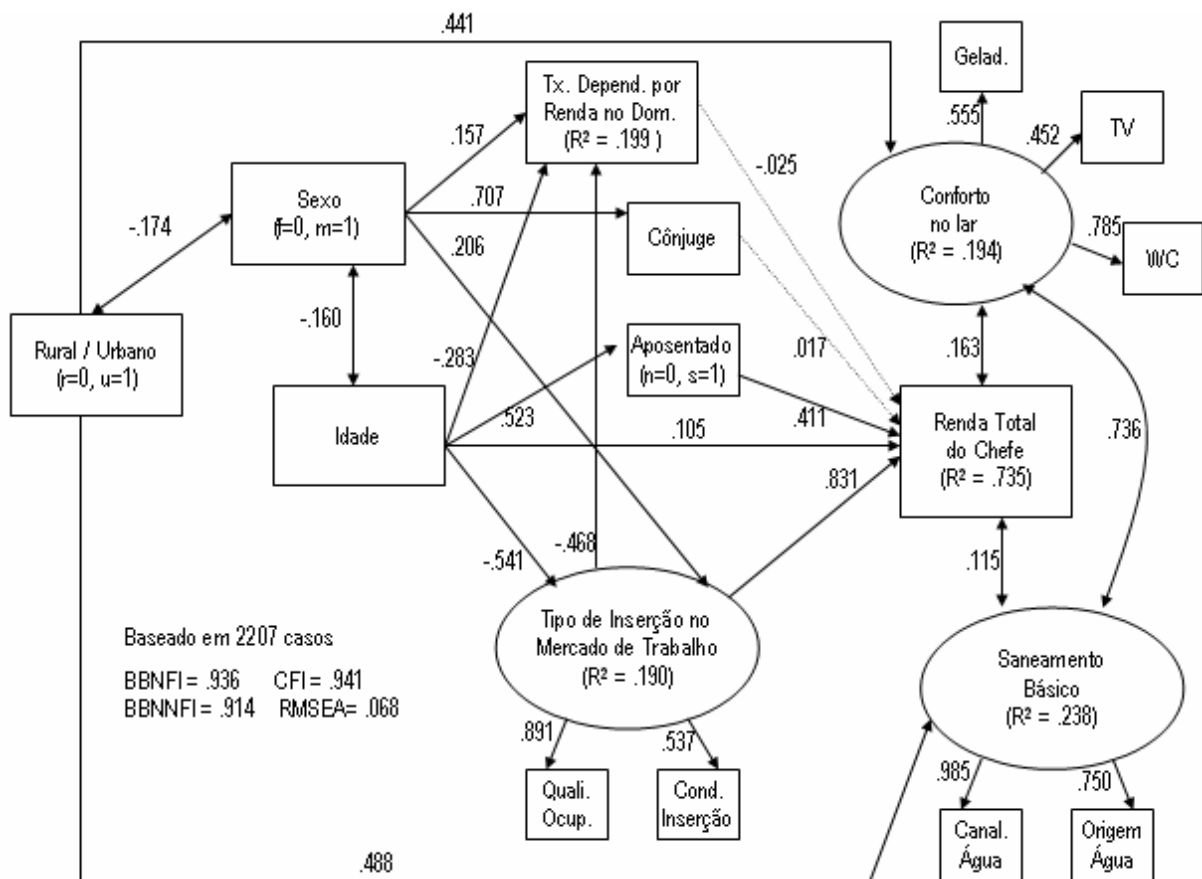
Modelo para municípios com menos de 100 mil habitantes, com a variável “aposentado”



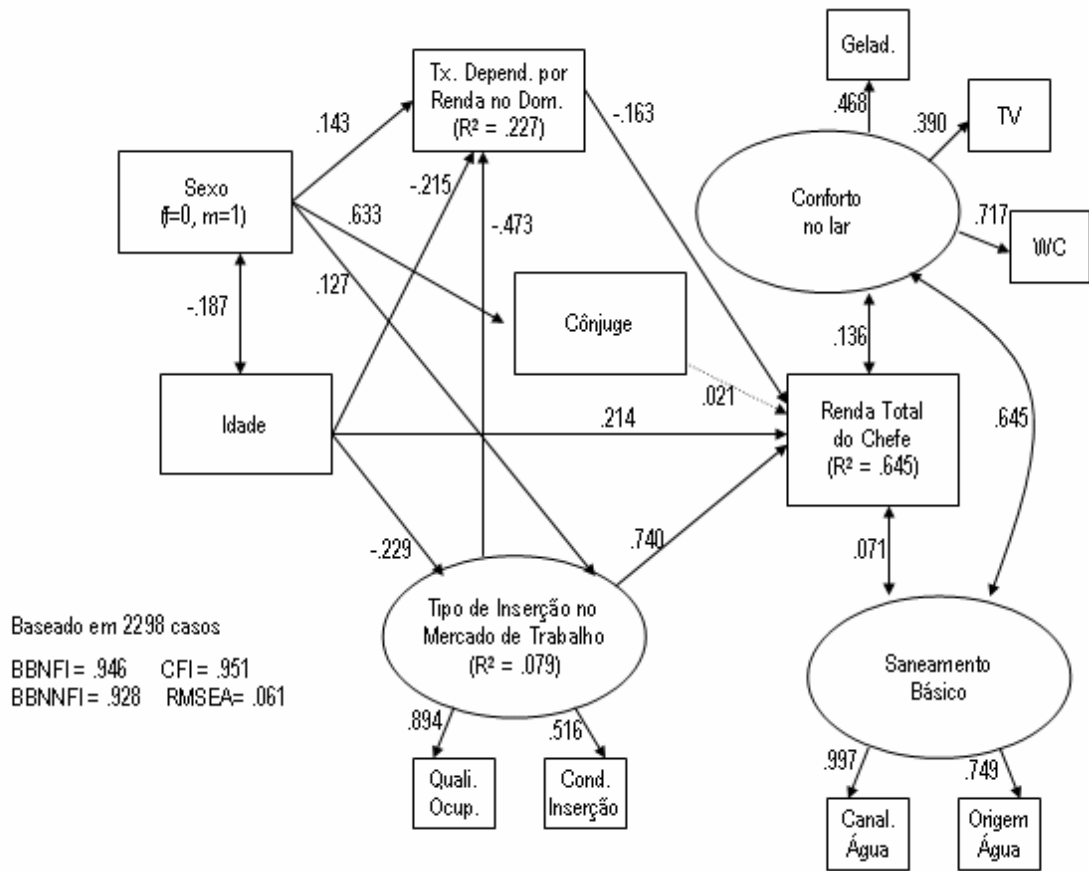
Modelo para municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes



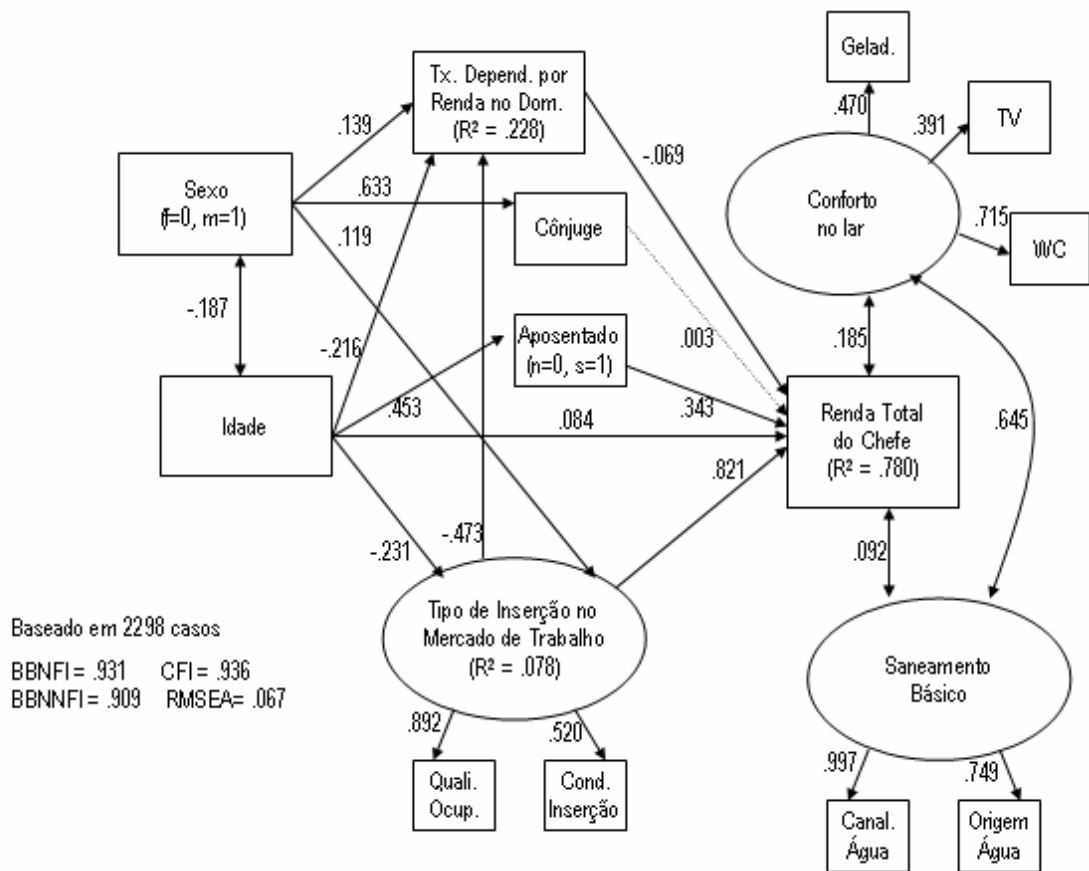
Modelo para municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes, com a variável “aposentado”



Modelo referente a Salvador



Modelo referente a Salvador, com a variável “aposentado”



Anexo 5. Sistemas de Equações Estruturais dos Modelos Estimados

Este anexo consiste de uma memória de cálculo de todos os modelos que foram estimados nesta pesquisa. São apresentados valores de coeficientes padronizados. As equações estão organizadas da seguinte forma:

1. Modelos baseados na **renda domiciliar *per capita***;

a. Até 100 mil habitantes

i. Modelos sem a variável “aposentado”

1. Efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos totais

ii. Modelos com a variável “aposentado”

1. Efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos totais

A mesma organização foi adotada para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes e para Salvador.

2. Modelos baseados na renda **total do chefe do domicílio**;

a. Até 100 mil habitantes

i. Modelos sem a variável “aposentado”

1. Efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos totais

ii. Modelos com a variável “aposentado”

1. Efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos totais

A mesma organização foi adotada para os municípios com populações entre 100 mil e 500 mil habitantes e para Salvador.

LEGENDA:

Variáveis observáveis: V1= Idade; V2= Sexo; V3= Educação; V4= Raça; V5= Rural/urbano; V6= Cônjuge; V7= Taxa de dependentes por renda; V8= Condição de inserção na organização social do trabalho; V9= Qualidade da ocupação (grau de garantias e proteção social); V10= Existência de geladeira no domicílio; V11= Existência de televisor no

domicílio; V12= Existência de banheiro no domicílio; V13= Abastecimento de água, origem; V14= Abastecimento de água, canalização; V15= Renda domiciliar per capita mensal; V19 = Aposentado; V20 = Renda mensal total do chefe do domicílio.

Variáveis latentes: F1 = Inserção no mercado de trabalho ; F2 = Conforto no lar ; F3 = Saneamento Básico (as variáveis “E” e “D” designam os erros de mensuração associados às variáveis observáveis e as “disturbances” vinculadas às variáveis latentes, respectivamente).

Modelos com renda per capita:

Municípios até 100.000 habitantes, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V7 = -0,555 F1 - 0,315 V1 + 0,234 V2 + 0,841 E7	0,292
V8 = 0,880 F1 + 0,475 E8	0,774
V9 = 0,756 F1 + 0,655 E9	0,571
V10 = 0,636 F2 + 0,772 E10	0,404
V11 = 0,582 F2 + 0,813 E11	0,339
V12 = 0,777 F2 + 0,630 E12	0,603
V13 = 0,833 F3 + 0,554 E13	0,694
V14 = 0,939 F3 + 0,344 E14	0,882
V15 = -0,767 V7 + 0,117 V1 + 0,607 E15	0,632
F1 = -0,293 V1 + 0,250 V2 + 0,910 D1	0,172
F2 = 0,569 V5 + 0,822 D2	0,324
F3 = 0,643 V5 + 0,766 D3	0,413

Efeitos Indiretos

V7 = 0,162 V1 - 0,139 V2 - 0,505 D1
V8 = -0,257 V1 + 0,220 V2 + 0,801 D1
V9 = -0,221 V1 + 0,189 V2 + 0,688 D1
V10 = 0,362 V5 + 0,523 D2
V11 = 0,331 V5 + 0,479 D2
V12 = 0,442 V5 + 0,639 D2
V13 = 0,535 V5 + 0,638 D3
V14 = 0,604 V5 + 0,719 D3
V15 = 0,425 F1 + 0,117 V1 - 0,073 V2 - 0,645 E7 + 0,387 D1

Efeitos totais

V7 = -0,555 F1 - 0,153 V1 + 0,095 V2 + 0,841 E7 - 0,505 D1
V8 = 0,880 F1 - 0,257 V1 + 0,220 V2 + 0,475 E8 + 0,801 D1
V9 = 0,756 F1 - 0,221 V1 + 0,189 V2 + 0,655 E9 + 0,688 D1
V10 = 0,636 F2 + 0,362 V5 + 0,772 E10 + 0,523 D2
V11 = 0,582 F2 + 0,331 V5 + 0,813 E11 + 0,479 D2
V12 = 0,777 F2 + 0,442 V5 + 0,630 E12 + 0,639 D2
V13 = 0,833 F3 + 0,535 V5 + 0,554 E13 + 0,638 D3
V14 = 0,939 F3 + 0,604 V5 + 0,344 E14 + 0,719 D3
V15 = -0,767 V7 + 0,425 F1 + 0,234 V1 - 0,073 V2 - 0,645 E7 + 0,607 E15 + 0,387 D1
F1 = -0,293 V1 + 0,250 V2 + 0,910 D1
F2 = 0,569 V5 + 0,822 D2
F3 = 0,643 V5 + 0,766 D3

Municípios até 100.000 habitantes, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V7 = -0,555 F1 - 0,315 V1 + 0,234 V2 + 0,841 E7	0,292
V8 = 0,880 F1 + 0,475 E8	0,774
V9 = 0,756 F1 + 0,655 E9	0,571
V10 = 0,637 F2 + 0,771 E10	0,406
V11 = 0,583 F2 + 0,813 E11	0,340
V12 = 0,776 F2 + 0,631 E12	0,602
V13 = 0,833 F3 + 0,553 E13	0,694
V14 = 0,939 F3 + 0,344 E14	0,881
V15 = -0,754 V7 + 0,176 V19 + 0,027 V1 + 0,603 E15	0,636
V19 = 0,555 V1 + 0,832 E19	0,308
F1 = -0,293 V1 + 0,250 V2 + 0,910 D1	0,172
F2 = 0,570 V5 + 0,822 D2	0,324
F3 = 0,643 V5 + 0,765 D3	0,414

Efeitos indiretos

V7 = 0,162 V1 - 0,139 V2 - 0,505 D1
V8 = -0,257 V1 + 0,220 V2 + 0,801 D1
V9 = -0,221 V1 + 0,189 V2 + 0,688 D1
V10 = 0,363 V5 + 0,523 D2

$V11 = 0,332 V5 + 0,479 D2$
 $V12 = 0,442 V5 + 0,638 D2$
 $V13 = 0,536 V5 + 0,638 D3$
 $V14 = 0,604 V5 + 0,719 D3$
 $V15 = 0,418 F1 + 0,213 V1 - 0,072 V2 - 0,634 E7 + 0,147 E19 + 0,380 D1$

Efeitos totais

$V7 = -0,555 F1 - 0,153 V1 + 0,095 V2 + 0,841 E7 - 0,505 D1$
 $V8 = 0,880 F1 - 0,257 V1 + 0,220 V2 + 0,475 E8 + 0,801 D1$
 $V9 = 0,756 F1 - 0,221 V1 + 0,189 V2 + 0,655 E9 + 0,688 D1$
 $V10 = 0,637 F2 + 0,363 V5 + 0,771 E10 + 0,523 D2$
 $V11 = 0,583 F2 + 0,332 V5 + 0,813 E11 + 0,479 D2$
 $V12 = 0,776 F2 + 0,442 V5 + 0,631 E12 + 0,638 D2$
 $V13 = 0,833 F3 + 0,536 V5 + 0,553 E13 + 0,638 D3$
 $V14 = 0,939 F3 + 0,604 V5 + 0,344 E14 + 0,719 D3$
 $V15 = -0,754 V7 + 0,176 V19 + 0,418 F1 + 0,240 V1 - 0,072 V2 - 0,634 E7 + 0,603 E15 + 0,147 E19 + 0,380 D1$
 $V19 = 0,555 V1 + 0,832 E19$
 $F1 = -0,293 V1 + 0,250 V2 + 0,910 D1$
 $F2 = 0,570 V5 + 0,822 D2$
 $F3 = 0,643 V5 + 0,765 D3$

Municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
$V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6$	0,511
$V7 = -0,462 F1 - 0,279 V1 + 0,159 V2 + 0,898 E7$	0,194
$V8 = 0,904 F1 + 0,428 E8$	0,817
$V9 = 0,525 F1 + 0,851 E9$	0,276
$V10 = 0,560 F2 + 0,829 E10$	0,313
$V11 = 0,452 F2 + 0,892 E11$	0,205
$V12 = 0,781 F2 + 0,625 E12$	0,610
$V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13$	0,560
$V14 = 0,986 F3 + 0,167 E14$	0,972
$V15 = 0,065 V6 - 0,703 V7 + 0,153 F1 + 0,097 V1 + 0,631 E15$	0,602
$F1 = -0,337 V1 + 0,212 V2 + 0,900 D1$	0,190
$F2 = 0,442 V5 + 0,897 D2$	0,195
$F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3$	0,237

Efeitos indiretos

$V7 = 0,155 V1 - 0,098 V2 + 0,030 V5 - 0,415 D1$
 $V8 = -0,304 V1 + 0,192 V2 - 0,058 V5 + 0,813 D1$
 $V9 = -0,177 V1 + 0,112 V2 - 0,034 V5 + 0,473 D1$
 $V10 = 0,247 V5 + 0,502 D2$
 $V11 = 0,200 V5 + 0,406 D2$
 $V12 = 0,345 V5 + 0,700 D2$
 $V13 = 0,365 V5 + 0,654 D3$
 $V14 = 0,480 V5 + 0,861 D3$
 $V15 = 0,325 F1 + 0,033 V1 + 0,036 V2 + 0,046 E6 - 0,631 E7 + 0,430 D1$

Efeitos totais

$V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6$
 $V7 = -0,462 F1 - 0,124 V1 + 0,061 V2 + 0,030 V5 + 0,898 E7 - 0,415 D1$
 $V8 = 0,904 F1 - 0,304 V1 + 0,192 V2 - 0,058 V5 + 0,428 E8 + 0,813 D1$
 $V9 = 0,525 F1 - 0,177 V1 + 0,112 V2 - 0,034 V5 + 0,851 E9 + 0,473 D1$
 $V10 = 0,560 F2 + 0,247 V5 + 0,829 E10 + 0,502 D2$
 $V11 = 0,452 F2 + 0,200 V5 + 0,892 E11 + 0,406 D2$
 $V12 = 0,781 F2 + 0,345 V5 + 0,625 E12 + 0,700 D2$
 $V13 = 0,749 F3 + 0,365 V5 + 0,663 E13 + 0,654 D3$
 $V14 = 0,986 F3 + 0,480 V5 + 0,167 E14 + 0,861 D3$
 $V15 = 0,065 V6 - 0,703 V7 + 0,478 F1 + 0,129 V1 + 0,036 V2 + 0,046 E6 - 0,631 E7 + 0,631 E15 + 0,430 D1$
 $F1 = -0,337 V1 + 0,212 V2 + 0,900 D1$
 $F2 = 0,442 V5 + 0,897 D2$
 $F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3$

Municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
$V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6$	0,511
$V7 = -0,449 F1 - 0,273 V1 + 0,154 V2 + 0,902 E7$	0,186
$V8 = 0,919 F1 + 0,395 E8$	0,844
$V9 = 0,517 F1 + 0,856 E9$	0,267
$V10 = 0,561 F2 + 0,828 E10$	0,314
$V11 = 0,452 F2 + 0,892 E11$	0,205
$V12 = 0,780 F2 + 0,625 E12$	0,609
$V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13$	0,561
$V14 = 0,986 F3 + 0,168 E14$	0,972
$V15 = 0,062 V6 - 0,671 V7 + 0,169 V19 + 0,205 F1 + 0,031 V1 + 0,620 E15$	0,615

V19 = 0,523 V1 + 0,853 E19	0,273
F1 = -0,333 V1 + 0,209 V2 + 0,903 D1	0,185
F2 = 0,442 V5 + 0,897 D2	0,195
F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3	0,237

Efeitos indiretos

V7 = 0,149 V1 - 0,094 V2 + 0,028 V5 - 0,405 D1
V8 = -0,306 V1 + 0,192 V2 - 0,058 V5 + 0,829 D1
V9 = -0,172 V1 + 0,108 V2 - 0,033 V5 + 0,466 D1
V10 = 0,248 V5 + 0,503 D2
V11 = 0,200 V5 + 0,406 D2
V12 = 0,345 V5 + 0,700 D2
V13 = 0,365 V5 + 0,654 D3
V14 = 0,480 V5 + 0,861 D3
V15 = 0,301 F1 + 0,101 V1 + 0,046 V2 + 0,043 E6 - 0,606 E7 + 0,144 E19 + 0,457 D1

Efeitos totais

V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6
V7 = -0,449 F1 - 0,124 V1 + 0,061 V2 + 0,028 V5 + 0,902 E7 - 0,405 D1
V8 = 0,919 F1 - 0,306 V1 + 0,192 V2 - 0,058 V5 + 0,395 E8 + 0,829 D1
V9 = 0,517 F1 - 0,172 V1 + 0,108 V2 - 0,033 V5 + 0,856 E9 + 0,466 D1
V10 = 0,561 F2 + 0,248 V5 + 0,828 E10 + 0,503 D2
V11 = 0,452 F2 + 0,200 V5 + 0,892 E11 + 0,406 D2
V12 = 0,780 F2 + 0,345 V5 + 0,625 E12 + 0,700 D2
V13 = 0,749 F3 + 0,365 V5 + 0,663 E13 + 0,654 D3
V14 = 0,986 F3 + 0,480 V5 + 0,168 E14 + 0,861 D3
V15 = 0,062 V6 - 0,671 V7 + 0,169 V19 + 0,506 F1 + 0,132 V1 + 0,046 V2 + 0,043 E6 - 0,606 E7 + 0,620 E15 + 0,144 E19 + 0,457 D1
V19 = 0,523 V1 + 0,853 E19
F1 = -0,333 V1 + 0,209 V2 + 0,903 D1
F2 = 0,442 V5 + 0,897 D2
F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3

Salvador, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6	0,419
V7 = -0,457 F1 - 0,210 V1 + 0,136 V2 + 0,886 E7	0,215
V8 = 0,915 F1 + 0,404 E8	0,837
V9 = 0,507 F1 + 0,862 E9	0,257
V10 = 0,476 F2 + 0,879 E10	0,227
V11 = 0,394 F2 + 0,919 E11	0,155
V12 = 0,708 F2 + 0,706 E12	0,502
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13	0,561
V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14	0,995
V15 = 0,088 V6 - 0,718 V7 + 0,199 F1 + 0,096 V1 + 0,565 E15	0,681
F1 = -0,226 V1 + 0,116 V2 + 0,962 D1	0,075

Efeitos indiretos

V7 = 0,103 V1 - 0,053 V2 - 0,440 D1
V8 = -0,207 V1 + 0,107 V2 + 0,880 D1
V9 = -0,115 V1 + 0,059 V2 + 0,488 D1
V15 = 0,328 F1 + 0,026 V1 + 0,019 V2 + 0,067 E6 - 0,636 E7 + 0,507 D1

Efeitos totais

V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6
V7 = -0,457 F1 - 0,107 V1 + 0,083 V2 + 0,886 E7 - 0,440 D1
V8 = 0,915 F1 - 0,207 V1 + 0,107 V2 + 0,404 E8 + 0,880 D1
V9 = 0,507 F1 - 0,115 V1 + 0,059 V2 + 0,862 E9 + 0,488 D1
V10 = 0,476 F2 + 0,879 E10
V11 = 0,394 F2 + 0,919 E11
V12 = 0,708 F2 + 0,706 E12
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13
V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14
V15 = 0,088 V6 - 0,718 V7 + 0,527 F1 + 0,122 V1 + 0,019 V2 + 0,067 E6 - 0,636 E7 + 0,565 E15 + 0,507 D1
F1 = -0,226 V1 + 0,116 V2 + 0,962 D1

Salvador, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6	0,419
V7 = -0,451 F1 - 0,208 V1 + 0,135 V2 + 0,889 E7	0,210
V8 = 0,923 F1 + 0,384 E8	0,853
V9 = 0,503 F1 + 0,864 E9	0,253
V10 = 0,477 F2 + 0,879 E10	0,227
V11 = 0,394 F2 + 0,919 E11	0,155
V12 = 0,708 F2 + 0,706 E12	0,501
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13	0,561

V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14	0,995
V15 = 0,084 V6 - 0,701 V7 + 0,095 V19 + 0,224 F1 + 0,061 V1 + 0,562 E15	0,684
V19 = 0,453 V1 + 0,891 E19	0,205
F1 = -0,224 V1 + 0,116 V2 + 0,963 D1	0,073

Efeitos indiretos

V7 = 0,101 V1 - 0,052 V2 - 0,434 D1
V8 = -0,207 V1 + 0,107 V2 + 0,889 D1
V9 = -0,113 V1 + 0,058 V2 + 0,484 D1
V15 = 0,316 F1 + 0,062 V1 + 0,021 V2 + 0,064 E6 - 0,623 E7 + 0,085 E19 + 0,520 D1

Efeitos totais

V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6
V7 = -0,451 F1 - 0,107 V1 + 0,083 V2 + 0,889 E7 - 0,434 D1
V8 = 0,923 F1 - 0,207 V1 + 0,107 V2 + 0,384 E8 + 0,889 D1
V9 = 0,503 F1 - 0,113 V1 + 0,058 V2 + 0,864 E9 + 0,484 D1
V10 = 0,477 F2 + 0,879 E10
V11 = 0,394 F2 + 0,919 E11
V12 = 0,708 F2 + 0,706 E12
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13
V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14
V15 = 0,084 V6 - 0,701 V7 + 0,095 V19 + 0,540 F1 + 0,123 V1 + 0,021 V2 + 0,064 E6 - 0,623 E7 + 0,562 E15 + 0,085 E19 + 0,520 D1
V19 = 0,453 V1 + 0,891 E19
F1 = -0,224 V1 + 0,116 V2 + 0,963 D1

Modelos com renda total do chefe

Municípios até 100.000 habitantes, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V7 = -0,538 F1 - 0,311 V1 + 0,223 V2 + 0,849 E7	0,279
V8 = 0,907 F1 + 0,421 E8	0,823
V9 = 0,735 F1 + 0,679 E9	0,540
V10 = 0,638 F2 + 0,770 E10	0,406
V11 = 0,588 F2 + 0,809 E11	0,346
V12 = 0,779 F2 + 0,627 E12	0,607
V13 = 0,835 F3 + 0,550 E13	0,697
V14 = 0,939 F3 + 0,343 E14	0,882
V20 = -0,253 V7 + 0,593 F1 + 0,288 V1 + 0,691 E20	0,522
F1 = -0,293 V1 + 0,237 V2 + 0,914 D1	0,164
F2 = 0,581 V5 + 0,814 D2	0,337
F3 = 0,649 V5 + 0,761 D3	0,422

Efeitos indiretos

V7 = 0,158 V1 - 0,128 V2 - 0,492 D1
V8 = -0,266 V1 + 0,215 V2 + 0,829 D1
V9 = -0,215 V1 + 0,174 V2 + 0,671 D1
V10 = 0,370 V5 + 0,519 D2
V11 = 0,342 V5 + 0,479 D2
V12 = 0,452 V5 + 0,634 D2
V13 = 0,542 V5 + 0,635 D3
V14 = 0,610 V5 + 0,714 D3
V20 = 0,136 F1 - 0,135 V1 + 0,117 V2 - 0,215 E7 + 0,667 D1

Efeitos totais

V7 = -0,538 F1 - 0,153 V1 + 0,095 V2 + 0,849 E7 - 0,492 D1
V8 = 0,907 F1 - 0,266 V1 + 0,215 V2 + 0,421 E8 + 0,829 D1
V9 = 0,735 F1 - 0,215 V1 + 0,174 V2 + 0,679 E9 + 0,671 D1
V10 = 0,638 F2 + 0,370 V5 + 0,770 E10 + 0,519 D2
V11 = 0,588 F2 + 0,342 V5 + 0,809 E11 + 0,479 D2
V12 = 0,779 F2 + 0,452 V5 + 0,627 E12 + 0,634 D2
V13 = 0,835 F3 + 0,542 V5 + 0,550 E13 + 0,635 D3
V14 = 0,939 F3 + 0,610 V5 + 0,343 E14 + 0,714 D3
V20 = -0,253 V7 + 0,730 F1 + 0,153 V1 + 0,117 V2 - 0,215 E7 + 0,691 E20 + 0,667 D1
F1 = -0,293 V1 + 0,237 V2 + 0,914 D1
F2 = 0,581 V5 + 0,814 D2
F3 = 0,649 V5 + 0,761 D3

Municípios até 100.000 habitantes, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V7 = -0,540 F1 - 0,311 V1 + 0,223 V2 + 0,848 E7	0,281
V8 = 0,903 F1 + 0,431 E8	0,815
V9 = 0,739 F1 + 0,674 E9	0,546
V10 = 0,638 F2 + 0,770 E10	0,407

V11 = 0,589 F2 + 0,808 E11	0,347
V12 = 0,778 F2 + 0,629 E12	0,605
V13 = 0,835 F3 + 0,550 E13	0,697
V14 = 0,939 F3 + 0,344 E14	0,882
V19 = 0,555 V1 + 0,832 E19	0,308
V20 = -0,086 V7 + 0,449 V19 + 0,748 F1 + 0,112 V1 + 0,532 E20	0,717
F1 = -0,293 V1 + 0,237 V2 + 0,914 D1	0,164
F2 = 0,580 V5 + 0,815 D2	0,336
F3 = 0,649 V5 + 0,761 D3	0,421

Efeitos indiretos

V7 = 0,158 V1 - 0,128 V2 - 0,494 D1
V8 = -0,265 V1 + 0,213 V2 + 0,825 D1
V9 = -0,217 V1 + 0,175 V2 + 0,676 D1
V10 = 0,370 V5 + 0,520 D2
V11 = 0,342 V5 + 0,480 D2
V12 = 0,451 V5 + 0,633 D2
V13 = 0,542 V5 + 0,635 D3
V14 = 0,609 V5 + 0,714 D3
V20 = 0,047 F1 + 0,043 V1 + 0,169 V2 - 0,073 E7 + 0,373 E19 + 0,727 D1

Efeitos totais

V7 = -0,540 F1 - 0,153 V1 + 0,095 V2 + 0,848 E7 - 0,494 D1
V8 = 0,903 F1 - 0,265 V1 + 0,213 V2 + 0,431 E8 + 0,825 D1
V9 = 0,739 F1 - 0,217 V1 + 0,175 V2 + 0,674 E9 + 0,676 D1
V10 = 0,638 F2 + 0,370 V5 + 0,770 E10 + 0,520 D2
V11 = 0,589 F2 + 0,342 V5 + 0,808 E11 + 0,480 D2
V12 = 0,778 F2 + 0,451 V5 + 0,629 E12 + 0,633 D2
V13 = 0,835 F3 + 0,542 V5 + 0,550 E13 + 0,635 D3
V14 = 0,939 F3 + 0,609 V5 + 0,344 E14 + 0,714 D3
V19 = 0,555 V1 + 0,832 E19
V20 = -0,086 V7 + 0,449 V19 + 0,795 F1 + 0,155 V1 + 0,169 V2 - 0,073 E7 + 0,373 E19 + 0,532 E20 + 0,727 D1
F1 = -0,293 V1 + 0,237 V2 + 0,914 D1
F2 = 0,580 V5 + 0,815 D2
F3 = 0,649 V5 + 0,761 D3

Municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6	0,511
V7 = -0,462 F1 - 0,280 V1 + 0,158 V2 + 0,898 E7	0,194
V8 = 0,903 F1 + 0,431 E8	0,815
V9 = 0,527 F1 + 0,850 E9	0,278
V10 = 0,554 F2 + 0,833 E10	0,307
V11 = 0,451 F2 + 0,893 E11	0,203
V12 = 0,787 F2 + 0,617 E12	0,619
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13	0,561
V14 = 0,986 F3 + 0,169 E14	0,971
V20 = 0,033 V6 - 0,141 V7 + 0,718 F1 + 0,263 V1 + 0,673 E20	0,547
F1 = -0,337 V1 + 0,211 V2 + 0,900 D1	0,190
F2 = 0,440 V5 + 0,898 D2	0,194
F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3	0,238

Efeitos indiretos

V7 = 0,156 V1 - 0,097 V2 + 0,030 V5 - 0,416 D1
V8 = -0,304 V1 + 0,191 V2 - 0,058 V5 + 0,812 D1
V9 = -0,178 V1 + 0,111 V2 - 0,034 V5 + 0,474 D1
V10 = 0,244 V5 + 0,497 D2
V11 = 0,199 V5 + 0,405 D2
V12 = 0,346 V5 + 0,706 D2
V13 = 0,365 V5 + 0,654 D3
V14 = 0,480 V5 + 0,861 D3
V20 = 0,065 F1 - 0,226 V1 + 0,166 V2 + 0,023 E6 - 0,127 E7 + 0,705 D1

Efeitos totais

V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6
V7 = -0,462 F1 - 0,124 V1 + 0,061 V2 + 0,030 V5 + 0,898 E7 - 0,416 D1
V8 = 0,903 F1 - 0,304 V1 + 0,191 V2 - 0,058 V5 + 0,431 E8 + 0,812 D1
V9 = 0,527 F1 - 0,178 V1 + 0,111 V2 - 0,034 V5 + 0,850 E9 + 0,474 D1
V10 = 0,554 F2 + 0,244 V5 + 0,833 E10 + 0,497 D2
V11 = 0,451 F2 + 0,199 V5 + 0,893 E11 + 0,405 D2
V12 = 0,787 F2 + 0,346 V5 + 0,617 E12 + 0,706 D2
V13 = 0,749 F3 + 0,365 V5 + 0,663 E13 + 0,654 D3
V14 = 0,986 F3 + 0,480 V5 + 0,169 E14 + 0,861 D3
V20 = 0,033 V6 - 0,141 V7 + 0,783 F1 + 0,037 V1 + 0,166 V2 + 0,023 E6 - 0,127 E7 + 0,673 E20 + 0,705 D1
F1 = -0,337 V1 + 0,211 V2 + 0,900 D1
F2 = 0,440 V5 + 0,898 D2
F3 = 0,487 V5 + 0,873 D3

Municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6	0,511
V7 = -0,468 F1 - 0,283 V1 + 0,157 V2 + 0,895 E7	0,199
V8 = 0,891 F1 + 0,453 E8	0,795
V9 = 0,537 F1 + 0,844 E9	0,288
V10 = 0,555 F2 + 0,832 E10	0,308
V11 = 0,452 F2 + 0,892 E11	0,204
V12 = 0,785 F2 + 0,619 E12	0,617
V13 = 0,750 F3 + 0,662 E13	0,562
V14 = 0,985 F3 + 0,175 E14	0,969
V19 = 0,523 V1 + 0,853 E19	0,273
V20 = 0,017 V6 - 0,025 V7 + 0,411 V19 + 0,831 F1 + 0,105 V1 + 0,514 E20	0,735
F1 = -0,341 V1 + 0,206 V2 + 0,900 D1	0,190
F2 = 0,441 V5 + 0,898 D2	0,194
F3 = 0,488 V5 + 0,873 D3	0,238

Efeitos indiretos

V7 = 0,160 V1 - 0,096 V2 + 0,031 V5 - 0,421 D1
V8 = -0,304 V1 + 0,183 V2 - 0,060 V5 + 0,802 D1
V9 = -0,183 V1 + 0,110 V2 - 0,036 V5 + 0,483 D1
V10 = 0,244 V5 + 0,498 D2
V11 = 0,199 V5 + 0,405 D2
V12 = 0,346 V5 + 0,705 D2
V13 = 0,366 V5 + 0,654 D3
V14 = 0,481 V5 + 0,859 D3
V20 = 0,012 F1 - 0,066 V1 + 0,182 V2 + 0,012 E6 - 0,023 E7 + 0,351 E19 + 0,759 D1

Efeitos totais

V6 = 0,707 V2 + 0,699 E6
V7 = -0,468 F1 - 0,124 V1 + 0,061 V2 + 0,031 V5 + 0,895 E7 - 0,421 D1
V8 = 0,891 F1 - 0,304 V1 + 0,183 V2 - 0,060 V5 + 0,453 E8 + 0,802 D1
V9 = 0,537 F1 - 0,183 V1 + 0,110 V2 - 0,036 V5 + 0,844 E9 + 0,483 D1
V10 = 0,555 F2 + 0,244 V5 + 0,832 E10 + 0,498 D2
V11 = 0,452 F2 + 0,199 V5 + 0,892 E11 + 0,405 D2
V12 = 0,785 F2 + 0,346 V5 + 0,619 E12 + 0,705 D2
V13 = 0,750 F3 + 0,366 V5 + 0,662 E13 + 0,654 D3
V14 = 0,985 F3 + 0,481 V5 + 0,175 E14 + 0,859 D3
V19 = 0,523 V1 + 0,853 E19
V20 = 0,017 V6 - 0,025 V7 + 0,411 V19 + 0,843 F1 + 0,038 V1 + 0,182 V2 + 0,012 E6 - 0,023 E7 + 0,351 E19 + 0,514 E20 + 0,759 D1
F1 = -0,341 V1 + 0,206 V2 + 0,900 D1
F2 = 0,441 V5 + 0,898 D2
F3 = 0,488 V5 + 0,873 D3

Salvador, sem a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6	0,419
V7 = -0,473 F1 - 0,215 V1 + 0,143 V2 + 0,879 E7	0,227
V8 = 0,894 F1 + 0,448 E8	0,799
V9 = 0,516 F1 + 0,857 E9	0,266
V10 = 0,468 F2 + 0,884 E10	0,219
V11 = 0,390 F2 + 0,921 E11	0,152
V12 = 0,717 F2 + 0,697 E12	0,514
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13	0,561
V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14	0,995
V20 = 0,021 V6 - 0,163 V7 + 0,740 F1 + 0,214 V1 + 0,595 E20	0,645
F1 = -0,229 V1 + 0,127 V2 + 0,960 D1	0,079

Efeitos indiretos

V7 = 0,108 V1 - 0,060 V2 - 0,454 D1
V8 = -0,205 V1 + 0,113 V2 + 0,858 D1
V9 = -0,118 V1 + 0,065 V2 + 0,495 D1
V20 = 0,077 F1 - 0,153 V1 + 0,094 V2 + 0,016 E6 - 0,143 E7 + 0,784 D1

Efeitos totais

V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6
V7 = -0,473 F1 - 0,107 V1 + 0,083 V2 + 0,879 E7 - 0,454 D1
V8 = 0,894 F1 - 0,205 V1 + 0,113 V2 + 0,448 E8 + 0,858 D1
V9 = 0,516 F1 - 0,118 V1 + 0,065 V2 + 0,857 E9 + 0,495 D1
V10 = 0,468 F2 + 0,884 E10
V11 = 0,390 F2 + 0,921 E11
V12 = 0,717 F2 + 0,697 E12
V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13
V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14

$V20 = 0,021 V6 - 0,163 V7 + 0,817 F1 + 0,061 V1 + 0,094 V2 + 0,016 E6 - 0,143 E7 + 0,595 E20 + 0,784 D1$
 $F1 = -0,229 V1 + 0,127 V2 + 0,960 D1$

Salvador, com a variável “aposentado”

Efeitos diretos	R2
$V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6$	0,419
$V7 = -0,473 F1 - 0,216 V1 + 0,139 V2 + 0,879 E7$	0,228
$V8 = 0,892 F1 + 0,453 E8$	0,795
$V9 = 0,520 F1 + 0,854 E9$	0,271
$V10 = 0,470 F2 + 0,883 E10$	0,221
$V11 = 0,391 F2 + 0,920 E11$	0,153
$V12 = 0,715 F2 + 0,699 E12$	0,511
$V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13$	0,561
$V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14$	0,995
$V19 = 0,453 V1 + 0,891 E19$	0,205
$V20 = 0,003 V6 - 0,069 V7 + 0,346 V19 + 0,821 F1 + 0,084 V1 + 0,469 E20$	0,780
$F1 = -0,231 V1 + 0,119 V2 + 0,960 D1$	0,078

Efeitos indiretos

$V7 = 0,109 V1 - 0,056 V2 - 0,454 D1$
 $V8 = -0,206 V1 + 0,106 V2 + 0,856 D1$
 $V9 = -0,120 V1 + 0,062 V2 + 0,500 D1$
 $V20 = 0,032 F1 - 0,025 V1 + 0,093 V2 + 0,002 E6 - 0,060 E7 + 0,308 E19 + 0,819 D1$

Efeitos totais

$V6 = 0,633 V2 + 0,762 E6$
 $V7 = -0,473 F1 - 0,107 V1 + 0,083 V2 + 0,879 E7 - 0,454 D1$
 $V8 = 0,892 F1 - 0,206 V1 + 0,106 V2 + 0,453 E8 + 0,856 D1$
 $V9 = 0,520 F1 - 0,120 V1 + 0,062 V2 + 0,854 E9 + 0,500 D1$
 $V10 = 0,470 F2 + 0,883 E10$
 $V11 = 0,391 F2 + 0,920 E11$
 $V12 = 0,715 F2 + 0,699 E12$
 $V13 = 0,749 F3 + 0,663 E13$
 $V14 = 0,997 F3 + 0,071 E14$
 $V19 = 0,453 V1 + 0,891 E19$
 $V20 = 0,003 V6 - 0,069 V7 + 0,346 V19 + 0,853 F1 + 0,059 V1 + 0,093 V2 + 0,002 E6 - 0,060 E7 + 0,308 E19 + 0,469 E20 + 0,819 D1$
 $F1 = -0,231 V1 + 0,119 V2 + 0,960 D1$